



**OVAR**  
CÂMARA  
MUNICIPAL

# **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE OVAR\_2019**

(Esta página destina-se aos carimbos da Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Ovar)

## Lista de Siglas e Abreviaturas

AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A.

AMA – Agência para a Modernização Administrativa

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

APMCH – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico

APCM – Associação Portuguesa de Casas Museus

CEI – Contrato Emprego-Inserção

CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

CIRA – Comunidade Internacional da Região de Aveiro

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CRP – Constituição da República Portuguesa

DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais

DGAI – Direção Geral da Administração Interna

DGEST – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FAM – Fundo de Apoio Municipal

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FSM – Fundo Social Municipal

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pesca, IP

IPC – Índice de Preços ao Consumidor

## Mensagem do Presidente

É um enorme privilégio ser parte integrante de uma equipa escolhida democraticamente pela comunidade vareira, para gerir o Município de Ovar. O Poder Local não está ao alcance de qualquer um. É preciso ter Gosto. Vocação. Paixão pela Terra. Amor pelo Próximo. Jeito. Bom Senso. Coragem. Sentido de Responsabilidade. Desprendimento. Força. Energia. Motivação. Humildade. Fascínio pela Aprendizagem. Compreensão. Conhecimento.

O Poder Local, que tem essa enorme vantagem de cada decisão tomada, poder ser quase imediatamente sentida pelas populações, tem sido decisivo para o desenvolvimento do nosso País e particularmente da nossa Comunidade Vareira, ao longo dos mais de 40 anos de poder autárquico democrático.

Sentir a melhoria da qualidade de vida das nossas gentes a cada dia e saber que isso resultou de um trabalho pessoal prévio, de uma decisão corajosa ou de uma medida mais arrojada é extremamente encorajador e realiza qualquer Autarca que se preze. Todos os que passaram por este cargo em Ovar, independentemente dos Partidos Políticos que representaram, tentaram fazer o seu melhor. Que ninguém duvide. Respeitamos muito todos os autarcas. Os que cá estão. E os que cá estiveram. Sejam eles de dimensão municipal ou ao nível da freguesia. Pertencentes a órgãos executivos ou deliberativos.

O Poder Local tem também essa vantagem de ser objeto de uma avaliação e escrutínio contínuos. Seja a partir da proximidade dos eleitos com os eleitores. Seja a partir das mais diversas plataformas atuais de comunicação existentes. Tais factos obrigam a elevados níveis de exigência. Permitem-nos melhorar. Dão-nos a possibilidade de não repetir erros. Sim, erros. Porque só não erra quem nada faz.

Somos confrontados constantemente com a crítica. E bem! Há que ter essa humildade.

Somos confrontados diariamente com a prestação de contas. E bem! Este é também um momento de prestação de contas.

O presente documento constitui o Relatório de Gestão e Contas de Gerência do ano de 2019 do Município de Ovar, pormenorizando, no plano financeiro, a atuação da autarquia com respeito pelos imperativos legais. É, portanto, o principal documento de Prestação de Contas.

Sempre reconhecemos que herdámos uma Câmara Municipal muito bem organizada sob o ponto de vista financeiro. Com contas certas. Mas é um orgulho, seis anos volvidos, apresentar hoje este Relatório de Gestão. Sentimos que estamos no rumo certo. A par de uma elevada taxa de execução, de inúmeros sonhos

concretizados que são descritos nos capítulos seguintes, continuamos a apresentar uma saúde financeira extraordinária.

O saldo do exercício é superior a 1,5 Milhões €.

O nosso saldo de gerência passou de 6 Milhões para um valor superior a 7,5 Milhões €.

Os nossos saldos em contas bancárias são superiores a 7,5 Milhões €.

A nossa dívida de médio e longo prazo é apenas de 700 Mil €.

A nossa Liquidez Geral passou de 1,65 para 2,05 (que corresponde a um aumento de 24%).

A nossa Liquidez Reduzida passou de 1,62 para 2,03 (+25%)

A nossa Liquidez Imediata também subiu de 1,46 para 1,47.

A solvabilidade do Município de Ovar subiu de 3,28 para 3,41.

A nossa capacidade de endividamento, que já era elevada, aumentou 23%.

A nossa autonomia financeira mantém-se com valores muito elevados (77%).

O prazo médio de pagamentos foi reduzido de 15 para 11 dias.

Todos estes indicadores devem ser motivo de orgulho, dos autarcas atuais, dos passados, mas sobretudo de todos os Municípios de Ovar. Significam que os impostos arrecadados e as taxas cobradas são alvo de uma gestão séria, competente e responsável. Existem poucos municípios no País com esta performance financeira.

Depauperar e esbanjar erário público é relativamente fácil. Deitar por Terra toda uma gestão passada de rigor e consolidação é trivial.

Agora, manter e melhorar, a cada ano, a saúde financeira da Câmara Municipal de Ovar... já é mais difícil. E por ser árduo, é que para nós tem mais Valor. E vamos continuar nesta senda no futuro. É a nossa obrigação.

Temos dado o nosso melhor. O nosso foco tem sido trabalhar diariamente para cumprir escrupulosamente o Plano de Ação, mantendo a saúde financeira da Câmara Municipal. Tudo isto pode ser minimamente Planeado. Previsto. Organizado. Preparado. É simples.

Muito mais complicado é lidar com o desconhecido. Com a catástrofe. Com o medo. Com a morte. Não podemos esquecer que este Relatório de Gestão referente ao exercício de 2019 está a ser redigido em 2020. Um ano que ficará na História de Ovar devido à pandemia Covid- 19. Onde o nosso Município foi alvo de medidas extremamente musculadas. Onde fomos alvo de um cerco que não existia em Portugal Continental há mais de 100 anos. E não podemos perder esta oportunidade de enaltecer o comportamento

de toda a comunidade vareira na gestão desta crise sanitária, que nos permite hoje ter a situação controlada (apesar de ainda não resolvida). A conduta exemplar de Todos aumentou ainda mais o orgulho de representar, proteger e defender Gente tão especial. A Todos, Obrigado.

Fica, mais uma vez, o compromisso de que tudo faremos para continuar a melhorar o índice de felicidade de todo o povo vareiro no futuro.

Para terminar, temos que agradecer os contributos decisivos por parte dos cidadãos, dos membros dos órgãos executivos e deliberativos, de todos os colaboradores da CM de Ovar, dos executivos das Freguesias, das coletividades vareiras, de todas as nossas empresas participadas e naturalmente dos nossos principais financiadores: contribuintes vareiros e nacionais, Governo português e Comissão Europeia.

Uma palavra final de profundo agradecimento para a Divisão Financeira e para o Gabinete de Apoio à Presidência.

Viva O Município de Ovar.

Viva Portugal.

O Presidente da Câmara Municipal de Ovar  
Salvador Malheiro



## Índice

<b>1. Introdução</b> .....	1
<b>2. Principais Atividades– Eixos Estratégicos</b> .....	7
<b>3. Recursos Humanos</b> .....	14
<b>3.1. O Capital Humano</b> .....	14
<b>3.2. Distribuição do Capital Humano por Carreira</b> .....	15
<b>3.3. Trabalhadores por Carreira e Género</b> .....	16
<b>3.4. Trabalhadores por Tipo de Vínculo e Género</b> .....	17
<b>3.5. Segurança e Saúde no Trabalho</b> .....	18
<b>4. Execução Orçamental</b> .....	20
<b>4.1. Alterações e Revisões Orçamentais</b> .....	20
<b>4.2. Execução Orçamental da Receita</b> .....	23
<b>4.3. Execução Orçamental da Despesa</b> .....	30
<b>4.4. Equilíbrio Corrente</b> .....	37
<b>4.5. Execução das Grandes Opções do Plano (GOP's)</b> .....	38
<b>5. Análise Económico – Financeira</b> .....	43
<b>5.1. Balanço</b> .....	44
<b>5.1.1. Análise do Ativo</b> .....	46
<b>5.1.2. Análise do Passivo</b> .....	59
<b>5.1.3. Análise dos Fundos Próprios</b> .....	67
<b>5.1.4. Indicadores de Análise</b> .....	68
<b>5.2. Demonstração de Resultados por Natureza</b> .....	73
<b>5.2.1. Custos e Perdas</b> .....	75
<b>5.2.2. Proveitos e Ganhos do Exercício</b> .....	90
<b>6. Movimentos Financeiros</b> .....	116
<b>6.1. Fluxos de Caixa</b> .....	116
<b>6.2. Saldo da Gerência de Operações Orçamentais</b> .....	117
<b>7. Endividamento</b> .....	119
<b>8. Contabilidade de Custos</b> .....	124
<b>9. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício</b> .....	127
<b>10. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício</b> .....	128
<b>11. Demonstrações Financeiras</b> .....	131
<b>11.1. Balanço</b> .....	131
<b>11.2. Demonstração de Resultados</b> .....	133
<b>11.3. Anexos às Demonstrações Financeiras</b> .....	134

(De harmonia com o ponto 8.1 e 8.2. do POCAL).....	134
<b>11.3.1. Caracterização da Entidade - Em Harmonia com o ponto 8.1. do POCAL .....</b>	<b>135</b>
<b>11.3.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados – Em Harmonia com o ponto 8.2. do POCAL .....</b>	<b>137</b>



# Introdução



## 1. Introdução

A Administração Pública, em sentido orgânico ou subjetivo, pode ser definida como o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado e demais pessoas coletivas públicas e seus funcionários, que asseguram, em nome da coletividade, a satisfação regular e contínua das necessidades coletivas de segurança, cultura, bem-estar e progresso.

A Administração Pública Portuguesa é integrada por pessoas coletivas classificadas em função da sua relação com o Estado. A alínea d) do artigo 199.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) estabelece que, no exercício das suas funções administrativas, compete ao Governo, entendido como órgão máximo do Estado-Administração, “dirigir os serviços e a atividade da administração direta do Estado, civil e militar, superintender na administração indireta e exercer a tutela sobre esta e a administração autónoma”. Desta leitura, verifica-se que existem três grandes modalidades de Administração Pública: a Administração Direta do Estado; a Administração Indireta do Estado; e a Administração Autónoma do Estado.

As Autarquias Locais, “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”, cf. n.º2 do artigo 235.º da Constituição da República Portuguesa, integram-se na Administração Autónoma do Estado, pois assentam sobre uma fração de território e a sua atividade é exercida para prosseguir interesses públicos próprios de um determinado agregado populacional, sem qualquer relação de subordinação com a pessoa coletiva Estado e os seus órgãos representativos são eleitos democraticamente pelo agregado populacional que representam.

A existência das Autarquias Locais assenta no princípio da autonomia local, consagrado no artigo 6.º da Constituição da República Portuguesa, princípio este definido no n.º1 do artigo 3.º da Carta Europeia de Autonomia Local, como o direito e a capacidade efetiva das Autarquias Locais regulamentarem e gerirem, nos termos da Lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos, os quais são determináveis com base no princípio da subsidiariedade.

*“A verdadeira razão de ser da autonomia autárquica é o localismo, ou seja, uma forte ligação primária das populações às terras onde residem, ligação essa de que resultam interesses locais específicos que são mais eficazmente e justamente prosseguidos pelos órgãos próprios da comunidade local, pois têm um conhecimento mais íntimo e profundo do meio geográfico e socioeconómico que os rodeiam.”<sup>1</sup>(Sousa, 1993)*

<sup>1</sup> Sousa, F. A. (1993), *Direito Administrativo das Autarquias Locais*, 3ª Edição, ISBN: 972-8072-13, Lisboa.

A atuação das Autarquias Locais é regulada, especificamente, no quadro de transferência de atribuições e competências consagrado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por um conjunto de princípios fundamentais e estruturantes que garantem um considerável grau de autonomia na prossecução dos seus objetivos e na gestão dos seus recursos. As atribuições municipais, conforme legalmente previsto no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, têm subjacentes os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado (artigo 4.º).

Ao nível económico-financeiro, as Autarquias Locais regem-se pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece os princípios de orientação em matéria financeira, bem como pelos pressupostos definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Importa dar nota que este será o último Relatório de Gestão e Contas do Município de Ovar, prestado sob a jurisdição legal do POCAL, uma vez que com a atual reforma da Contabilidade Pública, que surgiu com a aprovação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), através do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e a nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, entrou em vigor para as autarquias locais a 1 de janeiro de 2020, um novo sistema contabilístico com novas exigências, mais rigor económico-financeiro e uma maior prestação de informação.

Estes diplomas surgem na expectativa de gerar um sistema contabilístico que responda às exigências de um adequado planeamento, relato e controlo financeiro, revogando o POCAL e os planos de contas setoriais, estabelecendo assim um novo referencial contabilístico, que vem aproximar-se das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), bem como virá colmatar as falhas de inconsistência técnica, na eficiência da consolidação das contas públicas, pelo facto de existirem entidades do setor público que adotam o SNC (p. ex. empresas públicas) e entidades que adotam o POCAL.

## A Prestação de Contas

Dado o encerramento de um determinado ano económico há que elaborar a conta de gerência, que é um documento que resume a atividade financeira de todo o exercício económico. O dever de prestar contas constitui-se, nas Autarquias Locais, como uma obrigação incontornável dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos, e a sua ampla divulgação assume, incontornavelmente, uma importância acrescida.

A conta de gerência conta todas as operações relativas à obtenção e afetação de fundos públicos a que pertence a autorização orçamental, existindo obrigatoriedade de prestar contas perante todos os destinatários e interessados na informação contabilística das autarquias locais (Bernardes, 2003)<sup>2</sup>. Assim, as autarquias locais são obrigadas, de acordo com o estabelecido no POCAL, a elaborar e divulgar um conjunto de documentos de prestação de contas que devem ser um espelho dos documentos previsionais, os quais aprovam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade financeira.

A prestação de contas obedece ao disposto no ponto 2 das considerações técnicas do POCAL e a organização e documentação das contas segue o preceituado no n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas, os termos das instruções da Resolução n.º 4/2001 – 2ª secção, alterada pela Resolução n.º 6/2013 – 2ª secção, pela Resolução n.º 7/2018 – 2ª Secção e Resolução n.º 3/2019 – 2ª Secção.

Os documentos de prestação de contas estão agrupados da seguinte forma: balanço, demonstração dos resultados, execução anual do PPI, mapas de execução orçamental, anexos às demonstrações financeiras e relatório de gestão (Carvalho et al., 2002; Bernardes, 2003; Caiado e Pinto, 2002).

Após a elaboração da Prestação de Contas e submetida a aprovação pelo Órgão Executivo, conforme determina o disposto no n.º 1 da alínea i) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o documento é remetido ao Órgão Deliberativo, Assembleia Municipal, para que este aprecie e vote, conforme legalmente previsto na alínea l) do nº2 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

Uma vez apreciada e votada em Assembleia Municipal, a Prestação de Contas das autarquias é submetida a vários destinatários, nomeadamente: ao Tribunal de Contas, à Direcção-Geral do Orçamento (DGO), à Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), à Inspeção Geral das Finanças (IGF), à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e ao Instituto Nacional de Estatística (INE). Os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão, são ainda disponibilizados no respetivo sítio eletrónico, conforme legalmente previsto na alínea c) do artigo 79.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A sociedade de revisores “LCA – Leal, Carreira & Associados SROC Lda.” é a entidade responsável pela certificação legal de contas do ano 2019 do Município de Ovar, nomeada por deliberação do Órgão Deliberativo, sob proposta do Órgão Executivo, de entre sociedades de revisores oficiais de contas, nos termos previstos do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

---

<sup>2</sup> Bernardes, A. F. (2003), *Contabilidade Pública e Autárquica - POCP e POCAL*, 2ª edição, Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA).

É importante referir que a Prestação de Contas 2019, se encontra a ser elaborada nos meses de abril e maio de 2020, e dada a situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação no dia 11 de março de 2020, da doença COVID-19 como uma pandemia, foi necessário ao Governo, implementar medidas extraordinárias e de caráter urgente. Neste sentido, o Governo aprovou o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, no qual determinou um conjunto de medidas excecionais e temporárias, bem como aprovou em matéria de Prestação de Contas, de acordo com o n.º1 do artigo 4.º Lei n.º 1-A/2020 de 19 de março<sup>3</sup>, que “as entidades previstas nos n.os 1 e 2 do artigo 51.º da Lei n.º 97/98, de 26 de agosto, cuja aprovação de contas dependa de deliberação de um órgão colegial, podem remetê-las ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2020, em substituição do prazo referido no n.º 4 do artigo 52.º, sem prejuízo do disposto nos restantes números desse artigo”.

### Enquadramento Macroeconómico

Em termos gerais, o enquadramento da economia portuguesa permaneceu favorável em 2019. Segundo as estatísticas publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) <sup>4</sup>o Produto Interno Bruto (PIB) de 2019, que registou um crescimento de 2,2%, significando um abrandamento de 0,4 pontos percentuais face ao ano anterior, dado que “a procura externa líquida registou um contributo de -0,6 pontos percentuais [p.p.] para a variação em volume do PIB (-0,4 p.p. em 2018)”, ao passo que “o contributo da procura interna diminuiu para 2,7 p.p. (3,1 p.p. em 2018), refletindo o crescimento menos intenso do consumo privado”.

O consumo privado subiu 2,3% em 2019 (menos que os 2,9% em 2018), tendo os bens não duradouros e serviços passado de um crescimento de 2,6% em 2018 para 2,5%, enquanto os bens duradouros desaceleraram para 0,8% (6,1% em 2018), devido à redução das despesas com a aquisição de veículos automóveis.

O investimento aumentou 6,5% em termos reais em 2019, que segundo o INE reflete a aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) para uma taxa de variação de 6,4%. É de ressaltar no investimento, a FBCF em Construção e a FBCF em Produtos de Propriedade Intelectual, que de acordo com os dados do INE, registaram uma aceleração pronunciada, passando de um crescimento de 4,6% em 2018, para 9,4% em 2019 e 6,3% em 2018, para 6,5% em 2019, respetivamente.

Na balança comercial externa, as Exportações de Bens e Serviços em volume cresceram 3,7% em 2019. Já as Importações de Bens e Serviços cresceram 5,2%.

<sup>3</sup> Estabelece as medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

<sup>4</sup> INE: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_cnacionais2010&perfil=220674402&INST=220616736&contexto=am](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais2010&perfil=220674402&INST=220616736&contexto=am).



Alega o INE que os números finais do ano, foram menos penalizadores devido ao desempenho mais favorável das exportações observado no quarto trimestre, que compensou a fragilidade no consumo privado e investimento na etapa final do ano.

Numa análise aos vários contributos por setor para o crescimento do PIB português, os dados do INE apontam os setores da construção, agricultura e pescas, transportes e atividades financeiras. Contrabalançando, apresentam uma desaceleração os setores da indústria e comércio, alojamento e restauração.

No que diz respeito ao emprego, segundo o INE, “*para o conjunto dos ramos de atividade, registou uma variação de 0,8% em 2019 (2,3% no ano anterior), tendo o emprego remunerado aumentado 1,7% (2,9% em 2018)*”. A taxa de desemprego, em 2019, cifrou-se nos 6,5%, uma diminuição de 0,5 pontos percentuais face a 2018.

### Projeções da Economia Portuguesa 2018-2021

As perspetivas para a economia portuguesa deterioraram-se abrupta e significativamente com a pandemia COVID-19, que se instalou em Portugal em 2020 e estão rodeadas de grande incerteza. Esta pandemia corresponde também a um choque económico adverso com efeitos muito significativos e potencialmente prolongados no tempo em termos do bem-estar dos cidadãos e da atividade das empresas. A situação atual não tem precedente histórico recente e caracteriza-se por um elevado grau de desconhecimento relativamente ao impacto económico da pandemia. O presente contexto conjuga vários elementos novos que acentuam a incerteza e complexidade de um exercício de projeção.

#### Q1. Projeções do Banco de Portugal: 2020-2021 | Taxa de variação anual, em percentagem. <sup>5</sup>

	em % do PIB 2018	BE de março de 2020						
		2019	Cenário base			Cenário adverso		
			2020 <sup>(p)</sup>	2021 <sup>(p)</sup>	2022 <sup>(p)</sup>	2020 <sup>(p)</sup>	2021 <sup>(p)</sup>	2022 <sup>(p)</sup>
Produto interno bruto	100	2,2	-3,7	0,7	3,1	-5,7	1,4	3,4
Consumo privado	65	2,3	-2,8	1,4	2,9	-4,8	1,8	3,7
Consumo público	17	0,8	2,1	-1,3	1,0	3,0	-2,0	1,1
Formação bruta de capital fixo	18	6,4	-10,8	2,9	7,9	-14,9	3,4	9,3
Procura interna	100	2,8	-3,6	1,2	3,4	-5,5	1,4	4,2
Exportações	44	3,7	-12,1	4,2	5,5	-19,1	7,4	5,6
Importações	43	5,2	-11,9	5,5	6,2	-18,7	7,5	7,4
Emprego <sup>(a)</sup>		0,8	-3,5	0,7	1,8	-5,2	1,2	2,8
Taxa de desemprego (nível, %)		6,5	10,1	9,5	8,0	11,7	10,7	8,3
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,9	2,0	2,4	1,3	2,0	2,9	1,4
Balança de bens e serviços (% PIB)		0,4	1,0	0,6	0,2	1,0	1,0	0,3
Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC)		0,3	0,2	0,7	1,1	-0,1	0,5	0,7

<sup>5</sup> Adaptado de: Banco de Portugal - [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be\\_mar2020\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_mar2020_p.pdf)

A atual crise desencadeada pelo impacto do coronavírus, na economia Portuguesa e Mundial, constitui um novo e sério desafio às políticas económicas. A gestão dessas políticas deverá ter em consideração que é uma prioridade a resposta de curto prazo ao impacto provocado pela pandemia, mas as considerações de médio prazo deverão também ser tidas em conta. De acordo com o Banco de Portugal, *“em termos da política monetária a preocupação essencial consiste em assegurar a provisão adequada de liquidez à economia e a transmissão de uma política monetária acomodatória a todas as jurisdições, contribuindo assim para a estabilização da confiança e das expectativas dos agentes económicos. No que diz respeito à política orçamental, a assunção de despesas com o combate à pandemia e o apoio ao rendimento das famílias e das empresas é crucial nesta fase.”* De salientar que estes aumentos extraordinários de despesa, terão forçosamente impactos na redução do saldo orçamental e no aumento da dívida pública.



# Eixos Estratégicos



## 2. Principais Atividades– Eixos Estratégicos

Pensar, Agir e Fazer continua a ser o nosso lema.

A exemplo do que vem sendo prática dos anos anteriores, nas contas apresentamos números certos.

O presente documento, organizado de forma clara e transparente, reflete contas certas e os principais projetos concretizados no ano 2019.

Como nota prévia, da ação do executivo em permanência relevam os contactos institucionais, de proximidade, com a nossa população, diversas entidades públicas e privadas e com órgãos de decisão governamentais e políticos, nomeadamente e com mais insistência no âmbito da descentralização administrativa, saúde, rede viária e ferroviária, orla costeira, novo quadro comunitário de apoio, entre outras matérias de relevante interesse para o Município de Ovar.

Também se manteve a articulação permanente com as entidades participadas pelo Município de Ovar, com impacto municipal e intermunicipal, participando-se nas reuniões dos respetivos órgãos e subsequente assunção das decisões proferidas, nomeadamente no âmbito da CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, da AdRA, SA – Águas da Região e Aveiro, da Águas do Douro e Paiva, SA e da Águas do Centro Litoral, SA.

Desta articulação entre entidades, merecem destaque as reuniões de trabalho, na área da saúde, com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde, com a Presidente da ARSC - Administração Regional de Saúde do Centro e com o ACES Baixo Vouga. Os dossiers principais incidem sobre os interesses do Hospital de Ovar e a capacitação humana das USF's do território de Ovar.

De referir, também, o trabalho que tem vindo a ser realizado para a criação, pioneira, de um Sistema Local de Saúde em Ovar, que passa pela integração dos Cuidados Primários, à Comunidade e Hospitalares.

Em 2019, merecem, de igual modo, destaque as reuniões efetuadas com o Ministro da Administração Interna e os seus Secretários de Estado, a propósito da transferência da Esquadra da PSP de Ovar para o edifício onde funcionaram os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de Ovar, cujo protocolo de colaboração para a celebração de contrato de cooperação interadministrativo entre o Município da Ovar, a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e a Polícia de Segurança Pública, para a realização das obras necessárias à construção da nova Esquadra da PSP de Ovar, já foi assinado.

Por outro lado, do diálogo mantido, ao longo do último ano, com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), relevam as questões que se prendem com a erosão costeira, assim como as questões relacionadas com o desassoreamento, através da Polis Litoral Ria de Aveiro, da Ria e da Barrinha de Esmoriz.

No plano imaterial, o início do ano ficou marcado pelos festejos do Carnaval de Ovar. Festa maior do nosso Município, constitui um investimento que permite projetar Ovar fora de portas e além-fronteiras, contribuindo, igualmente, de forma muito direta e positiva, para a dinamização da economia local. Na edição de 2019, destaca-se o lançamento do Livro «Carnaval de Ovar», da autoria dos owarenses Jorge Almeida e Pinho e Guilherme Terra. Uma publicação que aborda a história do Carnaval desde o século XIX.

A afirmação de Ovar através do Turismo é uma realidade. De forma a promover o território, nas suas diversas potencialidades, regista-se a participação, que vem sendo consecutiva, do Município de Ovar na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa. Azulejo, Gastronomia e Pão-de-Ló promoveram Ovar na maior feira nacional de Turismo. Nesse ano, o Museu Etnográfico de Válega proporcionou “Uma Viagem pela Tradição...”, que incluiu provas de sabores e Workshop de Rodilhas e a Confraria Gastronómica do Concelho de Ovar apresentou “Sabores de Ovar”, com várias provas de degustação.

Neste ciclo, surgiu, também, a apresentação da Estação Náutica do Município de Ovar (ENP), numa sessão dedicada à Rota do Náutico. O Município de Ovar tem uma história e um conjunto de tradições ligadas ao Mar, à Ria e à Barrinha, um enquadramento geográfico privilegiado e um conjunto de condições para promover e dinamizar o setor náutico no território. A otimização dos recursos náuticos já presentes no território e a integração de novos agentes económicos, dos quais fazem parte a oferta de alojamento, restauração, atividades náuticas e outros serviços/atividades relevantes para a atração de turistas são a base para a estruturação da Estação Náutica de Ovar. Pretende-se, através da criação da ENP de Ovar, reforçar a capacidade de atração no setor náutico, criar uma oferta complementar ao turismo de sol e praia, valorizar o trabalho desenvolvido na Vela, Canoagem, Passeios de barco, Surf, Stand up Paddle, carpintaria naval, valorizar espaços museológicos, ampliar a oferta colaborativa (pública, privada e associativa), estimular o crescimento das atividades marítimo-turísticas no território, entre outros. Em novembro, Ovar recebeu a certificação da sua Estação Náutica. Em dezembro, foi assinado o Protocolo de Colaboração entre a Entidade Coordenadora (Município de Ovar) e o Conselho Náutico (Parceiros).

Já no plano material, o primeiro trimestre de 2019, marca o arranque de um conjunto de obras estruturantes, incluídas em programas que têm vindo a ser trabalhados, nomeadamente o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

Assim, no que toca à regeneração urbana do centro da cidade de Ovar, releva o início da empreitada de Requalificação do eixo viário constituído pelas Ruas Dr. Manuel Arala e Elias Garcia, em Ovar. Esta obra abrange uma área de intervenção grande e por isso tem sido executada em fases diferentes.

Ainda no capítulo da requalificação do ambiente urbano, destaca-se o início da empreitada de “Requalificação da Avenida do Bom Reitor”, em Ovar, e a requalificação das ruas Nuno Tristão e Álvaro Velho, em Esmoriz.

Merece também uma nota a conclusão das obras na zona do Cruzamento da Rua do Gavinho/Rua das Cavadas/Rua de São José, uma das principais vias de acesso à freguesia de Cortegaça, bastante frequentada, visto ser uma zona com comércio, servindo de acesso a unidades industriais, assim como ao centro da Vila.

No final de maio, começaram os trabalhos de beneficiação do Centro Cívico de Arada.

Na vizinha freguesia de Maceda, destaca-se a conclusão dos procedimentos tendentes à elaboração do projeto de reabilitação da Rua e Travessa dos Lambos e da Rua das Dedanas. O projeto já foi apresentado. Também se encontra em curso a elaboração do projeto para a construção da Capela Mortuária de Maceda.

Merece, igualmente, destaque, a conclusão do procedimento da empreitada de Reabilitação do Bairro do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), em Cortegaça. Uma intervenção, que se encontra em curso, e que engloba 12 moradias, de forma a melhorar as condições de habitabilidade das mesmas, nomeadamente através da resolução de problemas de isolamento térmico, infiltrações, da substituição dos vãos com caixilharia para instalação de vidros duplos, execução de escadas novas, criação de uma casa de banho no piso 1, renovação das instalações elétricas e hidráulicas, entre outras reparações há muito necessárias.

2019 foi o ano da abertura ao público do renovado Museu Escolar Oliveira Lopes, um espaço que tem como missão a salvaguarda e a divulgação do legado das Escolas Primárias Oliveira Lopes e dos seus beneméritos, bem como a investigação e o estudo da evolução história do sistema educativo em Portugal, criando condições museológicas adequadas às suas especificidades, com vista ao contributo para o desenvolvimento social e cultural.

No plano urbanístico, destaca-se ainda a aprovação, em 2019, pela Câmara Municipal, da aquisição de dois prédios devolutos na cidade de Ovar, um sito na Rua do Seixal (Luzes) e outro na Av. D. Maria II (Casal), com o objetivo de futura reabilitação e conclusão para criação de habitações a custos controlados. As escrituras foram já celebradas este ano, em 27 de abril.

Por outro lado, também foi concluído o processo administrativo referente à celebração da escritura de permuta entre o Município de Ovar e a sociedade Gastronomia Duarte & Leite, Lda., através da qual foi adquirido para o domínio municipal o edifício que alberga o forno da Olaria e terreno contíguo, sito na Avenida da Régua, em Ovar, garantindo-se a proteção, tutela e valorização do bem, atento o seu inequívoco interesse histórico, cultural e patrimonial, sem olvidar o processo de classificação de interesse municipal em curso.

Na zona Norte, foi concluída a Reabilitação do Jardim Ancoradouro, um local de elevada importância turística, dada a sua localização na frente de mar de Esmoriz. A requalificação do espaço veio conferir uma nova dinâmica a esta zona, permitindo o usufruto por várias gerações, promovendo a integração social e a qualidade de vida da população, e contribuindo para uma melhoria muito significativa do bom ambiente urbano. No local, foi também reservada uma área destinada a Parque Canino.

De registar, também, a conclusão do processo de regularização das garagens pertencentes ao Conjunto Habitacional de Gondezende (2ª fase), em Esmoriz. Um longo processo administrativo que se arrastava há mais de 20 anos e que foi, em 2019, concluído.

Outro programa importante é o Pacto Intermunicipal da Região de Aveiro, onde se incluem as obras de reabilitação do edifício da Escola Secundária Júlio Dinis, que iniciaram em 2019. Em fase atual de conclusão, estas obras vão reabilitar as instalações da escola secundária, abrangendo o edifício principal e o pavilhão gimnodesportivo, a edificação de uma nova portaria, a requalificação dos pavimentos exteriores, assim como a criação de acessibilidades a pessoas de mobilidade condicionada nos edifícios e circulações exteriores.

Relevam, de forma muito positiva e profícua, os contactos efetuados com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), que, a par do Município, também tem vindo a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos.

No capítulo da mobilidade urbana, 2019 foi o ano da construção de novas pistas Pedonais e Cicláveis. No que se refere à mobilidade coletiva, salienta-se o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, no âmbito da CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, a propósito da Rede de Transportes Intermunicipal. No caso concreto do Município de Ovar, a par das carreiras existentes, serão criadas novas carreiras, nomeadamente entre Ovar e o Furadouro, com paragem no Dolce Vita e Pousada da Juventude, entre a estação de Ovar e as zonas industriais, criando mais opções e facilidade de deslocação para os trabalhadores do tecido empresarial local, assim como a criação de uma carreira entre os limites nascente



e poente do norte do concelho, e uma outra nas freguesias de Esmoriz e Cortegaça, passando pelas Escolas e Praias. Aguarda-se pela concretização do respetivo concurso.

No plano ambiental, em 2019, decorreram várias iniciativas realizadas no âmbito da sensibilização ambiental, principalmente junto das crianças. Releva a comemoração do Dia da Árvore, com a dinamização da oficina “As árvores da nossa terra”, e do Dia Mundial do Ambiente, assim como a concretização da iniciativa Pegada na Areia – Monitorização de Microplásticos nas Praias, que decorreu na Praia de Esmoriz, contando com mais de 200 participantes que se associaram a esta iniciativa, de cariz ambiental.

De salientar, ainda, a conferência do Horizonte Azul, organizada pelo NECM – Núcleo de Estudantes de Ciências do Mar da Universidade de Aveiro, para discutir a Gestão Costeira e o evento "Smart Cities Session" do Portugal Mobi Summit, a partir do mote "Rumo a um ecossistema urbano sustentável e inteligente", que decorreu na Escola de Artes e Ofícios.

Na gestão de resíduos, impõe-se salientar o arranque da empreitada para a execução do Ecocentro de Ovar, entretanto em fase de conclusão. Trata-se de um equipamento que vai permitir ao Município e à região envolvente dar um salto qualitativo em termos de política ambiental e que promoverá a economia circular. Tem por objetivo a valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem, e surge no seguimento da aprovação da candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), tratando-se de uma obra comparticipada a 85%. Entraremos numa nova fase na recolha e tratamento dos resíduos sólidos em Ovar.

Por outro lado, em matéria de infraestruturas básicas, em 2019 teve continuidade a construção de redes de águas residuais, principalmente em Arada e Válega.

No que se refere à área da proteção civil, foi mantido o protocolo de colaboração, para reforço da vigilância e segurança nas praias do concelho, com as Juntas de Freguesia de Esmoriz, Cortegaça e Maceda e com as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Ovar e de Esmoriz.

Através deste protocolo, é assegurado o reforço da vigilância e segurança em todas as praias do concelho, em especial nas zonas não concessionadas e vigiadas. Em 2013, o Município de Ovar apenas foi distinguido com três bandeiras azuis. Em 2019, foram-lhe concedidas seis bandeiras azuis.

De referir que, em dezembro, foi constituído o Posto de Emergência Médica, do INEM, no quartel dos Bombeiros Voluntários de Esmoriz, que merece uma nota de destaque muito positiva.

No capítulo do associativismo, manteve-se a contratualização dos apoios com as associações recreativas e culturais, os clubes desportivos e as instituições sociais, assim como com as associações de pais e os agrupamentos de escolas, no reconhecimento da importância do esforço e do trabalho coletivo que desenvolvem, enquanto elementos de construção identitária e de potenciação do próprio desenvolvimento local. É um investimento continuado que tem vindo a ser assumido pela Câmara Municipal, considerando-se um investimento nas pessoas e no território.

Em 2019, foi dada especial atenção a programas educativos e culturais, reforçando projetos existentes e parcerias com o movimento associativo local.

De entre muitos, decorreu a 2ª edição do Ovar em Jazz; a 3ª edição do Maio do Azulejo e a 6ª edição do FESTA; concretizou-se mais uma edição do Programa Animar as Praias; realizou-se a III Mostra Social que, a partir do Valor Colaboração, registou um acentuado envolvimento das Instituições, em espírito de colaboração e parceria. Promoveu-se o habitual Cantar os Reis e o Ovar Natal.

Esta programação foi complementada com vários Festivais de Folclore e Festas Religiosas, como expressão das nossas tradições, e outras iniciativas que animam o concelho, principalmente, no período de Verão, de índole cultural, desportiva, ambiental e recreativa, que se harmonizam, de iniciativa pública e privada. No final do mês de agosto e início de setembro, assumiram destaque as grandiosas Festas do Mar, em Esmoriz, Cortegaça e Furadouro.

Em novembro, destaca-se a atribuição do Prémio de Autarquia + Familiarmente Responsável, concedido pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, pelas medidas e ações de apoio à família implementadas pela Câmara Municipal. De referir que o Município de Ovar recebe, ininterruptamente e desde 2016, este galardão.

No plano do Desenvolvimento Social, manteve-se o apoio a todas as famílias vulneráveis que recorrem à Câmara Municipal, num quadro de proximidade que pretende um Território Mais Justo e Inclusivo.

O ano de 2019 foi um ano de muito trabalho. Um ano que marca o arranque de vários projetos estruturantes, dando continuidade à concretização dos objetivos estratégicos definidos para o Município de Ovar. E tudo fazia crer que, em 2020, continuássemos com este desiderato, não tivéssemos sido fortemente atingidos pela Pandemia – COVID 19. Na verdade e pese embora, nesta data, a situação epidemiológica do Município de Ovar esteja controlada, nunca mais nos iremos esquecer dos momentos que vivemos, sobretudo entre 17 de março e 17 de abril de 2020, com a contaminação comunitária pelo novo Coronavírus, que poderia ter atingido 80% da nossa população (cerca de 44 mil habitantes), e em que



experienciámos, de forma única em Portugal continental, o isolamento e a cerca sanitária concelhia. Com uma taxa de 12,9 pessoas infetadas por cada mil habitantes (3,2 em Portugal), e uma taxa de letalidade de 5,7% (4,3% em Portugal), Ovar continua a ser, ainda hoje, dos Municípios mais afetados pela COVID-19. No entanto, estamos convictos que a situação não foi mais grave, mercê, sobretudo, do comportamento das nossas pessoas e dos nossos empresários que souberam responder positivamente perante a gravidade da situação.

Mas Ovar, somos nós. E nós, somos um Povo de solidariedade, de força, de raça e que não vira a cara às dificuldades.

Juntos, vamos continuar a trabalhar pela nossa terra.

# Recursos Humanos



### 3. Recursos Humanos

#### 3.1. O Capital Humano

A proximidade e a intervenção do Município de Ovar junto dos cidadãos têm sido um dos principais influenciadores da sua estrutura de Capital Humano, procurando o equilíbrio entre a operacionalidade e a tecnicidade. Assim, neste equilíbrio, procuramos manter, como sempre, a estratégia focada nos três vetores que consideramos essenciais: o aumento da eficácia dos serviços prestados; o cumprimento das normas legais em vigor; e a compatibilização das necessidades de recursos humanos com a eficácia financeira do Município.

O Município de Ovar, no âmbito da sua estrutura interna e organização dos serviços municipais, assume uma estrutura hierarquizada, em linha com a maioria dos Municípios Portugueses, pelo que se torna imperiosa a definição de objetivos estratégicos.

Assim, na prossecução dos objetivos estratégicos da organização, uma eficiente rentabilização dos recursos humanos será aquela que mais contributos dá para um bom desempenho, sem comprometer as ações ao nível do investimento, o que tem sido uma permanente preocupação, tal como se verifica com os aumentos de custos a serem especial e fundamentalmente influenciados por alterações legislativas, nomeadamente por força do descongelamento das carreiras, com elevado impacto nos anos de 2018 e 2019 e com as atualizações salariais, concretamente ao nível do salário mínimo e das atualizações remuneratórias decorrentes da concretização e aplicação dos efeitos da avaliação do desempenho (SIADAP), e que atualmente têm impacto a cada biénio, sendo que, 2019 foi um dos anos em que estes efeitos mais se sentiram com o descongelamento das carreiras dos trabalhadores Municipais.

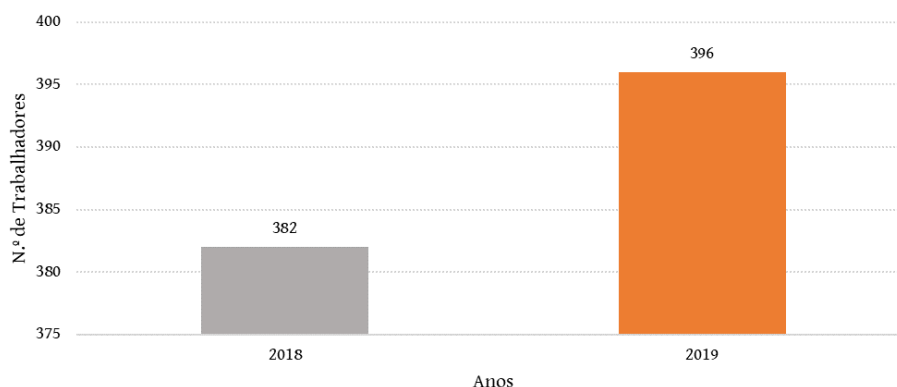
Não obstante as obrigações legais a assegurar pelo Município, é, no âmbito da gestão de recursos humanos do Município, necessário adequar as aptidões das pessoas às novas exigências e potenciar e garantir o seu aproveitamento, de forma a que, pelas novas competências ou habilitações adquiridas, possam contribuir de forma mais eficaz para as metas a atingir na organização, recorrendo-se a modalidades de gestão como a mobilidade interna e, fazendo face a mais de uma década de limitações à contratação, permitindo realizar as contratações *em linha* com o levantamento de necessidades de recrutamento, em função dos perfis de competências previamente definidos e cujas ações vêm sendo aprovadas pelos órgãos autárquicos.

No âmbito da recuperação do número de recursos humanos que permitam satisfazer as necessidades de realização, estabelecemos uma análise comparativa entre o número de trabalhadores a 31 de dezembro

de 2018 e 31 de dezembro de 2019, verificando-se um aumento de 3,5% do número de trabalhadores, aumento inferior ao verificado entre 2017 e 2018, que se cifrou em 5%.

Acresce referir que o rejuvenescimento dos recursos humanos do Município, tem que ser uma ação gradual, uma vez que a medida de idades dos trabalhadores Municipais é atualmente superior a 45 anos, posicionados em nível remuneratório superior, o que obriga a uma compatibilização entre saídas e entradas, por forma a manter o equilíbrio orçamental e o rácio de recursos humanos equilibrado.

### G1. Número Total de Trabalhadores

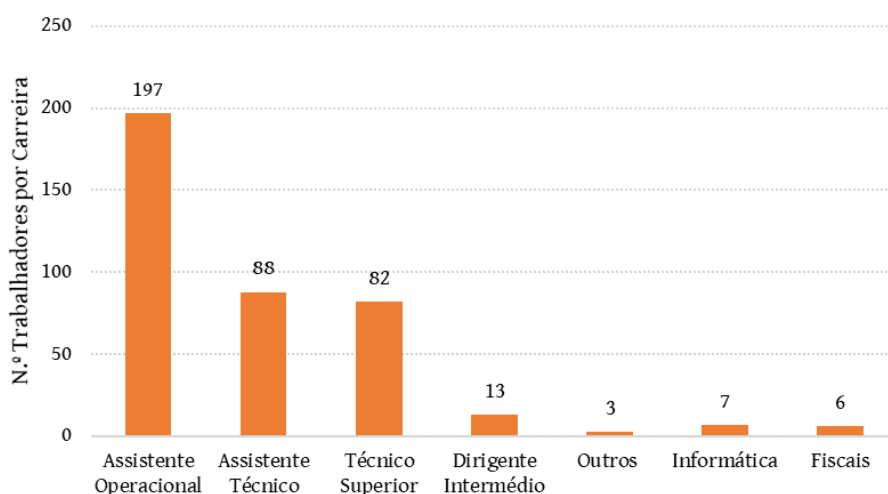


### 3.2. Distribuição do Capital Humano por Carreira

Por força das atribuições do Município e da relação de proximidade com os cidadãos, constata-se uma elevada necessidade de trabalhadores com a categoria de Assistente Operacional, categoria predominante, com menor grau de tecnicidade e maior grau de operacionalidade. A predominância deve-se, essencialmente, a três áreas de intervenção, a saber: as áreas da educação, da conservação e manutenção de equipamentos e do ambiente.

Não obstante a operacionalidade exigida ao Município, mantém-se uma gestão equilibrada no sentido de dotar os serviços de conhecimentos técnicos e administrativos, não descurando a melhor qualificação dos trabalhadores, seja por via da certificação académica e profissional proporcionada pelo programa “QUALIFICA”, cuja conclusão ocorreu no ano de 2019 e que abrangeu mais de duas dezenas de trabalhadores, seja pela formação contínua com cerca de 100 ações de formação realizadas e um número de formandos superior a 300.

## G2. Trabalhadores por carreira



### 3.3. Trabalhadores por Carreira e Género

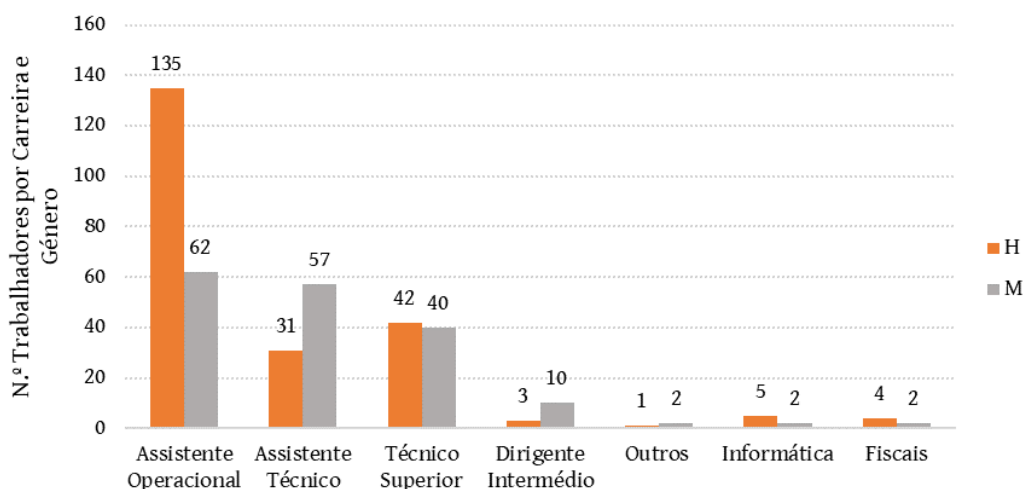
A igualdade de género é e tem sido um tema a valorizar por parte do Município de Ovar, que, salvaguardando o mérito e o cumprimento da legalidade no que concerne à contratação de trabalhadores, pugna por proporcionar igualdade de acesso e de oportunidades a todos os cidadãos.

Neste sentido, constatamos que se mantém um total equilíbrio entre homens e mulheres na carreira com maior grau de tecnicidade (técnico superior) e uma predominância de homens no setor operacional que, pela tipologia dos candidatos a procedimentos concursais, se prende com a natureza das atividades a desenvolver, sendo que, dentro deste grupo, há uma grande predominância de mulheres na área de auxiliar de ação educativa.

Realçamos, no entanto, o facto de existir uma predominância de mulheres em cargos dirigentes, sendo esta uma posição na estrutura correspondente a uma chefia de topo.

No global, há ainda um desequilíbrio, fruto do mencionado registo ao nível de assistentes operacionais, com predominância de homens, que correspondem a cerca de 56% do total dos trabalhadores municipais.

### G3. Trabalhadores por carreira e género



#### 3.4. Trabalhadores por Tipo de Vínculo e Género

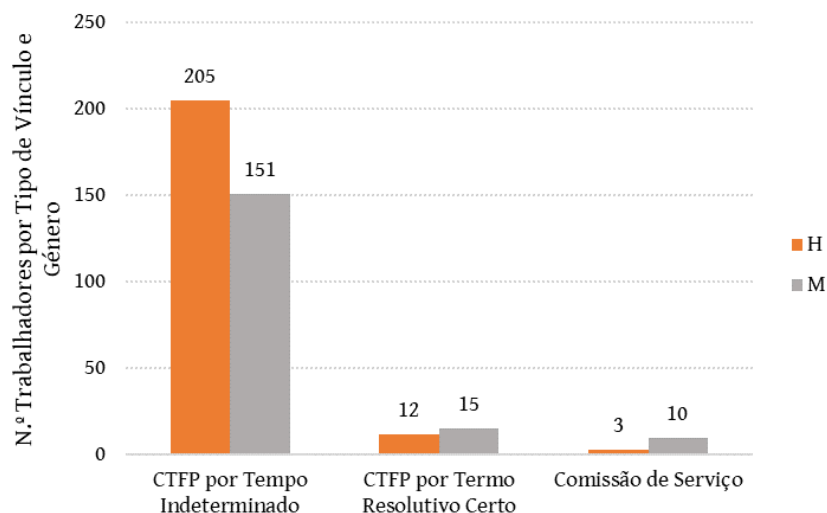
Tal como já foi possível verificar no gráfico anterior, há, na globalidade, uma ligeira predominância de homens, sendo que esta se verifica mais ao nível das relações jurídicas por tempo indeterminado, com maior equilíbrio nas carreiras de maior grau de tecnicidade.

Apesar disso, importa reforçar a manutenção da predominância de mulheres nos cargos de chefia, exercidos em regime de comissão de serviço.

Outro dos traços reveladores e caracterizadores do Município é a valorização da estabilidade no emprego, sendo os vínculos resultantes de contratos de trabalho a termo resolutivo residuais e quase insignificantes, pois são apenas um recurso para situações absolutamente claras de aumento temporário de atividade e direcionados para as tarefas a concretizar num determinado período de tempo.

Apesar desta opção pela estabilidade no emprego, não é possível deixar de valorizar contratos de trabalho de outra natureza, desde que absolutamente imprescindíveis e justificados.



**G4. Trabalhadores por tipo de vínculo e género****3.5. Segurança e Saúde no Trabalho**

A Segurança e Saúde no Trabalho tem sido, ao longo dos últimos anos, uma prioridade do Executivo Municipal, em matéria de Recursos Humanos.

Trata-se de uma área fulcral na defesa do bem-estar dos trabalhadores e de um elevado índice de produtividade, que tem sido acompanhada pelos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho.

Neste sentido, continua um forte investimento na saúde, com a contratação de serviços médicos, com a criação de um gabinete médico de saúde laboral e ocupacional e de um serviço de nutricionismo.

Continuamos a investir no aumento e na melhoria dos Equipamentos de Proteção Individual, que atualmente estão disponibilizados a todos os trabalhadores, com especial incidência no grupo de assistentes operacionais, com atividades com elevado grau de perigosidade, reforçando a formação dos trabalhadores no que concerne à sua utilização e sensibilização.

A sensibilização e a formação nas áreas da segurança contra incêndio, operação de máquinas e viaturas e manuseamento de máquinas e ferramentas, foram fundamentais para a prossecução dos objetivos definidos.

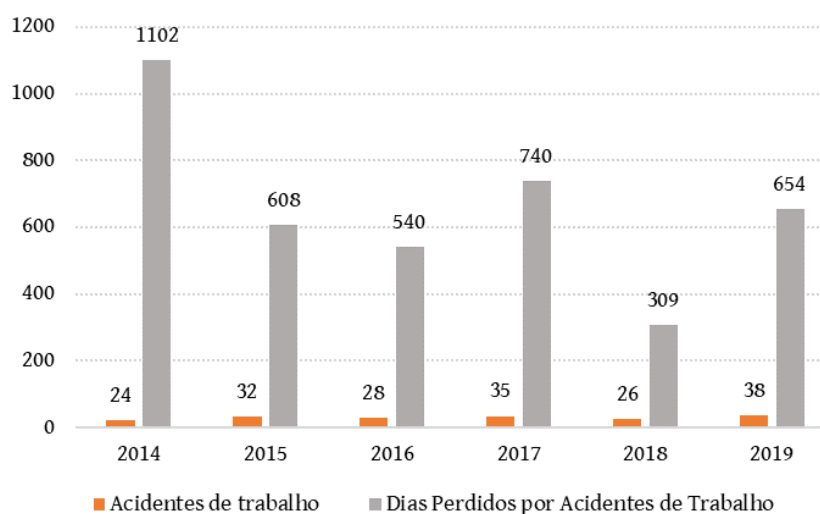
Como resultado desta preocupação e investimento, verificamos que os efeitos da sinistralidade estão em níveis estáveis quanto ao número de acidentes, sendo que, no ano de 2019, os efeitos dos acidentes,



nomeadamente por se tratarem, na maioria, de lesões músculo-esqueléticas, foram mais severos ao nível do número de dias de ausência.

Assim, no ano de 2019, registamos 654 dias de ausência por acidente de trabalho, contrastando com 309 dias de ausência por acidente de trabalho, no ano de 2018, situação que deverá merecer uma intervenção de maior proximidade durante o ano de 2020.

### G5. Acidentes de trabalho e dias perdidos



# Execução Orçamental



## **4. Execução Orçamental**

O presente capítulo inclui os principais aspetos relacionados com a contabilidade orçamental cuja natureza é a ótica de caixa, que pressupõe o registo de recebimentos e pagamentos com base num orçamento previsional, sem prejuízo de registar ainda os compromissos (despesa) e as liquidações (receita).

De referir que, os recebimentos e pagamentos apresentados poderão não apresentar uma relação direta com os montantes e variações de proveitos e custos, tais desvios ocorrem pela abordagem particular de cada uma destas óticas contabilísticas, sendo explicada quer pela amortização de dívida de anos anteriores, com impacto nos pagamentos, quer pela aplicação do princípio do acréscimo utilizado na contabilidade patrimonial/financeira.

Em conformidade com o Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, os documentos de prestação de contas exigidos são essencialmente documentos orçamentais e financeiros, sendo que no presente capítulo serão apresentados os elementos relativos à contabilidade orçamental e no seguinte serão tratados os dados relativos à contabilidade patrimonial/financeira.

### **4.1. Alterações e Revisões Orçamentais**

Os documentos previsionais das Autarquias Locais consubstanciam-se nas Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano das Atividades Mais Relevantes) e no Orçamento (Resumo do Orçamento, Orçamento da Despesa e Orçamento da Receita).

Nas Grandes Opções do Plano, apresentadas para um horizonte temporal de quatro anos, são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município, são parte integrante destes elementos o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano das Atividades Mais Relevantes (AMR).

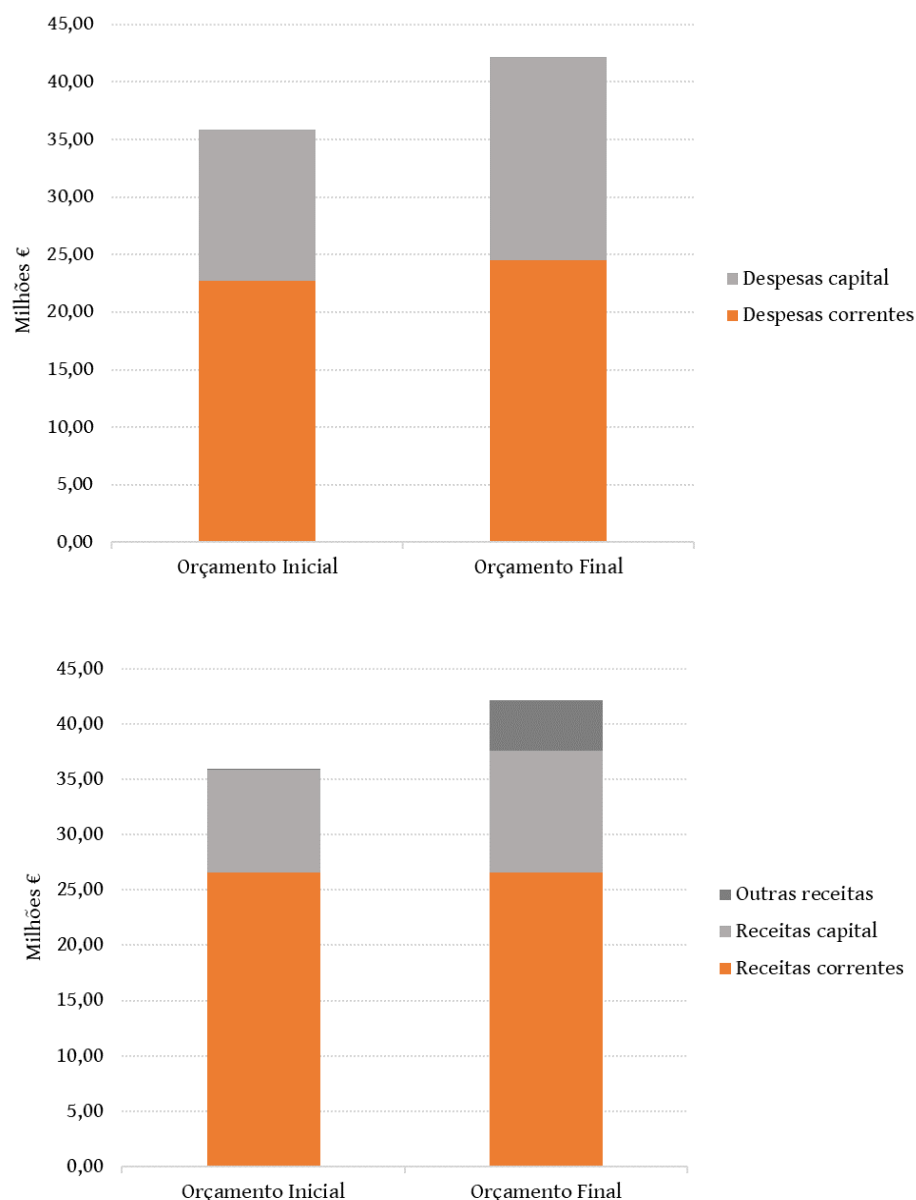
O Orçamento do Município apresenta a previsão anual das receitas e das despesas, de acordo com o quadro e código de contas previstos no POCAL, sendo constituído por mapa resumo das receitas e despesas e mapa das receitas e despesas desagregadas por classificação económica.

De acordo com o ponto 8.3.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, os documentos previsionais podem sofrer modificações, quer seja através de alteração ou revisão orçamental, nos termos da Lei, permitindo, a cada momento, acomodar as receitas e as despesas previstas, resultantes do plano

de ação implementado e das prioridades assumidas pelo Órgão Executivo, e devidamente aprovadas pelo Órgão Deliberativo, quando aplicável.

Em 2019, o Município de Ovar concretizou uma revisão e dezanove alterações orçamentais, cada uma delas devidamente fundamentada e aprovada pelo órgão competente.

### G6. Orçamento Inicial vs Orçamento Final



No seguinte quadro podemos verificar que foram realizados reforços no orçamento da receita no montante total de 6 310 273,88 euros, resultado da integração do saldo de gerência do ano anterior no valor de 4 610 273,88 euros e da introdução de 1 700 000 euros em passivos financeiros referente ao valor do empréstimo bancário para aquisição de dois edifícios destinados à habitação social.

## Q2. Alterações ao Orçamento da Receita

(euros)				
Rubricas da Receita	Orçamento Inicial 2019	Aumentos	Diminuições	Orçamento Final 2019
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
Impostos diretos	12 648 867,00			12 648 867,00
Impostos indiretos	581 885,00			581 885,00
Taxas, multas e outras penalidades	572 101,00			572 101,00
Rendimento de propriedade	1 303 392,00			1 303 392,00
Transferências correntes	7 933 038,00			7 933 038,00
Venda de bens e prestação de serviços correntes	3 488 232,00			3 488 232,00
Outras receitas correntes	41 000,00			41 000,00
<b>TOTAL RECEITA CORRENTE</b>	<b>26 568 515,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26 568 515,00</b>
<b>RECEITAS CAPITAL</b>				
Venda de bens de investimento	114 173,00			114 173,00
Transferência de capital	9 118 395,00			9 118 395,00
Passivos financeiros	0,00	1 700 000,00		1 700 000,00
Outras receitas de capital	40 000,00			40 000,00
<b>TOTAL RECEITA CAPITAL</b>	<b>9 272 568,00</b>	<b>1 700 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10 972 568,00</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>				
Reposições não abatidas nos pagamentos	3 917,00			3 917,00
Saldo da gerência anterior	0,00	4 610 273,88		4 610 273,88
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>35 845 000,00</b>	<b>6 310 273,88</b>	<b>0,00</b>	<b>42 155 273,88</b>

Relativamente às modificações ao orçamento da despesa, nas despesas de capital, as maiores variações entre o orçamento inicial e final verificam-se na rubrica Aquisição de bens de capital, com uma variação líquida de 4 014 509 euros e nas Transferências de capital com um aumento de 502 580 euros. Nas despesas correntes, a maior variação líquida ocorreu na Aquisição de bens e serviços, registando no orçamento final mais 1 021 260,98 euros face ao orçamento inicial, seguindo-se as Transferências Correntes com mais 481 379,90 euros e Outras Despesas correntes com um aumento líquido de 309 729 euros. Em sentido inverso verificou-se redução do valor orçamentado para Despesas com o pessoal em 19 185 euros.

## Q3. Alterações ao Orçamento da Despesa

(euros)				
Rubricas da Despesa	Orçamento Inicial 2019	Aumentos	Diminuições	Orçamento Final 2019
<b>DESPESAS CORRENTES</b>				
Despesas com o pessoal	8 790 000,00	488 960,00	508 145,00	8 770 815,00
Aquisição de bens e serviços	10 122 344,00	2 242 729,60	1 221 468,62	11 143 604,98
Juros e outros encargos	30 500,00	4 165,00	4 165,00	30 500,00
Transferências correntes	3 508 060,00	1 033 378,28	551 998,38	3 989 439,90
Outras despesas correntes	260 900,00	382 639,00	72 910,00	570 629,00
<b>TOTAL DESPESA CORRENTE</b>	<b>22 711 804,00</b>	<b>4 151 871,88</b>	<b>2 358 687,00</b>	<b>24 504 988,88</b>
<b>DESPESAS CAPITAL</b>				
Aquisição de bens de capital	12 353 165,00	6 004 657,00	1 990 148,00	16 367 674,00
Transferências de capital	436 040,00	576 079,00	73 499,00	938 620,00
Ativos financeiros	102 891,00			102 891,00
Passivos financeiros	240 000,00			240 000,00
Outras despesas de capital	1 100,00			1 100,00
<b>TOTAL DESPESA CAPITAL</b>	<b>13 133 196,00</b>	<b>6 580 736,00</b>	<b>2 063 647,00</b>	<b>17 650 285,00</b>
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>35 845 000,00</b>	<b>10 732 607,88</b>	<b>4 422 334,00</b>	<b>42 155 273,88</b>





## 4.2. Execução Orçamental da Receita

A execução orçamental de receita, encontra-se em análise neste ponto. Apresenta-se, de seguida, a receita detalhada no exercício de 2019, efetuando a comparabilidade com o exercício de 2018.

### Q4. Execução do Orçamento da Receita

Rubricas	(euros)						
	Orçamento Inicial 2019	Orçamento Final 2019	Receita Cobrada Líquida 2019	Taxa de Execução	Valor Relativo	Receita Cobrada Líquida 2018	Varição 2019/2018
<b>RECEITAS CORRENTES</b>							
Impostos diretos	12 648 867,00	12 648 867,00	14 299 458,87	113,05%	41,95%	13 055 198,44	9,53%
Impostos indiretos	581 885,00	581 885,00	659 133,46	113,28%	1,93%	748 838,87	-11,98%
Taxas, multas e outras penalidades	572 101,00	572 101,00	515 614,49	90,13%	1,51%	488 850,64	5,47%
Rendimento de propriedade	1 303 392,00	1 303 392,00	913 801,71	70,11%	2,68%	1 225 062,78	-25,41%
Transferências correntes	7 933 038,00	7 933 038,00	8 071 713,13	101,75%	23,68%	8 019 171,72	0,66%
Venda de bens e prestação de serviços correntes	3 488 232,00	3 488 232,00	3 014 539,53	86,42%	8,84%	2 763 081,42	9,10%
Outras receitas correntes	41 000,00	41 000,00	25 769,35	62,85%	0,08%	64 201,46	-59,86%
<b>TOTAL RECEITA CORRENTE</b>	<b>26 568 515,00</b>	<b>26 568 515,00</b>	<b>27 500 030,54</b>	<b>103,51%</b>	<b>80,67%</b>	<b>26 364 405,33</b>	<b>4,31%</b>
<b>RECEITAS CAPITAL</b>							
Venda de bens de investimento	114 173,00	114 173,00	107 644,24	94,28%	0,32%	221 793,21	-51,47%
Transferência de capital	9 118 395,00	9 118 395,00	1 845 360,91	20,24%	5,41%	789 704,32	133,68%
Passivos financeiros	0,00	1 700 000,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	
Outras receitas de capital	40 000,00	40 000,00	15 009,03	37,52%	0,04%	257 930,12	-94,18%
<b>TOTAL RECEITA CAPITAL</b>	<b>9 272 568,00</b>	<b>10 972 568,00</b>	<b>1 968 014,18</b>	<b>17,94%</b>	<b>5,77%</b>	<b>1 269 427,65</b>	<b>55,03%</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>							
Reposições não abatidas nos pagamentos	3 917,00	3 917,00	12 612,33	321,99%	0,04%	12 084,79	4,37%
Saldo da gerência anterior	0,00	4 610 273,88	4 610 273,88	100,00%	13,52%	3 597 152,14	28,16%
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>35 845 000,00</b>	<b>42 155 273,88</b>	<b>34 090 930,93</b>	<b>80,87%</b>	<b>100,00%</b>	<b>31 243 069,91</b>	<b>9,12%</b>

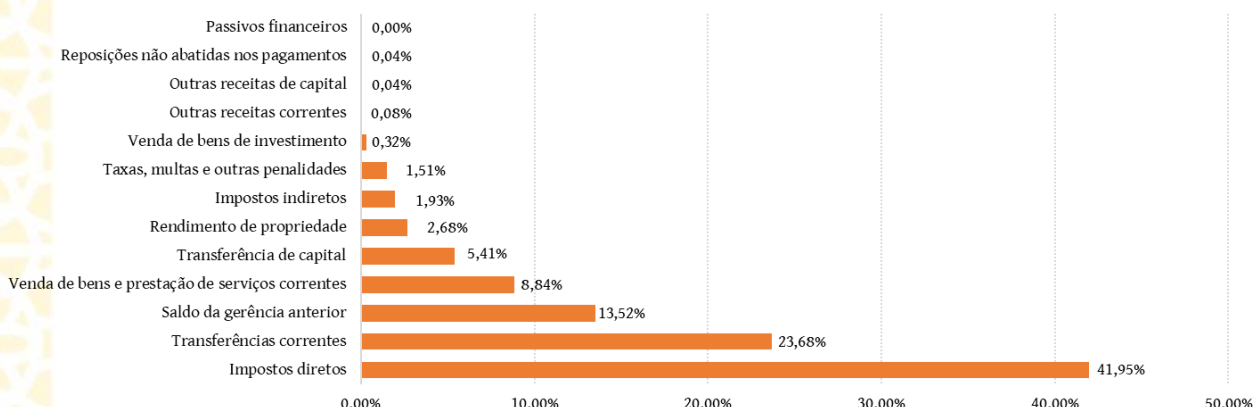
No exercício de 2019, o Município de Ovar arrecadou receita líquida, no montante de global de 34 090 930,93 euros, sendo:

-  27 500 030,54 euros de receitas correntes;
-  1 968 014,18 euros de receitas de capital;
-  12 612,33 de reposições não abatidas nos pagamentos; e
-  4 610 273,88 euros relativo ao saldo de gerência do ano anterior.

O nível de execução da receita, no exercício de 2019, foi de 80,87%, havendo um decréscimo comparativamente à taxa de execução das receitas globais do Município de Ovar em 2018, que atingiu 88,37% das receitas previstas em sede de orçamento corrigido.

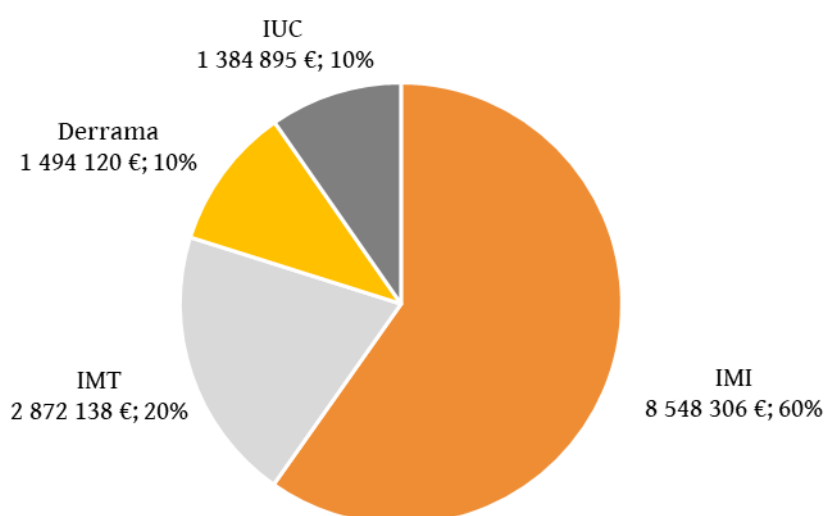
Nos termos do nº 3 do art.º 56º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios não poderão apresentar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%. Face ao exposto, verifica-se que o Município de Ovar deu cumprimento ao legalmente previsto na Lei.



**G7. Receita Cobrada Líquida**

Contribuem para a estrutura global das receitas apuradas, quatro grandes rubricas, a saber: os impostos diretos, as transferências obtidas, o saldo da gerência anterior e as vendas de bens e prestações de serviços.

As receitas fiscais são aquelas cuja representatividade é maior, com um peso de 41,95%, o que corrobora a tendência verificada nos últimos anos. Esta rubrica engloba os impostos diretos – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), Derrama e Imposto Único de Circulação (IUC), que são distribuídos conforme ilustra o gráfico seguinte.

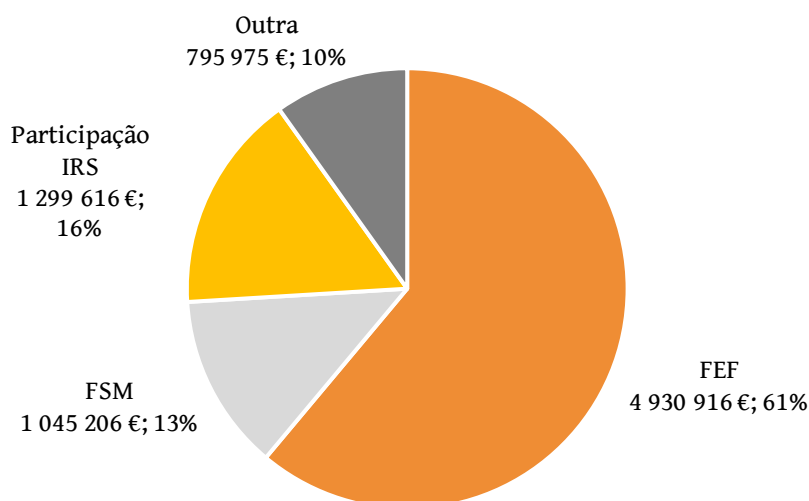
**G8. Impostos Diretos**

As transferências correntes arrecadadas representam a segunda maior componente, nas receitas correntes, com um peso estrutural de 23,68%. Estas transferências são compostas pelo Fundo de Equilíbrio



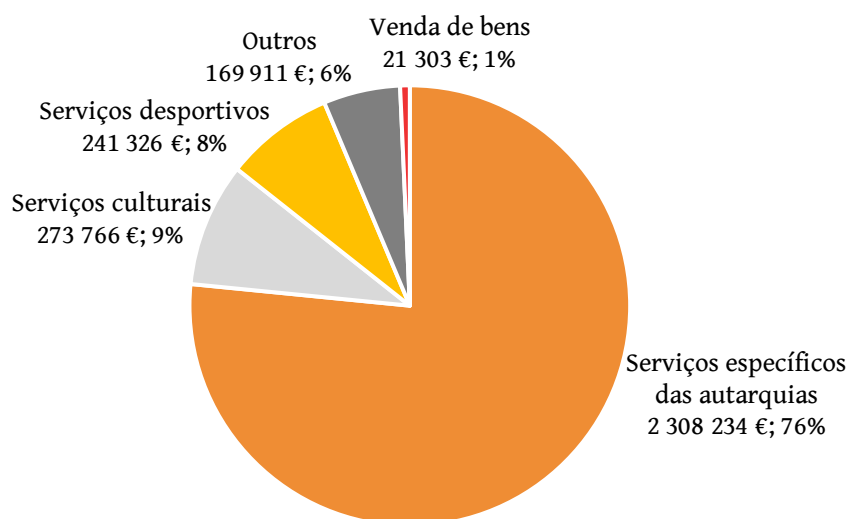
Financeiro, Fundo Social Municipal, Participação Fixa no IRS e em 2019, enquadrou-se uma nova verba a distribuir pelos municípios, decorrente da aplicação, do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. A distribuição destas receitas, é ilustrada no gráfico seguinte.

### G9. Transferências Correntes



O saldo da gerência anterior, no montante global de 4 610 273,88 euros, é a terceira componente com maior peso estrutural no total da receita arrecadada, com um peso de 13,52%.

A venda de bens e prestação de serviços correntes, representa no exercício de 2019, um peso de 8,84%, sendo que esta rubrica inclui serviços específicos das Autarquias Locais, com destaque para a receita arrecadada com resíduos sólidos, serviços culturais (receita do Centro de Arte de Ovar e Carnaval de Ovar), os serviços escolares (refeições em cantinas escolares e apoio às famílias, quer no prolongamento de horário para 1º ciclo, quer atividades de apoio para o ensino pré-escolar) e ainda os serviços desportivos (receita da Piscina Municipal de Ovar). A sua composição para o exercício de 2019, apresenta-se de seguida, graficamente.

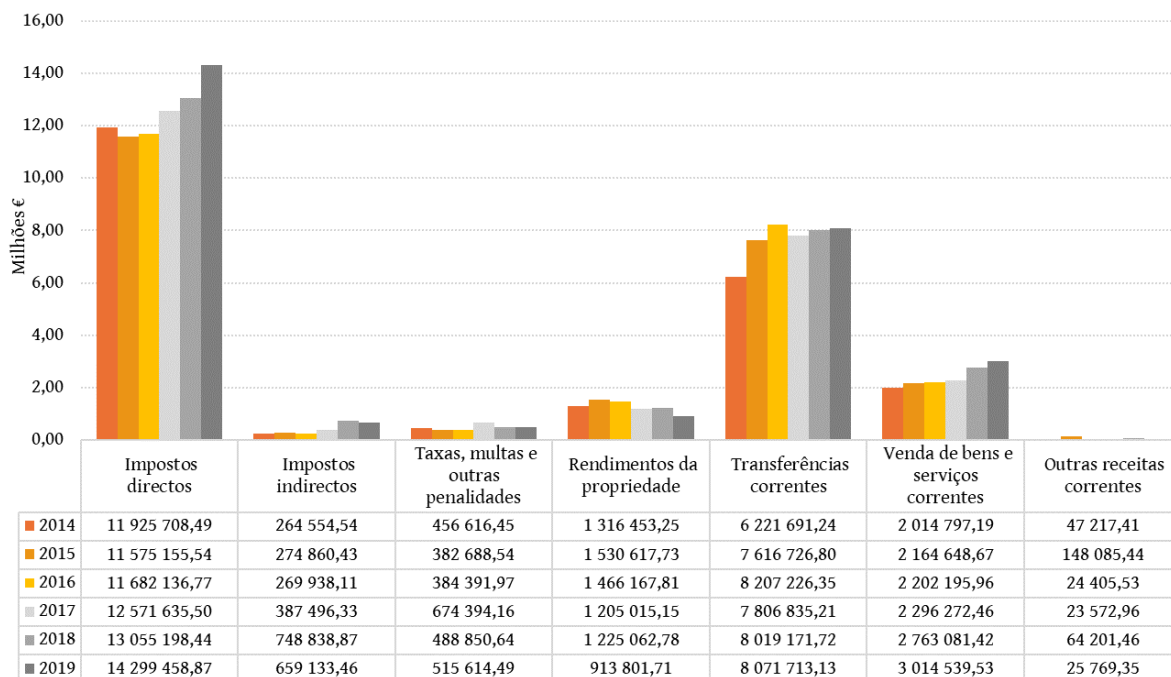
**G10. Vendas de Bens e Prestações de Serviços Correntes 2019**

Comparativamente com o exercício de 2018, é de salientar:

- nas receitas correntes, o aumento da rubrica de impostos diretos, essencialmente justificada pelo aumento do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis que reflete o aumento de vendas de imóveis no Concelho de Ovar, acompanhada da dinâmica gradual e crescente, do mercado imobiliário que se tem vindo a observar nos últimos anos;
- nas receitas de capital, a variação positiva (+133,68%) da rubrica relativa a transferências de capital. A variação justifica-se, essencialmente, pela receita arrecadada com a comparticipação comunitária em projetos cofinanciados pelo PEDU, associada à execução de empreitadas como, “Requalificação do Largo e Rua da Olaria”, “Beneficiação da Rua Família Regalado e Rua dos Calafates”, “Requalificação da Rua Dr. Manuel Arala e Rua Elias Garcia” e “Requalificação da Avenida Bom Reitor”.

O gráfico seguinte apresenta a evolução de cada uma das componentes da **Receita Corrente** no período de 2014 a 2019, e ilustra a importância de cada uma das rubricas já mencionadas na estrutura global, com destaque para os Impostos Diretos, as Transferências Correntes e as Venda de Bens e Serviços Correntes.

## G11. Receita Corrente Cobrada Líquida



Para os exercícios de 2014 a 2019 verifica-se que:

- 🌸 os **impostos directos** são a principal fonte de receita do Município de Ovar, apresentando uma evolução tendencialmente crescente, fixando-se na ordem dos 14 milhões de euros, no ano de 2019. Pese embora as deliberações de atribuição de benefícios fiscais em sede de IMI, Derrama e percentagem de participação do Município no IRS, a estrutura da receita dos impostos directos manteve-se sólida, imperando, como se tem observado, o princípio da cautela e da prudência na gestão municipal;
- 🌸 as **transferências correntes** apresentam uma evolução positiva, bem como representam a segunda maior grandeza de receitas correntes no Município de Ovar, apresentando para 2019, um montante global superior a 8 milhões de euros. Deste montante, 92,5% correspondem a transferências do Estado, descritas no nº 1 do art.º 25º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e os 7,5% respeitam à comparticipação do Ministério da Educação nos custos com pessoal, prolongamento de horário e refeições escolares, decorrente da transferência de competências nesta área para o Município;
- 🌸 as **vendas de bens e serviços correntes** refletem elas também, uma tendência crescente de receita, fixando-se no exercício de 2019, no seu valor mais elevado até então, na ordem dos 3 milhões de euros. Esta rubrica contempla receita de várias componentes, sendo a de maior relevo a receita arrecadada com resíduos sólidos. Em 2019, verifica-se um incremento da receita de resíduos sólidos, devido ao facto de as tarifas de resíduos urbanos estarem indexadas ao consumo

de água, e se ter verificado um aumento do consumo de água doméstico e não doméstico. Este montante deve-se, também, ao ajuste realizado ao tarifário de forma a atingir a recuperação total de custos com o serviço de recolha de resíduos urbanos, de acordo com o legalmente estabelecido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);

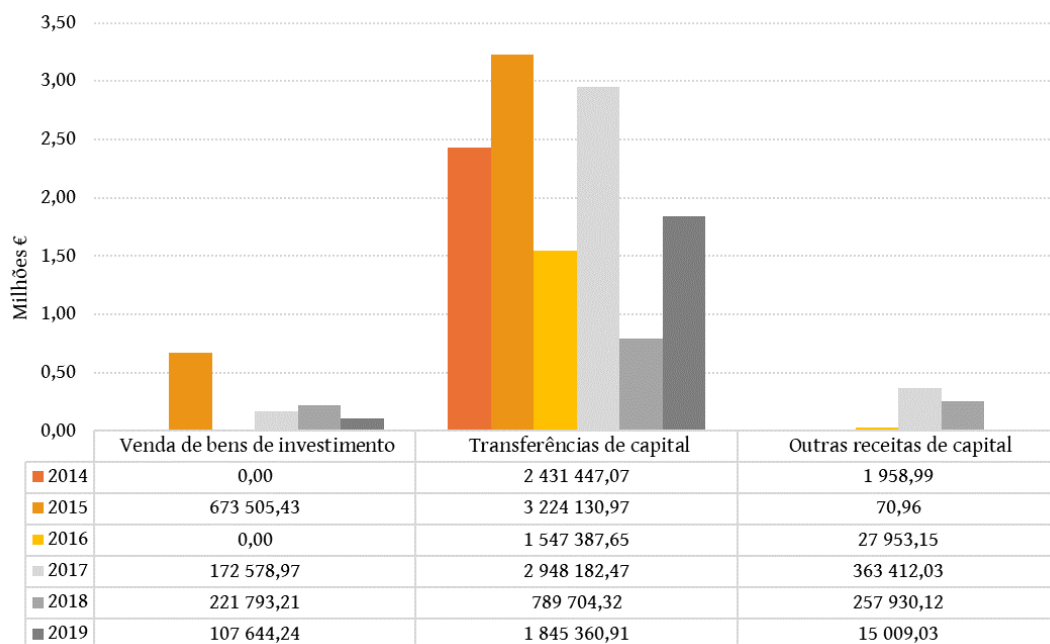
os **rendimentos de propriedade** têm-se fixado na ordem de 1 milhão de euros, sendo que em 2019, se fixaram em volta dos 913 mil euros. Esta rubrica contempla as receitas provenientes da renda trimestral, paga pela EDP – Serviço Universal, S.A. ao Município de Ovar, em virtude da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão;

os **impostos indiretos** têm apresentado uma evolução bastante positiva, sendo que a receita culminou no exercício de 2019, acima dos 600 mil euros. Esta rubrica inclui as receitas de mercados e feiras, ocupação da via pública, publicidade e loteamentos e obras, sendo esta última a que possui uma maior representatividade na estrutura global;

as **taxas multas e outras penalidades** têm oscilado entre os 400 mil euros e os 600 mil euros, sendo que em 2019 se fixaram um pouco acima dos 500 mil euros. Comparativamente com o exercício anterior de 2018, contribui para o aumento desta rubrica, receitas provenientes de indemnizações relativas a processos de instauração coerciva;

as **outras receitas correntes**, apresentam diversas oscilações para os períodos em análise, no entanto, em 2019, cifram-se nos 25 mil euros, constituindo a rubrica com menor expressividade no total das receitas correntes.

O gráfico seguinte apresenta, por sua vez, a evolução de cada uma das componentes da **Receita de Capital** no período de 2014 a 2019, e ilustra a importância de cada uma das rubricas que compõe a sua estrutura, nomeadamente, venda de bens de investimento, transferências de capital e outras receitas de capital.

**G12. Receita de Capital Cobrada Líquida**

Para as Receitas de Capital, cobradas no período de 2014 a 2019, constata-se que:

- ❁ as **transferências de capital** são aquelas que mais contribuem para a sua estrutura. No exercício de 2019, estas receitas fixaram-se na ordem dos 1,8 milhões de euros, sendo composta na sua maioria, por verbas provenientes dos fundos comunitários, de forma a cofinanciar diversos projetos definidos no plano de investimentos da Autarquia;
- ❁ a rubrica de **venda de bens de investimento/património** não apresenta uma tendência linear constante, tendo-se apurado um montante de 107 644,24 euros para o exercício de 2019. A irregularidade da receita desta rubrica, relaciona-se com as vendas de património decorrentes de cada exercício. No ano de 2019, foram vendidos os lotes n.ºs 9, 12 e 23 do Loteamento Municipal do Barreiro, um terreno sito na Rua João da Esquina – Ovar e um conjunto de garagens do Conjunto Habitacional de Gondesende aos próprios residentes;
- ❁ as **outras receitas de capital** também apresentam montantes irregulares, sendo que em 2019, as receitas ascenderam a um montante global de 15 009,03 euros. Estas receitas são compostas pelas revisões de preços negativas de empreitadas de obras públicas.

De referir que, o capítulo do relatório de gestão dedicado aos **Proveitos e Ganhos** do exercício apresenta de forma detalhada, a evolução de cada uma das rubricas de proveitos, construídas a partir da execução



orçamental do ano, pelo que nos dispensamos de uma maior abordagem à execução da receita, para não duplicar informação e conclusões.

### 4.3. Execução Orçamental da Despesa

No seguinte quadro apresenta-se a execução do orçamento da despesa no Município de Ovar em 2019, fazendo-se ainda uma análise da evolução da despesa paga comparativamente com o ano 2018.

#### Q5. Alterações ao Orçamento da Despesa

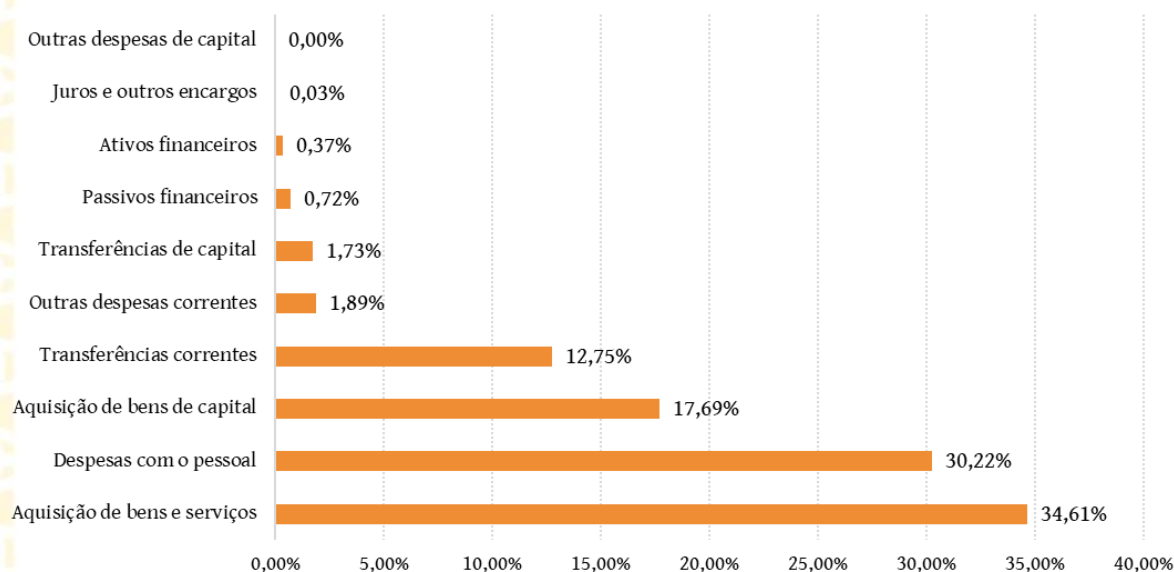
(euros)							
Rubricas	Orçamento Inicial 2019	Orçamento Final 2019	Despesa Paga 2019	Taxa de Execução	Valor Relativo	Despesa Paga 2018	Varição 2019/201
<b>DESPESAS CORRENTES</b>							
Despesas com o pessoal	8 790 000,00	8 770 815,00	8 449 889,56	96,34%	30,22%	7 919 082,55	6,70%
Aquisição de bens e serviços	10 122 344,00	11 143 604,98	9 678 813,79	86,86%	34,61%	9 430 695,92	2,63%
Juros e outros encargos	30 500,00	30 500,00	7 555,58	24,77%	0,03%	13 731,79	-44,98%
Transferências correntes	3 508 060,00	3 989 439,90	3 566 057,31	89,39%	12,75%	3 504 339,75	1,76%
Outras despesas correntes	260 900,00	570 629,00	527 586,84	92,46%	1,89%	668 188,36	-21,04%
<b>TOTAL DESPESA CORRENTE</b>	<b>22 711 804,00</b>	<b>24 504 988,88</b>	<b>22 229 903,08</b>	<b>90,72%</b>	<b>79,49%</b>	<b>21 536 038,37</b>	<b>3,22%</b>
<b>DESPESAS CAPITAL</b>							
Aquisição de bens de capital	12 353 165,00	16 367 674,00	4 946 100,55	30,22%	17,69%	4 226 080,65	17,04%
Transferências de capital	436 040,00	938 620,00	484 316,73	51,60%	1,73%	431 619,96	12,21%
Ativos financeiros	102 891,00	102 891,00	102 891,00	100,00%	0,37%	154 336,50	-33,33%
Passivos financeiros	240 000,00	240 000,00	201 938,36	84,14%	0,72%	292 069,46	-30,86%
Outras despesas de capital	1 100,00	1 100,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	-
<b>TOTAL DESPESA CAPITAL</b>	<b>13 133 196,00</b>	<b>17 650 285,00</b>	<b>5 735 246,64</b>	<b>32,49%</b>	<b>20,51%</b>	<b>5 104 106,57</b>	<b>12,37%</b>
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>35 845 000,00</b>	<b>42 155 273,88</b>	<b>27 965 149,72</b>	<b>66,34%</b>	<b>100,00%</b>	<b>26 640 144,94</b>	<b>4,97%</b>

Em 2019, o valor total de despesa paga pelo Município de Ovar foi de 27 965 149,72 euros, representado uma taxa de execução de 66,34%, resultam deste volume de despesa, 22 229 903,08 euros de despesas correntes e 5 735 246,64 euros de despesas de capital.

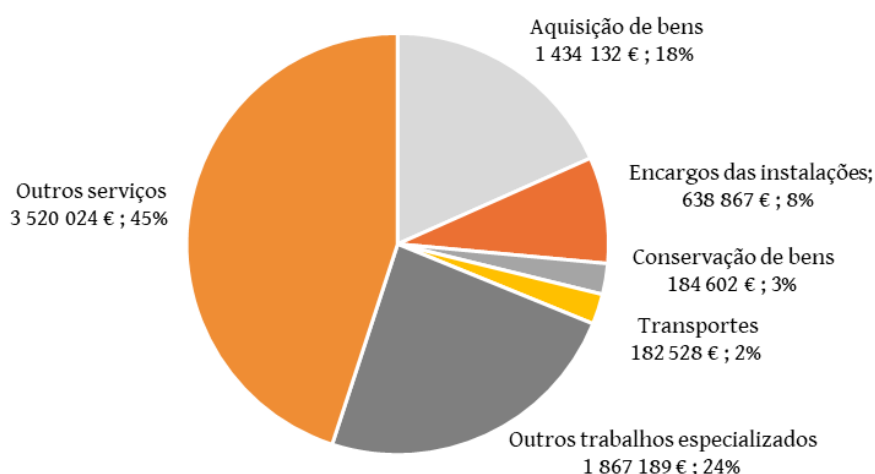
Em termos relativos, as despesas correntes representam 79,49% do total de despesa paga em 2019 e as despesas de capital 20,51%.

As aquisições de bens e serviços registam o maior volume de despesa representando 34,61% do total da despesa, seguido pelas despesas com o pessoal com um peso de 30,22%, sendo as despesas com a aquisição de bens de capital a terceira rubrica com maior valor relativo na despesa, atingindo os 17,69% em 2019, as transferências correntes também apresentam um peso significativo, no valor de 12,75%. No conjunto, as rubricas mencionadas, representam 95,27% do total da despesa paga em 2019.

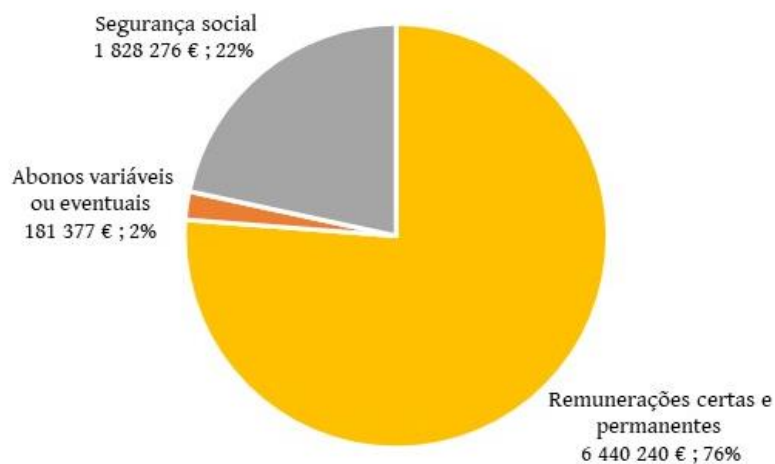


**G13. Despesa Paga**

Em termos totais, a despesa paga aumentou 4,97% face ao ano anterior, aumento esse motivado essencialmente pelo incremento da despesa em aquisição de bens de capital, das despesas com o pessoal, de aquisição de bens e serviços e de transferências de capital e correntes. Por outro lado, registou-se uma redução do volume de despesa em juros e outros e outros encargos, outras despesas correntes, passivos e ativos financeiros.

**G14. Aquisição de Bens e Serviços**

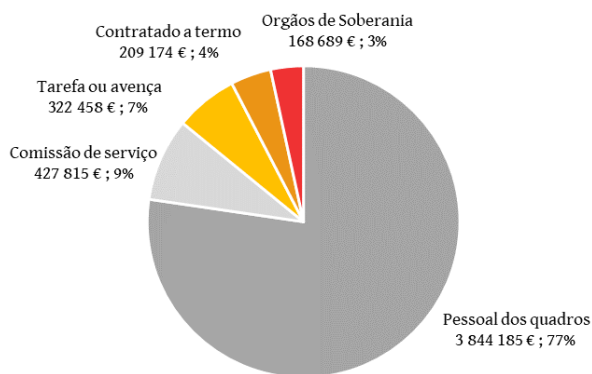
As Despesas com o Pessoal representam 30,22% do total das despesas, tendo aumentado 6,70% comparativamente com o montante despendido no ano anterior. O referido aumento deve-se essencialmente à alteração de posição remuneratória e ao aumento do número de trabalhadores do Município, repartindo-se pelas principais rubricas conforme representado no seguinte gráfico:

**G15. Despesas com o Pessoal**

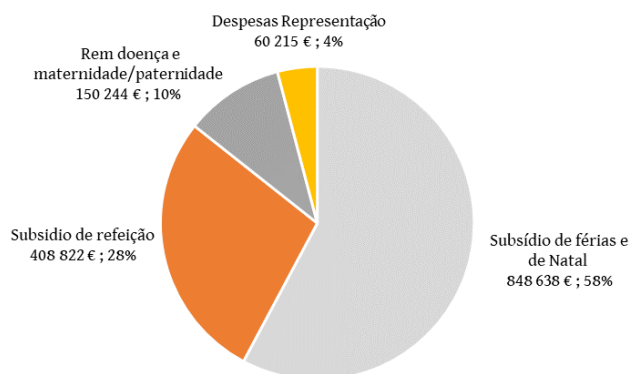
De seguida é apresentada a desagregação das rubricas nas despesas com o pessoal. As Remunerações certas e permanentes são ainda subdivididas em vencimentos e outras remunerações permanentes, onde se destacam os vencimentos com o pessoal dos quadros e o subsídio de férias e de natal, respetivamente. Nos abonos variáveis, as componentes mais representativas são as despesas com horas extraordinárias e as despesas com outros suplementos e prémios. Relativamente à Segurança Social, inclui essencialmente os encargos da entidade patronal com a Caixa Geral de Aposentações e a Segurança Social, encargos com saúde e gastos com seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

### G16. Decomposição das Despesas com o Pessoal

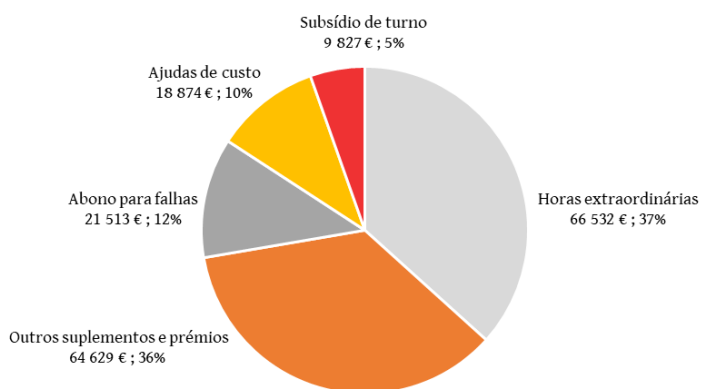
#### Vencimentos



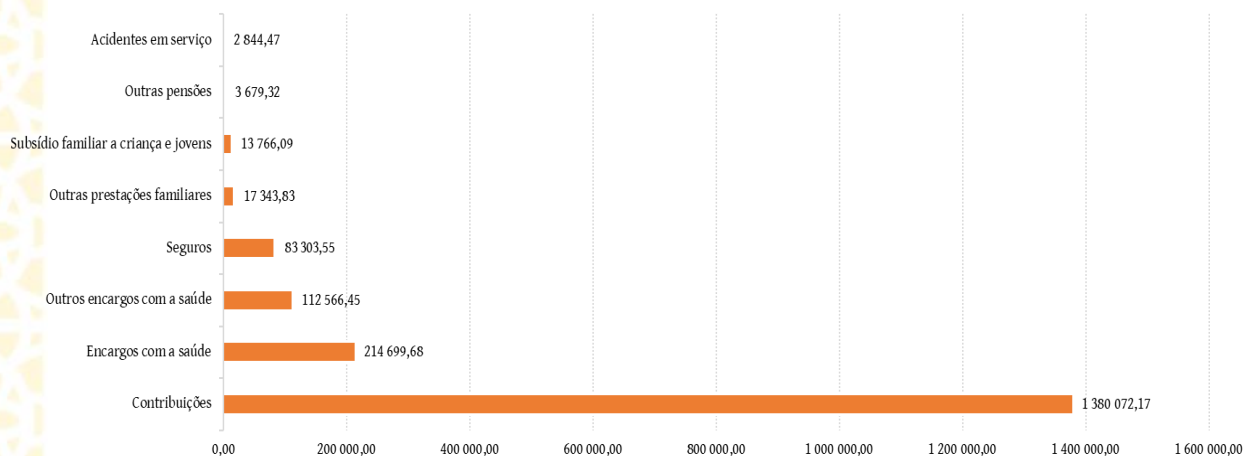
#### Outras remunerações permanentes



#### Abonos Variáveis

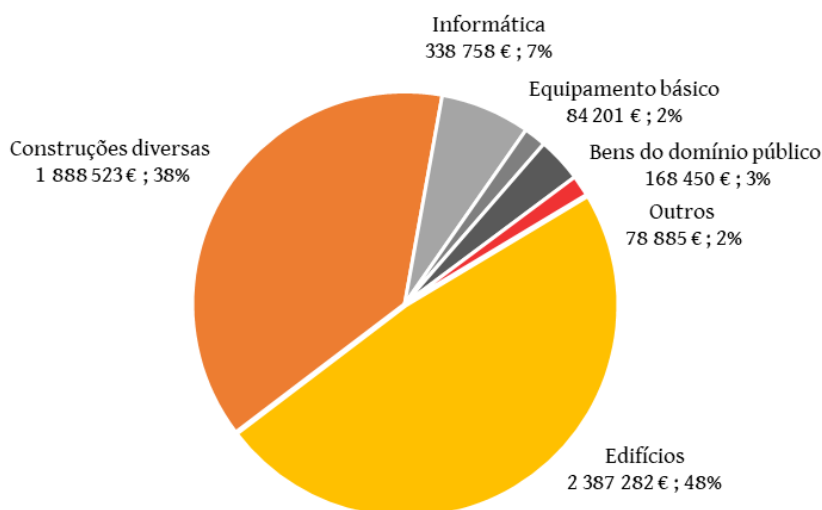


#### Segurança Social

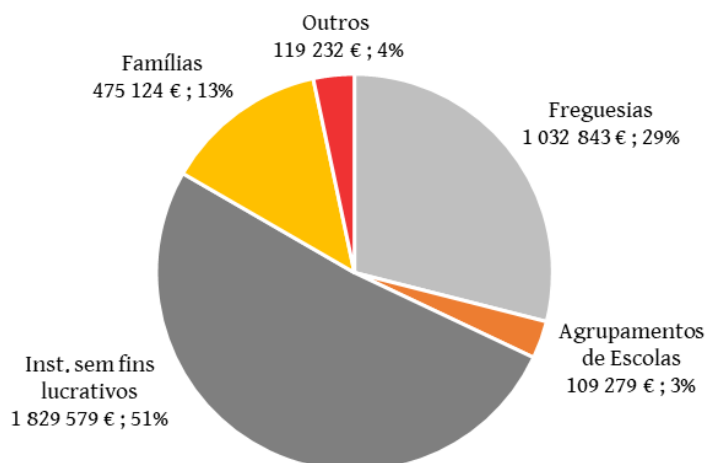


As despesas com aquisição de bens de capital alcançam os 4 946 100,55 euros, tendo registado um aumento face ao ano anterior de 17,04%, representando um aumento absoluto de 720 019,90 euros. A principal rubrica são as despesas com Edifícios, destacando-se as Instalações desportivas e recreativas onde incorporam as despesas com a construção de pista pedonal e ciclável na Avenida do Emigrante, Avenida Sá Carneiro e ligações à Habitovar e à N327, e a obra de requalificação do edifício Esmoriztur. A rubrica Escolas também atinge um peso significativo no total de despesa da rubrica Edifícios, ficando a dever-se essencialmente à obra de reabilitação do edifício da Escola Secundária Júlio Dinis. Na rubrica Construções diversas, destacam-se as despesas com viadutos, arruamentos e obras complementares, decorrem desta rubrica as despesas relativas à reparação da rede viária do concelho, onde predominam a despesa com a obra de Requalificação do eixo viário da Rua Manuel Arala e Elias Garcia, representando cerca de 46% do total de gastos nesta rubrica.

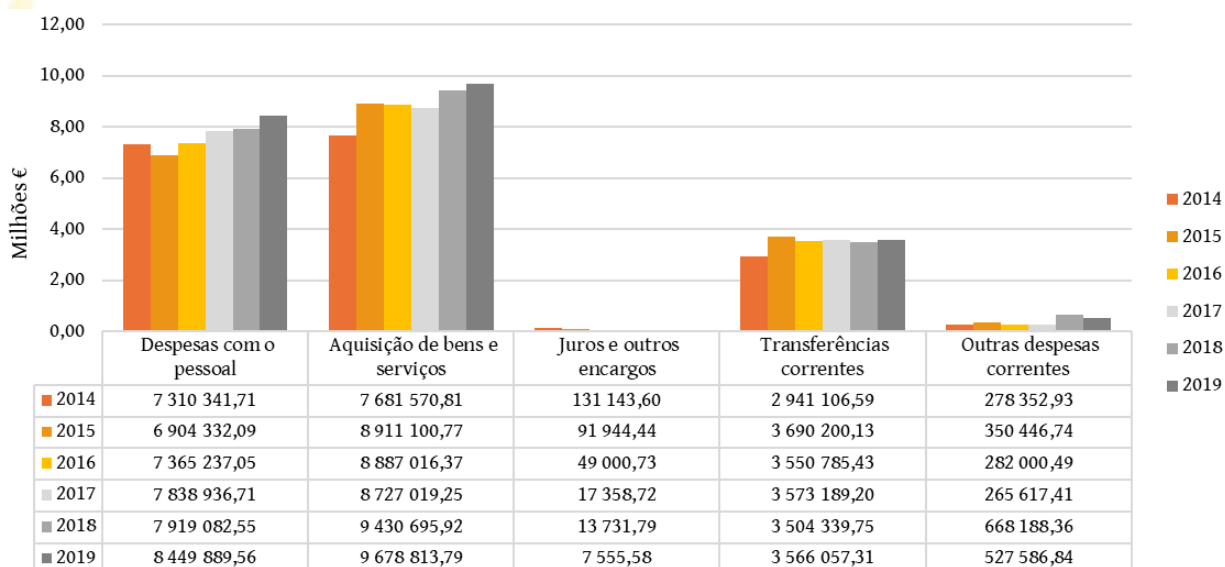
### G17. Aquisição de Bens de Capital



As transferências correntes concedidas, que representam 12,75% do total da despesa paga em 2019, apresentam, nas Instituições sem fins lucrativos (com destaque para os protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e com os Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município Ovar), nas Freguesias (decorrente do cumprimento da delegação de competências prevista no nº 2 do artigo 38º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, na sua atual redação) e nas Famílias as suas principais componentes, conforme demonstra o seguinte gráfico:

**G18. Transferências Correntes Concedidas**

Os seguintes gráficos ilustram a evolução de cada uma das componentes da Despesa Corrente e da Despesa de Capital, entre 2014 e 2019:

**G19. Despesa Corrente Paga**

Da análise do gráfico anterior, destaca-se o seguinte:

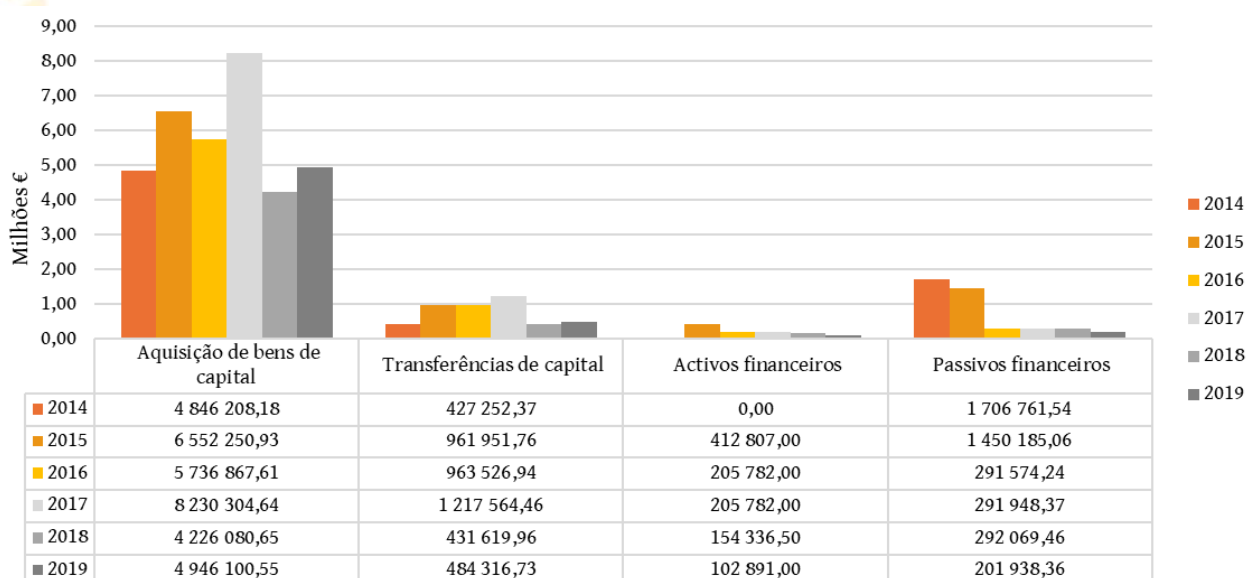
- As **despesas com aquisição de bens e serviços** assume o maior peso no total de despesas correntes em todos os anos do período em análise, tendo atingido o valor máximo em 2019, alcançando os 9 678 813,79 euros. A sua representatividade deriva da relevância das despesas com o funcionamento do Município, como sejam a gestão de resíduos sólidos urbanos, o fornecimento de energia elétrica, a manutenção de espaços e instalações, a aquisição de combustíveis, de refeições escolares, entre outros bens e serviços.



As **despesas com o pessoal** representam a segunda maior componente da despesa corrente, tendo vindo a registar uma tendência de crescimento desde 2015, aproximando-se dos 8,5 milhões de euros em 2019.

A terceira grandeza de despesa são as **transferências correntes**, tem mantido o seu valor ao longo do período em análise, cifrando-se o seu valor próximo dos 3,5 milhões de euros. Abrangem valores relativos a transferências para as Freguesias decorrentes dos acordos de execução, verbas transferidas para as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários na área da segurança e proteção civil, bem como valores disponibilizados para apoio nas áreas da educação, desporto, cultura e ação social.

### G20. Despesa de Capital Paga



Relativamente às despesas de capital, os gastos com a **aquisição de bens de capital** assumem destaque isolado, tendo sofrido algumas oscilações ao longo do período em análise, em 2019 atingiu o montante de 4 946 100,55 euros.

O capítulo dedicado aos Custos e Perdas do exercício detém-se em pormenor a análise de todos os custos e perdas do exercício económico, pelo que, de forma coerente, remetemos para a sua leitura e avaliação, que julgamos pormenorizada e esclarecedora.



#### 4.4. Equilíbrio Corrente

De acordo com o princípio do equilíbrio, enunciado no ponto 3.1.1. do POCAL, o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e que as despesas correntes devem ser iguais ou inferiores às receitas correntes, em observância à regra de boa gestão financeira.

Cumulativamente, o artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro na sua atual redação, determina que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No caso do Município de Ovar, uma vez que os empréstimos em vigor são anteriores a 2014, as amortizações médias correspondem à divisão do capital em dívida em 01 de janeiro de 2014 pelo número de anos de vida útil remanescente de cada contrato, em conformidade com as instruções da DGAL.

De acordo com o entendimento do SATAPOCAL, o cumprimento da referida regra deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos da execução orçamental a incluir no Relatório de Gestão.

Neste sentido, procede-se à verificação do cumprimento da referida regra pelo Município de Ovar nos últimos 2 anos:

#### Q6. Equilíbrio Corrente

	(euros)		
Equilíbrio Orçamental	2019	2018	Variação 2019/2018
Receitas Correntes Brutas	27 527 245,62	26 371 754,24	4,38%
Despesas Correntes	22 229 903,08	21 536 038,37	3,22%
Passivos Financeiros (amortizações médias)	327 755,55	327 755,55	0,00%
<b>Equilíbrio Corrente (nº 2 artigo 40º LFL)</b>	<b>4 969 586,99</b>	<b>4 507 960,32</b>	<b>10,24%</b>

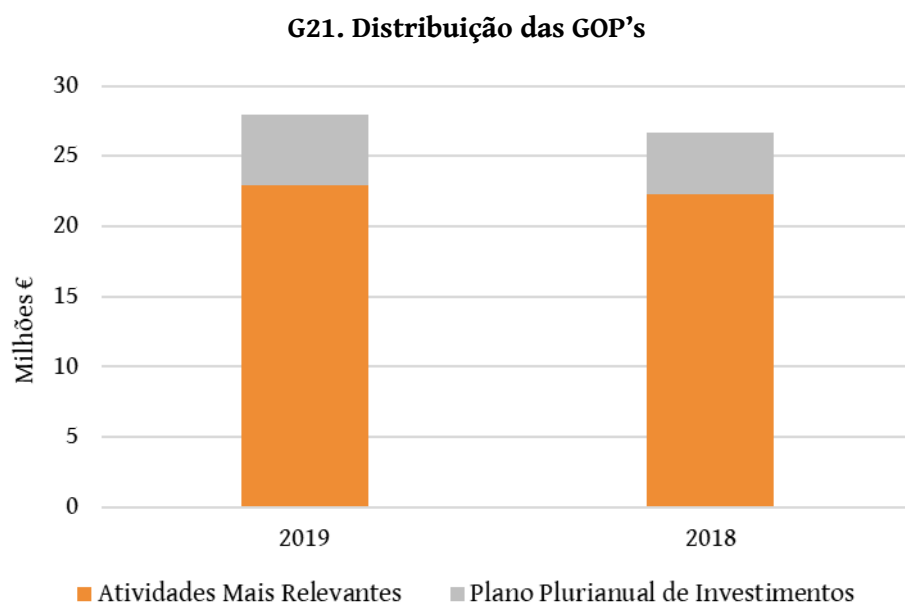
Do quadro anterior, observa-se que o Município de Ovar continuou em 2019 a respeitar o Princípio do Equilíbrio, o que demonstra bom desempenho financeiro, com uma significativa libertação de meios correntes, superior em 10,24% face ao ano passado, num montante de 4 969 586,99 euros.

#### 4.5. Execução das Grandes Opções do Plano (GOP's)

As Grandes Opções do Plano constituem o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas do Município de Ovar, enquadradas nas linhas estratégicas de intervenção do Município.

São parte integrante das GOP's o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano das Atividades Mais Relevantes. O mapa das GOP's contém todas as despesas, sejam de investimento ou não, que concorram de forma articulada e complementar para o conjunto dos objetivos definidos de acordo com as grandes áreas de intervenção delineados pelo Município.

Em 2019, o mapa das GOP's regista um volume de despesa paga de 27 965 149,72 euros, resultante de 22 916 158,17 euros (81,95%) do Plano de Atividades Mais Relevantes e 5 048 991,55 euros (18,05%) do Plano Plurianual de Investimentos. Comparativamente com o ano anterior, a maior variação ocorreu no Plano Plurianual de Investimentos, quer em termos absolutos (+668 574,40 euros) quer em termos relativos (+15,26%), tendo desta forma aumentado o peso relativo do PPI no total das GOP's de 16,44% em 2018 para 18,05% em 2019.



No seguinte quadro apresenta-se o mapa das GOP's para 2019 e 2018, onde se pode analisar a taxa de execução assim como o valor relativo de cada rubrica no total de despesas pagas.

## Q7. Execução das GOP's

(euros)

Rubricas	Orçamento Final 2019	Despesa Paga 2019	Taxa de Execução	Valor Relativo	Despesa Paga 2018	Taxa de Execução	Valor Relativo
<b>Administração Autárquica</b>	<b>25 027 935,80</b>	<b>15 742 489,22</b>	<b>62,90%</b>	<b>56,29%</b>	<b>13 417 010,39</b>	<b>68,70%</b>	<b>50,36%</b>
Assembleia Municipal	64 950,00	59 872,24	92,18%	0,21%	53 215,80	75,00%	0,20%
Câmara Municipal	3 339 502,30	2 957 132,01	88,55%	10,57%	3 141 541,40	90,68%	11,79%
Edifícios e Equipamentos Municipais	237 353,00	78 741,21	33,17%	0,28%	270 149,31	66,74%	1,01%
Transferências Municipais	1 627 886,50	1 449 868,77	89,06%	5,18%	1 214 947,97	79,98%	4,56%
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU	6 267 645,00	1 575 681,77	25,14%	5,63%	567 087,25	20,42%	2,13%
PACTO para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Cidade de Ovar	2 138 049,00	906 827,06	42,41%	3,24%	101 318,04	14,78%	0,38%
Outros Programas ou Candidaturas	2 254 100,00	240 490,04	10,67%	0,86%	96 647,25	4,60%	0,36%
Orçamento Participativo	206 000,00	17 124,75	8,31%	0,06%	56 000,00	35,90%	0,21%
Aquisição de Equipamento	176 635,00	59 613,73	33,75%	0,21%	43 197,80	72,48%	0,16%
Despesas com o pessoal	8 715 815,00	8 397 137,64	96,34%	30,03%	7 872 906,07	94,99%	29,55%
Transportes Urbanos	0,00	0,00	-	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>Proteção Civil</b>	<b>445 467,01</b>	<b>431 341,12</b>	<b>96,83%</b>	<b>1,54%</b>	<b>465 141,36</b>	<b>94,40%</b>	<b>1,75%</b>
<b>Tecnologias de Informação e Comunicação</b>	<b>510 028,00</b>	<b>429 917,93</b>	<b>84,29%</b>	<b>1,54%</b>	<b>377 663,87</b>	<b>79,18%</b>	<b>1,42%</b>
<b>Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo</b>	<b>2,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>252,00</b>	<b>90,32%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Serviços Veterinários</b>	<b>10 770,00</b>	<b>6 650,69</b>	<b>61,75%</b>	<b>0,02%</b>	<b>6 930,53</b>	<b>37,26%</b>	<b>0,03%</b>
<b>Comunicação</b>	<b>116 708,00</b>	<b>113 335,39</b>	<b>97,11%</b>	<b>0,41%</b>	<b>120 136,54</b>	<b>90,87%</b>	<b>0,45%</b>
<b>Serviços Técnicos, de Apoio Jurídico e Fiscalização Municipal</b>	<b>77 482,00</b>	<b>50 721,39</b>	<b>65,46%</b>	<b>0,18%</b>	<b>56 423,64</b>	<b>71,23%</b>	<b>0,21%</b>
<b>Serviços Financeiros</b>	<b>13 324,20</b>	<b>9 650,47</b>	<b>72,43%</b>	<b>0,03%</b>	<b>6 182,37</b>	<b>60,29%</b>	<b>0,02%</b>
<b>Serviços Administrativos e de Atendimento</b>	<b>7 052,00</b>	<b>5 212,60</b>	<b>73,92%</b>	<b>0,02%</b>	<b>3 947,70</b>	<b>95,15%</b>	<b>0,01%</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>102 635,00</b>	<b>69 054,83</b>	<b>67,28%</b>	<b>0,25%</b>	<b>40 920,96</b>	<b>65,08%</b>	<b>0,15%</b>
<b>Urbanismo e Planeamento</b>	<b>68 068,00</b>	<b>43 015,35</b>	<b>63,19%</b>	<b>0,15%</b>	<b>17 269,61</b>	<b>22,89%</b>	<b>0,06%</b>
Aquisição de Bens e Serviços	28 068,00	18 223,33	64,93%	0,07%	9 654,66	31,71%	0,04%
Planeamento Urbanístico	40 000,00	24 792,02	61,98%	0,09%	7 614,95	16,92%	0,03%
<b>Projetos e Obras Municipais</b>	<b>1 972 915,00</b>	<b>581 561,67</b>	<b>29,48%</b>	<b>2,08%</b>	<b>1 925 962,05</b>	<b>79,00%</b>	<b>7,23%</b>
Aquisição de Bens e Serviços	37 744,00	1 458,63	3,86%	0,01%	15 069,04	48,30%	0,06%
CEIS - DPOM	8 700,00	5 431,48	62,43%	0,02%	1 261,39	99,87%	0,00%
Rede Viária	1 814 430,00	529 398,10	29,18%	1,89%	1 620 179,10	80,68%	6,08%
Arranjos e Infraestruturas Urbanísticas	112 041,00	45 273,46	40,41%	0,16%	289 452,52	72,86%	1,09%
<b>Conservação e Serviços Urbanos</b>	<b>726 460,00</b>	<b>546 273,42</b>	<b>75,20%</b>	<b>1,95%</b>	<b>599 666,12</b>	<b>80,66%</b>	<b>2,25%</b>
CEIS - DCSU	36 680,00	32 660,21	89,04%	0,12%	2 527,51	99,94%	0,01%
Sinalização, Trânsito e Toponímia	81 535,00	72 649,21	89,10%	0,26%	58 961,65	82,63%	0,22%
Estacionamentos	3,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Mercados e Feiras	6 003,00	3 964,91	66,05%	0,01%	728,16	5,80%	0,00%
Cemitérios	60 503,00	0,00	0,00%	0,00%	5 990,10	84,13%	0,02%
Maquinaria e Equipamento	214 783,00	190 712,06	88,79%	0,68%	290 962,31	82,83%	1,09%
Materiais Diversos	71 891,00	52 946,79	73,65%	0,19%	60 956,41	69,32%	0,23%
Plano de Eficiência Energética	45 006,00	27 720,88	61,59%	0,10%	39 066,26	84,01%	0,15%
Outras Despesas	210 056,00	165 619,36	78,85%	0,59%	140 473,72	85,60%	0,53%
<b>Ambiente e Proteção da Natureza</b>	<b>3 842 975,82</b>	<b>3 071 021,98</b>	<b>79,91%</b>	<b>10,98%</b>	<b>3 227 870,03</b>	<b>87,03%</b>	<b>12,12%</b>
CEIS - DA	72 800,00	41 061,51	56,40%	0,15%	23 679,24	99,99%	0,09%
Resíduos e Gestão Ambiente	2 432 325,82	2 266 353,56	93,18%	8,10%	2 692 951,25	96,99%	10,11%
Recursos Hídricos	499 352,00	259 138,92	51,90%	0,93%	214 105,38	61,75%	0,80%
Parques e Jardins	538 832,00	345 573,24	64,13%	1,24%	108 803,46	39,24%	0,41%
Gabinete do Agricultor	19 246,00	19 245,00	99,99%	0,07%	0,00	0,00%	0,00%
Educação Ambiental	63 281,00	56 919,19	89,95%	0,20%	62 208,28	81,08%	0,23%
Turismo de Natureza e Mobilidade Sustentável	28 059,00	9 305,21	33,16%	0,03%	5 702,98	45,08%	0,02%
Floresta	122 175,00	29 258,88	23,95%	0,10%	92 140,27	64,42%	0,35%
Diversos	61 972,00	43 151,72	69,63%	0,15%	28 279,17	55,53%	0,11%
Ruído	4 933,00	1 014,75	20,57%	0,00%	-	-	-
<b>Desenvolvimento Social e Saúde</b>	<b>872 221,28</b>	<b>687 296,83</b>	<b>78,80%</b>	<b>2,46%</b>	<b>765 118,38</b>	<b>81,90%</b>	<b>2,87%</b>
Apoios Sociais/Fundos Sociais	361 471,90	278 591,97	77,07%	1,00%	380 272,32	84,47%	1,43%
Apoio ao Associativismo	427 907,00	348 189,57	81,37%	1,25%	339 430,62	79,41%	1,27%
Unidades de Saúde	19 500,00	19 200,30	98,46%	0,07%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação e Urbanização	20 001,00	2 096,03	10,48%	0,01%	4 520,25	34,69%	0,02%
Outras Despesas	43 341,38	39 218,96	90,49%	0,14%	40 895,19	93,77%	0,15%


(continua na página seguinte)

(euros)

Rubricas	Orçamento Final 2019	Despesa Paga 2019	Taxa de Execução	Valor Relativo	Despesa Paga 2018	Taxa de Execução	Valor Relativo
<b>Cultura</b>	<b>4 270 545,80</b>	<b>2 775 052,20</b>	<b>64,98%</b>	<b>9,92%</b>	<b>2 234 614,25</b>	<b>84,06%</b>	<b>8,39%</b>
Rede Concelhia de Bibliotecas	93 895,00	77 750,67	82,81%	0,28%	84 036,02	79,68%	0,32%
Centro de Arte de Ovar	274 600,40	238 630,40	86,90%	0,85%	216 060,92	80,01%	0,81%
Escola de Artes e Ofícios	44 009,00	38 059,62	86,48%	0,14%	29 977,42	93,01%	0,11%
Museus	78 475,00	72 693,29	92,63%	0,26%	21 396,27	80,11%	0,08%
O FESTA	65 141,30	65 141,22	100,00%	0,23%	50 733,00	99,99%	0,19%
Cantar os Reis	9 250,00	8 414,25	90,96%	0,03%	8 659,83	91,40%	0,03%
Festival Literário	46 364,00	43 529,25	93,89%	0,16%	36 009,25	95,72%	0,14%
CEIS DCDJ	24 300,00	13 707,20	56,41%	0,05%	13 142,01	99,98%	0,05%
Eventos do Exterior	60 218,00	60 212,10	99,99%	0,22%	37 600,80	62,72%	0,14%
Serviços de Produção e da Programação	286 117,00	253 984,23	88,77%	0,91%	249 060,99	85,81%	0,93%
Apoio ao Associativismo e Agentes Culturais	500 474,00	309 069,31	61,76%	1,11%	314 137,30	66,25%	1,18%
Diversos	50 279,40	29 779,44	59,23%	0,11%	12 678,74	64,29%	0,05%
Equipamentos/Edifícios Municipais	1 844 201,00	700 529,54	37,99%	2,51%	398 017,47	81,20%	1,49%
Carnaval	829 175,70	817 888,04	98,64%	2,92%	744 635,84	98,00%	2,80%
ACRA	9 519,00	7 985,04	83,89%	0,03%	14 409,39	96,61%	0,05%
Edições	22 526,00	22 525,00	100,00%	0,08%	0,00	0,00%	0,00%
Juventude	32 001,00	15 153,60	47,35%	0,05%	4 059,00	99,49%	0,02%
<b>Desporto</b>	<b>1 042 922,68</b>	<b>836 583,79</b>	<b>80,22%</b>	<b>2,99%</b>	<b>880 054,90</b>	<b>80,32%</b>	<b>3,30%</b>
CEIS - SDJ	10 200,00	8 572,12	84,04%	0,03%	4 963,15	99,96%	0,02%
Piscina Municipal de Ovar	311 196,70	229 414,11	73,72%	0,82%	234 966,44	83,76%	0,88%
Apoio ao Associativismo e Agentes Desportivos	655 232,10	556 255,18	84,89%	1,99%	493 870,11	77,36%	1,85%
Instalações e Equipamentos Desportivos	35 808,00	12 308,38	34,37%	0,04%	99 221,36	83,14%	0,37%
Outras Atividades Desportivas	30 485,88	30 034,00	98,52%	0,11%	47 033,84	89,59%	0,18%
<b>Turismo</b>	<b>471 286,00</b>	<b>457 018,18</b>	<b>96,97%</b>	<b>1,63%</b>	<b>351 287,74</b>	<b>90,83%</b>	<b>1,32%</b>
<b>Educação</b>	<b>2 203 084,29</b>	<b>1 796 567,72</b>	<b>81,55%</b>	<b>6,42%</b>	<b>1 683 554,25</b>	<b>83,42%</b>	<b>6,32%</b>
CEIS - DE	65 000,00	41 895,20	64,45%	0,15%	59 536,37	100,00%	0,22%
Edifícios Escolares	330 659,00	243 520,31	73,65%	0,87%	150 645,00	69,97%	0,57%
Agrupamentos Escolares	152 901,00	109 279,17	71,47%	0,39%	115 509,90	72,92%	0,43%
Programa Educativo Municipal	350 946,27	276 718,19	78,85%	0,99%	278 773,68	79,09%	1,05%
Outras Aquisições de Bens e Serviços	32 404,00	4 590,52	14,17%	0,02%	37 067,53	93,11%	0,14%
Transportes e Refeições Escolares	1 271 174,02	1 120 564,33	88,15%	4,01%	1 042 021,77	87,37%	3,91%
<b>Operações Financeiras</b>	<b>373 391,00</b>	<b>312 384,94</b>	<b>83,66%</b>	<b>1,12%</b>	<b>460 137,75</b>	<b>93,59%</b>	<b>1,73%</b>
Juros e Outros Encargos	30 500,00	7 555,58	24,77%	0,03%	13 731,79	30,37%	0,05%
Ativos Financeiros	102 891,00	102 891,00	100,00%	0,37%	154 336,50	100,00%	0,58%
Passivos Financeiros	240 000,00	201 938,36	84,14%	0,72%	292 069,46	99,99%	1,10%
<b>Total Geral das GOPS</b>	<b>42 155 273,88</b>	<b>27 965 149,72</b>	<b>66,34%</b>	<b>100,00%</b>	<b>26 640 144,94</b>	<b>75,35%</b>	<b>100,00%</b>

No exercício de 2019, a distribuição de despesa por rubrica mantém-se idêntica à verificada no ano anterior, tendo registado as maiores variações no “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU” no sentido ascendente (+3,50 pp) e em “Projetos e Obras Municipais” em movimento descendente (-5,15 pp).

De seguida, serão analisadas as principais rubricas que integram o mapa das GOP’s:

 A **Administração Autárquica** incorpora despesas transversais da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, nomeadamente despesas com locação de edifícios, iluminação pública, consumo de eletricidade, consumo de água, serviços de vigilância e segurança e serviços de limpeza. Inclui também despesas com conservação e reparação de edifícios e equipamento municipais. Na rubrica transferências municipais o maior volume refere-se às transferências realizadas para as Juntas de Freguesias. As rubricas PEDU e PACTO registam as despesas realizadas



no âmbito de projetos participados, destacando-se os projetos “Reabilitação da Escola Secundária Júlio Dinis” e “Requalificação do Eixo Constituído pela Rua Dr. Manuel Arala, Rua Elias Garcia, Largo 5 de Outubro e Jardim dos Campos e envolventes”. A rubrica, Outros Programas ou Candidaturas, incorpora essencialmente as despesas com a construção do Ecocentro. As despesas inscritas no Orçamento Participativo referem-se fundamentalmente ao projeto "Execução e Melhorias Parque Senhora Entreáguas e Cruzeiro da Virgem e Parque Infantil”. As despesas com o pessoal representam a maior proporção de despesa paga no global de todas as rubricas, correspondendo a aproximadamente 30% do total de despesas pagas em 2019.

Na rubrica **Proteção Civil** registam-se as transferências realizadas para as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Ovar e de Esmoriz, totalizando o valor de 431 341,12 euros em 2019, representando 1,54% do total de despesas pagas.

Em **Tecnologias de Informação e Comunicação** destacam-se o investimento em equipamentos informáticos, despesas com software informático e com serviços de assistência técnica. No global, foram despendidos 429 917,93 euros, registando uma variação positiva de 13,84% face ao ano anterior.

Os **Projetos e Obras Municipais** representam 2,08% do total de despesa, com um montante de 581 561,67 euros que resulta essencialmente das despesas realizadas na reparação da rede viária do Concelho.

Em **Conservação e Serviços Urbanos** regista-se um volume de despesa de 546 273,42 euros, decorrente essencialmente das despesas em Maquinaria e Equipamento que incluem as despesas com combustíveis e lubrificantes, seguros automóvel e reparação de viaturas.

As despesas relativas a **Ambiente e Proteção da Natureza** que totalizam os 3 071 021,98 euros, representam 10,98% do total de despesa e devem-se particularmente à aquisição de serviços de recolha de resíduos urbanos, de higiene pública e limpeza urbana e banear, de recolha seletiva e tratamento.

No **Desenvolvimento Social e Saúde**, as principais rubricas são o Apoio ao Associativismo e os Apoios Sociais/Fundos Sociais, os quais incluem o apoio ao arrendamento, as bolsas de estudo, o apoio na fatura de abastecimento de água, o Fundo de Emergência Social, o apoio às famílias para recuperação e melhorias habitacionais, o Convívio Sénior Municipal, entre outras. No total, regista-se um montante de despesa em Desenvolvimento Social e Saúde de 687 296,83 euros, a que corresponde um peso relativo de 2,46%.

- ❁ As despesas em **Cultura** totalizam 2 775 052,20 euros, os quais representam 9,92% do total de despesa, as principais rubricas foram o Carnaval e “Equipamentos/Edifícios Municipais”, onde se destacam as despesas com a reabilitação do Esmoriztur e a beneficiação do Centro Cívico de Arada.
- ❁ O **Desporto** representa um montante pago de 836 583,79 euros, representando 2,99% do total das GOP's, para o qual contribuem essencialmente as despesas com o apoio ao associativismo e agentes desportivos e despesas relativas à Piscina Municipal de Ovar.
- ❁ No **Turismo** o valor de despesa paga foi de 457 018,18 euros, correspondendo a 1,63% do total de despesa em 2019, referente, essencialmente, a despesas com a animação de verão do Concelho.
- ❁ Na **Educação**, registou-se um total de despesa no valor de 1 796 567,72 euros, representando 6,42% do total de despesas, sendo os gastos com aquisição de transportes e refeições escolares a maior componente de despesa nesta rubrica.
- ❁ As **Operações Financeiras**, representam 1,12% do total de custos, ou seja, 312 384,94 euros, integrando essencialmente a despesa com a amortização de empréstimos de médio e longo prazo (Passivos Financeiros) e com pagamento do Fundo de Apoio Municipal (Ativos Financeiros).



# **Análise Económico Financeira**





## 5. Análise Económico – Financeira

*“Enquanto sistema integrador o POCAL deverá produzir informação a ser lida e analisada de forma transversal, cruzando as diferentes perspetivas, ou seja, valorizando a conformidade dos documentos de prestação de contas nos subsistemas contabilísticos, de forma a constituir um verdadeiro pilar para tomada de decisão na administração autárquica” (Fernandes et al, 2007<sup>6</sup>).*

Partindo desta citação, torna-se imperioso que neste documento se apresente uma análise detalhada à contabilidade financeira, de acordo com parâmetros estabelecidos nos pontos 5, 6, 7, e 8, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro.

A qualidade essencial da informação proporcionada pelas demonstrações financeiras que se seguem, é a de que seja compreensível aos utilizadores dessa informação, sendo a sua utilidade determinada pelas seguintes características: relevância; fiabilidade; e comparabilidade. Estas características, juntamente com conceitos, princípios e normas contabilísticas adequadas, fazem que surjam demonstrações financeiras que demonstram a posição financeira e do resultado das operações do Município de Ovar, no exercício de 2019.

Assim e na prossecução de uma Prestação de Contas transparente e condutora de informação relevante, é apresentada de seguida uma análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados, do exercício de 2019.

-  **Balanço:** evidência a posição financeira do Município a 31 de dezembro de 2019. Neste documento estão evidenciados os Ativos, Passivos e Capital Próprio.
-  **Demonstração dos Resultados:** evidência o desempenho da entidade no exercício de 2019. São detalhados nesta demonstração financeira os Custos e Perdas financeiras (genericamente associados às diminuições nos benefícios económicos do período e/ou à amortização de ativos) e os Proveitos e Ganhos Financeiros (análoga e genericamente associados a aumentos nos benefícios económicos do período).

<sup>6</sup> Fernandes, M.J.; Viana, C.; Cunha, M. (2007), *Contribuição da informação contabilística para a tomada de decisão na Administração Pública Autárquica: controlo do endividamento líquido*. Tékhné, vol. V. n.º 8, dezembro, pp.67-96.

# **Evolução da Estrutura do Balanço**






## 5.1. Balanço

De acordo com o estabelecido no POCAL, o balanço é o mapa que disponibiliza informação acerca da composição do património da Instituição (Ativo), da suficiência dos Fundos Próprios para financiar a sua atividade e da sua vulnerabilidade aos capitais alheios (Passivo).

É importante referir que entre os documentos de Prestação de Contas, o Balanço é o documento que melhor permite avaliar a posição económica e financeira do Município, e a sua evolução, para posterior tomada de decisões.

O Balanço é constituído por três elementos, o Ativo, o Passivo e os Fundos Próprios.

-  **Ativo:** evidencia o conjunto de bens e direitos do Município, ou seja, inclui tudo aquilo que a entidade possui e que é suscetível de ser avaliado em dinheiro - disponibilidades (dinheiro em numerário, depósitos bancários e títulos negociáveis), créditos sobre clientes/utentes e contribuintes, stocks de matérias primas, subsidiárias e de consumo, equipamentos, instalações, organizados de forma crescente, pelo critério da liquidez.
-  **Passivo:** reflete as obrigações e deveres perante terceiros, bem como representa o conjunto de fundos obtidos externamente pela entidade, seja através de empréstimos, seja através do diferimento de pagamentos (aos fornecedores, ao Estado, entre outros credores).
-  **Fundos Próprios:** também designados de património líquido, expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas e dos resultados.

Da análise do balanço, é possível quantificar a riqueza líquida gerada até ao final do exercício, permitindo perspetivar tendências quanto à capacidade do Município para assegurar a sua atividade de modo sustentável e equilibrado, bem como honrar compromissos e obrigações assumidos perante terceiros.

Face ao exposto, divulga-se no quadro seguinte, a estrutura patrimonial do Município de Ovar a 31 de dezembro de 2019 e a sua comparação com o exercício de 2018.

## Q8. Balanço – Ativo, Fundos Próprios e Passivo

(euros)

Descrição	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor Líquido	%	Valor Líquido	%	Variação	%
<b>Ativo</b>						
Imobilizado	145 372 049,49	93,22	151 328 504,93	95,78	-5 956 455,44	-3,94
Existências	96 451,16	0,06	99 685,21	0,06	-3 234,05	-3,24
Dividas de Terceiros	1 512 930,87	0,97	496 097,04	0,31	1 016 833,83	204,97
Disponibilidades	7 548 851,07	4,84	5 898 861,35	3,73	1 649 989,72	27,97
Acréscimos e Diferimentos	1 410 392,17	0,90	177 420,45	0,11	1 232 971,72	694,94
<b>Total Ativo</b>	<b>155 940 674,76</b>	<b>100,00</b>	<b>158 000 568,98</b>	<b>100,00</b>	<b>-2 059 894,22</b>	<b>-1,30</b>
<b>Fundos Próprios</b>						
Património	47 844 362,90	30,68	47 844 362,90	30,28	0,00	0,00
Reservas	4 457 060,06	2,86	4 457 060,06	2,82	0,00	0,00
Subsídios	2 947 751,85	1,89	1 216 926,43	0,77	1 730 825,42	142,23
Doações	389 451,39	0,25	388 987,74	0,25	463,65	0,12
Reservas decorrentes de transf. ativos	-7 659 478,89	-4,91	-7 659 478,89	-4,85	0,00	0,00
Resultados Transitados	75 588 260,86	48,47	78 508 716,83	49,69	-2 920 455,97	-3,72
Resultado Líquido	-2 950 943,02	-1,89	-3 657 349,97	-2,31	706 406,95	-19,31
<b>Total Fundos Próprios</b>	<b>120 616 465,15</b>	<b>77,35</b>	<b>121 099 225,10</b>	<b>76,64</b>	<b>-482 759,95</b>	<b>-0,40</b>
<b>Passivo</b>						
Provisões para riscos e encargos	136 946,18	0,09	134 431,51	0,09	2 514,67	1,87
<b>Dividas a Terceiros</b>						
Dividas a Terceiros - M/L prazo	712 927,09	0,46	882 896,22	0,56	-169 969,13	-19,25
Dividas a Terceiros - Curto prazo	5 152 104,34	3,30	4 045 215,29	2,56	1 106 889,05	27,36
Acréscimos e Diferimentos	29 322 232,00	18,80	31 838 800,86	20,15	-2 516 568,86	-7,90
<b>Total Passivo</b>	<b>35 324 209,61</b>	<b>22,65</b>	<b>36 901 343,88</b>	<b>23,36</b>	<b>-1 577 134,27</b>	<b>-4,27</b>
<b>Total Passivo + Fundos Próprios</b>	<b>155 940 674,76</b>	<b>100,00</b>	<b>158 000 568,98</b>	<b>100,00</b>	<b>-2 059 894,22</b>	<b>-1,30</b>

A 31 de dezembro de 2019, o Ativo Líquido totalizou um montante de 155 940 674,76 euros, os Fundos Próprios um valor de 120 616 465,15 euros e o Passivo totalizou 35 324 209,61 euros. Importa ter em consideração que é respeitado um dos princípios básicos da contabilidade, ou seja, o total do ativo corresponde à soma do total do passivo e fundos próprios.

Ao se efetuar uma análise comparativa com o exercício de 2018, verifica-se que:

- o **Ativo Líquido** diminuiu 2 059 894,22 euros (-1,30%) influenciado negativamente pelo Imobilizado Líquido, que decresceu 5 956 455,44 euros (-3,94%) e pelas Existências que diminuiram 3,24%;
- os **Fundos Próprios** apresentam um decréscimo absoluto de 482 759,95 euros (-0,40%), justificado pelos Resultados Transitados;
- o **Passivo** do Município apresenta uma diminuição de 1 577 134,27 euros (-4,27%), influenciado pelos Acréscimos e Diferimentos, que decresceram 2 516 568,86 euros (-7,90%) e pelas Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo que apresentam uma diminuição de 169 969,13 euros (-19,25%).

De seguida é analisada cada uma destas componentes, de forma mais detalhada.






### 5.1.1. Análise do Ativo

A 31 de dezembro de 2019, o **Ativo** do Município de Ovar ascendeu a 155 940 674,76 euros, traduzindo-se numa redução de -1,30%, relativamente ao exercício de 2018, conforme ilustra o quadro seguinte.

#### Q9. Ativo líquido

Designação	(euros)					
	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	145 372 049,49	93,22	151 328 504,93	95,78	-5 956 455,44	-3,94
Existências	96 451,16	0,06	99 685,21	0,06	-3 234,05	-3,24
Dívidas de terceiros	1 512 930,87	0,97	496 097,04	0,31	1 016 833,83	204,97
Disponibilidades	7 548 851,07	4,84	5 898 861,35	3,73	1 649 989,72	27,97
Acréscimos e diferimentos	1 410 392,17	0,90	177 420,45	0,11	1 232 971,72	694,94
<b>TOTAL</b>	<b>155 940 674,76</b>	<b>100,00</b>	<b>158 000 568,98</b>	<b>100,00</b>	<b>-2 059 894,22</b>	<b>-1,30</b>

Apresentam-se de seguida algumas interpretações, sumárias, para o quadro suprailustrado.

-  O **Imobilizado Líquido** ascendeu a um montante superior a 145 milhões de euros, mantendo o seu peso estrutural no total do ativo acima dos 90%, com uma redução em termos absolutos de 5,9 milhões de euros, relativamente a 2018.
-  As **Existências**, em 2019, ascenderam a 96 451,16 euros, mantendo o seu peso estrutural no ativo exatamente igual ao do exercício de 2018, 0,06%, no entanto com um ligeiro decréscimo de 3 234,05 euros.
-  As **Dívidas de Terceiros** com um montante de 1,5 milhões de euros, aumentaram o seu peso estrutural no ativo, passando de 0,31% em 2018 para 0,97% em 2019, com um aumento em termos absolutos de 1 016 833,83 euros.
-  As **Disponibilidades** registaram um valor de 7,5 milhões de euros e continuam a ser o segundo elemento patrimonial com maior peso estrutural no ativo (4,84%), apresentando um incremento positivo de 1,6 milhões de euros, face ao ano 2018.
-  Os **Acréscimos e Diferimentos** apresenta, em 2019, um montante de 1 410 392,17 euros, e representa 0,90% da estrutura do Ativo. Estes valores, transparecem um acréscimo face a 2018, de 1 232 971,72 euros.



### 5.1.1.3. Análise da Estrutura do Imobilizado<sup>7</sup>

Pode dizer-se que o imobilizado é composto por duas componentes: o imobilizado bruto (resultados antes de amortizações) e o imobilizado líquido (resultados após amortizações). Neste ponto, será realizada uma análise a estas componentes, para o exercício de 2019 e sua comparação com o ano antecedente (2018).

#### Imobilizado Bruto

O **Imobilizado Bruto** reflete, no exercício de 2019, um montante global de 217 877 865,09 euros, sendo as rubricas com maior expressividade as Outras Construções e Infraestruturas (50,25%) e os Edifícios e Outras Construções (29,06%).

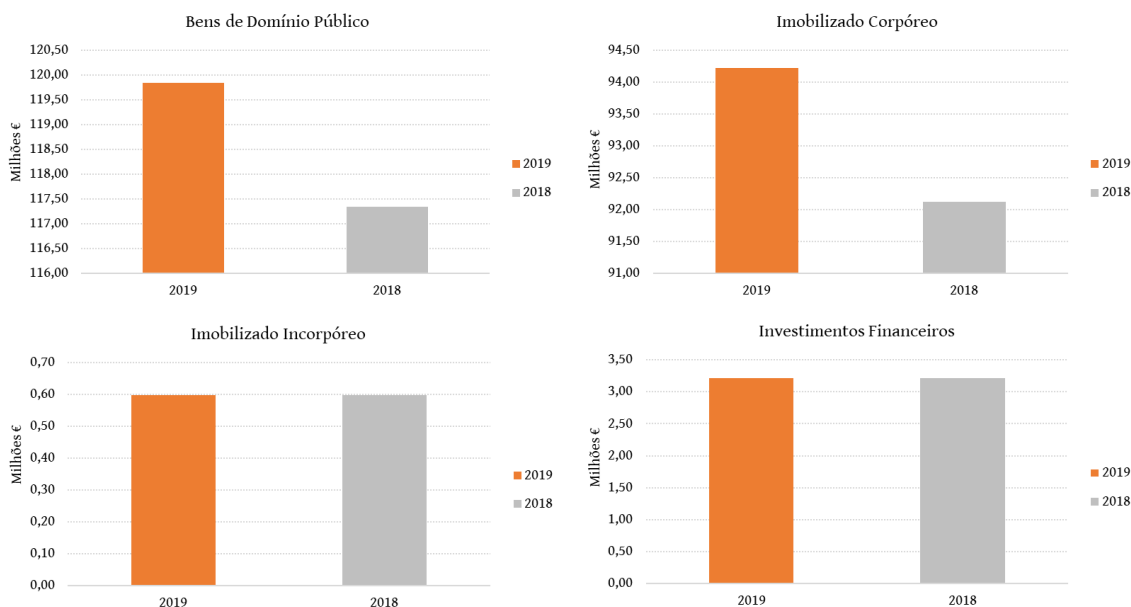
#### Q10. Imobilizado Bruto

Rubricas	Conta	(euros)					
		2019		2018		Variação 2019/2018	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Bens de Domínio Público</b>							
Terrenos e recursos naturais	451	7 929 314,55	3,64	7 929 314,55	3,72	0,00	0,00
Edifícios	452	26 694,52	0,01	26 694,52	0,01	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	453	109 481 932,88	50,25	106 698 065,45	50,03	2 783 867,43	2,61
cultural	455	824 248,67	0,38	824 248,67	0,39	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	459	141 765,18	0,07	141 765,18	0,07	0,00	0,00
Imobilizações em curso	445	1 440 732,22	0,66	1 723 648,56	0,81	-282 916,34	-16,41
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>							
Despesas de investigação e desenvolvimento	432	498 809,70	0,23	498 809,70	0,23	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	433	97 550,78	0,04	97 550,78	0,05	0,00	0,00
<b>Imobilizado Corpóreo</b>							
Terrenos e recursos naturais	421	16 455 515,05	7,55	16 521 795,39	7,75	-66 280,34	-0,40
Edifícios e outras construções	422	63 317 055,59	29,06	63 185 917,12	29,63	131 138,47	0,21
Equipamento básico	423	3 231 596,23	1,48	2 814 124,73	1,32	417 471,50	14,83
Equipamento de transporte	424	1 543 144,99	0,71	1 523 316,65	0,71	19 828,34	1,30
Ferramentas e utensílios	425	577 349,28	0,26	568 543,76	0,27	8 805,52	1,55
Equipamento administrativo	426	4 086 346,25	1,88	4 168 139,81	1,95	-81 793,56	-1,96
Outras imobilizações corpóreas	429	2 918 179,78	1,34	2 879 781,74	1,35	38 398,04	1,33
Imobilizações em curso	442	2 094 555,42	0,96	458 042,75	0,21	1 636 512,67	357,28
<b>Investimentos Financeiros</b>							
Partes de capital	411	2 287 055,00	1,05	2 287 055,00	1,07	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	412	926 019,00	0,43	926 019,00	0,43	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>217 877 865,09</b>	<b>100,00</b>	<b>213 272 833,36</b>	<b>100,00</b>	<b>4 605 031,73</b>	<b>2,16</b>

<sup>7</sup> Quando da análise do imobilizado, não se pode desassociar todo o processo de "Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística/Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e de Domínio Público" realizado pelo Município de Ovar, de acordo com as instruções regulamentares de cadastro dos bens como a sua classificação geral, previstas no diploma do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado através da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril. Este procedimento envolveu um conjunto de movimentos contabilísticos efetuados no exercício de 2015, que aumentaram o valor do imobilizado do Município de Ovar.

Comparativamente com o período homólogo de 2018, verifica-se um aumento de 2,16% no imobilizado bruto, decorrente essencialmente do aumento de valor na classificação 442- transferências de imobilizado em curso.

## G22. Ativo Imobilizado Bruto



Os gráficos anteriores, refletem os montantes do imobilizado bruto para os exercícios de 2019 e 2018, por tipologia de imobilizado: bens de domínio público, imobilizado corpóreo, imobilizado incorpóreo e investimentos financeiros. Para estas tipologias de imobilizado, são apresentadas de seguida algumas notas justificativas para as suas variações, quando comparadas entre anos.

O imobilizado bruto relativo aos **Bens de Domínio Público**, aumentaram, no exercício de 2019, comparativamente a 2018, devido ao aumento de 2,61% na classificação Outras Construções e Infraestruturas. Este aumento deve-se às transferências de imobilizado em curso para imobilizado definitivo<sup>8</sup>, que ocorreram durante o ano de 2019. Neste enquadramento, destacam-se os montantes relativos a empreitadas de obras públicas, que após os autos de receção provisória devidamente lavrados, foram transferidos para imobilizado definitivo das quais, entre outras, se destacam: “Arranjo Urbanístico a Sul do Furadouro – Ovar”, “Pavimentação da Rua das Estradas e Rua Dr. Acácio Valente-Válega”, “Construção de Pista Pedonal e Ciclável – Avenida do Emigrante, Lote 2”, “Construção de Pistas Pedonais/Cicláveis - Avenida Sá Carneiro e Ligação da Habitovar à EN327”, “Requalificação da Rua dos Tanoeiros – Esmoriz” e “Requalificação do Jardim do Ancoradouro – Esmoriz”.

<sup>8</sup> As transferências de imobilizado em curso para imobilizado definitivo, correspondem a um lançamento contabilístico que credita a classe 44-Imobilizações em Curso, por contrapartida de um débito na classe 42 ou 45.

O **Imobilizado Incorpóreo**, ao nível da composição do valor bruto, manteve-se inalterado nos dois exercícios em análise, 2019 e 2018. Porém salienta-se que esta rubrica é composta na sua maioria por projetos e estudos, nomeadamente: projeto de cartografia digitalizada, cartas de risco de incêndios florestais, mapas de ruído do Concelho de Ovar, carta educativa, revisão do PDM e projetos de obras de proteção costeira complementares, na Praia do Furadouro e Cortegaça.

O **Imobilizado Corpóreo**, apresenta uma variação bruta positiva, relativamente ao exercício de 2018, traduzida pelo acréscimo verificado nas rubricas de Equipamento Básico (+14,83%) e Imobilizações em Curso (+357,28%). Esta variação positiva é justificada, ao nível do Equipamento Básico, pelo incremento na aquisição de equipamentos decorrentes da atividade normal da Autarquia e ao nível das Imobilizações em Curso, o aumento deve-se, essencialmente, aos lançamentos referentes a autos de medição de empreitadas de obras públicas, destacando-se a “Reabilitação do Edifício do Esmoriztur” e a “Construção do Edifício do Ecocentro”.

As Obrigações e Títulos de Participação que compõe a estrutura dos **Investimentos Financeiros**, mantiveram a mesma estrutura verificada em 2018.

### Ativo Imobilizado Líquido

A 31 de dezembro de 2019, o Imobilizado Líquido auferiu um montante total de 145 372 049,49 euros, representado na sua maioria pelas imobilizações corpóreas (51,72%) e bens de domínio público (46,07%).

#### Q11. Imobilizado Líquido

Designação	(euros)					
	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens de domínio público	66 969 689,50	46,07	73 319 020,29	48,45	-6 349 330,79	-8,66
Imobilizações incorpóreas	7 931,39	0,01	28 202,41	0,02	-20 271,02	-71,88
Imobilizações corpóreas	75 181 354,60	51,72	74 768 208,23	49,41	413 146,37	0,55
Investimentos financeiros	3 213 074,00	2,21	3 213 074,00	2,12	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>145 372 049,49</b>	<b>100,00</b>	<b>151 328 504,93</b>	<b>100,00</b>	<b>-5 956 455,44</b>	<b>-3,94</b>

Comparativamente com o exercício de 2018, verifica-se pelo quadro anterior, uma redução de 5 956 455,44 euros (-3,94%), no imobilizado líquido. Este decréscimo é justificado pela variação negativa das rubricas de bens de domínio público (-8,66%) e imobilizações incorpóreas (-71,88%).

As variações verificadas no **Ativo Imobilizado Líquido** do Município de Ovar, apresentam-se, com maior detalhe, no quadro abaixo ilustrado, sendo que os seus aumentos podem ainda ser observados no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos.

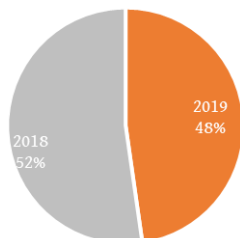
### Q12. Ativo Imobilizado Líquido

(euros)

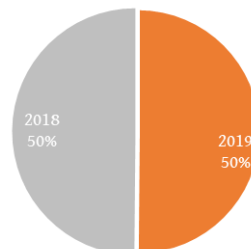
Rubricas	2019		2018		Variação 2019/2018		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
<b>Bens de Domínio Público</b>							
Terrenos e recursos naturais	451	7 929 314,55	11,84	7 929 314,55	10,81	0,00	0,00
Edifícios	452	12 379,62	0,02	14 692,68	0,02	-2 313,06	-15,74
Outras construções e infra-estruturas	453	56 724 115,01	84,70	62 778 447,74	85,62	-6 054 332,73	-9,64
Bens do património histórico, artístico e cultural	455	746 944,49	1,12	753 731,57	1,03	-6 787,08	-0,90
Outros bens de domínio público	459	116 203,61	0,17	119 185,19	0,16	-2 981,58	-2,50
Imobilizações em curso	445	1 440 732,22	2,15	1 723 648,56	2,35	-282 916,34	-16,41
<b>Total</b>		<b>66 969 689,50</b>	<b>100,00</b>	<b>73 319 020,29</b>	<b>100,00</b>	<b>-6 349 330,79</b>	<b>-8,66</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>							
Despesas de investigação e desenvolvimento	432	7 931,39	100,00	28 202,41	100,00	-20 271,02	-71,88
<b>Total</b>		<b>7 931,39</b>	<b>100,00</b>	<b>28 202,41</b>	<b>100,00</b>	<b>-20 271,02</b>	<b>-71,88</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>							
Terrenos e recursos naturais	421	16 455 515,05	21,89	16 521 795,39	22,10	-66 280,34	-0,40
Edifícios e outras construções	422	53 069 683,02	70,59	53 905 981,57	72,10	-836 298,55	-1,55
Equipamento básico	423	316 322,16	0,42	361 867,61	0,48	-45 545,45	-12,59
Equipamento de transporte	424	328 175,63	0,44	362 531,79	0,48	-34 356,16	-9,48
Ferramentas e utensílios	425	22 351,27	0,03	29 317,95	0,04	-6 966,68	-23,76
Equipamento administrativo	426	314 797,66	0,42	561 613,75	0,75	-246 816,09	-43,95
Outras imobilizações corpóreas	429	2 579 954,39	3,43	2 567 057,42	3,43	12 896,97	0,50
Imobilizações em curso	442	2 094 555,42	2,79	458 042,75	0,61	1 636 512,67	357,28
<b>Total</b>		<b>75 181 354,60</b>	<b>100,00</b>	<b>74 768 208,23</b>	<b>100,00</b>	<b>413 146,37</b>	<b>0,55</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>							
Partes de capital	411	2 287 055,00	71,18	2 287 055,00	71,18	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	412	926 019,00	28,82	926 019,00	28,82	0,00	0,00
<b>Total</b>		<b>3 213 074,00</b>	<b>100,00</b>	<b>3 213 074,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Final</b>		<b>145 372 049,49</b>		<b>151 328 504,93</b>		<b>-5 956 455,44</b>	<b>-3,94</b>

**G23. Ativo Imobilizado Líquido**

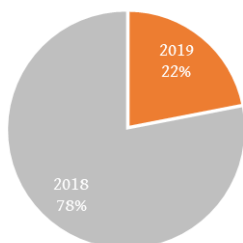
Bens de Domínio Público



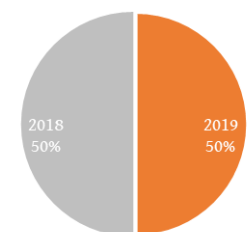
Imobilizações Corpóreas



Imobilizações Incorpóreas



Investimentos Financeiros



No ativo líquido, os valores dos bens e direitos são registados líquidos das amortizações. Desta forma, não se pode dissociar a análise do ativo líquido, das amortizações, considera-se para o efeito a seguinte fórmula<sup>9</sup>:

$$\text{Ativo Líquido} = \text{Ativo Bruto} - \text{Amortizações}$$

À medida que os Ativos Imobilizados envelhecem, passam necessariamente a valer menos. A amortização é, pois, a diferença entre o preço de compra (eventualmente realizado) e o valor atual do bem. É importante reter que a amortização, é o valor que se vai retirando ao imobilizado e que se traduz numa redução do resultado positivo do exercício ou do aumento do resultado negativo do exercício.

Tendo este pressuposto em consideração, verifica-se que em 2019, as **amortizações acumuladas** totalizaram 72 505 815,60 euros<sup>10</sup>, o que significa que o imobilizado líquido atingiu o montante de 145 372 049,49 euros, traduzindo-se numa redução de 5 956 455,44 euros (-3,94%), relativamente ao exercício de 2018.

<sup>9</sup> Os ativos imobilizados não se “consomem” num só ano, pelo que, dando cumprimento ao princípio da especialização do exercício, o custo total é dividido pelos vários exercícios através da denominada amortização.

<sup>10</sup> Conforme também ilustra o Mapa das Amortizações no ponto 8.2.7 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.



## Q13. Amortizações Acumuladas

(euros)

Rubricas	Amortizações Acumuladas		Variação 2019/2018
	2019	2018	
<b>Bens de domínio público</b>	485		
Terrenos e recursos naturais	4851		
Edifícios	4852	14 314,90	12 001,84
Outras construções e infra-estruturas	4853	52 757 817,87	43 919 617,71
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	77 304,18	70 517,10
Outros bens de domínio público	4859	25 561,57	22 579,99
<b>Total</b>	<b>52 874 998,52</b>	<b>44 024 716,64</b>	<b>8 850 281,88</b>
<b>Imobilizações incorpóreas</b>	483		
Despesas de instalação	4831		
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	490 878,31	470 607,29
Propriedade industrial e outros direitos	4833	97 550,78	97 550,78
<b>Total</b>	<b>588 429,09</b>	<b>568 158,07</b>	<b>20 271,02</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>	482		
Terrenos e recursos naturais	4821		
Edifícios e outras construções	4822	10 247 372,57	9 279 935,55
Equipamento básico	4823	2 915 274,07	2 452 257,12
Equipamento de transporte	4824	1 214 969,36	1 160 784,86
Ferramentas e utensílios	4825	554 998,01	539 225,81
Equipamento administrativo	4826	3 771 548,59	3 606 526,06
Taras e vasilhame	4827		
Outras imobilizações corpóreas	4829	338 225,39	312 724,32
<b>Total</b>	<b>19 042 387,99</b>	<b>17 351 453,72</b>	<b>1 690 934,27</b>
<b>Total Final</b>	<b>72 505 815,60</b>	<b>61 944 328,43</b>	<b>10 561 487,17</b>

Da análise do quadro infere-se que as amortizações acumuladas aumentaram, no exercício de 2019, no montante de 10 561 487,17 euros (montante aproximado aos verificados nos últimos exercícios encerrados).

A variação é justificada, essencialmente, pelas amortizações provenientes da rubrica de Outras Construções e Infra Estruturas, em virtude quer da reclassificação efetuada à rede viária no exercício de 2015, decorrente do processo “*Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística/Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e de Domínio Público*”, e dos montantes imputados aos bens de imobilizado, provenientes das transferências de imobilizado em curso para definitivo.

### 5.1.1.3. Análise das Existências

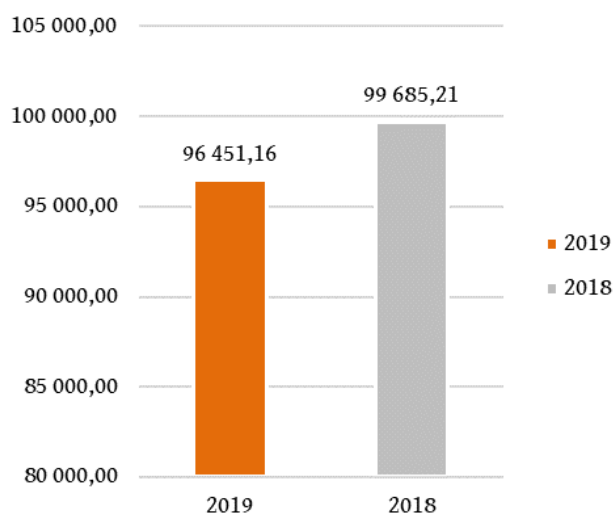
A rubrica de **Existências** – Classe Patrimonial 3, que inclui apenas materiais de consumo, apresenta a 31 de dezembro de 2019, um montante de 96 451,16 euros, valorizadas pelo seu custo de aquisição, de harmonia com o ponto 4.2.1 do POCAL.

#### Q14. Existências

Designação	(euros)					
	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Materiais de consumo - Armazéns	96 451,16	100,00	99 685,21	100,00	-3 234,05	-3,24
<b>TOTAL</b>	<b>96 451,16</b>	<b>100,00</b>	<b>99 685,21</b>	<b>100,00</b>	<b>-3 234,05</b>	<b>-3,24</b>

Comparativamente ao exercício de 2018, estas apresentam uma ligeira redução de 3,24%, justificada essencialmente pelo facto de o valor das compras de 2019, ser inferior ao valor das compras de 2018.

#### G24. Existências



### 5.1.1.3. Análise das Dívidas de Terceiros

As **Dívidas de Terceiros** no exercício de 2019, ascenderam a um montante global de 1 512 930,87 euros, repartidas de acordo com o quadro seguinte. Este montante revela um forte incremento, face ao exercício de 2018, no montante de 1 016 833,83 euros.

## Q15. Dívidas de Terceiros

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(euros)						
<b>Clientes c/c</b>						
Publicações e Impressos	0,00	0,00	179,55	0,04	-179,55	-100,00
Outros	250,00	0,02	909,00	0,18	-659,00	-72,50
<b>Contribuintes – Impostos Indirectos</b>						
Mercados e feiras	142,56	0,01	110,88	0,02	31,68	28,57
Toldos	551,26	0,04	683,47	0,14	-132,21	-19,34
Mesas e cadeiras	912,00	0,06	0,00	0,00	912,00	-
Tubos subterrâneos	1 664,00	0,11	1 674,00	0,34	-10,00	-0,60
Publicidade	506,00	0,03	517,50	0,10	-11,50	-2,22
Outros	445,22	0,03	282,27	0,06	162,95	57,73
<b>Contribuintes – Taxas</b>						
Mercados e feiras	8 729,80	0,58	10 918,46	2,20	-2 188,66	-20,05
Toldos	396,68	0,03	586,04	0,12	-189,36	-32,31
Tubos subterrâneos	12,00	0,00	12,00	0,00	0,00	0,00
Outras	29,88	0,00	165,94	0,03	-136,06	-81,99
Multas e penalidade diversas	3 279,60	0,22	0,00	0,00	3 279,60	-
<b>Utentes c/c</b>						
Serviços culturais	514,00	0,03	3 270,00	0,66	-2 756,00	-84,28
Serviços desportivos	0,00	0,00	9 618,20	1,94	-9 618,20	-100,00
Resíduos sólidos	158 227,45	10,46	163 598,93	32,98	-5 371,48	-3,28
Mercados e feiras	128,54	0,01	133,77	0,03	-5,23	
Parque de campismo	14 238,69	0,94	9 765,82	1,97	4 472,87	45,80
Fotocópias e regulamentos	0,75	0,00	22,30	0,00	-21,55	-96,64
Cantinas Escolares	21 367,65	1,41	46 119,61	9,30	-24 751,96	-53,67
Outros	256,79	0,02	3 263,79	0,66	-3 007,00	-92,13
Rendas e alugueres	52 675,44	3,48	54 324,77	10,95	-1 649,33	-3,04
<b>Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa</b>	12 961,99	0,86	3 912,91	0,79	9 049,08	231,26
<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>	0,00	0,00	11 415,85	2,30	-11 415,85	-100,00
<b>Outros devedores</b>						
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares	305 469,46	20,19	0,00	0,00	305 469,46	-
Instituto de Emprego e Formação Profissional	2 353,10	0,16	0,00	0,00	2 353,10	-
Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo	0,00	0,00	35 431,01	7,14	-35 431,01	-100,00
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	533 757,16	35,28	0,00	0,00	533 757,16	-
REFER, E.P.	302,36	0,02	302,36	0,06	0,00	0,00
IFAP - Inst. Finan. Agricultura e Pesca, I.P.	13 937,14	0,92	0,00	0,00	13 937,14	-
ADRA-Águas da Região de Aveiro	0,00	0,00	11 851,94	2,39	-11 851,94	-100,00
IHRU - Inst. da Habitação e Reabilitação Urbana	11 808,00	0,78	0,00	0,00	11 808,00	-
Comis. Nac. Prom. Direit. e Prot. Crianças e Jovens	15 461,70	1,02	0,00	0,00	15 461,70	-
Outros	352 551,65	23,30	127 026,67	25,61	225 524,98	177,54
<b>TOTAL</b>	<b>1 512 930,87</b>	<b>100,00</b>	<b>496 097,04</b>	<b>100,00</b>	<b>1 016 833,83</b>	<b>204,97</b>

A rubrica de **Clientes e Contribuintes**, no montante global de 16 919,00 euros, inclui sobretudo, em 2019, faturação das áreas mercados e feiras e multas e penalidades diversas. Quando comparada com o exercício de 2018, os montantes por cobrar apresentam-se na mesma ordem de grandeza, expondo um ligeiro aumento de 879,89 euros, influenciado pelas rubricas de mercados e feiras e outros impostos indirectos.

A dívida no montante de 247 409,31 euros registada na rubrica de **Utentes**, a 31 de dezembro de 2019, inclui essencialmente a dívida de resíduos sólidos e rendas e alugueres. Comparativamente com o exercício de 2018, esta dívida decresceu 42 707,88 euros. É de salientar que esta redução se deve à transferência de dívida para utentes de cobrança duvidosa, no que respeita a dívidas que a 31.12.2019, se encontravam em mora há mais de seis meses, com destaque para a dívida registada nas cantinas escolares.

A rubrica de **Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa**, foi a que mais aumentou na estrutura da dívida de terceiros. Para o exercício de 2019, esta rubrica apresenta um montante líquido de Provisões de 12 961,99 euros, refletindo um acréscimo de 9 049,08 euros, comparativamente a 2018. Este aumento está associado ao facto de se terem efetuado transferências de dívida de clientes, contribuintes e utentes, que a 31 de dezembro de 2019, se encontravam em mora há mais de seis meses, conforme legalmente previsto no POCAL. De destaque, as dívidas de: mercados e feiras, serviços desportivos, cantinas escolares, rendas de habitações sociais, rendas de edifícios, resíduos sólidos urbanos e outras receitas de capital.

A rubrica de **Outros Devedores**, apresentou em 31 de dezembro de 2019, um valor em dívida líquido de Provisões de 1 235 640,57 euros, o que representa um aumento, absoluto, relativamente ao ano de 2018, de 1 061 028,59 euros. Este aumento é justificado pelo aumento quase generalizado das rubricas, com destaque para os montantes em dívida a 31 de dezembro de 2019, que aguardam a respetiva cobrança, nomeadamente (e com maior expressividade), as verbas da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.. Também é de ressaltar o aumento da rubrica Outros, onde são registadas as verbas relativas a revisões de preços negativas, que aguardam respetiva cobrança, bem como se destaca, entre outros, o montante em dívida a 31 de dezembro de 2019, relativo à renda do quarto trimestre de 2019, paga pela EDP – Serviço Universal, S.A. ao Município de Ovar, em virtude da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

#### **5.1.1.3. Análise das Disponibilidades**

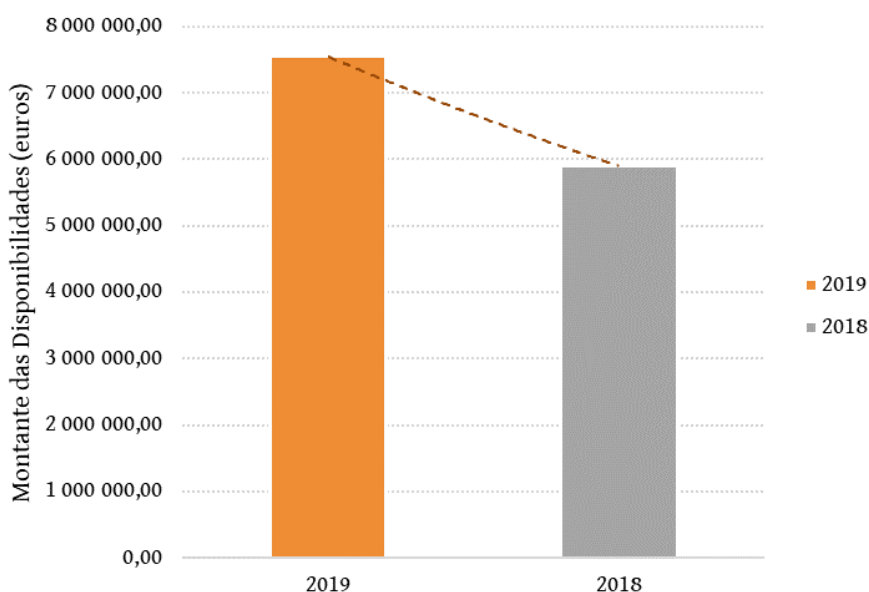
As **Disponibilidades** do Município de Ovar, no final do exercício de 2019, totalizaram 7 548 851,07 euros, distribuídas por um montante residual em caixa no valor de 880,24 euros e por depósitos, á ordem, em instituições financeiras no valor global de 7 547 970,83 euros.

## Q16. Disponibilidades

(euros)

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Caixa</b>	880,24	0,01	1 146,33	0,02	-266,09	-23,21
<b>Depósitos em Instituições Financeiras</b>						
Caixa Geral de Depósitos	2 404 970,37	31,86	2 183 367,98	37,01	221 602,39	10,15
BPI	66 372,39	0,88	32 237,69	0,55	34 134,70	105,88
Novo Banco	1 136 561,68	15,06	1 171 405,94	19,86	-34 844,26	-2,97
Banco Santander	3 940 066,39	52,19	2 510 703,41	42,56	1 429 362,98	56,93
<b>TOTAL</b>	<b>7 548 851,07</b>	<b>100,00</b>	<b>5 898 861,35</b>	<b>100,00</b>	<b>1 649 989,72</b>	<b>27,97</b>

## G25. Disponibilidades



Comparativamente com o exercício de 2018, as disponibilidades refletem um incremento de 1 649 989,72 euros (+27,97%), justificado essencialmente pelo aumento, quase generalizado, dos saldos das contas bancárias, com destaque para o saldo da Caixa Geral de Depósitos, S.A., do Banco Português de Investimento, S.A. e do Banco Santander Totta, S.A. Para tal, contribuíram as receitas correntes e de capital, que aumentaram 1 155 491,38 euros e 698 586,53 euros. Que, na sua totalidade, superaram as variações positivas ocorridas nas despesas correntes e de capital.



**Q17. Saldo da Gerência**

(euros)

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Saldo da gerência anterior</b>	5 898 861,35	15,77	5 162 032,19	14,90	736 829,16	14,27
Receitas correntes brutas	27 527 245,62	73,61	26 371 754,24	76,13	1 155 491,38	4,38
Receitas de capital	1 968 014,18	5,26	1 269 427,65	3,66	698 586,53	55,03
Outras receitas	12 612,33	0,03	12 084,79	0,03	527,54	4,37
Operações de Tesouraria	1 990 410,48	5,32	1 824 723,87	5,27	165 686,61	9,08
<b>Total</b>	<b>37 397 143,96</b>	<b>100,00</b>	<b>34 640 022,74</b>	<b>100,00</b>	<b>2 757 121,22</b>	<b>7,96</b>
Despesas correntes	22 229 903,08	59,44	21 536 038,37	62,17	693 864,71	3,22
Despesas de capital	5 735 246,64	15,34	5 104 106,57	14,73	631 140,07	12,37
Operações de Tesouraria	1 883 143,17	5,04	2 101 016,45	6,07	-217 873,28	-10,37
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>7 548 851,07</b>	<b>20,19</b>	<b>5 898 861,35</b>	<b>17,03</b>	<b>1 649 989,72</b>	<b>27,97</b>
<b>Total</b>	<b>37 397 143,96</b>	<b>100,00</b>	<b>34 640 022,74</b>	<b>100,00</b>	<b>2 757 121,22</b>	<b>7,96</b>

O valor total de Disponibilidades também se divide em **Saldo da Gerência** de Execução Orçamental, no montante de 6 152 996,29 euros e de Operações de Tesouraria no montante de 1 395 854,78 euros – conforme Mapa de Fluxos de Caixa<sup>11</sup>.

As Operações de Tesouraria contribuíram positivamente para o saldo da gerência, quer pela diminuição das despesas, no valor de 217 873,28 euros, quer pelo aumento das receitas, no montante de 165 686,61 euros.

Por último, o saldo corrente, apurado pela diferença entre as receitas correntes brutas e as despesas correntes, foi positivo, no montante de 5 297 342,54 euros. Em sentido inverso, o saldo de capital, calculado pela diferença entre as receitas e as despesas de capital, foi negativo em 3 767 232,46 euros, o que demonstra que foi disponibilizada receita corrente, para fazer face a despesa de capital.

**5.1.1.3. Análise dos Acréscimos e Diferimentos**

Os **Acréscimos e Diferimentos** registaram no final do exercício de 2019, um montante global de 1 410 392,17 euros, sendo as rubricas com maior expressividade na composição da sua estrutura, os acréscimos de proveitos de transferências de capital e impostos diretos, com um peso de 48,64% e 27,55%, respetivamente.

<sup>11</sup> Pode ser consultado em anexo, ao presente relatório.

## Q18. Acréscimos e Diferimentos

(euros)

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Acréscimo de proveitos</b>						
Juros a receber	0,00	0,00	42,25	0,02	-42,25	-100,00
Impostos diretos	388 578,98	27,55	0,00	0,00	388 578,98	-
Juros impostos diretos	2 492,79	0,18	1 688,54	0,95	804,25	47,63
Impostos indiretos	1 538,38	0,11	0,00	0,00	1 538,38	-
Transferências correntes	137 648,25	9,76	0,00	0,00	137 648,25	-
Transferências capital	685 980,43	48,64	0,00	0,00	685 980,43	-
Resíduos Sólidos	137 594,35	9,76	147 482,03	83,13	-9 887,68	-6,70
Parques de Campismo	9 393,09	0,67	9 003,36	5,07	389,73	4,33
<b>Custos diferidos</b>						
Rendas	2 855,96	0,20	3 870,93	2,18	-1 014,97	-26,22
Seguros	34 934,94	2,48	0,00	0,00	34 934,94	-
Outros	9 375,00	0,66	15 333,34	8,64	-5 958,34	-38,86
<b>TOTAL</b>	<b>1 410 392,17</b>	<b>100,00</b>	<b>177 420,45</b>	<b>100,00</b>	<b>1 232 971,72</b>	<b>694,94</b>

Comparativamente com o exercício de 2018, constata-se pelo quadro anterior, que ocorreu um aumento de 1 232 971,72 euros, nos Acréscimos e Diferimentos. Este incremento é justificado pela rubrica de **Acréscimos de Proveitos**, que apresenta um incremento de 1 205 010,09 euros, em virtude de se ter aplicado o princípio da especialização do exercício<sup>12</sup> (ou do acréscimo), pela primeira vez, nas rubricas de impostos diretos, impostos indiretos, transferências correntes e de capital, que pressupõe que os proveitos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

Os **Custos Diferidos** também aumentaram no exercício de 2019, comparativamente a 2018. Contribuiu para este aumento de 27 961,63 euros, os diferimentos dos seguros no valor de 34 934,94 euros, uma vez que, no final do ano de 2019, foram processadas as despesas respeitantes a exercícios futuros.

<sup>12</sup> Conforme ponto 3.2 – Princípios Contabilísticos (pág. 163), do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

### 5.1.2. Análise do Passivo

O Município de Ovar apresenta um **Passivo** de 35 324 209,61 euros, em 31 de dezembro de 2019, mantendo-se os Acréscimos e Diferimentos o elemento com maior expressividade (83,01%) na estrutura do passivo.

#### Q19. Passivo

Designação	(euros)					
	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões para riscos e encargos	136 946,18	0,39	134 431,51	0,36	2 514,67	1,87
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	712 927,09	2,02	882 896,22	2,39	-169 969,13	-19,25
Dívidas a terceiros - curto prazo	5 152 104,34	14,59	4 045 215,29	10,96	1 106 889,05	27,36
<b>Subtotal</b>	<b>6 001 977,61</b>	<b>16,99</b>	<b>5 062 543,02</b>	<b>13,72</b>	<b>939 434,59</b>	<b>18,56</b>
Acréscimos e Diferimentos	29 322 232,00	83,01	31 838 800,86	86,28	-2 516 568,86	-7,90
<b>TOTAL</b>	<b>35 324 209,61</b>	<b>100,00</b>	<b>36 901 343,88</b>	<b>100,00</b>	<b>-1 577 134,27</b>	<b>-4,27</b>

Quando se efetua uma análise comparativa entre exercícios, 2019 e 2018, verifica-se que ocorreu um decréscimo de 4,27% (-1 577 134,27 euros), no valor do passivo. Com base no quadro anteriormente apresentado, é possível destacar as variações negativas ocorridas, quer na **Dívida de Médio e Longo Prazo**, no montante de 169 969,13 euros, quer nos **Acréscimos e Diferimentos** no montante de 2 516 568,86 euros.

Por sua vez, as **Provisões para Riscos e Encargos** variaram positivamente, no montante de 2 514,67 euros, relativas a processos em contencioso, conforme consta nas notas ao balanço e demonstração de resultados e as **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo** variaram, também, positivamente em 1 106 889,05 euros, devido essencialmente, às faturas registadas em receção e conferência.

De salientar que, o decréscimo das **Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo** foi de 169 969,13 euros, à semelhança do verificado no ano anterior, especialmente originado pela atualização dos valores do Fundo de Apoio Municipal (FAM), decorrente da nova redação do art.º 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, bem como pela redução das dívidas junto das Instituições Financeiras, relativas a empréstimos bancários.

Por último, a diminuição na rubrica de **Acréscimos e Diferimentos**, num montante global acima de 2,5 milhões de euros, justifica-se quer pelo decréscimo ocorrido na rubrica dos Proveitos Diferidos, no exercício de 2019 (-1 933 451,24 euros), quer pela diminuição verificada nos montantes apurados para os Acréscimos de Custos (-583 117,62 euros).

### 5.1.2.3. Análise do Passivo – Médio e Longo Prazo

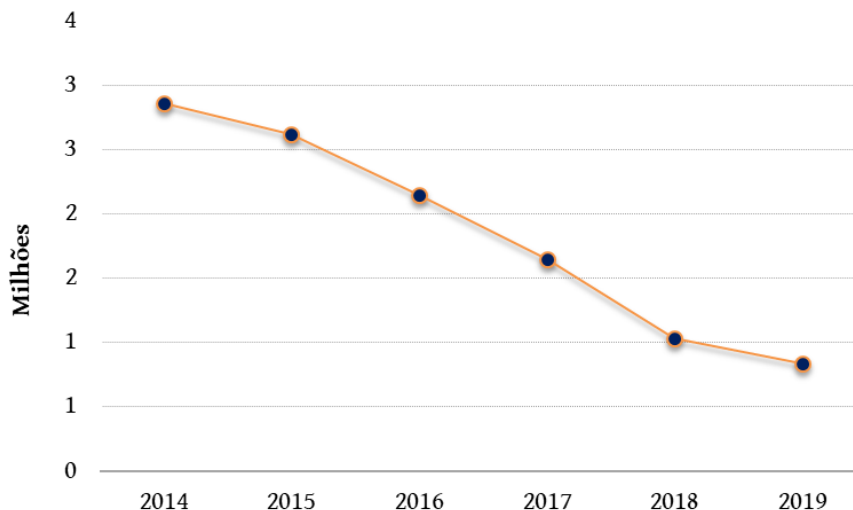
O **Passivo de Médio e Longo Prazo** do Município de Ovar, no exercício de 2019, ascendeu a 712 927,09 euros, e é constituído pelas dívidas a Instituições de Crédito, relativas a empréstimos bancários.

#### Q20. Passivo de Médio e Longo Prazo

Designação	(euros)					
	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Médio e Longo Prazo</b>						
<b>Empréstimos Bancários</b>						
Caixa Geral de Depósitos	712 927,09	100,00	831 450,72	94,17	-118 523,63	-14,26
Fundo de Apoio Municipal	0,00	0,00	51 445,50	5,83	-51 445,50	-100,00
<b>TOTAL</b>	<b>712 927,09</b>	<b>100,00</b>	<b>882 896,22</b>	<b>94,17</b>	<b>-169 969,13</b>	<b>-19,25</b>

Conforme se verifica pelo quadro anterior, no final do exercício de 2019, a **Dívida de Médio e Longo Prazo**, reduziu-se em 169 969,13 euros (-19,25%), em virtude das amortizações que se têm vindo a praticar no que respeita aos empréstimos de médio e longo prazo e à redução do Fundo de Apoio Municipal.

#### G26. Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo



Em complemento a esta análise, poderá ser consultado o Mapa dos Empréstimos, no ponto 8.3.6 das Notas ao Balanço e Demonstração dos Resultados, que contém informação detalhada das Dívidas do Município a Instituições de Crédito, e os respetivos encargos pagos durante o exercício de 2019. Da sua análise sobressai o valor residual dos encargos associados à dívida de médio e longo prazo, por se tratarem de empréstimos contraídos com taxas de juros bastante vantajosas para o Município de Ovar.



Mais se releva que, a diferença entre o valor apresentado no Balanço, relativo a Dívidas de Terceiros de Médio e Longo Prazo e o Mapa do Endividamento resulta do critério do Município em discriminar as dívidas a Instituições de Crédito com base na sua maturidade, com a adoção do critério da exigibilidade da dívida e não da sua natureza, conforme preconiza o POCAL. Idêntico critério foi utilizado para o Fundo de Apoio Municipal, conforme instruções da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

### 5.1.2.3. Análise do Passivo – Curto Prazo

A 31 de dezembro de 2019, as **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo** ascenderam a 5 152 104,34 euros, sendo as rubricas de outros credores (69,00%) e fornecedores de imobilizado-faturas em receção e conferência (15,85%), aquelas que detêm um maior peso na sua estrutura.

#### Q21. Dívidas de Curto Prazo

(euros)

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Dívidas de curto prazo</b>						
Dívidas a instituições de crédito	118 523,65	2,30	201 938,38	4,99	-83 414,73	-41,31
Fundo de Apoio Municipal	51 445,50	1,00	102 891,00	2,54	-51 445,50	-50,00
Fornecedores	1 214,29	0,02	0,00	0,00	1 214,29	-
Fornecedores - Facturas em receção e conf.	494 749,67	9,60	152 280,35	3,76	342 469,32	224,89
Forn.imobilizado - Facturas em receção e conf.	816 816,24	15,85	42 541,41	1,05	774 274,83	1820,05
Estados e outros entes públicos	111 698,38	2,17	103 442,49	2,56	8 255,89	7,98
Adiantamentos de clientes	2 465,95	0,05	1 904,91	0,05	561,04	29,45
Outros credores	3 555 190,66	69,00	3 440 216,75	85,04	114 973,91	3,34
<b>TOTAL</b>	<b>5 152 104,34</b>	<b>100,00</b>	<b>4 045 215,29</b>	<b>100,00</b>	<b>1 106 889,05</b>	<b>27,36</b>

Conforme se verifica pelo quadro anterior, a variação das dívidas de curto prazo, de 2018 para 2019, foi positiva em 1 106 889,05 euros (+27,36%). Esta variação é justificada, essencialmente, pelo registo contabilístico de faturação em conferência nas rubricas de **Fornecedores – Faturas em Receção e Conferência** (aumento de 342 469,32 euros) e **Fornecedores de Imobilizado – Faturas em Receção e Conferência** (aumento de 774 274,83 euros), em cumprimento do previsto no POCAL.

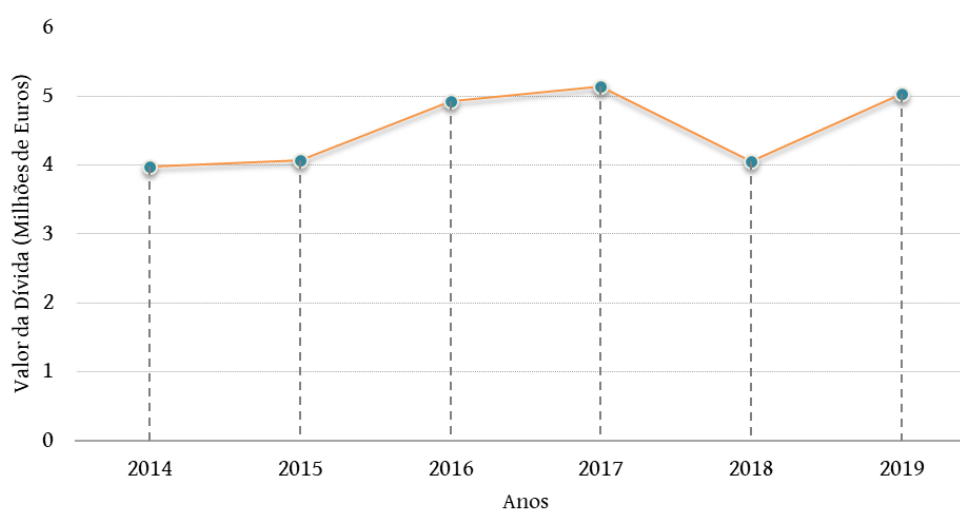
A rubrica de **Adiantamentos de Clientes**, no montante de 2 465,95 euros, apresenta uma variação positiva de +29,45%, comparativamente ao exercício de 2018. Este facto deve-se a um aumento de receita consignada, que foi arrecadada no Espaço Cidadão, que só irá ser transferida para a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) e para o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P., no início do mês seguinte à sua cobrança. Ressalva-se que esta classificação contempla ainda, a receita



antecipada referente aos *Tickets Infância* (vales educação), entregues pelos encarregados de educação ao Município de Ovar, para futuras liquidações de despesas escolares.

A rubrica de **Estado e Outros Entes Públicos**, no montante de 111 698,38 euros, representa 2,17% da estrutura das dívidas de curto prazo do Município de Ovar, a 31 de dezembro de 2019. Comparativamente com o exercício de 2018, esta dívida incrementou 7,98% (+8 255,89 euros), resultante do aumento de encargos da entidade patronal de dezembro, a pagar em 2020.

**G27. Dívidas a Terceiros – Curto Prazo**



Os **Outros Credores** registam um montante global de dívida de 3 555 190,66 euros, representando 69,00%, da estrutura de dívidas de curto prazo. Comparativamente com o exercício de 2018, a estrutura desta rubrica permanece pouco alterada, todavia com um ligeiro aumento de 3,34%, justificado pelo incremento dos saldos nas rubricas de cauções de empreitadas e fornecimentos. Ressalva-se ainda que, o montante mais elevado da rubrica de outros credores inclui, para além das cauções referidas, uma verba global de 2 256 976,68 euros, resultante do acordo transaccional celebrado entre o Município de Ovar e as Águas do Centro Litoral, S.A., em novembro de 2008, no qual ficou estabelecido que a liquidação desse montante seria efetuada na exata medida da distribuição de dividendos e por montantes não inferiores aos mesmos.

A rubrica de **Fornecedores** regista um valor residual de 1 214,29 euros, a 31 de dezembro de 2019. Este valor resulta do esforço do Município em liquidar a totalidade das despesas com a aquisição de bens e serviços no respetivo ano a que se reportam, independentemente do prazo estipulado contratualmente ou por Lei.

O montante relativo a **Dívidas a Instituições de Crédito de Curto Prazo**, de 118 523,65 euros não se refere à contratação de empréstimos de curto prazo, mas sim ao valor das amortizações de capital a pagar em 2020, relativas a empréstimos de médio e longo prazo já contratados. Assim, acrescendo este

montante, ao valor registado na dívida a instituições bancárias de médio e longo prazo, obtém-se o montante final em dívida relativo a empréstimos bancários que consta no Mapa dos Empréstimos, do ponto 8.3.6 das Notas ao Balanço e Demonstração dos Resultados.

No que respeita à dívida patrimonial de curto prazo contabilizada, no montante global de 5 033 580,69 euros, em 31 de dezembro de 2019, o Município de Ovar apresenta uma dívida orçamental residual, de 17 737,82 euros, conforme revela o quadro a seguir apresentado.

## Q22. Dívida Orçamental

(euros)	
Designação	Valor
<b>Endividamento -&gt; Outras Dívidas a Terceiros</b>	<b>5 033 580,69</b>
+ Empréstimos (Responsabilidades a Curto Prazo)	118 523,65
- FAM Responsabilidades a Longo Prazo	0,00
<b>= Balanço -&gt; Passivo Curto Prazo</b>	<b>5 152 104,34</b>
<b>Valores a abater</b>	
- Operações de Tesouraria	1 395 854,78
- Águas do Centro Litoral, S.A. (ex SIMRIA)	2 256 976,68
- Facturas em recepção e conferência	1 311 565,91
- Dívidas a Instituições de Crédito CP	118 523,65
- Fundo de Apoio Municipal de CP	51 445,50
<b>Valor da Dívida Orçamental</b>	<b>17 737,82</b>

De referir que, o montante em dívida não vencida das Águas do Centro Litoral, S.A. (ex SIMRIA), no montante de 2 256 976,68 euros, resulta de um acordo transaccional celebrado entre aquela entidade e o Município de Ovar, em 6 de novembro de 2008, no qual ficou estabelecido que a liquidação desse montante será efetuada na exata medida da distribuição de dividendos e por montantes não inferiores aos mesmos.

### 5.1.2.3. Análise dos Acréscimos e Diferimentos

No exercício de 2019, os Acréscimos e Diferimentos, totalizaram 29 322 232,00 euros. Este elemento do Passivo abrange dois grandes fatores de especialização do exercício: a rubrica de **Acréscimos de Custos**, com um peso de 5,08%, e de **Proveitos Diferidos**, com um peso na estrutura global da rubrica de, 94,92%, conforme ilustra o quadro seguinte.

**Q23. Acréscimos e Diferimentos**

(euros)

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Acréscimos de custos	1 489 645,11	5,08	2 072 762,73	6,51	-583 117,62	-28,13
Proveitos diferidos	27 832 586,89	94,92	29 766 038,13	93,49	-1 933 451,24	-6,50
<b>TOTAL</b>	<b>29 322 232,00</b>	<b>100,00</b>	<b>31 838 800,86</b>	<b>100,00</b>	<b>-2 516 568,86</b>	<b>-7,90</b>

A rubrica de **Acréscimos de Custos**, no montante de 1 489 645,11 euros, regista os custos relativos a Fornecimentos e Serviços Externos no montante de 447 346,14 euros, bem como os custos com Férias, Subsídios de Férias e respetivos Encargos Patronais, no montante de 1 042 298,97 euros.

**Q24. Acréscimos de Custos com Pessoal**

(euros)

Designação	Férias e Subsídio de Férias	Encargos Patronais	Total
Orgãos Autárquicos	36 895,35	8 762,65	45 658,00
Pessoal CTFP Tempo Indeterminado	683 259,21	162 274,06	845 533,27
Pessoal com contrato a termo certo	59 615,91	14 158,78	73 774,69
Pessoal Outras Situações	62 491,32	14 841,69	77 333,01
<b>TOTAL</b>	<b>842 261,79</b>	<b>200 037,18</b>	<b>1 042 298,97</b>

Na rubrica de **Proveitos Diferidos** encontra-se registado o montante de 8 018 586,89 euros resultante do contrato de concessão estabelecido com a AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. e do auto de cedência de infraestruturas celebrado com a entidade Águas do Douro e Paiva, S.A., desagregado conforme quadro a seguir apresentado:

**Q25. Proveitos Diferidos**

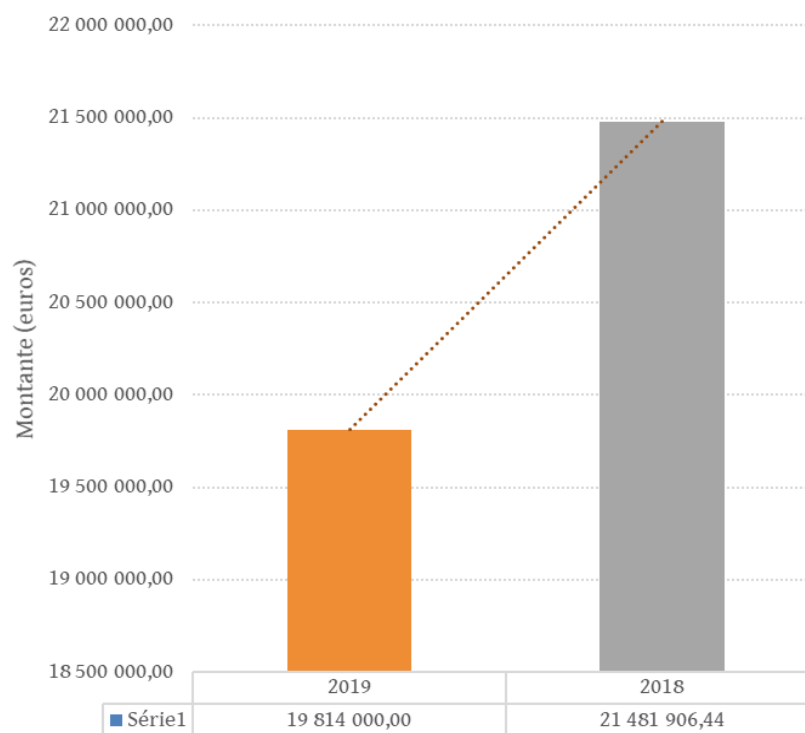
(euros)

Designação	Valor do Contrato	Proveitos de Exercícios Anteriores	Proveito do Exercício	Proveito para Exercícios Seguintes
ADRA – Águas da Região de Aveiro	9 058 490,01	1 449 358,32	181 169,80	7 427 961,89
Águas do Douro e Paiva, SA	1 350 000,00	675 000,00	84 375,00	590 625,00
<b>TOTAL</b>	<b>10 408 490,01</b>	<b>2 124 358,32</b>	<b>265 544,80</b>	<b>8 018 586,89</b>

Na análise da rubrica de **Proveitos Diferidos**, não se pode dissociar a análise dos subsídios para investimento, conforme ilustra o gráfico e quadro seguinte.

Os montantes referentes a subsídios ao investimento, respeitantes a imobilizado corpóreo amortizável e com vida útil definida são imputados como proveitos do exercício numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo (balanceando-os com os custos relacionados-amortizações). Tendo este pressuposto em consideração, a 31 de dezembro de 2019, foi contabilizado na rubrica 7983 – Transferências de Capital um montante global de 1 084 829,09 euros. Na rubrica 575 – Subsídios foi registado o valor de 1 730 825,42 euros, relativo a valores de participações recebidas, pelo Município de Ovar, no âmbito de projetos cofinanciados, que não se destinam a investimentos amortizáveis, nem à exploração, como são exemplo os terrenos.

### G28. Total Líquido – Subsídios ao Investimento





## Q26. Subsídios para Investimentos

(euros)

Designação	Total Valores Imputados	Amortizações Acumuladas Anteriores	Amortizações Contabilizadas no Exercício		Amortizações Acumuladas do Exercício	Total Líquido
			Amortizações do Exercício	Inv não Amortizáveis		
Sede da Junta de Freguesia de Ovar	37 409,83	3 355,68	257,99	0,00	3 613,67	33 796,16
Rua Alexandre Sá Pinto	6 251,49	4 043,48	245,33	0,00	4 288,81	1 962,68
Posto de Turismo Furdouro	145 826,78	18 490,81	1 819,09	0,00	20 309,90	125 516,88
IMTT - PS à Linha Norte ao Km 304,681	465 577,67	256 067,69	69 836,66	0,00	325 904,35	139 673,32
I.N.D - Polidesportivos Descobertos -	44 891,83	33 668,86	2 361,73	0,00	36 030,59	8 861,24
Cave do Edifício dos Paços Concelho	144 542,06	27 199,30	844,19	0,00	28 043,49	116 498,57
Passagem Superior Peões - Válega	100 055,41	55 030,47	4 502,49	0,00	59 532,96	40 522,45
Beneficiação Caminho Chão Rijo	131 033,68	98 642,14	3 599,06	0,00	102 241,20	28 792,48
Constr. Escada PS Km 295,498 Linha Norte - Válega	31 922,30	20 749,54	1 518,20	0,00	22 267,74	9 654,56
R. Cipriano e 1º Maio e dos Silvas Drenag. Agu. Pluv.	98 711,93	51 823,80	5 209,80	0,00	57 033,60	41 678,33
PS Rodoviária ao Km 304,681 da Linha Norte Arada	190 392,80	85 676,76	34 905,35	0,00	120 582,11	69 810,69
Aquisição Reab. 6 fogos no empreendimento Sargaçal	128 439,55	19 447,60	1 602,82	0,00	21 050,42	107 389,13
Construção de 20 fogos no antigo Mata-douro - Ovar	400 579,00	64 413,12	6 860,53	0,00	71 273,65	329 305,35
Arranjo Urbanístico do Largo S. João	5 944,97	3 752,49	548,12	0,00	4 300,61	1 644,36
Beneficiação da Rua Nova - Válega/Avanca	103 869,83	84 279,97	2 176,65	0,00	86 456,62	17 413,21
Arruamento nascente Quartel B.V. Esmoriz	87 157,78	72 654,72	3 625,77	0,00	76 280,49	10 877,29
Beneficiação Rua da Ordem - Maceda	106 006,28	99 494,77	723,50	0,00	100 218,27	5 788,01
Remodelação Amp. - Cortegaça Esc. Gavinho	85 901,33	7 593,69	580,06	0,00	8 173,75	77 727,58
Ligação Carvalho de Cima a Carv. de Baixo	126 168,98	107 268,87	1 942,51	0,00	109 211,38	16 957,60
Pavimentação R. da Igreja Válega	73 809,75	63 441,14	1 152,07	0,00	64 593,21	9 216,54
Alargamento Pontão Fontainha - Válega	185 756,43	139 317,31	11 609,78	0,00	150 927,09	34 829,34
Benef. Rua Nova Válega/Avanca	264 388,23	232 937,47	3 494,53	0,00	236 432,00	27 956,23
Arranjo envol. Capela N.Sra. Desterro-Arada 1ªe2ª	302 340,11	227 601,66	8 304,27	0,00	235 905,93	66 434,18
Arranjo envol. Capela N.Sra.Desterro-Arada 3ªF	197 408,54	148 974,07	5 381,61	0,00	154 355,68	43 052,86
Esc.Primária Ponte Nova nº 2 - S.João-1ª e 2ª Fase	104 654,58	18 571,22	1 304,29	0,00	19 875,51	84 779,07
Benef.CM1156/Tr.Jogal-Arada e R.Jogal-1ª2ªF-Maceda	157 913,17	123 505,02	3 823,13	0,00	127 328,15	30 585,02
Remodelação da Avenida da Régua	594 633,20	445 974,90	16 517,59	0,00	462 492,49	132 140,71
Remod. e Ampliação da Escola Primária da Ribeira	20 288,57	3 611,37	252,68	0,00	3 864,05	16 424,52
Construção Jardim Infância de Regedoura - Válega	115 438,13	12 986,82	1 484,80	0,00	14 471,62	100 966,51
Construção Jardim Infância da Vinha - Esmoriz	115 769,99	13 614,54	1 480,51	0,00	15 095,05	100 674,94
Construção Jardim Infância Ponte Nova nº 1 - S. João	112 125,00	7 030,26	746,88	0,00	7 777,14	104 347,86
Capela S. Lourenço-Arran. Urb. Zona Env. - SV Pereira	92 925,46	55 755,25	4 130,02	0,00	59 885,27	33 040,19
Requalificação EM 527 - Av. Da Praia de Cortegaça	496 603,62	319 117,50	19 720,68	0,00	338 838,18	157 765,44
Centro de Arte de Ovar	1 731 107,95	194 749,65	21 638,85	0,00	216 388,50	1 514 719,45
Requalificação da Fonte dos Combatentes - Ovar	49 540,45	3 334,84	312,64	0,00	3 647,48	45 892,97
Req. da Praça Republica e Arruam. Envolv. Ovar	286 235,83	113 339,53	14 626,83	0,00	127 966,36	158 269,47
Benef. Mercado Municipal Ovar - Exec. Muro Sup.	183 211,71	11 338,38	1 218,96	0,00	12 557,34	170 654,37
Beneficiação da Rua Dr. Manuel Arala - Ovar	76 797,31	36 121,23	4 519,56	0,00	40 640,79	36 156,52
Remodelação Avª da Praia/Alargam. Da Ponte -	929 952,27	434 474,27	121 260,92	0,00	555 735,19	374 217,08
Centro Escolar de Maceda	1 437 233,46	118 192,70	17 824,88	0,00	136 017,58	1 301 215,88
Centro Escolar dos Combatentes	2 411 229,39	104 294,55	16 478,11	0,00	120 772,66	2 290 456,73
Benef. R. Dr. Francisco Zagalo e João de Deus	186 954,29	65 433,97	9 347,72	0,00	74 781,69	112 172,60
Benef. R. Fonte Casal/R. M. Lamarão/R. Luis Camões	163 445,24	70 983,18	7 705,17	0,00	78 688,35	84 756,89
Beneficiação Fonte Casal/Júlio Dinis	15 544,62	5 962,91	798,48	0,00	6 761,39	8 783,23
Beneficiação R. Gondozende	397 956,23	158 200,01	54 375,29	0,00	212 575,30	185 380,93
Beneficiação Rua Granja/Travessa Granja	213 861,53	89 262,51	16 762,56	0,00	106 025,07	107 836,46
Pavim. Dren. Aguas Pluviais R. Irmãos Oliveira Lopes	234 234,45	104 828,06	13 108,88	0,00	117 936,94	116 297,51
Beneficiação cidade Pernik	287 301,18	125 531,01	13 480,85	0,00	139 011,86	148 289,32
Pavilhão Gimnodesportivo de Maceda	951 720,00	83 377,05	11 734,36	0,00	95 111,41	856 608,59
Beneficiação do Mercado Municipal de Ovar	1 254 139,24	382 714,35	62 244,64	0,00	444 958,99	809 180,25
Pav. Gimnodesportivo Arada	1 112 263,14	88 326,50	13 297,88	0,00	101 624,38	1 010 638,76
Ecopista - Mobilidade Territorial	591 612,86	124 666,45	40 821,98	0,00	165 488,43	426 124,43
Qualificação Ambiental do Buçaquinho - Cortegaça	1 324 005,82	411 055,35	48 050,02	0,00	459 105,37	864 900,45
Valorização Empresarial Azulejo Tradicional Ovar	66 614,57	24 521,23	3 237,95	0,00	27 759,18	38 855,39
Reab/Ampliação Casa Museu Júlio Dinis - PRU	317 733,65	13 662,09	2 203,42	0,00	15 865,51	301 868,14
Escola Arte e Ofícios - PRU	690 185,39	74 084,34	8 929,00	0,00	83 013,34	607 172,05
Projeto Cicloria-POVT - Ciclovias	129 103,56	32 452,28	10 739,03	0,00	43 191,31	85 912,25
Centro Esc. Regedoura - Requal.rede escolar 1º ciclo e	1 231 545,91	61 798,86	14 996,76	0,00	76 795,62	1 154 750,29
Requl. das Infraestruturas Area de Acolhimento	684 122,11	137 029,67	34 193,28	0,00	171 222,95	512 899,16
Mob Sustentável e Seg. Rodiciária - Esmoriz	1 041 182,48	316 827,99	78 671,74	0,00	395 499,73	645 682,75
Ligação Ciclável Esmoriz/Cortegaça - Benef Passad.	275 795,80	55 159,16	24 515,18	0,00	79 674,34	196 121,46
Aldeia do Carnaval	367 664,69	61 326,48	15 316,91	0,00	76 643,39	291 021,30
Casa da Junta de Freguesia S. João - Polo Capac.	1 111 777,63	42 692,25	14 055,66	0,00	56 747,91	1 055 029,72
Beneficiação da Rua do Salgueiral de Cima - SJ Ovar	242 167,59	34 581,54	10 276,15	0,00	44 857,69	197 309,90
Revitalização do Centro Histórico de Ovar	114 329,01	68 597,40	4 157,42	0,00	72 754,82	41 574,19
PEDU - Largo Daniel das Pupilas	117 324,90	5 866,25	8 177,54	0,00	14 043,79	103 281,11
PACTO - Construção da USF Válega	717 508,94	8 968,86	8 968,86	0,00	17 937,72	699 571,22
POSEUR - ECOCENTRO	31 574,11	0,00	0,00	0,00	0,00	31 574,11
Fundo Ambiental - Veículo Elétrico	24 415,50	2 441,55	2 746,74	0,00	5 188,29	19 227,21
CIRA-Eficiência hídrica-Piscina	4 782,94	445,27	57,84	0,00	503,11	4 279,83
PEDU - Regualificação do Largo e Rua da Olaria	42 185,28	0,00	1 927,63	0,00	1 927,63	40 257,65
PEDU - Rua Família Regalado e Rua dos Calafates	61 426,21	0,00	7 276,93	0,00	7 276,93	54 149,28
PEDU - Req. Rua Dr Manuel Arala/Elias Garcia	480 489,65	0,00	53 213,74	0,00	53 213,74	427 275,91
PEDU - Const. pistas pedonais e cicláveis	530 650,88	0,00	58 340,81	0,00	58 340,81	472 310,07
PEDU - Regualificação da Av. Bom Reitor	95 897,05	0,00	10 655,23	0,00	10 655,23	85 241,82
Requalificação do Parque Urbano - Ovar	1 201 812,90	502 344,37	0,00	699 468,53	1 201 812,90	0,00
Protocolo de sinalização automática	26 684,93	17 345,24	0,00	9 339,69	26 684,93	0,00
Sinalização automática - Av Correios/EN 327	5 893,48	4 420,09	0,00	1 473,39	5 893,48	0,00
POE - Rem. da Ilumin. Pública no Concelho de Ovar	79 957,48	51 972,35	0,00	27 985,13	79 957,48	0,00
Consoli. Margens Rio Caster e Rib. Nº Srª Graça - Ovar	617 620,09	265 564,78	0,00	352 055,31	617 620,09	0,00
Ren. da Iluminação Pública do Centro de Ovar - PRU	99 271,77	41 437,13	0,00	57 834,64	99 271,77	0,00
Parque Urbano de Ovar	998 566,58	415 897,85	0,00	582 668,73	998 566,58	0,00
<b>Totais</b>	<b>30 521 370,33</b>	<b>7 891 715,82</b>	<b>1 084 829,09</b>	<b>1 730 825,42</b>	<b>10 707 370,33</b>	<b>19 814 000,00</b>



### 5.1.3. Análise dos Fundos Próprios

Em 31 de dezembro de 2019, os **Fundos Próprios** do Município de Ovar ascenderam a 120 616 465,15 euros, sendo as rubricas de Resultados Transitados (62,67%) e Património (39,67%), aquelas que apresentam um maior peso na sua estrutura.

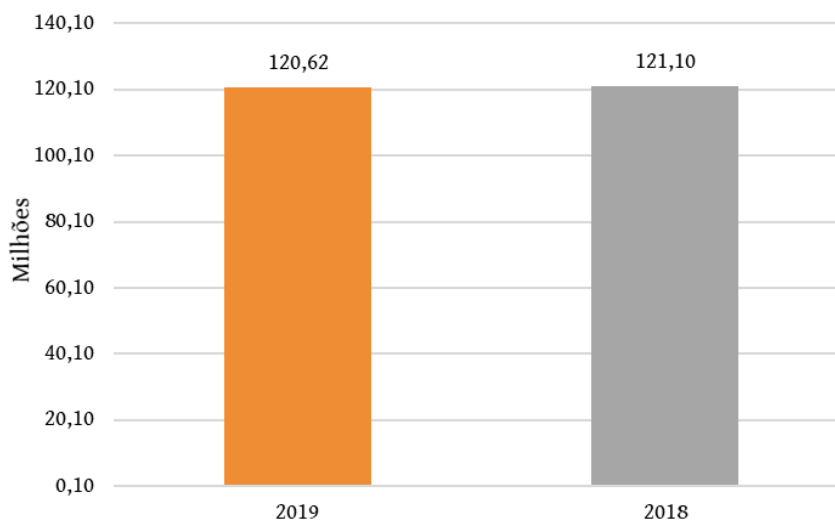
#### Q27. Fundos Próprios

(euros)

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Património	47 844 362,90	39,67	47 844 362,90	39,51	0,00	0,00
Reservas Legais	2 294 649,35	1,90	2 294 649,35	1,89	0,00	0,00
Reservas Livres	2 162 410,71	1,79	2 162 410,71	1,79	0,00	0,00
Subsídios	2 947 751,85	2,44	1 216 926,43	1,00	1 730 825,42	142,23
Doações	389 451,39	0,32	388 987,74	0,32	463,65	0,12
Reservas decorrentes de transf. ativos	-7 659 478,89	-6,35	-7 659 478,89	-6,32	0,00	0,00
Resultados transitados	75 588 260,86	62,67	78 508 716,83	64,83	-2 920 455,97	-3,72
Resultado líquido do exercício	-2 950 943,02	-2,45	-3 657 349,97	-3,02	706 406,95	19,31
<b>TOTAL</b>	<b>120 616 465,15</b>	<b>100,00</b>	<b>121 099 225,10</b>	<b>100,00</b>	<b>-482 759,95</b>	<b>-0,40</b>

Comparativamente com 31 de dezembro de 2018, os Fundos Próprios apresentam uma reduzida variação negativa, de -0,40%, o que representa em termos absolutos, -482 759,95 euros. Esta variação negativa é influenciada pelo **Resultado Líquido do Exercício** do exercício anterior, no montante de -3 657 349,97 euros, refletida na rubrica de **Resultados Transitados**, nos termos do ponto 2.7.3.3. do POCAL.

Para o exercício de 2019, o **Resultado Líquido**, cifrou-se negativo nos 2 950 943,02 euros. Este valor do resultado do exercício, é o valor que ficou de, aos proveitos, termos abatido os custos. No entanto, importa referir que este valor é altamente influenciado pelo valor das amortizações do exercício, que se têm verificado elevadas, devido ao processo de “*Inventariação e Reconciliação Físico Contabilística/Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e de Domínio Público*” realizado, de acordo com as instruções regulamentares previstas no diploma do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado através da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que se verificou concluído no exercício de 2015.

**G29. Fundos Próprios**

Para além deste facto, também se verifica uma variação positiva ao nível dos **Subsídios**, de 1 730 825,42 euros. Esta variação refere-se a valores de participações recebidas, pelo Município de Ovar, no âmbito de projetos cofinanciados, que não se destinam a investimentos amortizáveis, nem à exploração, como é o caso dos terrenos do Parque Urbano de Ovar.<sup>13</sup>

O montante registado nas **Doações**, refere-se à entrega de um computador portátil realizada pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), ao Município de Ovar, no âmbito de um projeto na área de Educação.

A explicitação e justificação dos movimentos ocorridos em cada uma das contas da classe 5 - Fundo Patrimonial, também se encontra no ponto 8.2.28. das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

**5.1.4. Indicadores de Análise**

Neste ponto, são apresentados os rácios associados aos indicadores do Ativo e Passivo para 2019, realizando também uma perspetiva comparativa com o exercício de 2018.

<sup>13</sup> Esta situação obedece ao preconizado no POCAL, página 446, “2745 - «Subsídios para Investimentos» (...) Caso a transferência não tenha por base ativos amortizáveis ou não esteja associada à exploração, a contabilização far-se-á na conta 575 «Subsídios».”

**Q28. Rácios da Estrutura do Ativo e Passivo**

Indicadores	2019	2018
<b>Estrutura do Ativo</b>		
Ativo fixo / Ativo Total	93,22%	95,78%
Ativo Circulante / Ativo Total	6,78%	4,22%
Ativo fixo / Ativo Circulante	1376%	2268%
<b>Estrutura do Passivo</b>		
Passivo Médio e Longo Prazo / Passivo Total	2,02%	2,39%
Passivo Curto Prazo / Passivo Total	14,59%	10,96%
Passivo Médio e Longo Prazo / Passivo de Curto Prazo	13,84%	21,83%

No que se refere aos indicadores de **Estrutura do Ativo** constata-se a tendência verificada nos últimos exercícios. As principais alterações decorrem da diminuição do Ativo Fixo, em 2019, no montante absoluto de 5 956 455,44 euros, decorrente das amortizações do exercício e, ainda, do aumento do Ativo Circulante em 3 896 561,22 euros, justificado, essencialmente, pela variação ocorrida nas dívidas de terceiros.

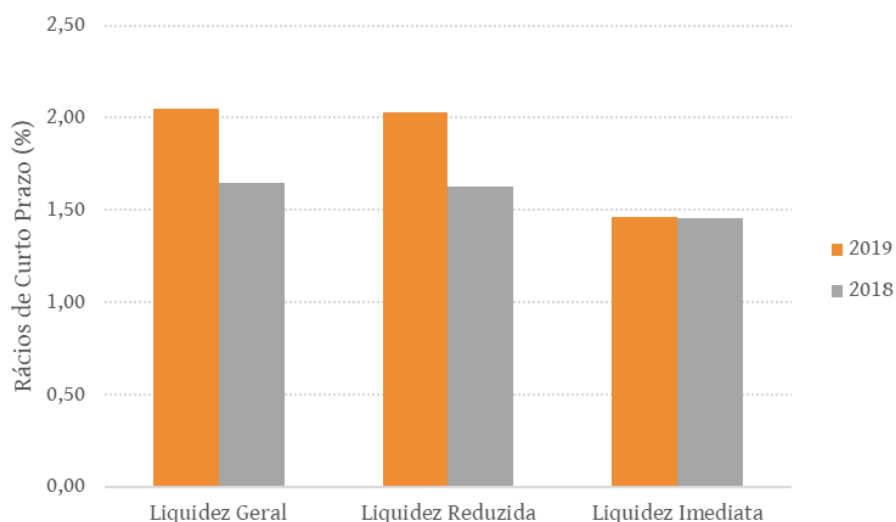
Os indicadores de **Estrutura do Passivo**, mantêm-se também a tendência verificada nos últimos exercícios, de diminuição do peso do Passivo de Médio e Longo Prazo no Passivo Total. Esta variação é justificada pelas amortizações de capital efetuadas pelo Município, no âmbito da contratação de empréstimos bancários de médio e longo prazo e pela redução da dívida relativa à comparticipação do Município no Fundo de Apoio Municipal.

**Q29. Indicadores de Curto e Médio Longo Prazo**

Indicadores	2019	2018
<b>Curto Prazo</b>		
<b>Liquidez Geral</b>		
Ativo Circulante / Passivo curto prazo	2,05	1,65
<b>Liquidez Reduzida</b>		
Ativo Circulante - Stocks / Passivo curto prazo	2,03	1,62
<b>Liquidez Imediata</b>		
Ativo Disponível / Passivo curto prazo	1,47	1,46
<b>Médio e Longo Prazo</b>		
<b>Solvabilidade</b>		
Fundo Próprios / Passivo	3,41	3,28
<b>Autonomia Financeira</b>		
Fundo Próprios / Activo Total Líquido	0,77	0,77
<b>Endividamento</b>		
Fundo Próprios / Passivo médio e longo prazo	169,18	137,16

## Rácios de Curto Prazo

### G30. Rácios de Curto Prazo



Os **indicadores de curto prazo** apresentam um aumento, generalizado, em 2019, comparativamente a 2018.

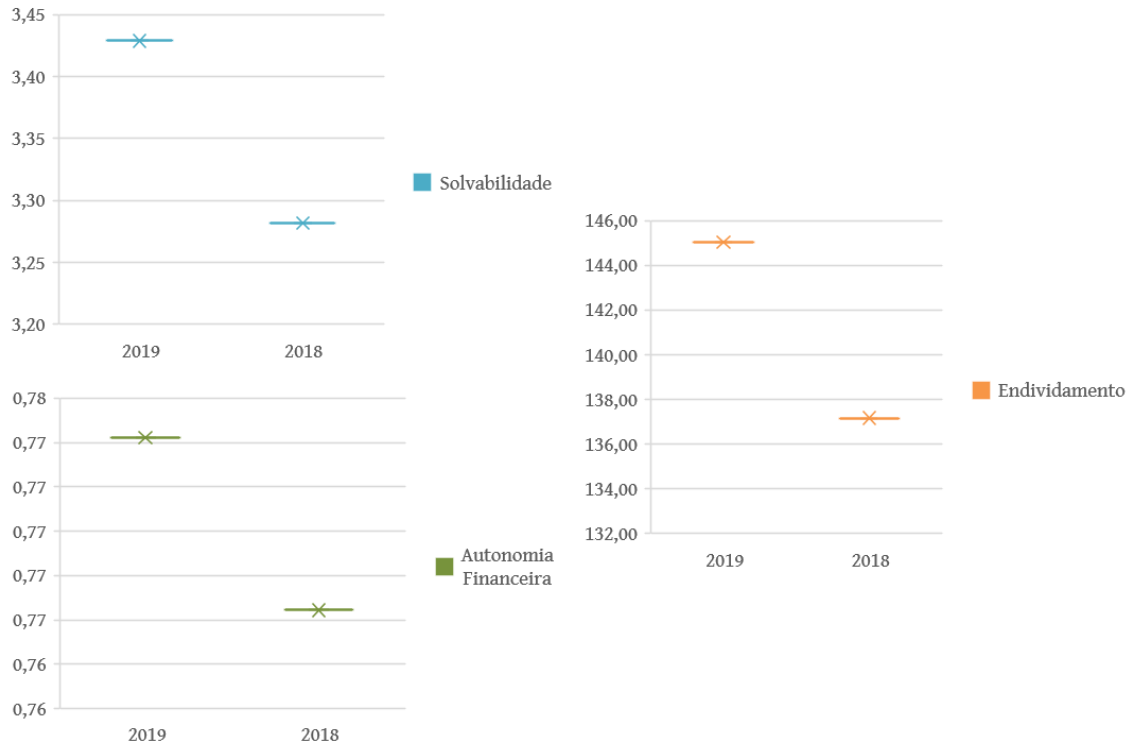
O rácio de **Liquidez Geral**, cifrou-se nos 2,05% em 2019. Este rácio compara o ativo de curto prazo (numerador) com o passivo de curto prazo (denominador), da Autarquia. Um valor normal para este rácio será superior à unidade, pelo que, o rácio apresentado indica a boa capacidade de liquidez do Município, no exercício de 2019.

O valor do rácio da **Liquidez Reduzida**, fixou-se nos 2,03%, em 2019. Este rácio, também conhecido como "*acid test*", mede a liquidez de forma mais restritiva do que o rácio de liquidez geral, ou seja, usa uma fórmula exatamente igual, mas exclui os inventários do numerador. Uma vez que este rácio é superior a um, indica que o Município de Ovar terá capacidade para pagar as suas dívidas de curto prazo apenas com as disponibilidades e a dívida a receber de clientes, contribuintes e utentes.

O valor percentual de 1,47%, foi aquele que foi apurado para a **Liquidez Imediata**, do Município de Ovar, no exercício de 2019. Este rácio demonstra a solidez do Município, no que se refere à sua capacidade no cumprimento das suas obrigações de curto prazo.

## Indicadores de Médio e Longo Prazo

### G31. Rácios de Médio e Longo Prazo



O rácio de **Solvabilidade**, em 2019, cifrou-se nos 341%, ou seja, um acréscimo de 13 p.p. relativamente ao verificado no exercício de 2018. Este rácio traduz a capacidade do Município de Ovar, cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo. Por outras palavras, indica que a Autarquia se encontra numa situação financeira estável.

O rácio de **Autonomia Financeira** apurou-se nos 77%, a mesma percentagem obtida no exercício de 2018. Este rácio indica a capacidade de o Município possuir autonomia financeira, com fundos próprios da sua atividade.

No que respeita ao rácio do **Endividamento** para 2019, este reflete uma maior capacidade do Município, no financiamento da sua atividade através dos Fundos Próprios.



## Prazo Médio de Pagamentos

O **Prazo Médio de Pagamentos** representa o tempo médio que uma entidade leva a pagar aos seus fornecedores pelas aquisições de bens e serviços que já se encontram faturadas.

Pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, publicado no Diário da República n.º 71, 2.ª Série Parte C, foi adaptado o indicador de prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP) que passou a basear-se na seguinte fórmula, para efeitos de cálculo, reporte e monitorização Direção Geral das Autarquias Locais:

$$PMP = \frac{\sum_{t-3}^t DF}{\sum_{t-3}^t A} \times 365$$

Em que:

*t* - Trimestre

*DF* - Corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre;

*A* - Corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

Nestes termos, o Município de Ovar apresenta, em 2019, um **Prazo Médio de Pagamentos** de 11 dias. Este valor ficou abaixo do PMP de 15 dias, apurado para o ano 2018 e abaixo dos valores definidos por Lei.

## Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)

Para o exercício de 2019, é de salientar que o Município de Ovar, cumpriu com os termos do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Ressalva-se que o Município de Ovar, deu cumprimento ao princípio fundamental subjacente à LCPA, e constante do artigo 7.º da Lei, ou seja, a execução orçamental não conduziu, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso. Para isso foram assumidos compromissos e efetuada, sempre, a verificação e gestão de fundo disponível para a assunção da despesa.

# **Demonstração de Resultados**



## 5.2. Demonstração de Resultados por Natureza

A **Demonstração dos Resultados por Natureza**, de elaboração obrigatória, é a demonstração financeira que apresenta os resultados das operações do Município de Ovar, no exercício de 2019, em que os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com as respetivas naturezas.

A Demonstração de Resultados por Natureza permite a obtenção de diversos tipos de resultados, nomeadamente: Resultados Operacionais; Resultados Financeiros; Resultados Correntes; Resultados Extraordinários; e Resultado Líquido do Exercício.

O quadro seguinte representa a Demonstração de Resultados por Natureza para o Município de Ovar, no exercício de 2019, efetuando uma análise comparativa com o ano 2018, permitindo verificar de forma rápida e eficaz, onde foram aplicados os recursos disponíveis.

### Q30. Demonstração de Resultados por Natureza

(euros)

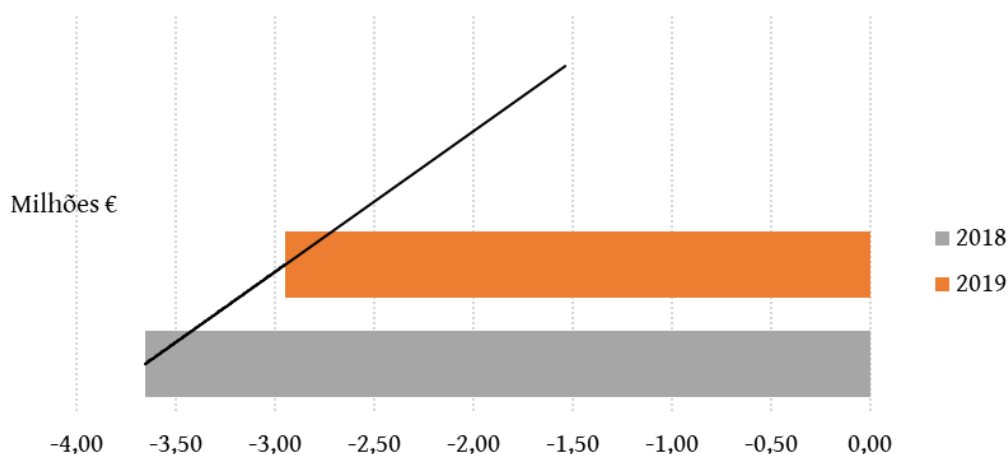
Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Custos e perdas</b>						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	96 298,70	0,28	95 376,60	0,29	922,10	0,97
Fornecimento e serviços externos	10 058 989,28	29,33	9 707 168,96	29,93	351 820,32	3,62
Custos com o pessoal	8 355 598,98	24,36	7 633 596,71	23,54	722 002,27	9,46
Transf. e subsídios correntes concedidos e prest. sociais	3 522 727,54	10,27	3 441 180,49	10,61	81 547,05	2,37
Amortizações do exercício	10 522 137,37	30,68	10 041 386,76	30,96	480 750,61	4,79
Provisões do exercício	256 241,52	0,75	136 534,40	0,42	119 707,12	87,68
Outros custos e perdas operacionais	78 361,95	0,23	88 359,86	0,27	-9 997,91	-11,31
Custos e perdas financeiros	7 510,66	0,02	13 001,53	0,04	-5 490,87	-42,23
Custos e perdas extraordinários	1 401 102,73	4,08	1 275 919,29	3,93	125 183,44	9,81
<b>Total Custos</b>	<b>34 298 968,73</b>	<b>100,00</b>	<b>32 432 524,60</b>	<b>100,00</b>	<b>1 866 444,13</b>	<b>5,75</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>						
Venda de bens e prestações de serviços	2 837 779,89	9,05	2 731 839,70	9,49	105 940,19	3,88
Impostos e taxas	15 464 220,98	49,33	14 259 634,69	49,56	1 204 586,29	8,45
Transferências e subsídios obtidos	9 294 379,01	29,65	8 613 606,04	29,93	680 772,97	7,90
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 424 673,54	4,54	1 403 584,18	4,88	21 089,36	1,50
Proveitos e ganhos financeiros	252 498,09	0,81	255 334,16	0,89	-2 836,07	-1,11
Proveitos e ganhos extraordinários	2 074 474,20	6,62	1 511 175,86	5,25	563 298,34	37,28
<b>Total Proveitos</b>	<b>31 348 025,71</b>	<b>100,00</b>	<b>28 775 174,63</b>	<b>100,00</b>	<b>2 572 851,08</b>	<b>8,94</b>
<b>Resultados</b>						
Resultados operacionais	-3 869 301,92		-4 134 939,17		265 637,25	6,42
Resultados financeiros	244 987,43		242 332,63		2 654,80	1,10
Resultados correntes	-3 624 314,49		-3 892 606,54		268 292,05	6,89
Resultados Extraordinários	673 371,47		235 256,57		438 114,90	186,23
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-2 950 943,02</b>		<b>-3 657 349,97</b>		<b>706 406,95</b>	<b>19,31</b>

Pelo quadro anterior, podem-se retirar algumas conclusões sucintas relativas à posição económico-financeira do Município de Ovar, no exercício de 2019.

- 🌸 Os **custos e perdas do exercício** 2019, ascenderam a 34 298 968,73 euros, sendo a rubrica de amortizações do exercício, aquela que representa um maior peso na sua estrutura, 30,68%; comparativamente com o ano de 2018, o total dos custos do exercício aumentaram 5,75%.
- 🌸 Os **proveitos e ganhos do exercício** 2019, ascenderam a 31 348 025,71 euros, sendo a rubrica de impostos e taxas a que mais contribui para a sua estrutura global, 49,33%; analogamente a 31 de dezembro de 2018, o total dos proveitos e ganhos registam um acréscimo de 8,94%.
- 🌸 Em 2019, os **resultados operacionais** foram negativos em 3 869 301,92 euros.
- 🌸 Os **resultados financeiros** ascenderam a 244 987,43 euros, em 2019.
- 🌸 Os **resultados correntes** apurados, em 31 de dezembro de 2019, foram negativos em 3 624 314,49 euros.
- 🌸 Os **resultados extraordinários** foram positivos, no montante de 673 371,47 euros.

Em suma, o Município de Ovar apresenta, para o exercício de 2019, um **Resultado Líquido do Exercício (RLE)** negativo, no montante de 2 950 943,02 euros<sup>14</sup>.

### G32. Resultado Líquido do Exercício



No gráfico anterior, compara-se a evolução dos resultados líquidos do Município de Ovar, nas gerências de 2019 e 2018. O RLE, quando comparado com o exercício de 2018, apresenta um saldo positivo de cerca de 706 406,95 de euros.

<sup>14</sup> De realçar que o processo de “Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística/Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e de Domínio Público” realizado, de acordo com as instruções regulamentares previstas no diploma do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado através da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, o qual se refletiu contabilisticamente no exercício de 2015, tem vindo a onerar o valor das amortizações dos exercícios seguintes, motivando desta forma um RLE negativo.

# **Evolução dos Custos**





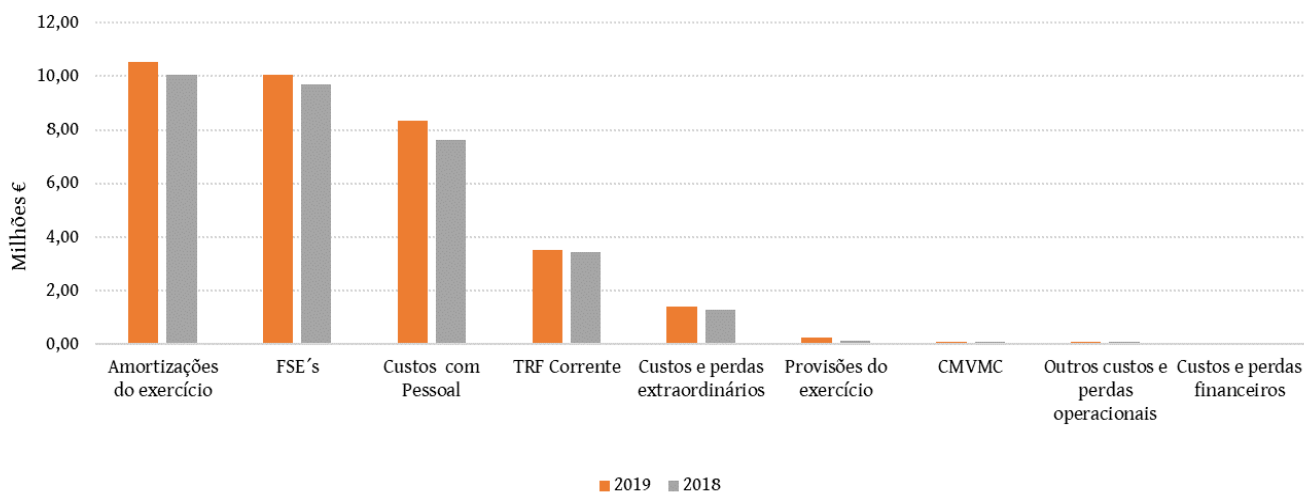
### 5.2.1. Custos e Perdas

Em 2019, o total de custos suportados ascende a 34 298 968,73 euros, resultando num acréscimo de custos comparativamente com o ano anterior de 1 866 444,13 euros, representando um aumento de 5,75%.

#### Q31. Custos e Perdas

Conta	Custos	2019		2018		Variação 2019/2018	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	96 298,70	0,28	95 376,60	0,29	922,10	0,97
62	Fornecimento e serviços externos	10 058 989,28	29,33	9 707 168,96	29,93	351 820,32	3,62
63	Transf. e subs. correntes concedidos e prest. sociais	3 522 727,54	10,27	3 441 180,49	10,61	81 547,05	2,37
64	Custos com o pessoal	8 355 598,98	24,36	7 633 596,71	23,54	722 002,27	9,46
65	Outros custos e perdas operacionais	78 361,95	0,23	88 359,86	0,27	-9 997,91	-11,31
66	Amortizações do exercício	10 522 137,37	30,68	10 041 386,76	30,96	480 750,61	4,79
67	Provisões do exercício	256 241,52	0,75	136 534,40	0,42	119 707,12	87,68
68	Custos e perdas financeiros	7 510,66	0,02	13 001,53	0,04	-5 490,87	-42,23
69	Custos e perdas extraordinários	1 401 102,73	4,08	1 275 919,29	3,93	125 183,44	9,81
<b>TOTAL</b>		<b>34 298 968,73</b>	<b>100,00</b>	<b>32 432 524,60</b>	<b>100,00</b>	<b>1 866 444,13</b>	<b>5,75</b>

#### G33. Estrutura de Custo 2019 e 2018



Através da análise da estrutura de custos, podemos constatar que esta mantém-se idêntica à verificada no ano passado, com as Amortizações do Exercício a representarem 30,68% do total de custo em 2019, seguido pelos custos de Fornecimentos e Serviços Externos com 29,33%, de seguida os custos com Pessoal que representam 24,36% e as Transferências e Subsídios Correntes Concebidos e Prestações Sociais com 10,27%. Os restantes custos, nomeadamente Custos e Perdas Extraordinários, Provisões do Exercício, Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, Outros Custos e Perdas Operacionais e Custos e Perdas Financeiros, representam no seu conjunto 5,36% do total de custos.

Relativamente às variações entre anos, destacam-se os Custos com Pessoal pela maior variação positiva em valor (+ 722 002,27 euros) e os Outros custos e perdas operacionais pela maior variação negativa em valor (- 9 997,91 euros). Em termos de variações percentuais, destacam-se as Provisões do exercício pela maior variação positiva (+87,68%) e os Custos e perdas financeiros pela maior variação negativa (-42,23%).

Para uma análise mais pormenorizada apresentam-se, de seguida, quadros resumo para as principais rubricas de custos incorridos em 2019, em termos absolutos e relativos, acompanhados por dados comparativos com o exercício anterior.

### 5.2.1.1. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

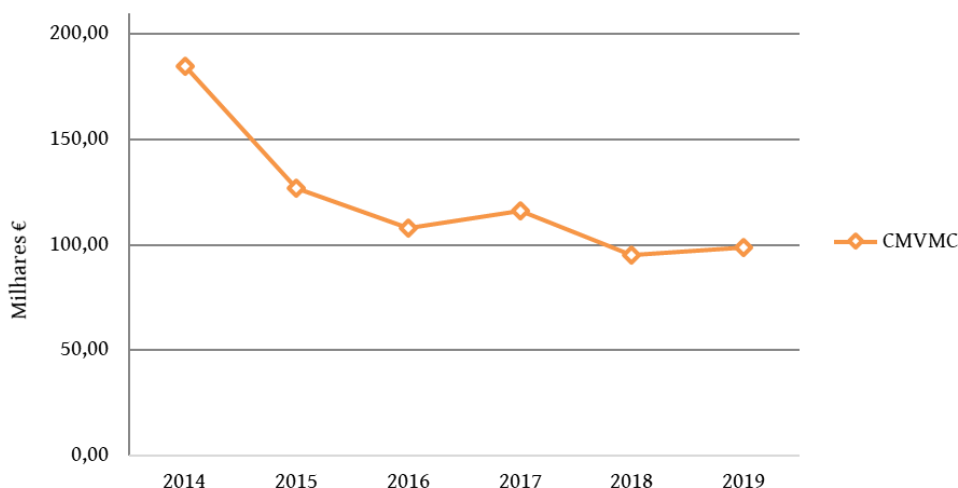
No exercício de 2019, o **Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas** ascenderam a 96 298,70 euros, registando um aumento de 922,10 euros, com uma variação positiva de 0,97% comparativamente ao exercício anterior.

#### Q32. Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</b>						
Materiais diversos	96 298,70	100,00	95 376,60	100,00	922,10	0,97
<b>TOTAL</b>	<b>96 298,70</b>	<b>100,00</b>	<b>95 376,60</b>	<b>100,00</b>	<b>922,10</b>	<b>0,97</b>

No seguinte gráfico, evidencia-se a trajetória decrescente dos consumos ocorridos entre 2014 e 2019:

#### G34. Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas



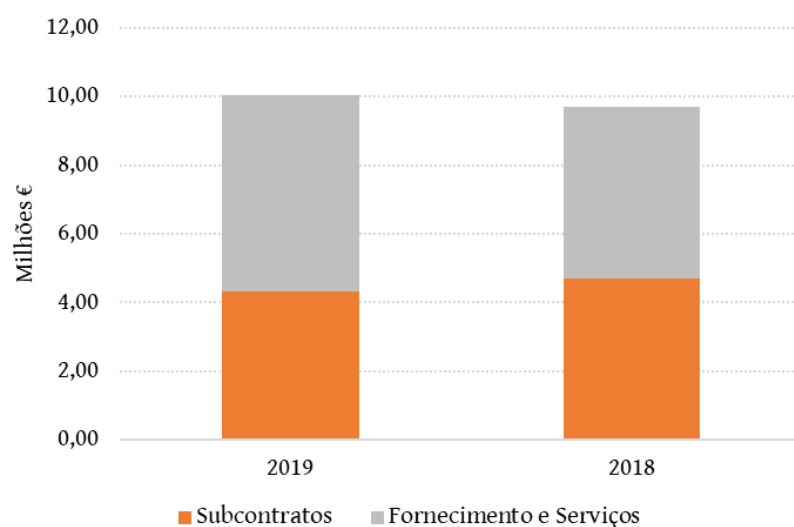
## 5.2.1.2. Fornecimentos e Serviços Externos

No exercício de 2019, os custos com **Fornecimentos e Serviços Externos**, que representam aproximadamente 30% do total de custos, alcançaram os 10 058 989,28 euros, traduzindo-se num aumento de 3,62% face ao exercício de 2018.

## Q33. Fornecimentos e Serviços Externos

(euros)

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Subcontratos</b>						
Transportes escolares	157 456,21	1,57	135 314,21	1,39	22 142,00	16,36
Refeições escolares	883 415,59	8,78	853 568,97	8,79	29 846,62	3,50
Resíduos sólidos	1 924 700,46	19,13	2 073 038,82	21,36	-148 338,36	-7,16
Limpeza Urbana	314 163,02	3,12	345 905,53	3,56	-31 742,51	-9,18
Iluminação pública	1 053 027,34	10,47	1 302 420,49	13,42	-249 393,15	-19,15
<b>Fornecimento e serviços</b>						
Electricidade	395 778,02	3,93	508 336,48	5,24	-112 558,46	-22,14
Combustíveis	268 003,41	2,66	250 989,08	2,59	17 014,33	6,78
Água	211 983,47	2,11	196 001,02	2,02	15 982,45	8,15
Outros fluídos	0,00	0,00	8,65	0,00	-8,65	-100,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rá	143,30	0,00	498,80	0,01	-355,50	-71,27
Livros e documentação técnica	470,00	0,00	359,00	0,00	111,00	30,92
Material de escritório	957,20	0,01	336,55	0,00	620,65	184,42
Ofertas	75 942,68	0,75	34 090,97	0,35	41 851,71	122,76
Rendas e alugueres	459 448,22	4,57	432 209,95	4,45	27 238,27	6,30
Material de educação, cultura e recreio	41 681,47	0,41	5 202,56	0,05	36 478,91	701,17
Comunicação	63 035,53	0,63	63 457,60	0,65	-422,07	-0,67
Seguros	96 222,93	0,96	83 132,59	0,86	13 090,34	15,75
Transportes de mercadorias	984,00	0,01	0,00	0,00	984,00	-
Transportes de pessoal	30 450,30	0,30	25 443,68	0,26	5 006,62	19,68
Deslocações e estadas	21 160,86	0,21	10 295,22	0,11	10 865,64	105,54
Honorários	320 969,43	3,19	322 671,60	3,32	-1 702,17	-0,53
Contencioso e notariado	17 183,22	0,17	17 029,63	0,18	153,59	0,90
Conservação e reparação	319 761,82	3,18	322 071,02	3,32	-2 309,20	-0,72
Publicidade e propaganda	127 726,90	1,27	67 247,63	0,69	60 479,27	89,94
Limpeza, higiene e conforto	199 579,00	1,98	191 472,94	1,97	8 106,06	4,23
Vigilância e segurança	360 643,16	3,59	264 163,79	2,72	96 479,37	36,52
Trabalhos especializados	633 917,76	6,30	672 227,62	6,93	-38 309,86	-5,70
Formação	24 756,40	0,25	12 121,27	0,12	12 635,13	104,24
Encargos de cobrança	329 937,65	3,28	291 526,40	3,00	38 411,25	13,18
Outros fornecimentos e serviços	1 725 489,93	17,15	1 226 026,89	12,63	499 463,04	40,74
<b>TOTAL</b>	<b>10 058 989,28</b>	<b>100,00</b>	<b>9 707 168,96</b>	<b>100,00</b>	<b>351 820,32</b>	<b>3,62</b>

**G35. Fornecimentos e Serviços Externos**

Para uma melhor compreensão dos aumentos e diminuições, apresenta-se de seguida justificações das principais variações ocorridas no exercício de 2019, comparativamente ao ano anterior:

Os **Transportes Escolares** registaram, em 2019, o montante de 157 456,21 euros. Verifica-se um aumento de 22 142,00 euros, face a 2018, devido à contratação de serviço para transporte das escolas da Ponte Nova, S. Donato, Vinha e Florbela Espanca, para a Piscina Municipal de Ovar, serviço esse que anteriormente era satisfeito por viatura do Município. Verificou-se também ligeiro aumento do número de passes e atualização de preços, assim como aumento do valor despendido nos circuitos especiais para transporte dos alunos para a E.B. de S. Vicente de Pereira.

Os custos incorridos com **Refeições Escolares** ascenderam a 883 415,59 euros, o que representa um aumento de 29 846,62 euros, comparativamente a 2018, traduzindo-se num aumento de 3,50%. Ressalvando que a cada exercício económico corresponde a dois anos letivos distintos, analisados os custos entre anos, apurou-se um aumento do número de refeições servidas em 2019 e um incremento do valor unitário das refeições.

No que se refere aos **Resíduos Sólidos**, foi apurada uma redução de 148 338,36 euros face a 2018. Para tal, contribuíram a redução na quantidade de resíduos recolhidos e redução do custo unitário de recolha a partir de janeiro de 2019, aquando do início do novo contrato de recolha.

Relativamente à **Limpeza Urbana**, o contrato celebrado no início de 2019 prevê mais serviços e a área de intervenção é maior pelo que o custo global é superior, no entanto, os serviços foram sendo introduzidos gradualmente ao longo do ano e, por isso, em 2019 registou-se uma redução e não o aumento de custo como seria expectável.



Em 2019, os custos com **Iluminação Pública** ascendem a 1 053 027,34 euros, resultando numa diminuição de 249 393,15 euros, comparativamente ao ano anterior. O custo com **Eletricidade**, o qual engloba os consumos em edifícios municipais e edifícios escolares, também registou um decréscimo de gastos em 2019 no valor de 112 558,46 euros, atingindo o montante de 395 778,02 euros em 2019. Estas diminuições são motivadas essencialmente pelo facto de, a estimativa de consumo para cálculo do valor a pagar ser feita por excesso, sendo que estes valores começam a ser corrigidos com a proximidade do término do contrato que aconteceu a 30 de novembro de 2019, ou seja, em períodos anteriores foram pagos consumos através de estimativas efetuadas pela Entidade, sendo que no ano de 2019 foram efetuadas leituras reais proporcionando o acerto de contas, originando automaticamente uma redução dos gastos. Acresce também o facto de, ao longo de cada ano, o Município realizar diversos trabalhos de substituição de equipamentos de iluminação, tornando-os mais eficientes, reduzindo assim o seu consumo.

O custo afeto a **Combustíveis** atingiu, em 2019, o montante de 268 003,41 euros, representando um aumento de 17 014,33 euros, comparativamente ao exercício de 2018. Entre os combustíveis que incorporam esta rubrica, verificou-se um aumento dos gastos com gasóleo e gás, e redução dos gastos com gasolina. O consumo de gás em escolas, piscinas e pavilhões aumentou cerca de 8 mil euros e o custo com gasóleo aumentou aproximadamente 9,5 mil euros, devendo-se ao facto de ter aumentado o consumo da frota automóvel e da maquinaria e de o preço médio anual, em 2019, ter sido superior ao de 2018.

No que diz respeito ao consumo de **Água**, os custos em 2019 ascenderam a 211 983,47 euros, o que significa um aumento de 15 982,45 euros, face ao ano transato. Este aumento é justificado pela atualização anual dos tarifários e pela realização de novos contratos.

No que se refere a **Ofertas**, verificamos um aumento de 41 851,71 euros, justificado pela aquisição de bens, a oferecer em eventos desenvolvidos e/ou a desenvolver no futuro pelo Município, nas mais variadas áreas, cultural, desportiva e social, como forma de representação do Município de Ovar. Nesta rubrica estão, ainda, registadas, as ofertas, pontuais, de bilhetes para espetáculos realizados no Concelho.

A rubrica **Rendas e Alugueres** ascendeu a 459 448,22 euros, representando um aumento de 27 238,27 euros, face ao ano anterior. Este acréscimo deve-se, essencialmente, ao aumento da despesa com a locação de monoblocos de março a julho de 2019 decorrente da obra de reabilitação do edifício da Escola Secundária Júlio Dinis.

Na rubrica **Material de Educação, Cultura e Recreio**, verificou-se, em 2019, um aumento em valor absoluto de 36 478,91 euros, atingindo em 2019 os 41 681,47 euros em 2019. Tal variação deveu-se à aquisição do serviço de conceção gráfica dos livros “O Carnaval de Ovar” e “3.7 Olaria de Ovar” e reedição



da publicação "Azulejos Tradicionais de Fachada em Ovar, contributos para uma metodologia de conservação e restauro".

Os custos com **Seguros** atingiram em 2019 o montante de 96 222,93 euros, traduzindo-se num aumento de 13 090,34 euros face ao ano anterior, resultado do aumento de custos com seguros de responsabilidade civil, de acidentes pessoais e automóvel, originado pela atualização das apólices.

Os custos com **Transportes de Pessoal** registaram um aumento de 5 006,62 euros, alcançando os 30 450,30 euros em 2019, justificado, essencialmente, pelo aumento do custo de transporte de crianças para o carnaval infantil e do transporte do passeio sénior, em função do número de participantes.

A rubrica **Deslocações e Estadas**, inclui custos com subsídio de transporte de presenças em reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal e custos com portagens e parques de estacionamento. Em 2019 registou-se um aumento de 10 865,64 euros, derivado, essencialmente, do aumento de subsídio de transporte.

Relativamente à **Publicidade e Propaganda**, em 2019, atingiu um custo total de 127 726,90 euros, resultando num aumento face ao ano anterior de 60 479,27 euros, o qual se deve, essencialmente, ao investimento na divulgação do Carnaval de Ovar e aos gastos com a concessão de exposição e criação de identidade do Museu Escolar Oliveira Lopes.

Na rubrica **Limpeza, higiene e conforto**, em 2019 os gastos totais ascendem a 199 579,00 euros, registando um aumento de 4,23% face a 2018, resultando num aumento em valor de 8 106,06 euros. O aumento de custos nesta rubrica deve-se, essencialmente, à inclusão de novos locais, nomeadamente o Pólo de Capacitação e Inovação Social e o Museu Escolar Oliveira Lopes.

Os custos com **Vigilância e Segurança** registaram um aumento de 96 479,37 euros, atingindo os 360 643,16 euros em 2019, justificado pelo reforço de vigilância e segurança em determinados espaços, nomeadamente no Museu Escolar Oliveira Lopes e no Parque Ambiental do Buçaquinho.

Os gastos com **Trabalhos Especializados** sofreram uma redução de 38 309,86 euros, registando um total de gastos em 2019 de 633 917,76 euros. As rubricas que verificaram maiores decréscimos foram os trabalhos gráficos e de impressão, os serviços de ensaios e análises técnicas, serviços de fiscalização e outros trabalhos especializados, em sentido inverso, os custos com contratos de manutenção e assistência técnica aumentaram em 2019, comparativamente com os montantes registados em 2018.

Relativamente aos gastos com **Formação**, registou-se em 2019 um crescimento de 12 635,13 euros face ao ano anterior, derivado essencialmente da aquisição de formação para manuseamento de maquinarias agrícolas e limpeza florestal em consonância com as medidas de prevenção à ocorrência de incêndios.

Os custos incorridos em 2019 com **Encargos de Cobrança**, ascenderam a 329 937,65 euros o que representa um aumento de 13,18%, face a idêntico período de 2018. Este incremento está diretamente relacionado com o crescimento da receita com impostos diretos (+9,80%). Adicionalmente, em 2019 foi registado o acréscimo de custos relativo a dezembro.

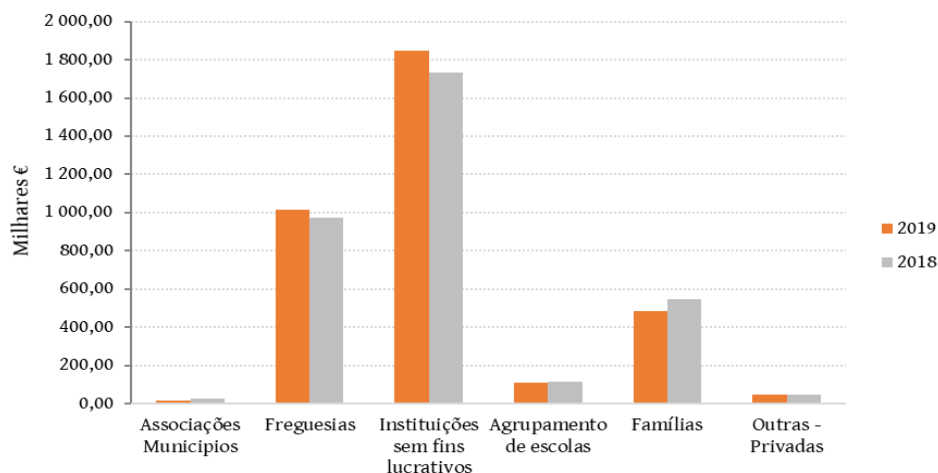
### 5.2.1.3. Transferências e Subsídios Correntes Concedidos

As **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos** registaram um aumento de 2,37% comparativamente com o exercício anterior, traduzindo-se numa variação absoluta de 81 547,05 euros, atingindo o montante de 3 522 727,54 euros em 2019.

#### Q34. Transferências e Subsídios Correntes Concedidos

Designação	(euros)					
	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Associações Municipios	14 592,99	0,41	26 320,82	0,76	-11 727,83	-44,56
Freguesias	1 016 200,00	28,85	974 996,84	28,33	41 203,16	4,23
Instituições sem fins lucrativos	1 845 446,04	52,39	1 732 934,37	50,36	112 511,67	6,49
Agrupamento de escolas	112 046,67	3,18	115 509,90	3,36	-3 463,23	-3,00
Famílias	485 946,84	13,79	544 974,51	15,84	-59 027,67	-10,83
Outras - Privadas	48 495,00	1,38	46 444,05	1,35	2 050,95	4,42
<b>TOTAL</b>	<b>3 522 727,54</b>	<b>100,00</b>	<b>3 441 180,49</b>	<b>100,00</b>	<b>81 547,05</b>	<b>2,37</b>

#### G36. Transferências e Subsídios Correntes Concedidos



No exercício de 2019, as transferências para as **Associações de Municípios** atingiram os 14 592,99 euros, resultando numa variação absoluta de -11 727,83 euros face ao exercício anterior. Estas transferências referem-se a participações financeiras do Município de Ovar sobre os diversos projetos desenvolvidos pela Comunidade Internacional da Região de Aveiro, nomeadamente, “Região de Aveiro Digital”, “Sistema Primário de Defesa do Baixo Vouga Lagunar”, “Programação Cultura em Rede”, “Grande Rota da Ria de Aveiro”, “Centro Intermunicipal de Recolha Oficial de Animais da Região de Aveiro”, “Delegação Permanente em Bruxelas”, “Produtos Turísticos Integrados” e “Aveiro Região da Bicicleta”.

As transferências correntes concedidas às **Freguesias** referem-se ao cumprimento da delegação de competências, prevista no nº 2 do artigo 38º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, na sua atual redação. No exercício de 2019 os valores transferidos alcançaram 1 016 200,00 euros, comparativamente com os valores transferidos no ano anterior, verificou-se um aumento de 41 203,16 euros, traduzindo num aumento de 4,23%.

As transferências correntes para **Instituições sem Fins Lucrativos**, refletem o apoio ao associativismo do Concelho, de diversa índole, quer cultural, social e desportivo, como também ao nível das Associações de Pais, Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, entre outras, representam 52,39% do total de transferências correntes, comparativamente com o ano anterior, verificou-se um aumento de 6,49%, representando aproximadamente mais 112,5 mil euros. Este incremento é resultado do aumento do valor acordado no protocolo de colaboração e de vigilância de praias com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, do Programa de Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo e do Programa de Apoio ao Associativismo Educativo (Associações de Pais).

Relativamente às transferências para os **Agrupamentos de Escolas**, houve uma redução absoluta no montante de 3 463,23 euros, traduzindo-se uma variação relativa de -3,00%. No exercício de 2019, verificou-se uma redução do valor protocolado face a 2018 devido sobretudo à diminuição, transversal a todos os agrupamentos, do número de alunos. Estas transferências ficam ainda condicionadas à apresentação de comprovativos de despesa no âmbito do protocolo.

No que refere às transferências para as **Famílias**, registou uma redução no valor de 59 027,67 euros, refletindo um decréscimo de 10,83%. Esta variação deve-se essencialmente à diminuição do apoio ao arrendamento, do fundo de emergência social e do apoio social a transportes escolares. Em contrapartida, verificou-se um ligeiro aumento da participação de manuais escolares e das transferências para os trabalhadores abrangidos pelos contratos de Emprego e Inserção no Município de Ovar.

A rubrica **Outros**, que totaliza 48 495,00 euros, inclui os prémios atribuídos ao concurso “Montras de Natal”, apoio na realização da “5ª Corrida Popular de Esmoriz 2019”, patrocínio desportivo no “29º Grande Prémio de Ciclismo do Jornal de Notícias” e apoio concedido para a realização “V Feira das Atividades Agrícolas e da Raça Marinhoa no Concelho de Ovar” (“Ovarural”).

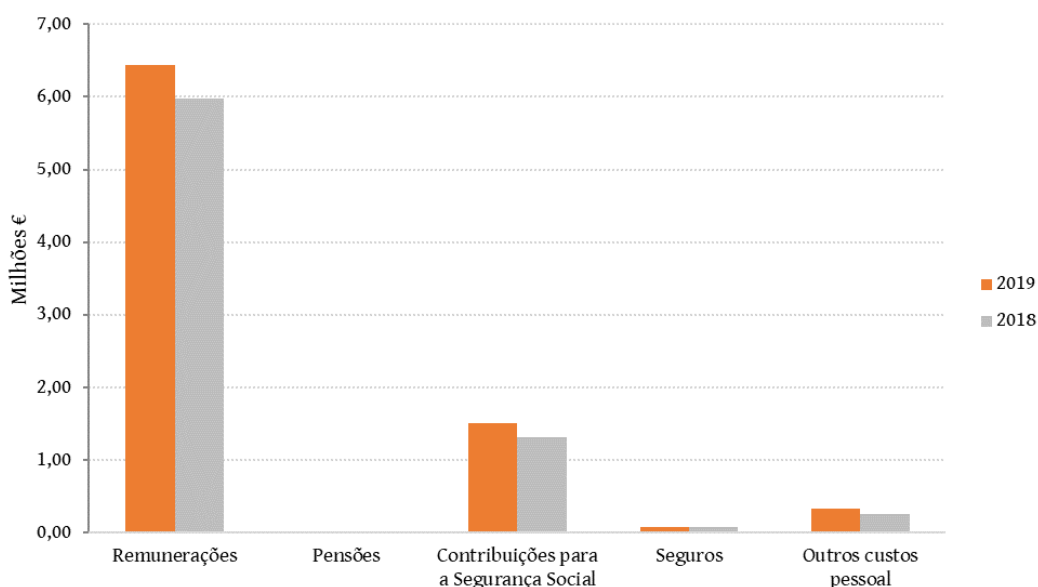
#### 5.2.1.4. Custos com o Pessoal

No exercício de 2019, os **Custos com o Pessoal** foram de 8 355 598,98 euros, o que implica um aumento de 722 002,27 euros face ao ano anterior, traduzindo-se numa variação relativa de 9,46%.

#### Q35. Custos com o Pessoal

Designação	(euros)					
	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações	6 436 119,64	77,03	5 977 349,47	78,30	458 770,17	7,68
Pensões	2 844,47	0,03	2 436,52	0,03	407,95	16,74
Contribuições para a Segurança Social	1 512 115,27	18,10	1 309 762,96	17,16	202 352,31	15,45
Seguros	76 748,74	0,92	82 731,65	1,08	-5 982,91	-7,23
Outros custos pessoal	327 770,86	3,92	261 316,11	3,42	66 454,75	25,43
<b>TOTAL</b>	<b>8 355 598,98</b>	<b>100,00</b>	<b>7 633 596,71</b>	<b>100,00</b>	<b>722 002,27</b>	<b>9,46</b>

#### G37. Custos com o Pessoal



De entre os Custos com Pessoal, as **Remunerações** assumem a componente mais significativa, representando 77,03% do total de custos nesta rubrica. O aumento das despesas com pessoal no ano de 2019 reflete a atualização das remunerações dos trabalhadores, por força do descongelamento



progressivo e cujo impacto foi essencialmente sentido no ano de 2019, e pelo aumento de trabalhadores do Município.

No que concerne à atualização das remunerações dos trabalhadores, verificou-se que sobre estas incidiu a percentagem de 75% no período compreendido entre maio e dezembro de 2019, pelo que onerou este ano de forma mais significativa do que se tinha verificado em 2018, não só nas remunerações base, mas em todos os suplementos associados a esta remuneração.

Quanto ao aumento do número de trabalhadores, utilizando como referência o último quadrimestre de 2018 e o ano de 2019, verificamos que apenas cessaram o seu vínculo com o Município 12 trabalhadores, enquanto que, no mesmo período, entraram 34 trabalhadores, sendo que o número mais significativo se verificou na área da educação e do ambiente, com cerca de 29 assistentes operacionais.

Na rubrica **Pensões**, são registadas as pensões por acidentes de serviço, ascendendo em 2019 ao montante de 2 844,47 euros, o que significa um ligeiro aumento de 407,95 euros face ao ano anterior.

As **Contribuições para a Segurança Social** incluem, essencialmente, os encargos sobre remunerações suportados pela entidade patronal, que aumentaram 202 352,31 euros, acompanhando o aumento verificado em remunerações.

No que se refere à rubrica de **Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais**, verificou-se uma redução de 5 982,91 euros. A variação apresentada encontra-se enviesada, uma vez que no ano de 2018 foram registados 13 meses, enquanto que em 2019 foram apenas contabilizados 11 meses, assim e na verdade esta rubrica não apresenta uma diminuição, mas sim um aumento de 4 108,09 euros devido à atualização salarial e aumento do número de colaboradores.

Por último, a rubrica de **Outros Custos com Pessoal** inclui os montantes processados e pagos aos trabalhadores do Município de Ovar, a título de despesas de saúde e dos montantes transferidos para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), efetuados de acordo com o artigo 154º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, documento que estabelece que compete às Autarquias Locais o pagamento à Administração Central do Sistema de Saúde do montante equivalente aos custos efetivos em que está a incorrer pela prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos trabalhadores da própria Autarquia. Comparativamente com o ano anterior, verificou-se um aumento de 66 454,75 euros nesta rubrica, ou seja, uma variação positiva de 25,43%.



### 5.2.1.5. Outros Custos e Perdas Operacionais

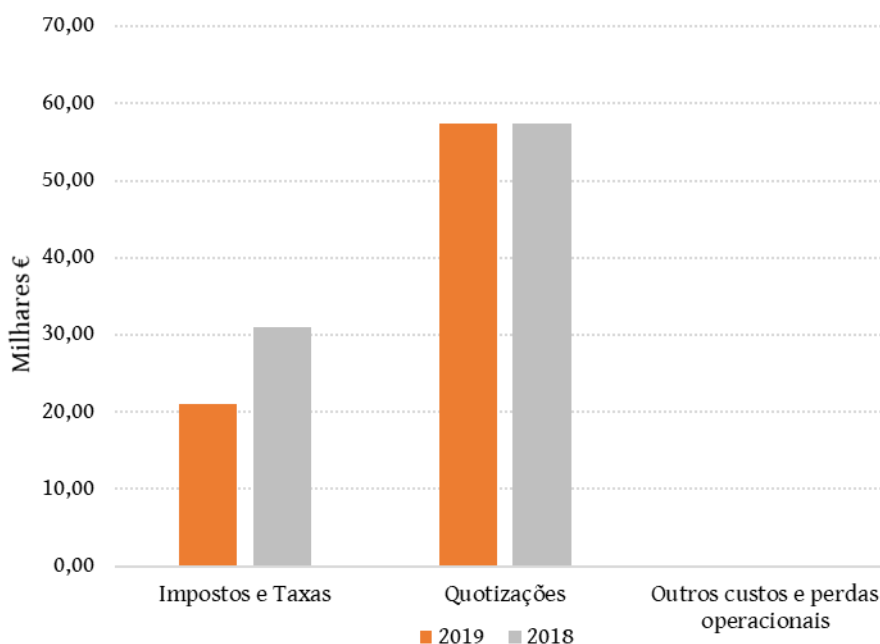
Ao nível dos **Custos e Perdas Operacionais**, em 2019, foram contabilizados 78 361,95 euros, que traduz uma diminuição em termos percentuais de 11,31% e em termos absolutos de 9 997,91 euros, face ao ano anterior.

#### Q36. Outros Custos e Perdas Operacionais

(euros)

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos e Taxas	20 994,08	26,79	31 029,24	35,12	-10 035,16	-32,34
Quotizações	57 356,80	73,19	57 330,62	64,88	26,18	0,05
Outros custos e perdas operacionais	11,07	0,01	0,00	0,00	11,07	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>78 361,95</b>	<b>100,00</b>	<b>88 359,86</b>	<b>100,00</b>	<b>-9 997,91</b>	<b>-11,31</b>

#### G38. Outros Custos e Perdas Operacionais



A variação negativa verificada em Outros Custos e Perdas Operacionais deve-se essencialmente à diminuição de 10 035,16 euros (-32,34%) na rubrica de Impostos e Taxas, justificada pela redução do pagamento de Impostos sobre os rendimentos no montante de -9 600,00 euros, resultado da diminuição de dividendos recebidos, conforme se explica na análise dos Proveitos.

Relativamente à rubrica de **Quotizações**, o montante despendido nesta categoria mantém-se estável face ao ano anterior, onde estão contabilizadas as quotas pagas à Comunidade Intermunicipal da Região de

Aveiro (CIRA), à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH) e à Associação Portuguesa de Casas Museu (APCM).

#### 5.2.1.6. Amortizações do Exercício

As **Amortizações do Exercício**, que representam a componente de custo mais significativa na estrutura de custos do Município, com um peso de 30,68% no total de custos, no exercício de 2019 ascenderam a 10 522 137,37 euros, que traduz um aumento de 4,79%.

#### Q37. Amortizações do Exercício

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortizações do exercício	10 522 137,37	100,00	10 041 386,76	100,00	480 750,61	4,79
<b>TOTAL</b>	<b>10 522 137,37</b>	<b>100,00</b>	<b>10 041 386,76</b>	<b>100,00</b>	<b>480 750,61</b>	<b>4,79</b>

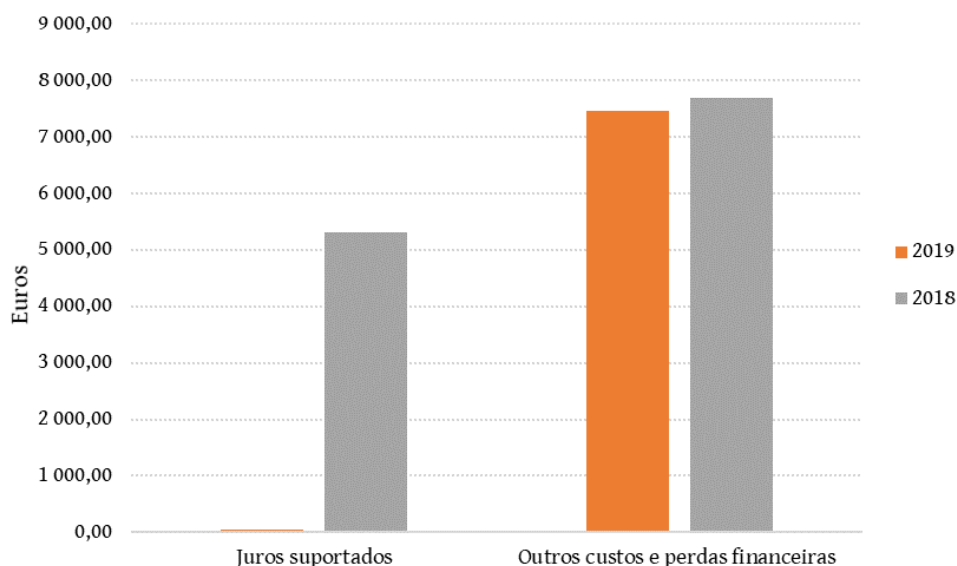
A explicação da variação das amortizações encontra-se neste Relatório no ponto dedicado à análise do Balanço.

#### 5.2.1.7. Custos e Perdas Financeiros

Em 2019, a rubrica de **Custos e Perdas Financeiros** apresenta uma diminuição de 5 490,87 euros, a que corresponde uma redução de 42,23%.

#### Q38. Custos e Perdas Financeiros

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros suportados	46,30	0,62	5 313,98	40,87	-5 267,68	-99,13
Outros custos e perdas financeiras	7 464,36	99,38	7 687,55	59,13	-223,19	-2,90
<b>TOTAL</b>	<b>7 510,66</b>	<b>100,00</b>	<b>13 001,53</b>	<b>100,00</b>	<b>-5 490,87</b>	<b>-42,23</b>

**G39. Custos e Perdas Financeiros**

Os Custos e Perdas Financeiros encontram-se desagregados por Juros de Mora e Outros Custos e Perdas Financeiros, sendo nesta rubrica contabilizadas as despesas com serviços bancários, tendo-se verificado uma ligeira diminuição de 2,90% (-223,19 euros) nos custos com esses serviços, sendo que a maior variação se registou no pagamento de juros de mora no montante de 5 267,68 euros, equivalente a -99,13%, comparativamente com o período homólogo.

**5.2.1.8. Custos e Perdas Extraordinários**

Por fim, a rubrica **Custos e Perdas Extraordinários**, onde se apurou um custo total de 1 401 102,73 euros em 2019, traduzindo-se num aumento de 125 183,44 euros, e numa variação relativa de 9,81%.

**Q39. Custos e Perdas Extraordinários**

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(euros)						
<b>Transferências de Capital Concedidas</b>						
Juntas de Freguesia	346 288,56	24,72	174 101,11	13,65	172 187,45	98,90
Instituições sem fins lucrativos	109 112,55	7,79	236 563,03	18,54	-127 450,48	-53,88
Famílias	28 915,62	2,06	17 634,95	1,38	11 280,67	63,97
Perdas em imobilizações	61 570,36	4,39	242 077,92	18,97	-180 507,56	-74,57
Multas e penalidades	809,28	0,06	402,00	0,03	407,28	101,31
<b>Correções relativas a exercícios anteriores</b>						
Restituições	3 943,33	0,28	779,05	0,06	3 164,28	406,17
Outras correções	31 743,66	2,27	79,84	0,01	31 663,82	39659,09
Outros custos extraordinários	807 584,80	57,64	0,00	0,00	807 584,80	-
Indemnizações	11 134,57	0,79	604 281,39	47,36	-593 146,82	-98,16
<b>TOTAL</b>	<b>1 401 102,73</b>	<b>100,00</b>	<b>1 275 919,29</b>	<b>100,00</b>	<b>125 183,44</b>	<b>9,81</b>

Com base no quadro anterior, verifica-se que a rubrica que mais contribuiu para o aumento identificado foi a de Outros Custos Extraordinários, e a rubrica com maior diminuição em valor foi a de Indemnizações.

Relativamente às **Transferências de Capital para as Juntas de Freguesia**, verifica-se um aumento de 172 187,45 euros, refletindo uma variação positiva de 98,90%. Nesta rubrica salienta-se a atribuição de apoio financeiro ao Investimento, sendo o respetivo pagamento condicionado à apresentação de relatório de atividades realizadas, assim como à entrega de documentos comprovativos da realização da despesa.

Os montantes apresentados na rubrica de **Transferências de Capital para Instituições sem Fins Lucrativos** registam uma diminuição de 127 450,48 euros, traduzindo uma redução de 53,88% face ao ano anterior, nesta rubrica registam-se apoios financeiros aos investimentos prestados às mais diversas instituições de cariz social, cultural e desportivo.

Na rubrica de **Transferências de Capital para famílias**, registam-se os apoios atribuídos para recuperação e melhoria da habitação e os apoios para a recuperação de fachadas do Centro Histórico de Ovar, tendo-se verificado em 2019 um aumento de 11 280,67 euros, traduzido numa variação relativa de 63,97% comparativamente com o exercício de 2018.

No que se refere às **Perdas em Imobilizações**, a redução de 180 507,56 euros face ao ano anterior decorre, da redução no montante de 36 673,42 euros em Alienações de Imobilizações corpóreas efetuadas em 2019 e, diminuição em abates no valor de 143 834,14 euros. O montante da rubrica Alienações de Imobilizações corpóreas abrange a venda de alguns lotes do Loteamento Municipal do Barreiro, a venda de terreno sito na Rua João da Esquina – Ovar e a venda de garagens do Conjunto Habitacional de Gondesende. Relativamente aos abates, o valor registado na classificação patrimonial – 6945 Abates – resulta, essencialmente, do lançamento contabilístico efetuado em 2018, da empreitada de “Requalificação do Cais do Puchadouro – Válega”, atendendo a que se trata de intervenções em propriedade alheia, sendo que a mesma não poderá constar no inventário do Município.

Relativamente aos **Outros custos extraordinários**, o aumento significativo verificado no exercício de 2019, de 807 584,80 euros, deve-se ao facto de terem sido efetuados lançamentos contabilísticos em imobilizado em curso, referentes aos autos de medição da empreitada de “Reabilitação do Edifício da Escola Secundária Júlio Dinis”, dado tratar-se de uma propriedade alheia ao Município, sendo do domínio do Ministério da Educação, contabilisticamente existe a necessidade de transferir os valores, inicialmente registados na classe 4 para a classe 69 – Outros Custos Extraordinários.

Os montantes registados na rubrica de **Indemnizações**, de 11 134,57 euros, em 2019, são referentes a custos extraordinários decorrentes de acidentes/sinistros e processos judiciais com decisão desfavorável,

nos quais o Município de Ovar incorreu numa indemnização a terceiros. A variação negativa face ao ano anterior deve-se essencialmente à liquidação em 2019 da indemnização à entidade Assuntadmirável, Lda..



# **Evolução dos Proveitos**



### 5.2.2. Proveitos e Ganhos do Exercício

Neste ponto, apresenta-se um conjunto de informação relativa aos proveitos e ganhos que o Município de Ovar obteve no decurso do ano 2019. Os proveitos e ganhos do exercício, são registados contabilisticamente na classe patrimonial 7, de acordo com o legalmente estabelecido no POCAL.

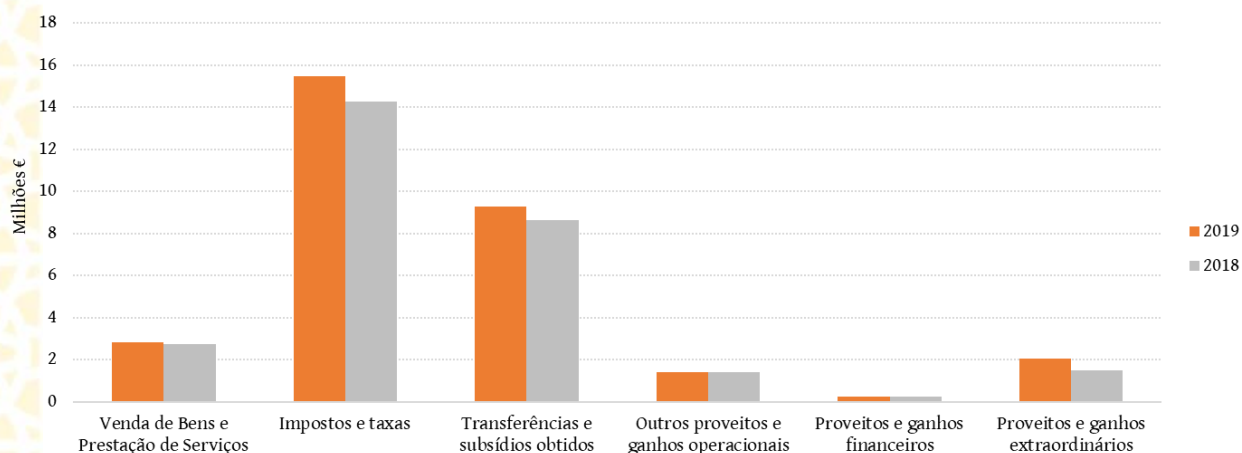
Desta forma, e estando a classe patrimonial 7 devidamente desagregada, pelo estabelecido no classificador patrimonial, pelas subclasses 71 – Venda de Bens e Prestação de Serviços, 72 – Impostos e Taxas, 74 – Transferências e Subsídios Obtidos, 76 – Outros Proveitos e Ganhos Operacionais, 78 – Proveitos e Ganhos Financeiros e 79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários, os registos contabilísticos incluídos em cada conta patrimonial em apreço, representam os aumentos da situação líquida decorrentes da atividade normal da Autarquia, para o exercício de 2019.

Neste enquadramento, apresenta-se de seguida um quadro, com a evolução dos proveitos para os anos de 2019 e 2018, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. A projeção gráfica apoia a leitura evolutiva dos proveitos municipais no período considerado.

#### Q40. Evolução dos Proveitos e Ganhos do Exercício

(euros)

Classe Patrimonial	Proveitos	2019		2018		Variação 2019/2018	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	Venda de Bens e Prestação de Serviços	2 837 779,89	9,05	2 731 839,70	9,49	105 940,19	3,88
72	Impostos e Taxas	15 464 220,98	49,33	14 259 634,69	49,56	1 204 586,29	8,45
74	Transferências e Subsídios Obtidos	9 294 379,01	29,65	8 613 606,04	29,93	680 772,97	7,90
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	1 424 673,54	4,54	1 403 584,18	4,88	21 089,36	1,50
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	252 498,09	0,81	255 334,16	0,89	-2 836,07	-1,11
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	2 074 474,20	6,62	1 511 175,86	5,25	563 298,34	37,28
<b>TOTAL</b>		<b>31 348 025,71</b>	<b>100,00</b>	<b>28 775 174,63</b>	<b>100,00</b>	<b>2 572 851,08</b>	<b>8,94</b>

**G40. Evolução dos Proveitos e Ganhos do Exercício**

Os montantes totais referentes aos proveitos e ganhos do exercício de 2019, bem como a comparabilidade com o exercício de 2018, estão ilustrados no quadro e gráfico acima apresentados, dos quais se conclui que o total dos proveitos, no ano 2019, foi de 31 348 025,71 euros, representando um aumento absoluto de 2 572 851,08 euros do que o montante global de proveitos auferidos em 2018. Esta variação positiva, traduz-se pelo seguinte:

- 🌸 Os Impostos e Taxas e as Transferências e Subsídios Obtidos são as componentes de maior peso na estrutura de proveitos, com um peso de 49,33% e 29,65%, respetivamente. Este facto decorre da estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e, ainda, do volume de transferências recebidas. Estes, representam a segunda e terceira componente respetivamente, com maior variação positiva na estrutura dos proveitos, com variações de 8,45% e 7,90%, respetivamente.
- 🌸 Comparativamente com o exercício de 2018, os Proveitos e Ganhos Extraordinários são aqueles que apresentam maior variação positiva, sendo esta de 37,28%.
- 🌸 A Venda de Bens e Prestações de Serviços e os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais, representam 9,05% e 4,54% da estrutura dos proveitos em 2019. Comparativamente ao período homólogo anterior, estes proveitos apresentam um acréscimo de 3,88% e 1,50%, respetivamente.
- 🌸 Os Proveitos e Ganhos Financeiros representam a única rubrica, em que comparativamente ao exercício de 2018, apresenta uma variação negativa, de 1,11%.

Tendo em consideração os montantes apresentados para os proveitos de 2019, bem como a sua variação face ao exercício de 2018, apresentam-se de seguida as devidas justificações para as variações em cada classe de contas de proveitos e ganhos.

### 5.2.2.1. Venda de Bens e Prestações de Serviços

Os proveitos arrecadados com a **Venda de Bens e Prestação de Serviços**<sup>15</sup> - Classe patrimonial 71 ascenderam, em 2019, a 2 837 779,89 euros, sendo a rubrica de Resíduos Sólidos a que mais contribui para a estrutura global destes proveitos, representando 62,02%. Comparativamente ao exercício de 2018, a estrutura destes proveitos apresenta um acréscimo de 3,88%, justificado essencialmente pelo aumento de proveitos na venda de bens, conforme ilustra o quadro seguinte.

#### Q41. Evolução da Estrutura de Proveitos de Venda de Bens e Prestação de Serviços

(euros)

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Venda de bens</b>						
Publicações e impressos	20 890,75	0,74	1 830,09	0,07	19 060,66	1 041,51
Produtos agrícolas	14 055,10	0,50	5 506,67	0,20	8 548,43	155,24
Outros bens	955,06	0,03	945,20	0,03	9,86	1,04
<b>Prestação de serviços</b>						
Vistorias e ensaios	2 550,25	0,09	2 576,15	0,09	-25,90	-1,01
Serviços culturais	254 330,60	8,96	264 152,18	9,67	-9 821,58	-3,72
Serviços desportivos	241 325,91	8,50	238 280,15	8,72	3 045,76	1,28
Resíduos sólidos	1 760 061,88	62,02	1 716 443,93	62,83	43 617,95	2,54
Cemitérios	3 486,73	0,12	3 434,33	0,13	52,40	1,53
Mercados e feiras	3 234,03	0,11	3 294,18	0,12	-60,15	-1,83
Parques de estacionamento	44 755,06	1,58	32 713,91	1,20	12 041,15	36,81
Parques de campismo	48 147,34	1,70	50 768,46	1,86	-2 621,12	-5,16
Cantinas e Atividades Escolares	343 655,58	12,11	341 517,37	12,50	2 138,21	0,63
Outros serviços	100 331,60	3,54	70 377,08	2,58	29 954,52	42,56
<b>TOTAL</b>	<b>2 837 779,89</b>	<b>100,00</b>	<b>2 731 839,70</b>	<b>100,00</b>	<b>105 940,19</b>	<b>3,88</b>

A análise detalhada ao quadro ilustrado, dividir-se-á em duas partes, uma com enfoque nos proveitos da Venda de Bens e outra com análise aos proveitos relacionados com a Prestação de Serviços.

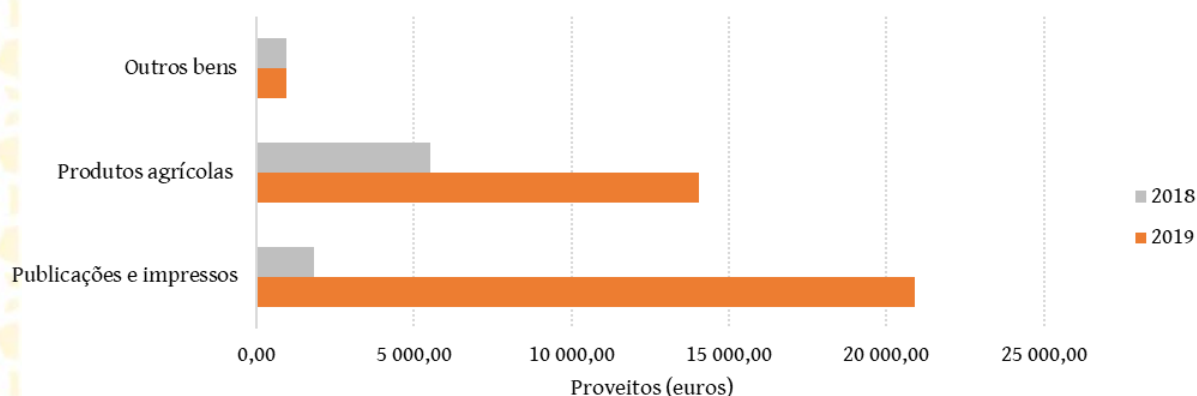
#### Venda de Bens

No exercício de 2019, os proveitos e ganhos com a **Venda de Bens** ascendeu a 35 900,91 euros. Comparativamente com o exercício de 2018, assiste-se a um aumento de proveitos nesta rubrica, na ordem

<sup>15</sup> As vendas e prestações de serviços, representadas pela faturação, são deduzidas dos reembolsos e anulações, para que a análise seja mais precisa e ajustada à realidade.

dos 27 618,95 euros justificado, fundamentalmente, pelo aumento de ganhos na rubrica de Publicações e Impressos.

**G41. Evolução da Estrutura de Proveitos de Venda de Bens**



A subclasse de proveitos da Venda de Bens é decomposta pelas rubricas: publicações e impressos, produtos agrícolas e outros bens. Serão apresentadas de seguida algumas notas justificativas para as variações apresentadas nestas rubricas, quando os proveitos de 2019 são comparados aos apurados no exercício de 2018.

Os proveitos associados às **Publicações e Impressos** aumentaram significativamente em 2019, comparativamente a 2018. O aumento, em termos absolutos, de 19 060,66 euros, é justificado essencialmente pelo registo contabilístico do montante referente a oferta de livros denominados “O Carnaval de Ovar”. É de ressaltar que o montante registado nesta rubrica referente aos livros citados, respeitam a artigos para oferta. Este registo de proveito, não deve ser analisado de forma isolada nesta classe 7, mas sim complementando a sua análise, com a sua regularização na classe 6 – Custos e Perdas (sub-classe 62 «622181-Artigos para Oferta»). Esta análise resulta de um procedimento contabilístico, de forma a regularizar e dar cumprimento legal à regularização do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) dos artigos para oferta. À exceção deste facto, a rubrica de Publicações e Impressos permanece, em 2019 e comparativamente ao exercício de 2018, praticamente inalterada.

A rubrica de **Produtos Agrícolas** regista um total de proveitos, em 2019, de 14 055,10 euros, traduzindo um aumento absoluto de 8 548,43 euros, comparativamente com o exercício anterior. Os proveitos desta rubrica resultam do contrato estabelecido entre o Município de Ovar e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP., onde se encontra estabelecido que 60% da receita proveniente da alienação de arvoredo reverte a favor da Autarquia. Nestes termos, e dando cumprimento às operações de gestão de combustíveis nas faixas marginais às estradas que atravessam o regime florestal da Autarquia, resultou



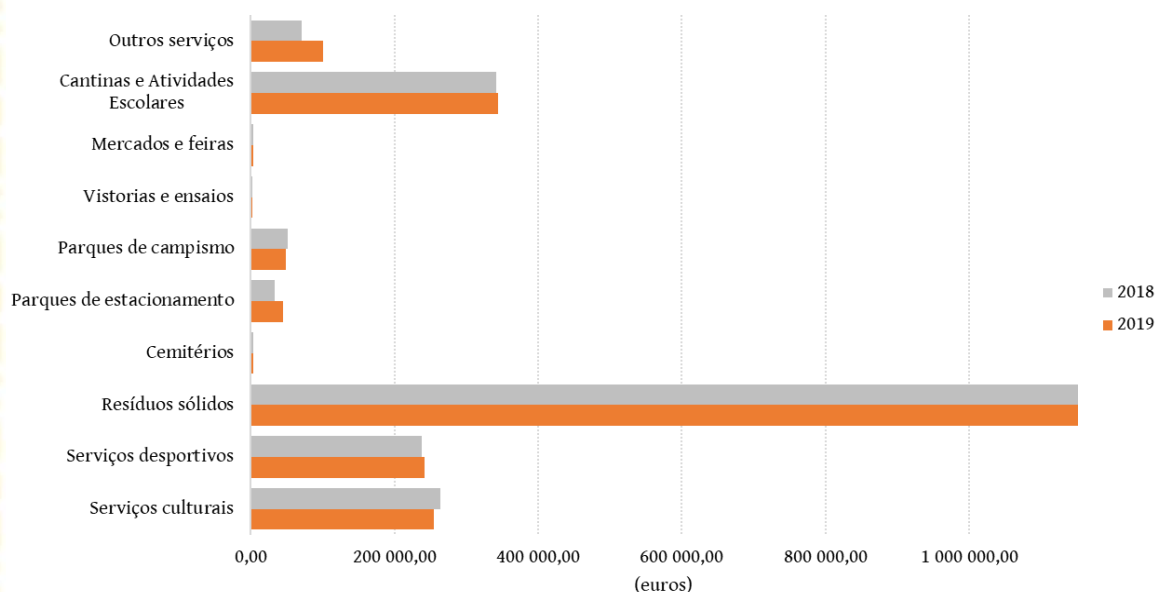
a alienação de madeira com maior valor comercial, o que incrementou o aumento de proveitos auferidos em 2019, comparativamente a 2018.

Os proveitos associados à rubrica de **Outros Bens** apresentam, no exercício de 2019, uma estrutura semelhante à de 2018, tendo ocorrido uma pequena variação positiva de 1,04%, que resulta essencialmente do incremento nas vendas de material de merchandising, disponibilizado nos Postos de Turismo, acompanhando a crescente taxa de turismo, que se tem vindo a observar no Concelho de Ovar.

### Prestação de Serviços

Os proveitos relacionados com a **Prestação de Serviços** ascenderam, no exercício de 2019, a 2 801 878,98 euros, sendo que as rubricas com maior expressividade no total dos proveitos são, os resíduos sólidos (62,02%), as cantinas e atividades escolares (12,11%), os serviços culturais (8,96%) e os serviços desportivos (8,50%).

**G42. Evolução dos Proveitos de Prestação de Serviços**



Comparativamente ao ano 2018, o montante global dos proveitos da Prestação de Serviços, em 2019, traduz um aumento absoluto de 78 321,24 euros, justificado, essencialmente, pelos aumentos observados nas rubricas: Outros Serviços, +42,56%; e Parques de Estacionamento, +36,81%. Por outro lado, verifica-se também a redução de proveitos em diversas rubricas, destacando a diminuição dos proveitos provenientes dos Parques de Campismo, -5,16% e dos Serviços Culturais, -3,72%. Face ao exposto, apresentam-se de seguida algumas notas explicativas para as variações observadas, entre anos.

A rubrica de **Vistorias e Ensaios** apresenta uma ligeira diminuição de proveitos que, em termos relativos, se traduz em -1,01%, comparativamente a 2018. O número de pedidos para realização de vistorias de ascensores nos edifícios de habitação, justifica esta ligeira diminuição de proveitos (2019: 28 pedidos; 2018: 29 pedidos).

Os **Serviços Culturais**, no exercício de 2019, apresentam um total de proveitos de 254 330,60 euros, resultante da soma dos ganhos provenientes das classificações do Carnaval de Ovar, do Centro de Arte de Ovar e Outros Proveitos Culturais. Este montante, quando comparado com o exercício de 2018, evidência um pequeno decréscimo de ganhos nesta rubrica, -3,72%. Esta variação negativa, é justificada, essencialmente, pela ligeira redução de proveitos associados ao Carnaval de Ovar 2019, atendendo a que devido às más condições climáticas, o curso carnavalesco de terça-feira foi cancelado. No que se refere às receitas do Centro de Arte de Ovar, no exercício de 2019, estas apresentam praticamente a mesma estrutura verificada no exercício de 2018.

O aumento relativo de 1,28% nos proveitos associados aos **Serviços Desportivos** em 2019, comparativamente a 2018, representa a atividade desenvolvida na Piscina Municipal. Esta variação positiva de 3 045,76 euros, prende-se com o aumento de inscrições em aulas, bem como a oferta de novos serviços, como por exemplo o serviço denominado “Mix classes orientadas”.

Os proveitos registados na rubrica de **Resíduos Sólidos**, provêm da Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos no Concelho de Ovar, e que reflete no exercício de 2019 um montante global de 1 760 061,88 euros. Este proveito, quando comparado com o mesmo período homólogo, evidência um aumento relativo de 2,54%. Uma vez que as tarifas de resíduos urbanos estão indexadas ao consumo de água, constatou-se que o aumento do consumo de água doméstico e não doméstico, em 2019, comparativamente a 2018, incrementou os proveitos na rubrica, bem como, o ajuste realizado ao tarifário de forma a atingir a recuperação total de custos com o serviço de recolha de resíduos urbanos, de acordo com o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado em Diário da Republica – 2.ª Série, n.º 74, de 15 de abril 2014.

O montante global de proveitos de 3 486,73 euros, apurado em 2019, na rubrica **Cemitérios**, reflete a atividade desenvolvida no exercício, no que concerne às práticas de inumação, transladação, exumação e ocupação de ossários municipais. Comparativamente a 2018, o ligeiro aumento de proveitos de 1,53%, é justificado pelo facto de em 2019, se ter faturado mais uma exumação, incluindo limpeza e transladação.

A rubrica de **Mercados e Feiras** apresenta para o exercício de 2019, um montante global de proveitos de 3 234,03 euros, o que representa um ligeiro decréscimo, comparativamente ao ano de 2018. Este facto é

justificado pela diminuição do número de registos efetuados, pelos lugares do mercado municipal (2019: 546 cobranças de mercado; e 2018: 577 cobranças de mercado).

Os proveitos associados aos **Parques de Estacionamento** ascenderam, em 2019, a 44 755,06 euros, refletindo um aumento de 12 041,15 euros, comparativamente a 2018. O incremento de proveitos está associado ao facto de a utilização dos estacionamentos de duração limitada, terem passado a ter uma utilização mais acentuada do que a verificada em 2018.

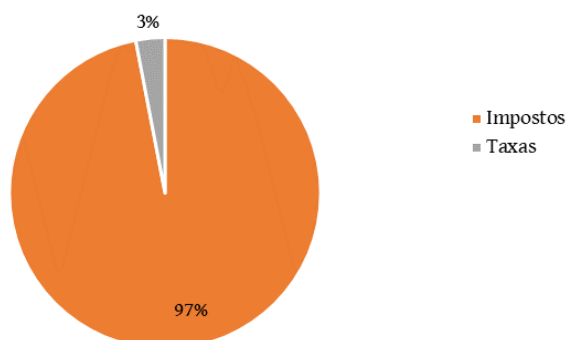
A rubrica **Parques de Campismo** regista, em 2019, uma diminuição absoluta de proveitos de 2 621,12 euros (-5,16%), comparativamente a 2018. Este facto está associado ao número de utilizadores do Parque de Campismo, em 2019, ter decrescido muito ligeiramente, comparativamente à adesão de 2018.

Os proveitos da rubrica de **Cantinas e Atividades Escolares** registaram um aumento de 0,63%, comparativamente ao ano 2018. Este acréscimo de proveitos está associado a um aumento do número de refeições escolares servidas em 2019, e pelo aumento do número de alunos a frequentar outras atividades como o prolongamento de horário no 1º ciclo (SAF) e atividades de animação e apoio à família (AAAF).

A rubrica **Outros Serviços** regista um total de proveitos, em 2019, de 100 331,60 euros, proveniente de ocisão e despesas de cadáveres de canídeos e gatídeos, fotocópias, emissão de plantas topográficas, hastas públicas para arrematação de lugares no Carnaval de Ovar e atividades desenvolvidas no Parque do Buçaquinho. Este montante reflete um aumento de 42,56%, comparativamente ao ano 2018, justificado quer pelo aumento de proveitos arrecadados com as atividades desenvolvidas nas férias da Páscoa, Verão e Natal e promoção de festas de aniversário, no Parque Ambiental do Buçaquinho, quer pelo aumento de arrematações de lugares do Carnaval de Ovar 2019.

#### 5.2.2.2. Impostos e Taxas

Os proveitos arrecadados com os **Impostos e Taxas** - Classe patrimonial 72 ascenderam, em 2019, a um total de 15 464 220,98 euros, representando desta forma a maior componente de proveitos do Município de Ovar, em 2019. Comparativamente ao exercício de 2018, a estrutura destes proveitos apresenta um acréscimo de 8,45%, justificado essencialmente pelo aumento de proveitos de impostos diretos.

**G43. Percentagem dos Impostos e Taxas****Q42. Impostos e Taxas**

(euros)

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Impostos</b>						
Impostos diretos	14 334 801,11	92,70	13 055 198,44	91,55	1 279 602,67	9,80
Impostos indiretos	661 653,75	4,28	749 353,46	5,26	-87 699,71	-11,70
<b>Taxas</b>	467 766,12	3,02	455 082,79	3,19	12 683,33	2,79
<b>TOTAL</b>	<b>15 464 220,98</b>	<b>100,00</b>	<b>14 259 634,69</b>	<b>100,00</b>	<b>1 204 586,29</b>	<b>8,45</b>

Pela observação do gráfico e quadro anteriores, constata-se que a componente de impostos, no exercício de 2019, justifica cerca de 97,00% do total dos proveitos que compõe a estrutura da classe **Impostos e Taxas**, sendo que os impostos diretos ascenderam a 14 334 801,11 euros e os impostos indiretos, 661 653,75 euros. As taxas ascenderam, no exercício de 2019, a 467 766,12 euros. De seguida é apresentada uma análise detalhada aos impostos e taxas.

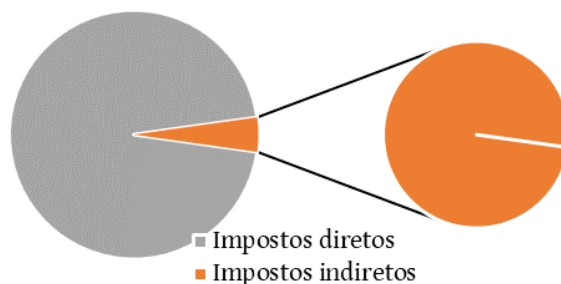
## 5.2.2.2.1. Impostos

## Q43. Impostos Diretos e Indiretos

(euros)

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Impostos diretos</b>						
Imposto Municipal sobre Imóveis	8 549 615,18	57,01	8 453 246,02	61,24	96 369,16	1,14
Imposto Único de Circulação	1 400 995,04	9,34	1 313 180,61	9,51	87 814,43	6,69
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	2 914 696,70	19,44	1 873 287,77	13,57	1 041 408,93	55,59
Derrama	1 469 494,19	9,80	1 415 484,04	10,25	54 010,15	3,82
<b>Impostos indiretos</b>						
Mercados e Feiras	6 412,62	0,04	6 978,99	0,05	-566,37	-8,12
Loteamento e Obras	426 886,07	2,85	542 479,45	3,93	-115 593,38	-21,31
Ocupação da Via Pública	191 478,59	1,28	185 094,41	1,34	6 384,18	3,45
Publicidade	13 666,45	0,09	1 472,10	0,01	12 194,35	828,36
Outros	23 210,02	0,15	13 328,51	0,10	9 881,51	74,14
<b>TOTAL</b>	<b>14 996 454,86</b>	<b>100,00</b>	<b>13 804 551,90</b>	<b>100,00</b>	<b>1 191 902,96</b>	<b>8,63</b>

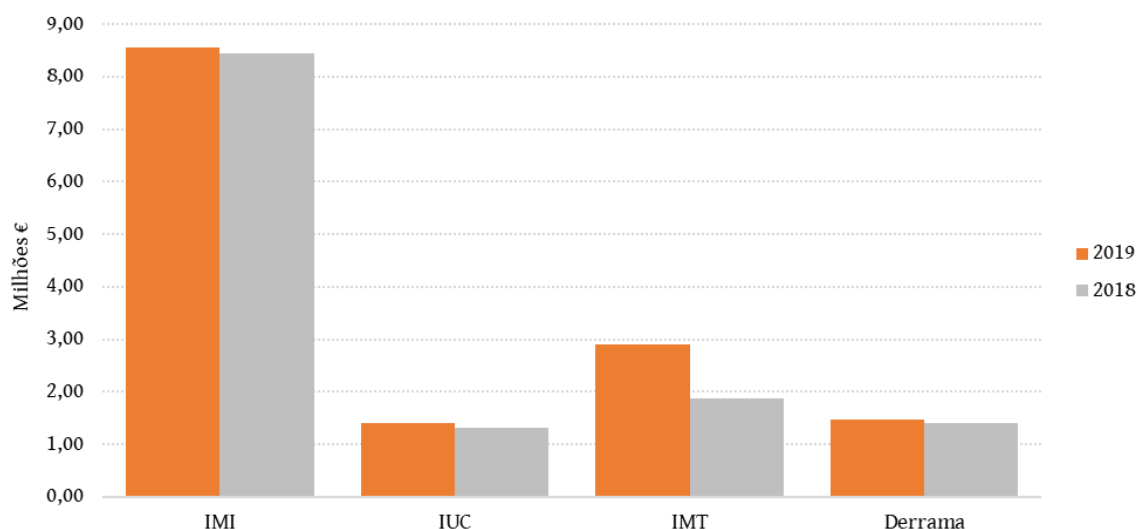
## G44. Peso dos Impostos Diretos e Indiretos, na Estrutura dos Impostos e Taxas



**Impostos Diretos**

Os **Impostos Diretos**, no exercício de 2019, ascenderam a 14 334 801,11 euros, representando um aumento de 9,80%, comparativamente período homólogo. Este aumento é justificado pelas variações positivas e generalizadas dos impostos que compõem esta estrutura, salientando, porém, o aumento mais significativo ao nível de proveitos do Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis (+55,59%).



**G45. Impostos Diretos**

Para as variações ocorridas nos impostos diretos, quando comparados com o exercício de 2018, apresentam-se de seguida algumas notas justificativas. No entanto, ressalva-se que no exercício de 2019, se iniciou e procedeu à aplicação do princípio da especialização do exercício<sup>16</sup> (ou do acréscimo) para o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto único de Circulação (IUC), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e Derrama, que pressupõe que os proveitos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam. Desta forma, uma parte das variações verificadas nas rubricas de impostos diretos, é também justificado por este facto.

O **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** é a rubrica que mais contribui para a estrutura dos proveitos dos impostos diretos e aquela que apresenta maior expressividade nos proveitos globais da Autarquia. No exercício de 2019, os proveitos ascenderam a 8 549 615,18 euros, o que representa um aumento de 96 369,16 euros (+1,14%) comparativamente com o ano 2018. Este aumento é justificado pela conclusão de novas edificações, verificando-se a emissão de 141 autorizações de utilização, durante o ano de 2019. Este aumento, segue a linha tendencial que se tem vindo a observar ao longo dos últimos anos, no que concerne ao aumento de inscrições de prédios na circunscrição territorial do Município, acompanhando também, o crescimento do setor da construção.

No ano 2019, os proveitos em apreço estão inteiramente interligados, com a deliberação das taxas de IMI a aplicar, nomeadamente: a fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em 0,38% para os Prédios Urbanos, nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI; ii) a redução em 50% da taxa aplicável aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, de acordo com

<sup>16</sup> Conforme ponto 3.2 – Princípios Contabilísticos (pág. 163), do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

o previsto no n.º 12 do artigo 112.º do CIMI; iii) a redução a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar; iv) a redução em 12,5% da taxa do IMI, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 44.º - B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, a vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética; v) a majoração em 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI; vi) a majoração em 100% da taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, nos termos do n.º 9 e n.º 10, do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).

No exercício de 2019, arrecadou-se 1 400 995,04 euros de proveitos relacionados com o **Imposto Único de Circulação (IUC)**. Este montante reflete um aumento de 6,69%, +87 814,43 euros, comparativamente ao período homólogo de 2018. Este aumento é justificado pela atualização das tabelas do IUC (Imposto Único de Circulação) e do ISV (Imposto sobre Veículos), em linha com a inflação do ano 2019, de acordo com o previsto na Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2019.

Os proveitos com o **Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)** ascenderam a 2 914 696,70 euros em 2019, o que traduz um aumento de 55,59% relativamente ao exercício de 2018. Este aumento reflete o aumento de vendas de imóveis no Concelho de Ovar, acompanhada da dinâmica gradual do mercado imobiliário que se tem vindo a observar nos últimos anos.

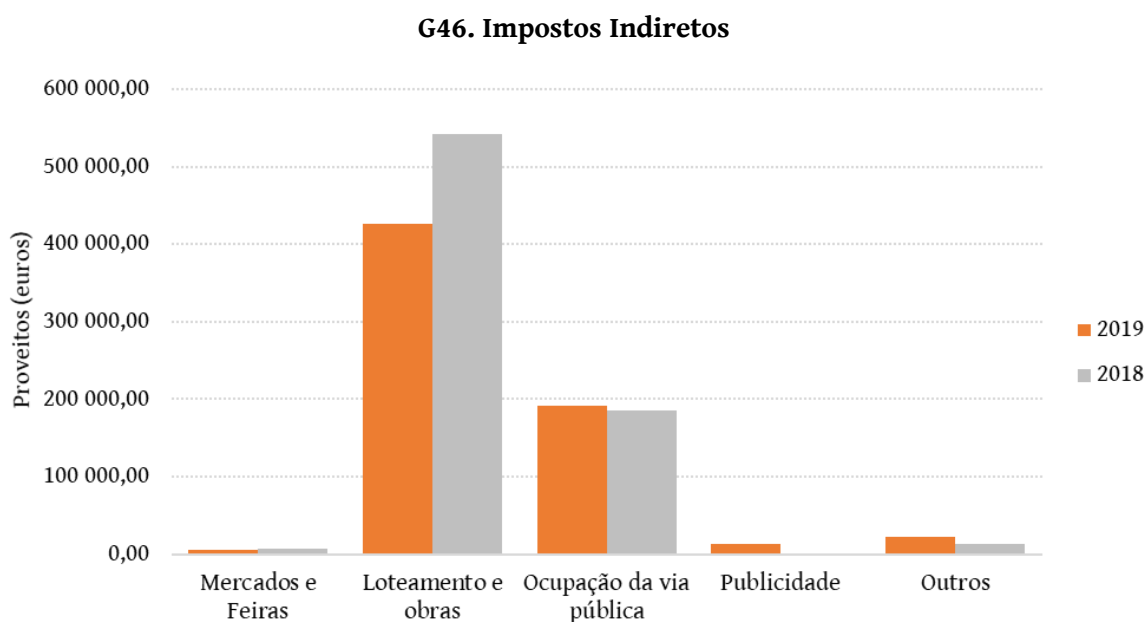
Um total de 1 469 494,19 euros, foi o montante global de proveitos auferidos na **Derrama**, em 2019. Comparativamente a 2018, assiste-se a um ligeiro aumento de 3,82%, justificado pelo aumento do volume de negócios e lucros empresariais das empresas sediadas no Concelho de Ovar, acompanhando a tendência crescente do tecido empresarial português, no ano 2019.

Para o exercício de 2019, foram deliberadas e aplicadas medidas para a Derrama, no que concerne à taxa a vigorar bem como, isenções e benefícios, nomeadamente: a aplicação de uma taxa de derrama reduzida de 0%, para sujeitos passivos cujo volume de negócios, fosse igual ou inferior a 150 000,00 euros; a aplicação de uma Derrama reduzida de 0%, mediante apresentação de requerimento tipo, para sujeitos passivos com sede social no Concelho de Ovar que apresentem, em 31 de outubro de 2019, uma determinada criação líquida de postos de trabalho, comparativamente aos postos de trabalho existentes a 31 de outubro de 2018; e o lançamento da taxa normal da Derrama em 1,5% para os restantes sujeitos passivos.

O número de empresas para as quais foi isentado o imposto da Derrama, em 2019, foi superior àquelas que estavam isentadas em 2018. Porém, o propósito desta medida consiste em potenciar a fixação do tecido empresarial no Município de Ovar, com vista ao desenvolvimento da economia local, e a adoção de medidas de criação de novos postos de trabalho.

### Impostos Indiretos

Para o ano de 2019, os **Impostos Indiretos**, ascenderam a 661 653,75 euros, sendo a rubrica de Loteamentos e Obras a que mais contribui para esta estrutura (peso de 2,85% na estrutura global). Comparativamente com o exercício de 2018, verifica-se uma redução de 11,70% (-87 699,71 euros) ao nível global de proveitos com impostos indiretos, justificada pela diminuição de rendimentos nas rubricas de Mercados e Feiras (-8,12%) e Loteamentos e Obras (-21,31%).



Apresentam-se de seguida algumas notas justificativas, para as alterações de valor apresentadas nas rubricas que compõe a estrutura dos impostos indiretos.

A rubrica de **Mercados e Feiras** apresenta, em 2019, um total de 6 412,62 euros de proveitos. Comparativamente a 2018, assiste-se a uma diminuição de rendimentos de 566,37 euros (-8,12%). Esta variação é justificada pela redução do número de registos efetuados (2019: 142 cobranças; 2018: 147 cobranças), quer pelos alugueres de lugares do terrado, quer pelos lugares de venda de peixe no Mercado Municipal.

A rubrica de **Loteamentos e Obras** regista, em 2019, um montante global de proveitos de 426 886,07 euros, representando a componente mais expressiva na constituição dos impostos indiretos. Comparativamente a 2018, os proveitos relacionados com os Loteamentos e Obras, decresceram em termos relativos, 21,31%. A variação em apreço, prende-se com o valor atribuído às cobranças pela realização de infra-estruturas urbanísticas, que em 2018 foram de montante superior às verificadas em 2019.

A **Ocupação da Via Pública** é uma rubrica que contém proveitos provenientes da cobrança de imposto referente à ocupação da via pública com toldos, andaimos e tapumes, mesas e cadeiras e tubos subterrâneos. Em 2019, os proveitos ascenderam a 191 478,59 euros, traduzindo um aumento de 6 384,18 euros (+3,45%) comparativamente aos proveitos de 2018. Este aumento é justificado pelo maior número de cobranças a entidades coletivas, ocorridas em 2019, no que se refere à ocupação da via pública com mesas e cadeiras, e ao ligeiro incremento verificado nas cobranças efetuadas às empresas, para aplicação de tubos subterrâneos no território Municipal.

Os proveitos com a **Publicidade**, no exercício de 2019, ascenderam a 13 666,45 euros, traduzindo um acréscimo, comparativamente ao exercício de 2018, de 12 194,35 euros. O aumento que se tem vindo a verificar nos últimos anos, ao nível de cobranças publicitárias, é corroborado no exercício de 2019, onde se assiste ao aumento do número de pedidos de campanhas publicitárias (N.º pedidos em 2019: 35; N.º pedidos em 2018: 10).

A rubrica **Outros** regista um total de proveitos, em 2019, de 23 210,02 euros, transpondo um aumento de 9 881,51 euros (+74,14%), relativamente a 2018. Este aumento é justificado essencialmente pelos proveitos arrecadados com a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) que aumentaram em 2019. É de ressaltar que este aumento, na TMDP, também se deve à aplicação do princípio da especialização do exercício<sup>17</sup> (ou do acréscimo) que, no exercício de 2019, se iniciou para esta rubrica e que pressupõe que os proveitos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

A TMDP é um imposto indireto, que consiste em aplicar uma taxa sobre o total de faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, para todos os clientes finais do respetivo Município. A taxa foi deliberada pelo Órgão Deliberativo, e fixou-se em 0,25%, no ano 2019, nos termos e para efeitos previstos na alínea a) do artigo 106º da Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro (alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro).

<sup>17</sup> Conforme ponto 3.2 – Princípios Contabilísticos (pág. 163), do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.



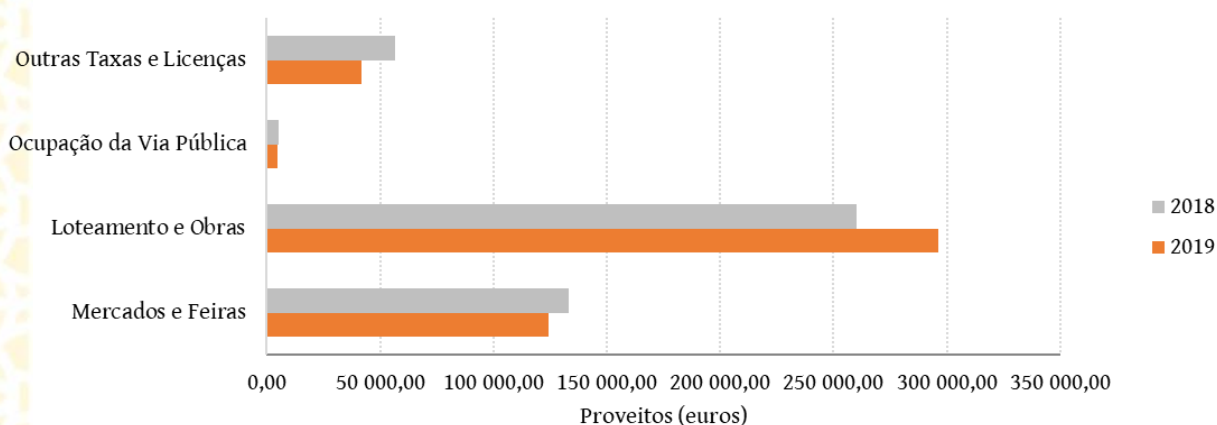
### 5.2.2.2.2. Taxas

Os proveitos relacionados com as **Taxas** para 2019, ascenderam a 467 766,12 euros, sendo os Loteamentos e Obras (63,36%) e Mercados e Feiras (26,61%), as rubricas com maior expressividade na estrutura global dos rendimentos relacionados com as Taxas.

#### Q44. Proveitos de Taxas

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(euros)						
<b>Taxas</b>						
Mercados e Feiras	124 476,34	26,61	133 325,24	29,30	-8 848,90	-6,64
Loteamento e Obras	296 364,28	63,36	260 083,97	57,15	36 280,31	13,95
Ocupação da Via Pública	4 963,28	1,06	5 181,39	1,14	-218,11	-4,21
Outras Taxas e Licenças	41 962,22	8,97	56 492,19	12,41	-14 529,97	-25,72
<b>TOTAL</b>	<b>467 766,12</b>	<b>100,00</b>	<b>455 082,79</b>	<b>100,00</b>	<b>12 683,33</b>	<b>2,79</b>

#### G47. Estrutura das Taxas



Comparativamente com o exercício de 2018, a estrutura das Taxas, apresenta um aumento relativo de 2,79%. Este aumento deve-se ao aumento dos proveitos relacionados com a rubrica de Loteamentos e Obras, uma vez que, as restantes rubricas apresentam uma variação negativa. Face a estas constatações, apresentam-se de seguida algumas considerações para as variações apresentadas.

Os proveitos associados à rubrica de **Mercados e Feiras** ascenderam, no exercício de 2019, a 124 476,34 euros, traduzindo uma redução de 6,64%, comparativamente ao exercício de 2018. Esta rubrica regista as taxas referentes aos lugares do terrado em edifícios ou recintos apropriados à realização de feiras e mercados, por m<sup>2</sup> ou fração, em área descoberta/dia. Em 2019, verificou-se uma redução das liquidações mensais dos lugares de mercado, comparativamente a 2018, o que justifica a variação apresentada.



Os proveitos dos **Loteamentos e Obras** foram de 296 364,28 euros, em 2019, expressando um aumento de 36 280,31 euros (+13,95%), relativamente aos proveitos auferidos no ano 2018. Este incremento de proveitos está relacionado com o número e montante pago referente a pedidos para apreciação e análise de pedidos de licenciamento, bem como à cobrança de um alvará de licença - Processo nº 2209/1999 - Alvará nº 11/201, para o qual foi cobrada uma área bruta de construção de 66 279,47 m<sup>2</sup>.

Os proveitos com a **Ocupação da Via Pública** ascenderam a 4 963,28 euros, e apresentam uma redução de 4,21%, comparativamente a 2018. Este ligeiro decréscimo é justificado por uma diminuição de taxas cobradas a particulares, para licenças de ocupação da via pública, com mesas, cadeiras e toldos, nomeadamente face ao atual quadro legal e regulamentar vigente.

A rubrica denominada **Outras Taxas e Licenças** apresenta um total de proveitos de 41 962,22 euros, expressando 8,97% da componente de Taxas. Comparativamente com o exercício de 2018, as Outras Taxas e Licenças apresentam uma redução de 14 529,97 euros (-25,72%), que se traduz na redução de cobranças efetuadas com as taxas de secretaria e inspeção de ascensores.

### 5.2.2.3. Transferências e Subsídios Obtidos

Os proveitos relacionados com as **Transferências e Subsídios Obtidos** - classe patrimonial 74, ascenderam no exercício de 2019, a 9 294 379,01 euros, sendo certo que as transferências provenientes do Orçamento de Estado são as mais significativas, representando 90,85% da estrutura global. As transferências provenientes dos Serviços e Fundos Autónomos, representam 9,15%, da estrutura dos proveitos em análise, conforme demonstra o quadro seguinte.

De acordo com os dados apresentados no quadro seguinte, apresentam-se algumas considerações sobre as Transferências e Subsídios Obtidos no exercício de 2019, bem como uma análise à sua variação comparativamente ao exercício de 2018.

## Q45. Transferências e Subsídios Obtidos

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Orçamento do Estado</b>	8 444 207,00	90,85	7 969 829,00	92,53	474 378,00	5,95
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>						
Direcção Geral Estabelecimentos Escolares	668 770,59	7,20	491 152,89	5,70	177 617,70	36,16
DGAI - Direcção Geral Administração Interna	25 532,55	0,27	0,00	0,00	25 532,55	-
Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens	30 923,40	0,33	37 949,17	0,44	-7 025,77	-18,51
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	731,40	0,01	8 782,57	0,10	-8 051,17	-91,67
APA - Agência Portuguesa Ambiente	7 797,00	0,08	10 959,95	0,13	-3 162,95	-28,86
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)	23 616,00	0,25	0,00	0,00	23 616,00	-
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional	64 926,79	0,70	52 898,38	0,61	12 028,41	22,74
IFAP - Inst. Financiamento Agric. e Pescas, IP	27 874,28	0,30	13 937,14	0,16	13 937,14	100,00
Fundo de Protecção de Recursos Hídricos	0,00	0,00	10 649,85	0,12	-10 649,85	-100,00
Universidade de Aveiro	0,00	0,00	1 594,62	0,02	-1 594,62	-100,00
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	0,00	0,00	15 852,47	0,18	-15 852,47	-100,00
<b>TOTAL</b>	<b>9 294 379,01</b>	<b>100,00</b>	<b>8 613 606,04</b>	<b>100,00</b>	<b>680 772,97</b>	<b>7,90</b>

No que se refere às transferências do **Orçamento de Estado**, verifica-se que estas ascenderam, em 2019, a 8 444 207,00 euros. Enquadra-se nesta rubrica, o registo relativo à repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios (n.º 1 do artigo 25.º da RFALEI) nomeadamente: Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF); Fundo Social Municipal (FSM) e uma participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), que se consubstanciam, para o ano 2019, no mapa XIX do Orçamento do Estado, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro – Orçamento de Estado para 2019. A acrescer a estas situações, em 2019, enquadrou-se uma nova verba a distribuir pelos municípios, decorrente da aplicação, respetivamente, do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro<sup>18</sup>, na sua redação atual.

Comparativamente ao ano de 2018, as transferências do Orçamento de Estado aumentaram 474 378,00 euros (+5,95%), devido:

- i) ao incremento das transferências relativas à Participação Fixa no IRS, +4,36%. Tendo em consideração que a participação variável no Imposto sobre o rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para o ano de 2018, cobrada em 2019, se fixou, por deliberação do Órgão Deliberativo, nos 3,00% para os sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação,

<sup>18</sup> Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Artigo 35º - Variações Máximas e Mínimas: “1-Da participação de cada município nos impostos do Estado, por via do FEF, do FSM e do IRS, não pode resultar: a) Uma diminuição superior a 2,5 /prct. da participação nas transferências financeiras do ano anterior para os municípios com capitação de impostos locais superior a 1,25 vezes a média nacional em três anos consecutivos, nem uma diminuição superior a 1,25 /prct. da referida participação, para os municípios com capitação inferior a 1,25 vezes aquela média durante aquele período; b) Um acréscimo superior a 5 /prct. da participação relativa às transferências financeiras do ano anterior. 2 - A compensação necessária para assegurar os montantes mínimos previstos na alínea a) do número anterior efetua-se pelos excedentes que advenham da aplicação da alínea b) do mesmo número, bem como, se necessário, mediante dedução proporcional à diferença entre as transferências previstas e os montantes mínimos garantidos para os municípios que tenham transferências superiores aos montantes mínimos a que teriam direito. 3 - O excedente resultante do disposto nos números anteriores é distribuído de acordo com os seguintes critérios: a) 50 /prct., de forma proporcional, pelos municípios em que se registem reduções do montante global das transferências financeiras, em relação ao ano anterior; b) 50 /prct., de forma proporcional, pelos municípios que não mantenham, em três anos consecutivos, uma CMMI de valor superior à CMN. 4 - O montante distribuído nos termos do número anterior não concorre para os crescimentos máximos e mínimos previstos no n.º 1, e assume natureza de transferência de capital nos anos em que ocorre.”

este aumento revela a melhoria do nível de rendimento das famílias que residem no Concelho de Ovar;

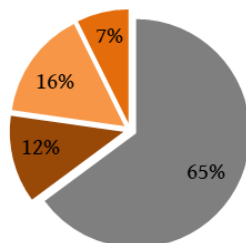
- ii) à contabilização da nova transferência proveniente do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que ascendeu a 620 590,00 euros, conforme demonstra o quadro seguinte.

#### Q46. Transferências do Orçamento de Estado

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(euros)						
<b>Orçamento do Estado</b>						
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 478 795,00	64,8823	5 679 324,00	71,26	-200 529,00	-3,53
Fundo Social Municipal	1 045 206,00	12,3778	1 045 206,00	13,11	0,00	0,00
Participação Fixa no IRS	1 299 616,00	15,3906	1 245 299,00	15,63	54 317,00	4,36
Transf. Art.º35, n.º3 da Lei n.º73/2013	620 590,00	7,3493	0,00	0,00	620 590,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>8 444 207,00</b>	<b>100,00</b>	<b>7 969 829,00</b>	<b>100,00</b>	<b>474 378,00</b>	<b>5,95</b>

#### G48. Transferências do Orçamento de Estado

- Fundo de Equilíbrio Financeiro
- Fundo Social Municipal
- Participação Fixa no IRS
- Transf. Art.º35, n.º3 da Lei n.º73/2013



Os proveitos provenientes da **Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE)** ascenderam, no exercício de 2019, a 668 770,59 euros, com um peso de 7,20% no total da estrutura das Transferências e Subsídios Obtidos. Estes proveitos aludem-se a participações relativas aos seguintes programas: “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos Alunos do 1º Ciclo”; “Programa Pré-Escolar, Refeições e Prolongamento de Horário, Atividades de Animação a Apoio à Família”; e “Apoio ao Pré-Escolar Funcionárias – Assistentes Operacionais”. De ressaltar o aumento nesta rubrica de 36,16%, se deve ao facto, de no exercício de 2019, se iniciar a aplicação do princípio da especialização do exercício<sup>19</sup> (ou do acréscimo), que pressupõe que os proveitos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos,

<sup>19</sup> Conforme ponto 3.2 – Princípios Contabilísticos (pág. 163), do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam, facto que não ocorreu no exercício de 2018.

As transferências realizadas pela **Direção Geral da Administração Interna (DGAI)**, ascenderam a 25 532,55 euros, representando 0,27% do total da estrutura das Transferências e Subsídios Obtidos. Estas dizem respeito a: transferência de verbas para as Autarquias Locais relativas ao recenseamento eleitoral 2018; transferência de verbas para as despesas com eleição para o Parlamento Europeu 2019; e transferência de verbas relativas às Eleições Legislativas 2019.

As transferências efetuadas pela **Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens**, no montante de 30 923,40 euros, em 2019, referem-se às transferências efetuadas por essa Instituição ao Município de Ovar, no primeiro e segundo semestre do ano 2019, que se destinam à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ovar (CPCJ), para apoio nas despesas de instalações, apoio logístico e apoio técnico administrativo.

A transferência da **Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.**, no montante de 731,40 euros, no ano 2019, refere-se à operação Centro-07-2114-FEDER-000014 - “Programação Cultural em Rede da Região de Aveiro”, o mesmo propósito pelo qual foram transferidas verbas no exercício de 2018. Este é um projeto de âmbito regional, desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), com o objetivo de dotar a população do território de uma oferta cultural diversificada e de qualidade. Sendo o Município de Ovar, um associado deste projeto, vai recebendo transferências em função das atividades desenvolvidas no âmbito deste projeto.

O montante de proveitos transferido pela **Agência Portuguesa do Ambiente (APA)** ascendeu a 7 797,00 euros, representando 0,08% no total da estrutura das Transferências e Subsídios Obtidos. Este montante refere-se a proveitos oriundos das taxas de gestão de resíduos sólidos.

As transferências provenientes do **Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)**, em 2019, no valor de 23 616,00 euros, referem-se ao contrato de comparticipação para uma prestação de serviços de acompanhamento técnico para a elaboração da estratégia local de habitação no âmbito do “O 1º direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação”, conforme previsto no art.º 16º do Decreto-Lei n.º 37/18, de 4 junho.

Em 2019, foi transferido pelo **Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)** um montante total de proveitos de 64 926,79 euros. Comparativamente com o exercício de 2018, estes proveitos aumentaram 22,74%, ou seja, 12 028,41 euros. Este aumento é justificado pela contratação de projetos de Contratos de Emprego Inserção, em 2019.



As transferências do IFAP – Instituto Financiamento Agricultura e Pescas, I.P. no valor de 27 874,28 euros, no ano 2019, referem-se a apoio financeiro relativo aos gabinetes técnicos florestais, do Fundo Florestal Permanente. Comparativamente a 2018, verifica-se um acréscimo de proveitos de 13 937,14 euros, devido ao facto de em 2019 o Município ter recebido duas transferências desta Instituição, enquanto que em 2018, apenas recebeu uma transferência.

#### 5.2.2.4. Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

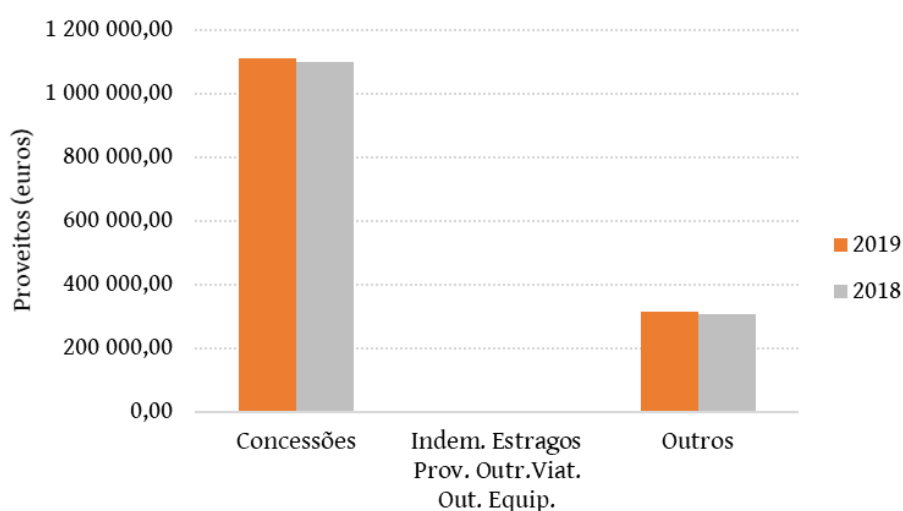
Os **Outros Proveitos e Ganhos Operacionais** – Classe patrimonial 76 ascenderam, no exercício de 2019, a um total de proveitos de 1 424 673,54 euros, que se dividem apenas em duas rubricas: proveitos de concessões e outros proveitos.

#### Q47. Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

(euros)

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Concessões	1 110 820,63	77,97	1 097 901,81	78,22	12 918,82	1,18
Indem. Estragos Prov. Outr.Viat. Out.	0,00	0,00	60,00	0,00	-60,00	-
Outros	313 852,91	22,03	305 622,37	21,77	8 230,54	2,69
<b>TOTAL</b>	<b>1 424 673,54</b>	<b>100,00</b>	<b>1 403 584,18</b>	<b>100,00</b>	<b>21 089,36</b>	<b>1,50</b>

#### G49. Outros Proveitos e Ganhos Operacionais



Comparativamente ao exercício de 2018, os proveitos em análise apresentam um acréscimo de 21 089,36 euros (+1,50%), apresentando assim uma estrutura semelhante à desse exercício. Porém, apresentam-se de seguida notas justificativas para as variações dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais.



A rubrica de **Concessões**, contempla os proveitos da renda trimestral, paga pela EDP – Serviço Universal, S.A. ao Município de Ovar, em virtude da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. Em 2019, a rubrica regista um total de proveitos de 1 110 820,63 euros, refletindo um ligeiro aumento relativamente ao exercício de 2018 (+1,18%). O aumento de proveitos em 2019, constata a previsão de crescimento de proveitos nesta rubrica, devido à atualização anual da renda para um valor superior à do ano imediatamente anterior, calculada nos termos do anexo II do Decreto-Lei nº 230/2008, de 27 de novembro. Esta atualização estabelece que se tenha em consideração a variação do Índice de Preços do Consumidor (IPC), com exclusão da habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), ponderado por um fator aplicativo à variação do consumo de energia em baixa tensão (BT), ambos com base nos dados relativos ao ano anterior àquele em que ocorre o pagamento da renda.

A rubrica **Outros** contempla proveitos de diversas situações, porém, o seu aumento, em 2019 relativamente a 2018, de 8 230,54 euros (+2,69%), são justificados: pelo aumento de proveitos transferidos pela Direção-Geral de Alimentação Veterinária, resultantes da candidatura para apoio financeiro à esterilização de cães e gatos de companhia, proveitos transferidos posteriormente à Associação Protetora dos Animais de Ovar (APADO), e pelos proveitos provenientes da Agência Modernização Administrativa (AMA), dos quais resulta o aumento que se tem vindo a verificar no número de pedidos de licenciamento industrial.

É de denotar que na rubrica em apreço, também está incluído o valor referente ao diferimento dos proveitos resultantes dos contratos celebrados com as empresas Águas da Região de Aveiro, S.A. (AdRA) e Águas de Portugal, S.A. (AdP).

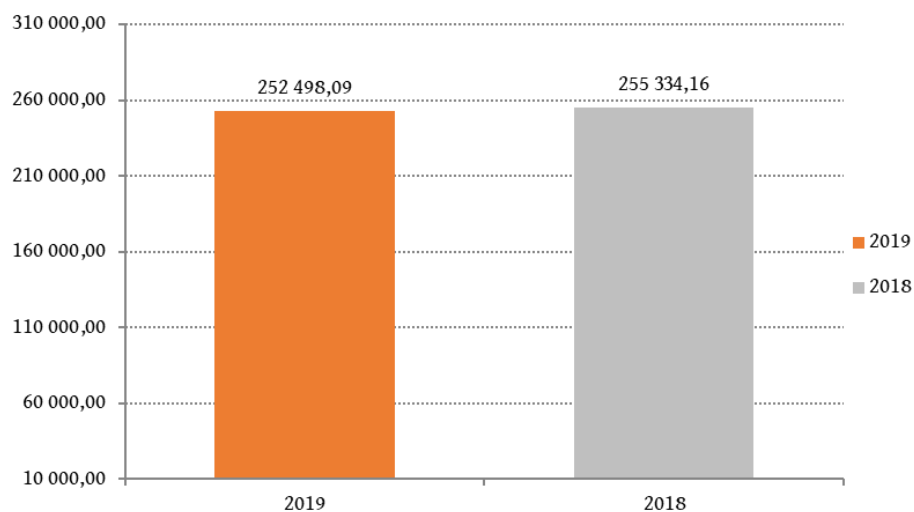
### 5.2.2.5. Proveitos e Ganhos Financeiros

Os **Proveitos e Ganhos Financeiros** – Classe patrimonial 78 ascenderam, no exercício de 2019, a um total de proveitos de 252 498,09 euros, que se dividem nas seguintes rubricas: juros obtidos, ganhos em entidades participadas e rendimentos de imóveis.

#### Q48. Proveitos e Ganhos Financeiros

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros Obtidos	2 293,61	0,91	4 174,25	1,63	-1 880,64	-45,05
Ganhos em Entidades Participadas	78 548,73	31,11	122 798,96	48,09	-44 250,23	-36,03
Rendimentos de Imóveis	171 655,75	67,98	128 360,95	50,27	43 294,80	33,73
<b>TOTAL</b>	<b>252 498,09</b>	<b>100,00</b>	<b>255 334,16</b>	<b>100,00</b>	<b>-2 836,07</b>	<b>-1,11</b>

(euros)

**G50. Proveitos e Ganhos Financeiros**

Os proveitos e ganhos financeiros, em 2019, apresentam uma estrutura semelhante à do exercício anterior, porém, com um ligeiro decréscimo de 1,11% (-2 836,07 euros), conforme se visualiza pelo gráfico anterior. Seguidamente, são apresentadas algumas notas justificativas para o decréscimo apresentado.

Os **Juros Obtidos** apresentam, para o exercício de 2019, um montante de 2 293,61 euros. Este montante quando comparado com o valor auferido em 2018, revela uma redução de 45,05% que se justifica pela diminuição do saldo médio na conta bancária do Novo Banco, bem como pela redução de outros juros provenientes da aplicação de penalizações por atrasos no pagamento das rendas.

Os **Ganhos em Entidades Participadas** registaram um total de proveitos, em 2019, de 78 548,73 euros, resultando numa redução de proveitos, quando comparado com o exercício de 2018, de 36,03%. Esta redução deve-se ao facto de, em 2018, terem sido distribuídos dividendos de valor mais elevado do que em 2019, provenientes da participação financeira detida pelo Município de Ovar, nas entidades: Águas da Região de Aveiro, S.A. (AdRA), Águas de Portugal, S.A. (AdP) e Lusitaniagás – Companhia do Gás do Centro, S.A. e Águas do Douro e Paiva, S.A., conforme ilustra o quadro seguinte.

**Q49. Ganhos em Entidades Participadas**

(euros)

Entidade	Dividendos		Variação 2019/2018	
	2019	2018	Valor	%
Lusitaniagás-Companhia de Gás do Centro, S.A.	1 870,30	1 915,86	-45,56	-2,38
Águas de Portugal - SGPS, S.A.	0,00	34 995,61	-34 995,61	-
Águas Douro e Paiva, S.A.	7 867,72	0,00	7 867,72	-
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	68 810,71	85 887,49	-17 076,78	-19,88
<b>TOTAL</b>	<b>78 548,73</b>	<b>122 798,96</b>	<b>-44 250,23</b>	<b>-36,03</b>

A rubrica de **Rendimento de Imóveis** é composta por diversas componentes, nomeadamente rendas de terrenos, rendas de habitações (habitações sociais), rendas de edifícios e outras rendas, conforme ilustra o quadro abaixo. No exercício de 2019, os proveitos desta rubrica ascenderam a 171 655,75 euros, o que significa, comparativamente a 2018, a um aumento de proveitos de 33,73%, conforme ilustra o quadro seguinte.

#### Q50. Rendimentos de Imóveis

Designação	(euros)					
	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Rendimentos de Imóveis</b>						
Rendas de Terrenos	2 720,47	1,58	2 644,58	2,06	75,89	2,87
Rendas Habitações	106 049,08	61,78	91 860,15	71,56	14 188,93	15,45
Rendas Edifícios	52 962,78	30,85	31 911,30	24,86	21 051,48	65,97
Outras Rendas	9 923,42	5,78	1 944,92	1,52	7 978,50	410,22
<b>TOTAL</b>	<b>171 655,75</b>	<b>100,00</b>	<b>128 360,95</b>	<b>100,00</b>	<b>43 294,80</b>	<b>33,73</b>

Os proveitos da rubrica **Rendas de Terrenos** são compostos pelas liquidações provenientes dos contratos de constituição de direito de superfície, entre a Câmara Municipal de Ovar e Terceiros, apresentando um ligeiro aumento de 2,87%, face a 2018.

As **Rendas de Habitações** é a componente que mais contribui para a estrutura de proveitos de rendimentos em imóveis, ascendendo, em 2019, a um montante global de 106 049,08 euros, representando um aumento de proveitos, relativamente a 2018, de 15,45%. O aumento observado, resulta da aplicação da nova fórmula de cálculo de rendas<sup>20</sup>, devido à alteração do quadro legal - Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto.

As rubricas de **Rendas de Edifícios** e **Outras Rendas** são aquelas que apresentam uma variação mais positiva, comparativamente ao exercício de 2018. As **Rendas de Edifícios**, que contemplam as rendas das lojas, quiosques, bares, cafés e demais edifícios apresentam uma variação positiva de +21 051,48 euros. O acréscimo na rubrica é justificado, na sua maioria, pelos proveitos provenientes da primeira anuidade do contrato de atribuição de utilização do estabelecimento de restauração e bebidas na Avenida Infante D. Henrique – Furadouro, bem como respetivas rendas mensais.

Os proveitos associados às **Outras Rendas** aumentaram, comparativamente ao ano 2018, 7 978,50 euros, devido ao aluguer do “Espaço Co-Working”, sito no Espaço Empreendedor. No ano 2019, foi alugado o referido espaço para diversos projetos, os quais contribuíram significativamente para o aumento de

<sup>20</sup> A aplicação da nova fórmula de cálculo traduziu-se num aumento do valor da renda num número expressivo de arrendatários, para 2019, num universo de 180 fogos de habitação social, obrigando ao faseamento do valor da renda nos primeiros três anos, tal como previsto no n.º 2, do artigo 37.º da Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto.

proveitos na rubrica, nomeadamente os projetos: “Bhumi”, “Escola da Floresta”, “Experiências do Ser”, “Películas Aveiro”, “Sonegocio”, “Alfaiataria do Território”, entre outros.

### 5.2.2.6. Proveitos e Ganhos Extraordinários

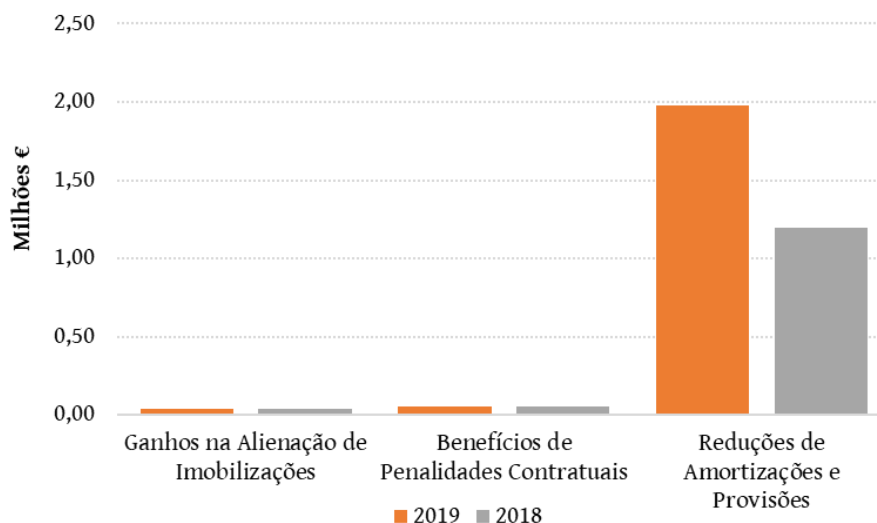
Os **Proveitos e Ganhos Extraordinários** – Classe Patrimonial 79 ascenderam, no exercício de 2019, a um montante total de 2 074 474,20 euros, sendo os Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários, a rubrica com maior expressividade.

#### Q51. Proveitos e Ganhos Extraordinários

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Ganhos na Alienação de Imobilizações</b>	40 363,90	1,95	114 195,26	7,56	-73 831,36	-64,65
<b>Benefícios de Penalidades Contratuais</b>						
Multas e Penalidades Diversas	7 455,72	0,36	5 853,82	0,39	1 601,90	27,37
Juros de Mora	16 698,55	0,80	14 650,43	0,97	2 048,12	13,98
Juros Compensatórios	16 206,67	0,78	5 472,70	0,36	10 733,97	196,14
Coimas e Penalidades por Contra-Ordenações	14 442,74	0,70	11 890,33	0,79	2 552,41	21,47
<b>Reduções de Amortizações e Provisões</b>						
Provisões	29 830,35	1,44	0,00	0,00	29 830,35	-
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	106 299,27	5,12	12 084,79	0,80	94 214,48	779,61
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 843 177,00	88,85	1 347 028,53	89,14	496 148,47	36,83
<b>TOTAL</b>	<b>2 074 474,20</b>	<b>100,00</b>	<b>1 511 175,86</b>	<b>100,00</b>	<b>563 298,34</b>	<b>37,28</b>

No ano de 2019, os Proveitos e Ganhos Extraordinários expressam um aumento, comparativamente ao exercício de 2018, em 563 298,34 euros (+37,28%), influenciada pelo aumento generalizado das rubricas com especial destaque para o aumento de proveitos nas Provisões (+29 830,35 euros), na rubrica Correções Relativas a Exercícios Anteriores (+94 214,48 euros) e Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários (+496 148,47 euros).



**G51. Proveitos e Ganhos Extraordinários**

Os **Ganhos na Alienação de Imobilizações** registam ganhos provenientes da alienação de imobilizações, sendo as respetivas subcontas creditadas pelo produto de venda, pela indemnização ou pelo valor atribuído à saída e, ainda, pelas amortizações respetivas e debitadas pelos custos correspondentes. No ano de 2019, esta rubrica sofreu um decréscimo de proveitos arrecadados, devido ao facto de os imóveis vendidos serem de montante inferior, àqueles que foram alienados no exercício de 2018. Desta forma, o montante de proveitos nesta rubrica, de 40 363,90 euros, está associado à venda de imóveis, nomeadamente, os lotes n.ºs 9, 12 e 23 do Loteamento Municipal do Barreiro, à venda de terreno sito na Rua João da Esquina – Ovar e à venda de doze garagens do Conjunto Habitacional de Gondesende.

A rubrica **Multas e Penalidades Diversas** auferiu, em 2019, um montante global de proveitos de 7 455,72 euros, refletindo um acréscimo comparativamente ao exercício de 2018, de 1 601,90 euros. Este facto é justificado pelo incremento de proveitos, provenientes de indemnizações recebidas pelo Município de Ovar, em 2019, mais concretamente de pagamento de custas referente ao Proc. nº 487/18.5BEAVR e ao Processo de Reclamação 2017/DAJF-REC/234.

Os **Juros de Mora** ascendem na sua totalidade, em 2019, a 16 698,55 euros. Os proveitos relacionados com esta rubrica referem-se a juros de mora de agravamento de prolongamento de horários escolares e juros de mora relativos ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e Imposto Único de Circulação (IUC). Comparativamente com o exercício de 2018, verifica-se um acréscimo de rendimentos no valor de 2 048,12 euros (+13,98%) justificado pelo facto de, no exercício de 2019, se ter auferido um montante elevado de proveitos de juros de mora de IMI e IMT do que no exercício de 2018. Este facto vai de encontro, ao aumento observado nos proveitos arrecadados com o IMI e IMT em 2019, conforme descrito no capítulo de Impostos e Taxas.



Os proveitos de **Juros Compensatórios** traduziram-se em 16 206,67 euros em 2019 e provêm de juros da cobrança coerciva de valores relacionados com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e Imposto Único de Circulação (IUC). Comparativamente ao exercício de 2018, verifica-se um aumento de 10 733,97 euros, que é mormente justificado pelo aumento dos juros cobrados coercivamente de valores do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), corroborando o significativo aumento de proveitos verificado na coleta deste imposto, no capítulo de Impostos e Taxas.

As **Coimas e Penalidades por Contra-ordenações** apresentam um total de proveitos, no exercício de 2019, de 14 442,74 euros e estão relacionados com processos de contraordenações instaurados e referentes a falta de limpeza e gestão de combustíveis, falta de licenças de utilização de habitação, realização de obras sem licença, ocupação de via pública indevida, colocação de publicidade sem prévio pedido de licença, entre outros. Comparativamente ao exercício de 2018, estes proveitos apresentam um aumento de 21,47%, devido ao incremento das coimas e penalidades aplicadas no exercício de 2019 (2019: 72 coimas; 2018: 64 coimas).

A rubrica de **Provisões**, apresenta um montante de 29 830,35 euros, em 2019, e representa 1,44% da estrutura dos Proveitos e Ganhos Extraordinários. Este montante refere-se à redução da provisão realizada em 2018<sup>21</sup>, no que se refere a passivos contingentes, de dois processos judiciais, que se verificaram satisfeitos no decurso do exercício de 2019, nomeadamente: Proc. N.º 1017/15.6BEAVR no montante de 15 190,30 euros e Proc. N.º 535/17.6BEAVR no montante de 14 640,05 euros.

A rubrica de **Correções Relativas a Exercícios Anteriores** auferiu, em 2019, um montante global de proveitos de 106 299,27 euros, representando 5,12% da estrutura dos Proveitos e Ganhos Extraordinários. Comparando os proveitos de 2019 com os registados em 2018, verifica-se um aumento de 94 214,48 euros, que se justifica pelo incremento de registos relativos a rendimentos de correções favoráveis e derivadas de erros ou omissões relativas a exercícios anteriores, nomeadamente reposições não abatidas aos pagamentos e uma correção de um lançamento contabilizado como custo do exercício no ano 2018.

A rubrica de **Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários** contém um total de rendimentos, em 2019, de 1 843 177,00 euros, representando dessa forma 88,85% dos Proveitos e Ganhos Extraordinários. Esta rubrica regista proveitos associados às Transferências de Capital, que resultam de imputações a título de

---

<sup>21</sup> Satisfaz a condição prevista no POCAL, a transcrever: "7962 «Provisões». - Esta conta regista, de forma global, no fim do período contabilístico, a variação negativa da estimativa dos riscos, em cada espécie de provisão."

proveitos dos subsídios ao investimento, na proporção das respetivas taxas de amortização, em conformidade com o princípio da especialização do exercício<sup>22</sup>, e Outros Proveitos Extraordinários.

### Q52. Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários

(euros)

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários</b>						
Transferências de Capital	1 084 829,09	58,86	1 020 740,06	75,78	64 089,03	6,28
Accionamento de Garantias	0,00	0,00	3 000,00	0,22	-3 000,00	-100,00
Outros	758 347,91	41,14	323 288,47	24,00	435 059,44	134,57
<b>TOTAL</b>	<b>1 843 177,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1 347 028,53</b>	<b>100,00</b>	<b>496 148,47</b>	<b>36,83</b>

Comparativamente ao período homólogo, verifica-se que houve um acréscimo de 36,83% nos Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários. De seguida, são apresentadas as devidas justificações.

As **Transferências de Capital**, que contemplam os montantes relativos aos subsídios ao investimento<sup>23</sup>, ascenderam no exercício de 2019, a um montante global de 1 084 829,09 euros. Os montantes referentes a subsídios ao investimento, respeitantes a imobilizado corpóreo amortizável e com vida útil definida são imputados como proveitos do exercício numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo (balanceando-os com os custos relacionados-amortizações). Comparativamente ao ano 2018, estes proveitos apresentam um aumento de 6,28%, devido ao incremento, no exercício de 2019, de lançamentos referentes a subsídios ao investimento que decorreram de candidaturas aos regimes de apoio definidos pelas Autoridades nacionais ou comunitárias, nomeadamente: “Requalificação do Largo e Rua da Olaria”, “Beneficiação da Rua Família Regalado e Rua dos Calafates”, “Requalificação da Rua Dr. Manuel Arala e Rua Elias Garcia”, “Requalificação da Avenida Bom Reitor”, entre outras.

Os **Outros Proveitos Extraordinários** registam um montante de 758 347,91 euros, em 2019, o que se traduz num aumento de proveitos comparativamente ao ano 2018, de 435 059,44 euros. No exercício de 2019, esta classificação contém os registos relativos às faturações de revisões de preços negativas das empreitadas de obras públicas, destacando-se a revisão de preços negativa da empreitada de obras públicas “Requalificação da Praça dos Combatentes do Ultramar – Esmoriz”. Acresce nesta rubrica, o reconhecimento de valores a receber referente a investimento em propriedade alheia, a cobrar em exercício seguinte, na mesma proporção do custo incorrido no exercício de 2019, na classe 69 – Custos e Perdas Extraordinárias.

<sup>22</sup> De acordo com a alínea d) do ponto 3.2 do POCAL, o Princípio da Especialização refere-se aos proveitos e aos custos que são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.

<sup>23</sup> De ressaltar que no exercício de 2019, foi adotada uma nova metodologia de cálculo dos subsídios ao investimento. Estes passaram a ser calculados de forma automática e precisa, através de aplicação informática de inventário e cadastro, preparada para o efeito. Desta forma os subsídios ao investimento são depreciados na proporção exata de vida útil do bem que lhe está associado.

# **Movimentos Financeiros**



## 6. Movimentos Financeiros

### 6.1. Fluxos de Caixa

Os **Fluxos de Caixa** refletem, de forma detalhada, as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria.

No exercício de 2019, o Município de Ovar iniciou com um saldo de gerência de 5 898 861,35 euros, decompondo-se em operações orçamentais no montante de 4 610 273,88 euros e operações de tesouraria no montante de 1 288 587,47 euros.

Os **recebimentos**, no ano de 2019, ascenderam a 31 498 282,61 euros, subdivididos em:

- 🌸 Operações orçamentais, no montante de 29 507 872,13 euros, dos quais, 27 527 245,62 euros de receitas correntes, 1 968 014,18 euros de receitas de capital e 12 612,33 euros de outras receitas;
- 🌸 Operações de tesouraria, no montante de 1 990 410,48 euros.

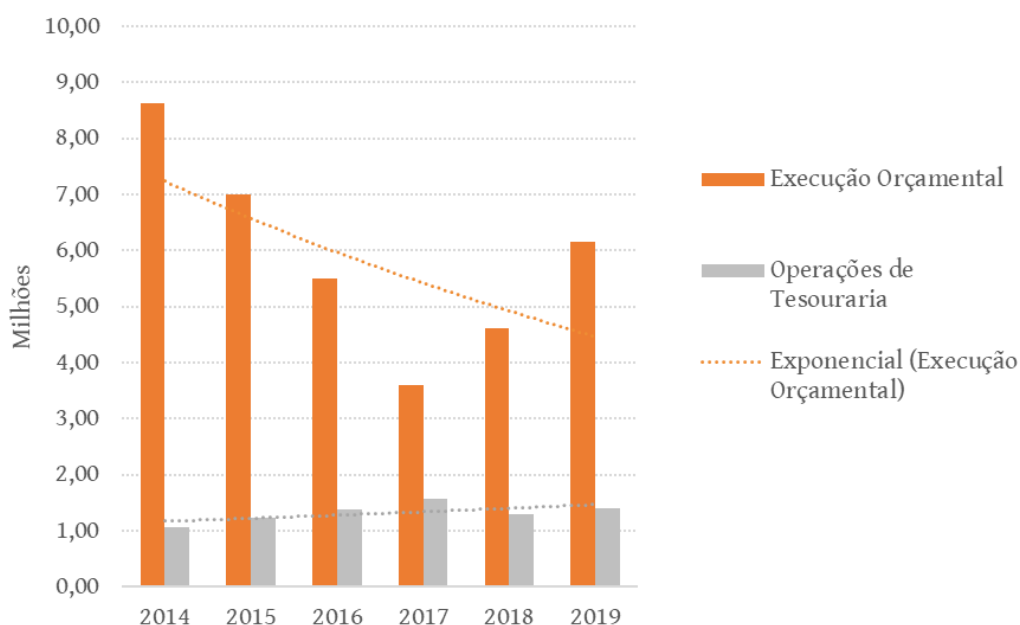
Os **pagamentos**, por sua vez, ascenderam a 29 848 292,89 euros em 2019, compostos por:

- 🌸 Operações orçamentais, no montante total de 27 965 149,72 euros, dos quais, 22 229 903,08 euros de despesas correntes e 5 735 246,64 euros de despesas de capital;
- 🌸 Operações de tesouraria, no montante de 1 883 143,17 euros.

#### Q53. Fluxos de Caixa

Designação			(euros)
	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria	Total
Saldo da Gerência Anterior (Ano 2018)	4 610 273,88	1 288 587,47	5 898 861,35
Recebimentos (Ano 2019)	29 507 872,13	1 990 410,48	31 498 282,61
Pagamentos (Ano 2019)	27 965 149,72	1 883 143,17	29 848 292,89
<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>	<b>6 152 996,29</b>	<b>1 395 854,78</b>	<b>7 548 851,07</b>

A adição dos recebimentos do ano 2019 ao saldo de gerência anterior, deduzidos dos pagamentos do exercício, perfaz o saldo para a gerência seguinte, que ascende a 7 548 851,07 euros, sendo 6 152 996,29 euros de operações orçamentais e 1 395 854,78 euros de operações de tesouraria.

**G52. Saldo de Gerência – Evolução da Execução Orçamental e Operações de Tesouraria**

De acordo com o estabelecido nos pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL, os saldos de gerência, cujo apuramento resulta dos documentos de prestação de contas, são incorporados no orçamento das gerências subsequentes à sua aprovação, para acorrer ao aumento global da despesa orçada, circunstância que implica a elaboração de uma revisão orçamental.

**6.2. Saldo da Gerência de Operações Orçamentais**

Conforme se pode verificar no quadro seguinte, o **Saldo do Exercício** de operações orçamentais ascendeu, no ano 2019, a 1 542 722,41 euros. O **Saldo Real do Exercício** de 2019, do Município de Ovar, o qual inclui, também, os encargos não pagos no exercício, ascende a 1 527 858,10 euros

De ressaltar que o **Saldo da Gerência de Operações Orçamentais** aumentou no ano 2019 comparativamente ao ano 2018, em 1 542 722,41 euros.



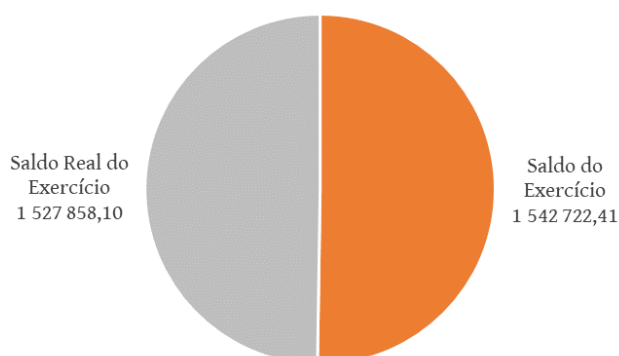
## Q54. Saldo da Gerência de Operações Orçamentais

(euros)

Designação	2019	2018	Varição 2019/2018
<b>Saldo Inicial de Gerência</b>	<b>4 610 273,88</b>	<b>3 597 152,14</b>	<b>1 013 121,74</b>
Receitas Correntes Brutas	27 527 245,62	26 371 754,24	1 155 491,38
Receitas de Capital	1 968 014,18	1 269 427,65	698 586,53
Receitas Outras	12 612,33	12 084,79	527,54
<b>Total Receitas</b>	<b>29 507 872,13</b>	<b>27 653 266,68</b>	<b>1 854 605,45</b>
Despesas Correntes	22 229 903,08	21 536 038,37	693 864,71
Despesas de Capital	5 735 246,64	5 104 106,57	631 140,07
<b>Total Despesas</b>	<b>27 965 149,72</b>	<b>26 640 144,94</b>	<b>1 325 004,78</b>
<b>Saldo Corrente</b>	<b>5 297 342,54</b>	<b>4 835 715,87</b>	<b>461 626,67</b>
Receitas Correntes - Despesas Correntes			
<b>Saldo de Capital</b>	<b>-3 767 232,46</b>	<b>-3 834 678,92</b>	<b>67 446,46</b>
Receitas de Capital - Despesas de Capital			
<b>Saldo do Exercício</b>	<b>1 542 722,41</b>	<b>1 013 121,74</b>	<b>529 600,67</b>
Saldo Corrente + Saldo de Capital + Receitas Outras			
<b>Encargos não pagos*</b>	<b>14 864,31</b>	<b>0,00</b>	<b>14 864,31</b>
<b>Encargos transitados de anos anteriores</b>	<b>0,00</b>	<b>593 001,47</b>	<b>-593 001,47</b>
<b>Saldo Real do Exercício</b>	<b>1 527 858,10</b>	<b>1 606 123,21</b>	<b>-78 265,11</b>
Saldo do Exercício - Encargos não pagos + Encargos transitados de anos anteriores			
<b>Saldo da Gerência</b>	<b>6 152 996,29</b>	<b>4 610 273,88</b>	<b>1 542 722,41</b>
Saldo Inicial da Gerência + Saldo do Exercício			

\* Corresponde à diferença entre o valor faturado e o valor pago - Posição do Orçamento da Despesa

## G53. Saldo do Exercício vs Saldo Real do Exercício de Operações Orçamentais



# **Dívida Total do Município**



## 7. Endividamento

O presente capítulo é dedicado à temática do endividamento municipal, podendo o mesmo ser entendido em sentido estrito, delimitado à avaliação do endividamento do Município, com base no seu balanço ou em sentido lato, considerando a influência das entidades participadas.

Em conformidade com o n.º 2 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais a **dívida total de operações orçamentais** do município “engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais”.

No que diz respeito ao **limite da dívida**, o n.º 1 do mesmo artigo impõe que “A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

Acresce ainda do n.º 3 do referido artigo que “Sempre que um município: a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III; b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios”.

Neste sentido, para efeitos de **apuramento do montante da dívida total** relevante para o limite de cada município, são ainda incluídas as seguintes entidades, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da referida Lei:

- i. os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- ii. as entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- iii. as empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelo setor empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs. 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- iv. as cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;

- v. as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (art.º 61.º).

Nos quadros seguintes são apresentadas as entidades participadas pelo Município de Ovar e respetiva situação face à dívida total deste Município, em 31 de dezembro de 2019:

### Q55. Participação da Câmara em Entidades Societárias

(euros)

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação inicial			Inclusão no limite da Dívida Total	
Denominação	N.L.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado		
Águas do Douro e Paiva, S.A.	503 537 624	S.A.	36001	20 902 500	190 375,00	0,910	190 375,00	Não	Pertence ao setor publico empresarial
Lusitaniagás-Companhia de Gás do Centro, S.A.	502 761 024	S.A.	35220	20 500 000	4 850,00	0,024	4 850,00	Sim	Se apresentarem resultado líquido antes de impostos negativo, na proporção da participação social do município
Águas do Centro Litoral, S.A.	513 606 181	S.A.	37002	39 974 968	642 155,00	1,61	642 155,00	Não	Pertence ao setor publico empresarial
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	509 107 630	S.A.	36002	17 500 000	1 449 175,00	8,28	1 449 175,00	Não	Pertence ao setor publico empresarial
Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Ovar, CRL	501 293 191	C.R.L.	65120	11 026 440	500,00	0,005	500,00	Sim	É uma Cooperativa
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	84114	650 000 000	926 019,00	0,22	874 573,50	Não	Lei nº 42/2016, de 28/12 - Lei do Orçamento do Estado para 2017 (artº 74º - nº 4)

### Q56. Participação da Câmara em Entidades Não Societárias

(euros)

Entidades Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição		Inclusão no limite da Dívida Total
Denominação	N.L.P.C.				Quota	% afetação	
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	508 771 935	Comunidade Intermunicipal	84130	N/A*	50 072	14,76%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	501 627 413	Associação Municípios	94110	N/A*	6 072	0,394%	Não, nos termos do ofício circular 2/2020/AR. A dívida orçamental da ANMP não releva para efeitos dos limites da dívida previstos no n.º1 do artigo 52º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro.
Associação Portuguesa Munic.Centro Histórico	502 131 047	Associação Municípios	91333	N/A*	713	0,011%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
Fundação de Serralves	502 266 643	Fundação	91020	N/A*	-	0,76% **	Sim, proporcional à participação direta ou indireta do município

\*N/A - Não Aplicável

\*\* Na data de realização do presente relatório, a Fundação de Serralves não apresenta contas encerradas, podendo a afetação desta % ser diferente.

Em 2019, o **Limite da Dívida Total do Município de Ovar**, apurado pela Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL, devidamente publicado no SIAL, ascendeu a 37 783 044,80 euros.

Para o cálculo da **Dívida Total** do Município para o ano de 2019, o montante atribuído à contribuição das entidades participadas corresponde a um valor provisório, pois nem todas as entidades remeteram as suas contas encerradas e/ou aprovadas, apesar das várias diligências efetuadas pela Autarquia no sentido da obtenção das Demonstrações Financeiras definitivas destas entidades.

No quadro seguinte é apresentado o valor da contribuição de cada entidade no cálculo da dívida total do Município de Ovar.

#### Q57. Contribuição das Entidades no Cálculo da Dívida Total

(euros)		
Entidade Participada	€ a imputar ao Município de Ovar	Notas
Lusitâniagás-Companhia de Gás do Centro	0,00	1
Caixa Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde	8 840,20	2
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	204 257,20	3
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	0,00	4
Associação Portuguesa Munic.Centro Histórico	0,00	5
Fundação de Serralves	0,00	6
<b>TOTAL</b>	<b>213 097,40</b>	

1. A Lusitaniagás apresentou um resultado líquido antes de imposto positivo, pelo que não é considerada para efeitos de cálculo da dívida total do Município.
2. No que se refere à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde, foi possível obter as suas Demonstrações Financeiras a 31/12/2019, apesar destes valores poderem ser provisórios.
3. A contribuição mais significativa para a dívida do Município é dada pela CIRA, sendo estes valores provisórios.
4. O valor do contributo para a dívida Municipal comunicado pela ANMP é definitivo, conforme Ofício Circular 2/2020/AR. Foi entendimento da DGAL que “a dívida orçamental da ANMP não releva para efeitos dos limites da dívida previstos no nº 1 do artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro”. Neste sentido, a ANMP deixará de reportar aos seus Municípios associados a informação para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite da dívida.
5. A APMCH, à data deste relatório, apresentou os seus valores relativos ao seu contributo para a dívida do Município.
6. Até ao encerramento deste relatório a Fundação de Serralves, não apresentou as contas encerradas, nem valores provisórios. Contudo, atendendo à reduzida percentagem de participação, não é espectável uma contribuição significativa para a Dívida Total do Município.



Do exposto e, ressalvando as limitações decorrentes da informação obtida pelas entidades participadas, o Município de Ovar apresenta, no exercício de 2019, uma Dívida Total estimada de 6 078 128,83 euros, o que se traduz numa margem positiva de 33 152 216,25 euros, em relação ao limite estabelecido nos termos legais que é de 37 783 044,80 euros.

De ressaltar que, o montante relativo à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) não tem vindo a relevar para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, dos exercícios constantes do quadro abaixo apresentado.

### Q58. Cálculo do Limite da Dívida Total

		(euros)			
		2019	2018	2017	2016
<b>Limite da dívida total artº 52º da Lei nº 73/2013</b>	<b>(1)</b>	<b>37 783 044,80</b>	<b>36 447 234,00</b>	<b>35 088 142,00</b>	<b>34 986 917,00</b>
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais	(2)	5 865 031,43	4 928 111,51	6 794 426,64	7 080 495,27
Entidades participadas	(3)	213 097,40	204 027,22	1 121 326,44	1 147 964,13
<b>Dívida Total</b>	<b>(4)=(2)+(3)</b>	<b>6 078 128,83</b>	<b>5 132 138,73</b>	<b>7 915 753,08</b>	<b>8 228 459,40</b>
Dividas não orçamentais	(5)	1 395 854,78	1 288 587,47	1 564 880,05	1 306 120,08
FAM	(6)	51 445,50	154 336,50	823 128,39	1 028 910,39
Dívida Total Excluindo Dívidas não Orçamentais e FAM	(7)=(4)-(5)-(6)	4 630 828,55	3 689 214,76	5 527 744,64	5 893 428,93
<b>Margem em excesso</b>	<b>(8)=(1)-(7)</b>	<b>33 152 216,25</b>	<b>32 758 019,24</b>	<b>29 560 397,36</b>	<b>29 093 488,07</b>

Em suma, o montante global da dívida do Município de Ovar aumentou em 2019, comparativamente a 2018. Face ao ano anterior, o montante global da dívida sofreu um aumento de 945 990,10 euros, cumprindo o limite definido na alínea b) do n.º 3 do art.º 52º da RFALEI. Apesar deste aumento da dívida, a margem disponível aumentou comparativamente ao ano anterior em 394 197,01 euros.

### Redução dos pagamentos em atraso

Na gerência de 2019 mantiveram-se em vigor as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, preconizadas na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso-LCPA), alterada pela Lei n.º 20/2012 de 14 de maio, Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e operacionalizadas através do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro.

Cumulativamente, a Lei do Orçamento do Estado para 2019, estabelece no n.º 1, do artigo 89º, que “até ao final de 2019, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem no mínimo 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de

*setembro de 2018, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, na sua atual redação.”*

No que diz respeito a esta redução, a mesma não é aplicável ao Município de Ovar, uma vez que esta Autarquia não apresentava pagamentos em atraso em setembro de 2018, nem em dezembro de 2019.

# Contabilidade de Custos



## 8. Contabilidade de Custos

As Autarquias Locais têm na contabilidade de custos um importante instrumento de análise e controlo de custos e proveitos, munindo o Executivo Municipal de uma ferramenta de gestão na planificação e tomada de decisão para a elaboração de orçamentos, controlo e redução dos custos, determinação de taxas e preços públicos, medição de proveitos, mensuração e avaliação do desempenho dos projetos, potenciando a fundamentação económica para as decisões de gestão.

A Contabilidade tem como função obrigatória a produção de informação relevante, fiável, comparável, por períodos mais curtos e cada vez mais detalhada. Assim, a Contabilidade de Custos é essencialmente um auxílio para apurar pormenorizadamente os resultados da Autarquia, tendo fundamento legal no POCAL para a sua aplicabilidade.

Vocacionada para a gestão, a Contabilidade de Custos assume um carácter obrigatório para além da Contabilidade Orçamental e Patrimonial, tendo a capacidade de apurar resultados por funções e determinar os custos inerentes à determinação das tarifas e preços dos bens e serviços (ponto 2.8.3.1 do POCAL), proporcionando informação dos custos, proveitos e resultados por produto, serviço e atividade.

A Contabilidade de Custos baseia-se nos custos e proveitos do exercício seguindo o princípio do Acréscimo, ao passo que a Contabilidade Orçamental segue uma ótica de caixa. Esta substancial diferença, não permite uma leitura na perspetiva de confronto/validação da informação obtida, mas sim uma interpretação complementar. Os fatores da Contabilidade de custos são os Custos Diretos por função, bem ou serviço e os Custos indiretos, apurados por coeficientes de imputação, fazendo corresponder a percentagem de cada um deles sobre o total dos respetivos custos diretos.

O quadro seguinte tem o objetivo de prestar informação agregada numa ótica CBA – Custo Baseado nas Atividades:

**Q59. Distribuição dos Custos e Proveitos por Atividades no ano de 2019**

(euros)

ATIVIDADE		CUSTOS	PROVEITOS	RESULTADOS
Protecção civil e luta contra incêndios	(a)	456 532,34	0,00	-456 532,34
Ensino não superior	(b)	1 686 892,91	329 664,29	-1 357 228,62
Serviços auxiliares de ensino	(c)	383 217,50	1 741 080,70	1 357 863,20
Serviços individuais de saúde	(d)	40 561,29	1 628,49	-38 932,80
Acção social	(e)	670 953,17	129 646,62	-541 306,55
Habitação	(f)	477 645,75	12 328 791,63	11 851 145,88
Resíduos sólidos	(g)	2 246 794,41	1 789 231,95	-457 562,46
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	(h)	1 287 509,40	19 733,12	-1 267 776,28
Cultura	(i)	2 938 728,17	290 704,51	-2 648 023,66
Desporto, recreio e lazer	(j)	1 149 449,77	282 804,99	-866 644,78
Outras actividades cívicas e religiosas	(k)	20 688,59	3 921,58	-16 767,01
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	(l)	23 044,68	4 068,53	-18 976,15
Indústria e energia	(m)	1 317 808,20	1 494 120,18	176 311,98
Transportes rodoviários	(n)	7 832 648,11	1 626 220,17	-6 206 427,94
Comércio	(o)	0,00	2 372,80	2 372,80
Mercados e feiras	(p)	150 988,61	148 397,36	-2 591,25
Turismo	(q)	23 576,82	104,64	-23 472,18
Operações da dívida autárquica	(r)	8 624,04	90,23	-8 533,81
Transferências entre administrações	(s)	1 610 608,41	172 368,96	-1 438 239,45
Outras funções económicas	(t)	11 972 696,56	10 983 074,96	-989 621,60
<b>TOTAL</b>		<b>34 298 968,73</b>	<b>31 348 025,71</b>	<b>-2 950 943,02</b>

(a) Custos com Protecção Civil e Bombeiros Voluntários.

(b) Custos com ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico; Proveitos com cantinas escolares, prolongamento de horário e atividades de animação e apoio à família.

(c) Custos com transportes escolares, associações de pais, agrupamentos de escolas, ação social escolar, manuais escolares, programa de saúde oral e bolsas de estudo; Proveitos com Fundo Social Municipal e DGEST – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

(d) Custos com Unidades de Saúde Familiar, Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, Canídeos e Gatídeos; Proveitos com Canídeos e Gatídeos.

(e) Custos com transferências para Associações do Concelho de cariz social e iniciativas do Município neste âmbito como o RASMO - Regulamento de Ação Social do Município de Ovar e o Passeio Sénior; Proveitos com transferências do Instituto de Segurança Social relativas à proteção de menores.

(f) Custos com habitação social; Proveitos com IMI, IMT, rendas da habitação social, inspeção de ascensores, loteamentos e obras, plantas topográficas, vistorias a habitações, entre outras.

(g) Custos com a recolha e tratamento de Resíduos Urbanos (RU), limpeza viária, casas de banho públicas; Proveitos com RU.



- (h) Custos com jardins municipais, praias, horto Municipal, rede de águas pluviais, manutenção do Parque Urbano de Ovar e Parque Ambiental do Buçaquinho, preservação florestal; Proveitos com o Parque Ambiental do Buçaquinho, venda de árvores e pecuniários e Fundo Florestal Permanente.
- (i) Custos com Centro de Arte, Biblioteca Municipal e Polos, Museus, Atelier de Conservação e Restauro de Azulejos (ACRA), Carnaval de Ovar, transferências para Associações culturais e iniciativas do âmbito cultural promovidas pelo Município; Proveitos com Centro de Arte, Biblioteca Municipal, Museu Júlio Dinis, Carnaval de Ovar, ACRA.
- (j) Custos com a piscina Municipal, pavilhões gimnodesportivos, associações desportivas e iniciativas do Município de apoio ao desporto, recreio e lazer; Proveitos com a piscina Municipal, parques de campismo, licenças para espetáculos desportivos e divertimento público.
- (k) Custos com cemitérios igrejas e capelas; Proveitos com o cemitério.
- (l) Proveitos com a venda de produtos agrícolas.
- (m) Custos com eletricidade e Zona Industrial de Ovar; Proveitos com Derrama e Concessão à EDP.
- (n) Custos com vias públicas (com um peso significativo de amortizações), rotundas, controlo de tráfego, parques de estacionamento; Proveitos com IUC, licenças para ocupação da via pública, licença de táxi, parquímetros.
- (o) Proveitos com Publicidade.
- (p) Custos e Proveitos com Mercados Municipais.
- (q) Custos e Proveitos com Postos de Turismo.
- (r) Custos e Proveitos Financeiros.
- (s) Custos com Juntas de Freguesia e CIRA; Proveitos com transferências da CIRA.
- (t) Custos e Proveitos não imputáveis a uma única atividade especificada nas alíneas anteriores.

# **Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício**



## 9. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

De acordo com o legalmente previsto no ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2019, no montante negativo de 2 950 943,02 euros, tenha a seguinte aplicação:

 -2 950 943,02 euros para Resultados Transitados (Classe Patrimonial 59).

Ovar, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

O Órgão Executivo,

\_\_\_\_\_

O Órgão Deliberativo,

\_\_\_\_\_

# **Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício**



## 10. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

Este capítulo pretende dar cumprimento ao estabelecido na alínea e) do ponto 13 do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

### Pandemia COVID-19 no Contexto da Autarquia de Ovar

O Relatório de Gestão e Contas 2019, do Município de Ovar, foi elaborado nos meses de abril e maio de 2020, dada a situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação no dia 11 de março de 2020, da doença COVID-19 como uma pandemia. Face a este facto, foi necessário ao Governo, implementar medidas extraordinárias e de carácter urgente, do qual resultou a aprovação do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, no qual determinou um conjunto de medidas excecionais e temporárias, bem como aprovou em matéria de Prestação de Contas, de acordo com o n.º1 do artigo 4.º Lei n.º 1-A/2020 de 19 de março<sup>24</sup>, que *“as entidades previstas nos n.os 1 e 2 do artigo 51.º da Lei n.º 97/98, de 26 de agosto, cuja aprovação de contas dependa de deliberação de um órgão colegial, podem remetê-las ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2020, em substituição do prazo referido no n.º 4 do artigo 52.º, sem prejuízo do disposto nos restantes números desse artigo”*.

É de salientar, que o Município de Ovar foi altamente fustigado pela pandemia COVID-19, obrigando o Governo a declarar a situação de calamidade no Município, através da publicitação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-D/2020, publicitada no dia 19 de março de 2019. Este estado de calamidade, resultou na interdição à circulação e permanência de pessoas na via pública, no encerramento de todos os serviços públicos, da administração central ou local (exceto aqueles ligados ao setor da saúde e proteção civil), encerramento de estabelecimentos comerciais, de serviços e indústrias. Foi por forma a combater a transmissão comunitária da COVID-19, que foi também determinada uma cerca sanitária municipal, ficando interditas as deslocações por via rodoviária de e para o Município de Ovar.

Face ao exposto, as perspetivas para a gestão municipal no exercício de 2020, deterioraram-se abrupta e significativamente com a pandemia COVID-19, impondo-se à gestão da Autarquia novos desafios. Foi implementado um Gabinete de Crise para apoio aos Municípios, acompanhamento e monitorização da situação pandémica enfrentada. Foi criado um hospital de campanha denominado “Anjo d’Ovar”, na arena

<sup>24</sup> Estabelece as medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.



de Ovar, de forma a dar resposta a um eventual aumento do número de casos infetados. Foi criado, um centro de acolhimento para infetados na Pousada da Juventude de Ovar. Foram adquiridos equipamentos de proteção individual, artigos desinfetantes, equipamentos hospitalares e de saúde, entre outras despesas correntes e de capital, que não se encontravam previstas no Orçamento Municipal para 2020, surgindo a necessidade de se proceder a modificações orçamentais. Foi ainda desenvolvido um projeto de Ação Especial de Apoio Socioeconómico e de Saúde do Município de Ovar – Pandemia da doença COVID-19, através da implementação de medidas imediatas e também da elaboração de um regulamento específico com apoios às pessoas, aos trabalhadores independentes, às empresas e às IPSS's.

As conclusões económico-financeiras desta pandemia, quer para a gestão municipal, quer para a economia do Município de Ovar, estão rodeadas de complexidade e incerteza, pelo que para já, não é possível realizar um exercício exato de impactos financeiros.

### Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)

A evolução da contabilidade pública em Portugal, designadamente relativa à harmonização contabilística, através da aprovação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), legalmente aprovado em 2015, através do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, conheceu uma nova fase, de grande aproximação às normas internacionais. O SNC-AP é um normativo que tem como intuito corresponder a exigências relacionadas com o planeamento, a prestação de contas e o controlo financeiro das entidades públicas, além de estar alinhado com as IPSAS's e com o SNC empresarial.

Apenas no exercício de 2020, o SNC-AP iniciou a sua implementação, nas Autarquias Locais e consequentemente no Município de Ovar. Desta forma, despedimo-nos com este Relatório de Gestão e Contas, das regras estabelecidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

De referir, ainda, que a implementação deste novo modelo, que contempla os subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão, implica um processo de transição e adaptação de todos os registos contabilísticos de uma base POCAL, para um novo normativo SNC-AP, assegurando o controlo financeiro global do Município de Ovar – desde a preparação do orçamento e respetivas alterações, execução e controlo; passando pela gestão da despesa e receita, cabimentos, compromissos e gestão de fontes de financiamento; até à consolidação e prestação de contas - promovendo a transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras e manter a eficiência e eficácia da gestão pública exigida.

Neste enquadramento, o Relatório de Gestão e Contas de 2020, a apresentar no exercício 2021, já será apresentado de acordo com as diretrizes dadas pelo SNC-AP, apresentando nova estrutura e novos mapas de informação financeira.

# **Demonstrações Financeiras**



## 11. Demonstrações Financeiras

## 11.1. Balanço

(euros)

Plano das Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2019			2018
		AB	AP	AL	AL
	<b>Imobilizado</b>				
	<b>Bens de domínio público</b>				
451	Terrenos e recursos naturais	7 929 314,55		7 929 314,55	7 929 314,55
452	Edifícios	26 694,52	14 314,90	12 379,62	14 692,68
453	Outras construções e infra-estruturas	109 481 932,88	52 757 817,87	56 724 115,01	62 778 447,74
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	824 248,67	77 304,18	746 944,49	753 731,57
459	Outros bens de domínio público	141 765,18	25 561,57	116 203,61	119 185,19
445	Imobilizações em curso	1 440 732,22		1 440 732,22	1 723 648,56
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		119 844 688,02	52 874 998,52	66 969 689,50	73 319 020,29
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	498 809,70	490 878,31	7 931,39	28 202,41
433	Propriedade industrial e outros direitos	97 550,78	97 550,78		
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		596 360,48	588 429,09	7 931,39	28 202,41
	<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	16 455 515,05		16 455 515,05	16 521 795,39
422	Edifícios e outras construções	63 317 055,59	10 247 372,57	53 069 683,02	53 905 981,57
423	Equipamento básico	3 231 596,23	2 915 274,07	316 322,16	361 867,61
424	Equipamento de transporte	1 543 144,99	1 214 969,36	328 175,63	362 531,79
425	Ferramentas e utensílios	577 349,28	554 998,01	22 351,27	29 317,95
426	Equipamento administrativo	4 086 346,25	3 771 548,59	314 797,66	561 613,75
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	2 918 179,78	338 225,39	2 579 954,39	2 567 057,42
442	Imobilizações em curso	2 094 555,42		2 094 555,42	458 042,75
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		94 223 742,59	19 042 387,99	75 181 354,60	74 768 208,23
	<b>Investimentos Financeiros</b>				
411	Partes de capital	2 287 055,00		2 287 055,00	2 287 055,00
412	Obrigações e títulos de participação	926 019,00		926 019,00	926 019,00
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		3 213 074,00	0,00	3 213 074,00	3 213 074,00
	<b>Circulante</b>				
	<b>Existências</b>				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	96 451,16		96 451,16	99 685,21
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		96 451,16	0,00	96 451,16	99 685,21
	<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)</b>				
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo</b>				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	250,00		250,00	1 088,55
212	Contribuintes, c/c	16 669,00		16 669,00	14 950,56
213	Utentes, c/c	247 409,31		247 409,31	290 117,19
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	438 739,74	425 777,75	12 961,99	3 912,91
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				11 415,85
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	1 372 517,21	136 876,64	1 235 640,57	174 611,98
		2 075 585,26	562 654,39	1 512 930,87	496 097,04
	<b>Títulos negociáveis</b>				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00		0,00	0,00
	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>				
12	Depósitos em instituições financeiras	7 547 970,83		7 547 970,83	5 897 715,02
11	Caixa	880,24		880,24	1 146,33
		7 548 851,07		7 548 851,07	5 898 861,35
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
271	Acréscimos de proveitos	1 363 226,27		1 363 226,27	158 216,18
272	Custos diferidos	47 165,90		47 165,90	19 204,27
		1 410 392,17		1 410 392,17	177 420,45
	<b>Total de amortizações.....</b>		72 505 815,60		
	<b>Total de provisões.....</b>		562 654,39		
	<b>Total do ativo.....</b>	<b>229 009 144,75</b>	<b>73 068 469,99</b>	<b>155 940 674,76</b>	<b>158 000 568,98</b>

(euros)

Plano das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2019	2018
	<b>Fundos próprios</b>		
51	<b>Património</b>	47 844 362,90	47 844 362,90
55	<b>Ajustamento de partes de capital em empresas</b>		
56	<b>Reservas de reavaliação</b>		
	<b>Reservas</b>		
571	Reservas legais	2 294 649,35	2 294 649,35
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	2 162 410,71	2 162 410,71
575	Subsídios	2 947 751,85	1 216 926,43
576	Doações	389 451,39	388 987,74
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	-7 659 478,89	-7 659 478,89
59	<b>Resultado transitados</b>	75 588 260,86	78 508 716,83
88	<b>Resultado líquido do exercício</b>	-2 950 943,02	-3 657 349,97
		120 616 465,15	121 099 225,10
	<b>Passivo</b>		
292	<b>Provisões para riscos e encargos</b>	136 946,18	134 431,51
		136 946,18	134 431,51
	<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)</b>		
2312	Dívidas a instituições de crédito	712 927,09	831 450,72
268126	Fundo de Apoio Municipal		51 445,50
		712 927,09	882 896,22
	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>		
2312	Dívidas a instituições de crédito	118 523,65	201 938,38
268126	Fundo de Apoio Municipal	51 445,50	102 891,00
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	1 214,29	
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	494 749,67	152 280,35
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	2 465,95	1 904,91
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas em Rec. Conferência	816 816,24	42 541,41
24	Estado e outros entes públicos	111 698,38	103 442,49
264	Administração autárquica		
267 + 268	Outros credores	3 555 190,66	3 440 216,75
		5 152 104,34	4 045 215,29
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
273	Acréscimos de custos	1 489 645,11	2 072 762,73
274	Proveitos diferidos	27 832 586,89	29 766 038,13
		29 322 232,00	31 838 800,86
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo.....</b>	<b>155 940 674,76</b>	<b>158 000 568,98</b>

Órgão Executivo

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

\_\_\_\_\_

Órgão Deliberativo

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

\_\_\_\_\_



## 11.2. Demonstração de Resultados

(euros)

Código das contas POCAL	Custos e Perdas	Exercício			
		2019		2018	
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias				
616	Matérias	96 298,70	96 298,70	95 376,60	95 376,60
62	Fornecimentos e serviços externos	10 058 989,28		9 707 168,96	
641+642	Custos com o pessoal: Remunerações	6 436 119,64		5 977 349,47	
643 a 648	Encargos sociais	1 919 479,34	18 414 588,26	1 656 247,24	17 340 765,67
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	3 522 727,54	3 522 727,54	3 441 180,49	3 441 180,49
66	Amortizações do exercício	10 522 137,37		10 041 386,76	
67	Provisões do exercício	256 241,52	10 778 378,89	136 534,40	10 177 921,16
65	Outros custos e perdas operacionais	78 361,95	78 361,95	88 359,86	88 359,86
68	Custos e perdas financeiras (A) .....	7 510,66	32 890 355,34	13 001,53	31 143 603,78
	(C) .....		7 510,66		13 001,53
69	Custos e perdas extraordinárias (E) .....	1 401 102,73	32 897 866,00	1 275 919,29	31 156 605,31
	(E) .....		1 401 102,73		1 275 919,29
88	Resultado líquido do exercício		34 298 968,73		32 432 524,60
			-2 950 943,02		-3 657 349,97
			<b>31 348 025,71</b>		<b>28 775 174,63</b>
	<b>Proveitos e Ganhos</b>				
7111	Vendas e prestações de serviços:				
7112+7113	Vendas de mercadorias				
712	Vendas de produtos	35 900,91		8 281,96	
72	Prestações de serviços	2 801 878,98	2 837 779,89	2 723 557,74	2 731 839,70
72	Impostos e taxas	15 464 220,98		14 259 634,69	
75	Variação da produção				
73	Trabalhos para a própria entidade				
74	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios obtidos	9 294 379,01		8 613 606,04	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais (B) .....	1 424 673,54	26 183 273,53	1 403 584,18	24 276 824,91
78	Proveitos e ganhos financeiros (D) .....	252 498,09	29 021 053,42	255 334,16	27 008 664,61
	(D) .....		252 498,09		255 334,16
79	Proveitos e ganhos extraordinários (F) .....	2 074 474,20	29 273 551,51	1 511 175,86	27 263 998,77
	(F) .....		2 074 474,20		1 511 175,86
			<b>31 348 025,71</b>		<b>28 775 174,63</b>

## RESUMO:

Resultados Operacionais: (B) - (A)	-3 869 301,92	-4 134 939,17
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	244 987,43	242 332,63
Resultados Correntes: (D) - (C)	-3 624 314,49	-3 892 606,54
Resultados Líquidos do Exercício: (F) - (E)	-2 950 943,02	-3 657 349,97

Órgão Executivo

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

Órgão Deliberativo

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

# **Anexos às Demonstrações Financeiras**



### **11.3. Anexos às Demonstrações Financeiras**

(De harmonia com o ponto 8.1 e 8.2. do POCAL)

As Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados fazem parte integrante dos Anexos às Demonstrações Financeiras e foram elaboradas nos termos do que se encontra estipulado no ponto 2.4 do Decreto-Lei nº 54- A/99, de 22 de fevereiro, diploma que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (doravante, designado por POCAL), dando cumprimento à resolução n.º 4/2001, de 12 de julho, do Tribunal de Contas.

Este é um capítulo do Relatório de Gestão e Contas, que permite, indubitavelmente, uma fácil compreensão do exposto nas demonstrações financeiras, bem assim de outras que, mesmo não estando refletidas, possibilitam uma avaliação adequada do seu conteúdo sendo, portanto, mais um instrumento de extrema importância no apoio à tomada de decisões dos Órgãos Autárquicos.

Este documento compreenderá a estrutura definida no ponto n.º 8 do POCAL, omitindo-se todas as notas aí definidas que não são aplicáveis ou sobre aquelas, cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Dando cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL e de forma a obter uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do Município de Ovar, em 2019, os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

**11.3.1. Caracterização da Entidade - Em Harmonia com o ponto 8.1. do POCAL**

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		8.1
1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: Município de Ovar		8.1.1
1.1	ENDEREÇO POSTAL:	Praça da República, 3880-141 Ovar
	Telefone / Fax:	256581300 / 256586611
	Nº de Identificação fiscal:	501 306 269
1.2	NÚMERO DE ELEITORES	
Município	Até 10 000	
	Mais de 10 000 e menos de 40 000	
	Igual ou superior a 40 000	X
Fonte:	Direção Geral Administração Interna	
2- LEGISLAÇÃO		8.1.2
Data de constituição: Foral Velho com data de 1251		
Há dados que indicam a existência do concelho de Ovar nas inquirições de D. Afonso III, de 1251		
3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL		8.1.3
3.1	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	
	A Câmara Municipal tem Serviços Municipalizados?	NÃO
	Especifique quais e indique os respectivos grupos:	
3.2	EMPRESAS MUNICIPAIS	
	A Câmara Municipal tem Empresas Municipais?	NÃO
	Especifique quais e indique os respectivos grupos:	
3.3	ÓRGÃOS	
	Tem órgãos de natureza consultiva?	SIM
	Tem órgãos de fiscalização?	SIM
3.4	ORGANIGRAMA	
	Em anexo	
4- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES		8.1.4
Desenvolvimento de todas as atribuições consignadas na lei, para as Autarquias Locais		
5- RECURSOS HUMANOS		8.1.5
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO	
	De 01/01/2019 a 31/12/2019:	
Presidente	Salvador Malheiro Ferreira da Silva	
Vereadores	Domingos Manuel Marques Silva	
	Ana Isabel Tavares Cunha	
	Vitor Manuel Reis Amaral de 01/01/2019 a 09/08/2019	
	Alexandre Valente Rosas Caetano	
	Maria Júlia Lopes Oliveira	
	Artur Manuel Borges Duarte	
	Ruben Americo Jorge Ferreira	
	Vitor Manuel Soares de Oliveira	
	Maria de Fátima de Oliveira Bento desde 09/08/2019	

5.2 NÚMERO DE VEREADORES	
Em regime de permanência	4
A meio tempo	0
Restantes vereadores	4

6- ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		8.1.6
1- Descrição das Características do Sistema Informático	Aplicação Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA)- AIRC	
2- Demonstrações Financeiras Intervalares	SIM	
2.1 - Periodicidade	SEMESTRAL	
3- Descentralização Contabilística	NÃO	
4- Outras informações		

7- OUTRA INFORMAÇÃO 8.1.7

## 7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS

Designação	Data de Aprovação		Data de Alteração	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Inventário	06/07/2000	29/09/2000		
Norma de Controlo Interno	06/07/2000	29/09/2000	17/10/2002	06/03/2003
			05/01/2012	20/01/2012
Balanço Inicial	06/03/2003	23/05/2003		
Normas Regulamentares à execução do orçamento	07/12/2017	21/12/2017		
Outros				

## 7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS

Entidade	Data Ação	Período Abrangido	Nº Proc.
Inspecção Geral das Finanças (IGF)	01/07/2017	Triénio de 2014-2016 e 1º semestre de 2017	2017/234/A5/557

## 7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO

Documentos	Data de Aprovação		Observações
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	
Grandes Opções do Plano	31/10/2018	30/11/2018	
Orçamento	31/10/2018	30/11/2018	
Documentos de Prestação de Contas			
Outros			

## 8- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

## a) Montantes dos Fundos:

Descrição	Correntes	Capital	Total
Fundo Equilíbrio Financeiro	4 930 916,00	547 879,00	5 478 795,00
Fundo Social Municipal	1 045 206,00		1 045 206,00
Participação Fixa no IRS	1 299 616,00		1 299 616,00
N.º 3 do art.º 35º da Lei 73/2013, de 3 de setembro	620 590,00		620 590,00
		Total	8 444 207,00


b) Montante dos pagamentos relativos a investimentos (agrupamento 07) efetuados em 2019: 4 946 100,55 euros

c) O Município de Ovar não comparticipou amortizações e encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos pelas Associações de Municípios nas quais esta autarquia participa





### 11.3.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados – Em Harmonia com o ponto 8.2. do POCAL


#### 8.2.3. Valorimetria – Critérios Valorimétricos aplicados relativamente às várias rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados

 **Imobilizado:** A identificação, classificação e valorização dos bens municipais detidos com continuidade ou permanência e que não se destinam a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações, resultam: i) da aplicação dos critérios definidos no ponto 4 do POCAL; ii) dos pressupostos definidos no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série); iii) dos critérios resultantes da aplicação do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, aprovado em reunião de Câmara de 06/07/2000 e em Assembleia Municipal de 29/09/2000.

Dando cumprimento ao ponto 4.1 do POCAL, bem como ao estipulado na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que contempla as instruções regulamentadoras do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), o ativo imobilizado constante no balanço foi valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção. Por custo de aquisição entenda-se o preço de compra de um bem, acrescido dos gastos diretos ou indiretos para o colocar no seu estado atual, e por custo de produção a soma de todas as despesas suportadas e necessárias com o fabrico do bem, nomeadamente com matérias-primas e demais materiais diretos consumidos, mão-de-obra direta e outros gastos gerais de fabrico.

 **Amortizações:** O método aplicado pelo Município de Ovar para apuramento das amortizações, é o método das quotas constantes, tendo como referência as taxas fixadas no classificador do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série). Para o imobilizado obtido no decurso do exercício sujeito a análise, foi efetuada a sua amortização anual.

 **Existências:** Conforme prevê o ponto 4.2 do POCAL as existências, no Município de Ovar, são valorizadas pelo custo de aquisição, pelo que, nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado o custo de aquisição, tendo sido adotado método do custo médio ponderado (como método de custeio das saídas de armazém).

 **Dívidas ‘de’ e ‘a’ Terceiros:** As dívidas ‘de’ e ‘a’ terceiros englobam as operações derivadas de relações com terceiros e são expressas de acordo com o ponto 4.3.1 do POCAL, pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

Tendo por base o princípio contabilístico da prudência, constituíram-se provisões para dívidas de cobrança duvidosa correspondente aos encargos que se calcula poderem vir a tornar-se efetivos no futuro, mas onde ainda existe incerteza da ocorrência ou da data em que tal possa acontecer.

🌸 **Disponibilidades:** As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas, pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, de acordo com o ponto 4.4 do POCAL.

🌸 **Acréscimos e Diferimentos:** Em cumprimento do princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo), os proveitos e custos são registados conforme o previsto no ponto 3.2 do POCAL, pelo que são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, incluindo-se no período a que respeitam.

#### 8.2.6. Despesas de Instalação, Investigação e de Desenvolvimento

As despesas associadas com a investigação original e planeada, com o objetivo de obter novos conhecimentos científicos ou técnicos, anteriores à fase de produção, designam-se “Despesas de Investigação e Desenvolvimento” (classe 432), as quais ascendem, no exercício de 2019, a um montante líquido de 7 931,39 euros. Por sua vez, a “Propriedade Industrial e Outros Direitos” (classe 433), que inclui registos de licenças e direitos, ascende a 97 550,78 euros, já totalmente amortizadas.

#### 8.2.7. Ativo Imobilizado, Amortizações e Provisões

O imobilizado, em sentido genérico, pode definir-se como um conjunto de elementos patrimoniais, refletidos no ativo com caráter permanente, e que não estão destinados para venda. Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2019, nas rubricas do ativo imobilizado, encontram-se evidenciados no quadro seguinte:

## Mapa do Ativo Bruto 2019

(euros)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustam.	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Doações+Trf. Outras Entidades	Saldo Final
<b>De Bens de Domínio Público</b>								
Terrenos e recursos naturais	451	7 929 314,55	25 000,00		-25 000,00			7 929 314,55
Edifícios	452	26 694,52	-807 035,80		807 035,80			26 694,52
Outras construções e infra-estruturas	453	106 698 065,45	-33 580,92	81 304,12	2 736 476,33	332,10		109 481 932,88
Bens do património histórico, artístico e cultural	455	824 248,67						824 248,67
Outros bens de domínio público	459	141 765,18			0,00			141 765,18
Imobilizações em curso	445	1 723 648,56	3 473 260,67		-3 756 177,01			1 440 732,22
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	446							
<b>Total</b>	<b>117 343 736,93</b>	<b>-840 616,72</b>	<b>3 579 564,79</b>	<b>0,00</b>	<b>-237 664,88</b>	<b>332,10</b>	<b>0,00</b>	<b>119 844 688,02</b>
<b>De Imobilizações Incorpóreas</b>								
Despesas de instalação	431							
Despesas de investigação e desenvolvimento	432	498 809,70						498 809,70
Propriedade industrial e outros direitos	433	97 550,78						97 550,78
Imobilizações em curso	443							
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	449							
<b>Total</b>	<b>596 360,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>596 360,48</b>
<b>De Imobilizações Corpóreas</b>								
Terrenos e recursos naturais	421	16 521 795,39	5 420,00	71 700,34				16 455 515,05
Edifícios e outras construções	422	63 185 917,12	-45 079,20	127 311,97	57 120,00	106 025,70		63 317 055,59
Equipamento básico	423	2 814 124,73	306 012,37	126 333,09	247,49	-12 021,31	2 605,16	3 231 596,23
Equipamento de transporte	424	1 523 316,65		19 828,34		0,00		1 543 144,99
Ferramentas e utensílios	425	568 543,76		7 577,98		1 227,54		577 349,28
Equipamento administrativo	426	4 168 139,81	-385 579,41	323 416,85	14,70	7 397,98	27 477,93	4 086 346,25
Taras e vasilhame	427							
Outras imobilizações corpóreas	429	2 879 781,74	35 332,72			3 065,32		2 918 179,78
Imobilizações em curso	442	458 042,75	1 504 543,02			131 969,65		2 094 555,42
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	448							
<b>Total</b>	<b>92 119 661,95</b>	<b>1 420 649,50</b>	<b>604 468,23</b>	<b>129 082,53</b>	<b>237 664,88</b>	<b>30 083,09</b>	<b>463,65</b>	<b>94 223 742,59</b>
<b>De Investimentos Financeiros</b>								
Partes de capital	411	2 287 055,00						2 287 055,00
Obrigações e títulos de participação	412	926 019,00						926 019,00
Investimentos em imóveis								
Terrenos e recursos naturais	4141							
Edifícios e outras construções	4142							
Outras aplicações financeiras								
Depósitos em instituições financeiras	4151							
Títulos de dívida pública	4152							
Outros títulos	4153							
Imobilizações em curso	441							
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	447							
<b>Total</b>	<b>3 213 074,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 213 074,00</b>
<b>Total Final</b>	<b>213 272 833,36</b>	<b>580 032,78</b>	<b>4 184 033,02</b>	<b>129 082,53</b>	<b>0,00</b>	<b>30 415,19</b>	<b>463,65</b>	<b>217 877 865,09</b>

Para melhor interpretação do mapa do Ativo Bruto, do exercício de 2019, do Município de Ovar, apresentam-se de seguida algumas considerações.



Na coluna de *Ajustamentos*, estão refletidos montantes provenientes de transferências de bens entre classes patrimoniais.



Os valores que constam na coluna dos *Aumentos* respeitam ao imobilizado regular, adquirido e inventariado durante o exercício de 2019.



A coluna alienações reflete a venda, a título oneroso, dos lotes n.ºs 9, 12 e 23 do Loteamento Municipal do Barreiro; do terreno sito na Rua João da Esquina – Ovar; e da venda de garagens do Conjunto Habitacional de Gondesende.



Os montantes associados à coluna de *Transferências* resultam de movimentos contabilísticos decorrentes de alteração de conta patrimonial dentro da mesma classe, pelo que o total da mesma totaliza zero.



Os montantes constantes na coluna de *Abates* refletem o imobilizado abatido no ano de 2019, nomeadamente bens móveis, devido ao seu mau estado de conservação.



A coluna *Doações* reflete a entrega de um computador portátil realizada pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), ao Município de Ovar, no âmbito de um projeto relacionado com a área de Educação.

### Mapa de Amortizações 2019

(euros)

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Amortizações Acumuladas	
<b>Bens de domínio público</b>	485				
Terrenos e recursos naturais	4851				
Edifícios	4852	12 001,84	2 313,06	14 314,90	
Outras construções e infra-estruturas	4853	43 919 617,71	8 814 421,94	-23 778,22	52 757 817,87
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	70 517,10	6 787,08		77 304,18
Outros bens de domínio público	4859	22 579,99	2 981,58		25 561,57
<b>Total</b>	<b>44 024 716,64</b>	<b>8 826 503,66</b>	<b>-23 778,22</b>	<b>52 874 998,52</b>	
<b>Imobilizações incorpóreas</b>	483				
Despesas de instalação	4831				
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	470 607,29	7 929,02	-12 342,00	490 878,31
Propriedade industrial e outros direitos	4833	97 550,78			97 550,78
<b>Total</b>	<b>568 158,07</b>	<b>7 929,02</b>	<b>-12 342,00</b>	<b>588 429,09</b>	
<b>Imobilizações Corpóreas</b>	482				
Terrenos e recursos naturais	4821				
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	8 033 099,28	804 760,82	714,00	8 837 146,10
Outras construções	48222	1 246 836,27	135 229,29	-28 160,91	1 410 226,47
Equipamento básico	4823	2 452 257,12	174 376,32	-288 640,63	2 915 274,07
Equipamento de transporte	4824	1 160 784,86	53 297,67	-886,83	1 214 969,36
Ferramentas e utensílios	4825	539 225,81	15 772,20		554 998,01
Equipamento administrativo	4826	3 606 526,06	478 767,32	313 744,79	3 771 548,59
Outras imobilizações corpóreas	4829	312 724,32	25 501,07		338 225,39
<b>Total</b>	<b>17 351 453,72</b>	<b>1 687 704,69</b>	<b>-3 229,58</b>	<b>19 042 387,99</b>	
<b>Total Final</b>	<b>61 944 328,43</b>	<b>10 522 137,37</b>	<b>-39 349,80</b>	<b>72 505 815,60</b>	

No final do exercício de 2019, as amortizações acumuladas dos bens do ativo imobilizado ascenderam a 72 505 815,60 euros, sendo que as amortizações anuais totalizam 10 522 137,37 euros de amortizações do exercício, conforme ilustra, também, a classe 66 da Demonstração de Resultados.

#### 8.2.8. Desagregação das Rubricas do Ativo Imobilizado e Respetivas Amortizações

Para cada uma das rubricas dos mapas anteriores, as mesmas foram desagregadas de forma a evidenciar as seguintes informações:

- Descrição do ativo imobilizado.
- Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso.
- Datas de aquisição e reavaliação.
- Valores de aquisição, ou outro valor contabilístico na sua falta, e valores de reavaliação.
- Taxas de amortização.

- f) Amortizações do exercício e amortizações acumuladas.
- g) Alienações, transferências e abates de elementos do ativo imobilizado, no exercício, devidamente justificados.
- h) Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

Dado o volume de informação a que se refere esta nota, toda a informação está anexa a este documento, em listagem própria para o efeito a demonstrar.

#### **8.2.12. Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros, Implantadas em Propriedade Alheia, Reversíveis e Respetivos Custos Financeiros Capitalizados no Exercício**

Foi assinado um contrato de parceria pública entre o Município de Ovar e a empresa AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A., cujo propósito visa a gestão e exploração dos serviços de água e saneamento, e com base no qual foi transferido, no ano de 2011, imobilizado no montante líquido de 7 118 980,00 euros.

No mesmo enquadramento, e em virtude da assinatura do contrato estabelecido entre o Município de Ovar e as Águas do Douro e Paiva, S.A., foi lavrado auto de entrega de infraestruturas de abastecimento de água da rede em alta, através do qual foi transferido pelo Município, no ano de 2011, imobilizado no valor líquido de 540 499,00 euros, àquela entidade.

Importa ainda referir que, no exercício de 2019, foram efetuados lançamentos contabilísticos em imobilizado em curso, referentes aos autos de medição da empreitada de “Reabilitação do Edifício da Escola Secundária Júlio Dinis”, no montante de 807 035,80 euros. Uma vez que esta propriedade é domínio do Ministério da Educação, foi lavrado protocolo entre o Município de Ovar e esta entidade, de forma a se poderem executar as obras urgentes e inadiáveis do citado edifício. Desta forma, foram efetuados os lançamentos contabilísticos em imobilizado em curso, para a classificação patrimonial de custos (conta 6945), uma vez que não é possível a sua inventariação no balanço, por se tratarem, efetivamente, de intervenções em imobilizado que não é propriedade do Município de Ovar.

#### **8.2.14. Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade**

Dando cumprimento ao estipulado no nº 2 do artigo nº 31 da Portaria nº 671/2000, de 10 abril (CIBE), e em concordância com os critérios de valorimetria definidos pelo POCAL, os bens do ativo imobilizado devem ser valorizados ao seu custo de aquisição, produção ou pelo valor resultante de avaliação, nos casos de



apreensão, doação, herança, legado, prescrição, reversão, transferência, troca ou outros. A análise ao quadro que de seguida se apresenta, reflete a relação de bens que foram inventariados com valor zero, por não ter sido possível ao Município apurar o seu valor em consonância com os critérios de valorimetria supramencionados.

#### Volume de bens sem valor

<b>Bens do domínio público</b>	
Terrenos e Recursos Naturais	4
Edifícios	1
Outras construções e infraestruturas	19
<b>Imobilizações corpóreas</b>	
Terrenos e Recursos Naturais	48
Edifícios e outras construções	13
Equipamento básico	269
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	3
Equipamento administrativo	877
Outras imobilizações corpóreas	348
<b>Total</b>	<b>1 586</b>

A impossibilidade de valorização deste imobilizado, resulta essencialmente das seguintes situações:

- 🌸 bens de relevância histórica ou cultural (nomeadamente peças de arte como, bustos, quadros, painéis de azulejos, entre outros) que, em sequência de critério definido, assumem valor zero por não ser exequível a sua avaliação;
- 🌸 bens móveis inventariados e classificados, cujo custo de aquisição ou produção se desconhece devido ao facto de serem bens que se encontram na posse do Município com data anterior ao exercício de 2002.

#### 8.2.15. Bens de Domínio Público que não são Objeto de Amortizações

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 2 do artigo n.º 31 da Portaria n.º 671/2000, de 10 abril (CIBE), e em concordância com os critérios de valorimetria definidos pelo POCAL, os bens do ativo imobilizado devem ser valorizados ao seu custo de aquisição, produção ou pelo valor resultante de avaliação, nos casos de apreensão, doação, herança, legado, prescrição, reversão, transferência, troca ou outros.

Nestes termos, encontram-se registados no inventário e cadastro do Município de Ovar, obras de arte e terrenos, que não se encontram sujeitos a amortização, de acordo com o previsto nas alíneas a) e g) do artigo n.º 36 do Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de outubro, que aprova o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

### 8.2.16. Entidades Participadas

Nos termos previstos da Resolução nº 6/2013 – 2ª Secção, do Tribunal de Contas, foram elaborados os mapas relativos às entidades participadas do Município de Ovar, nomeadamente a participação em **entidades societárias**, a saber: participação nas Águas do Douro e Paiva S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro S.A., Águas do Centro Litoral, S.A. (ex-SIMRIA – Saneamento Integrado dos Municípios da Ria), AdRA – Águas da Região de Aveiro S.A., Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde CRL e Fundo de Apoio Municipal (FAM).

PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS

(euros)

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação inicial			Inclusão no limite da Dívida Total	
Denominação	N.L.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado		
Águas do Douro e Paiva, S.A.	503 537 624	S.A.	36001	20 902 500	190 375,00	0,910	190 375,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
Lusitaniagás-Companhia de Gás do Centro, S.A.	502 761 024	S.A.	35220	20 500 000	4 850,00	0,024	4 850,00	Sim	Se apresentarem resultado líquido antes de impostos negativo, na proporção da participação social do município
Águas do Centro Litoral, S.A.	513 606 181	S.A.	37002	39 974 968	642 155,00	1,61	642 155,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	509 107 630	S.A.	36002	17 500 000	1 449 175,00	8,28	1 449 175,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Ovar, CRL	501 293 191	C.R.L.	65120	11 026 440	500,00	0,005	500,00	Sim	É uma Cooperativa
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	84114	650 000 000	926 019,00	0,22	874 573,50	Não	Lei nº 42/2016, de 28/12 - Lei do Orçamento do Estado para 2017 (artº 74º - nº 4)

De ressaltar que com a entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2018, foi alterado o artigo 19º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do FAM foi modificada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios. Assim e através desta alteração nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Município de Ovar, foi reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente. Tendo esta consideração presente, foi determinado, para o final do exercício de 2019, um valor nominal realizado de 874 573,50 euros.

O Município de Ovar também detém participação em **entidades não societárias**, nomeadamente: Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Associação Portuguesa Municípios do Centro Histórico (APMCH) e Fundação de Serralves.

As respetivas contribuições são apresentadas no quadro seguinte.

Entidades Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição		Inclusão no limite da Dívida Total
Denominação	N.I.P.C.				Quota	% afetação	
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	508 771 935	Comunidade Intermunicipal	84130	N/A*	50 072	14,76%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	501 627 413	Associação Municípios	94110	N/A*	6 072	0,394%	Não, nos termos do ofício circular 2/2020/AR. A dívida orçamental da ANMP não releva para efeitos dos limites da dívida previstos no n.º1 do artigo 52º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro.
Associação Portuguesa Munic.Centro Histórico	502 131 047	Associação Municípios	91333	N/A*	713	0,011%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
Fundação de Serralves	502 266 643	Fundação	91020	N/A*	-	0,76% **	Sim, proporcional à participação direta ou indireta do município

\*N/A - Não Aplicável

\*\* Na data de realização do presente relatório, a Fundação de Serralves não apresenta contas encerradas, podendo a afetação desta % ser diferente.

### 8.2.22. Valor Global das Dívidas de Cobrança Duvidosa Incluídas nas Rubricas das Dívidas de Terceiros

De acordo com o preconizado no POCAL, o saldo da dívida de clientes, contribuintes ou utentes, cuja cobrança se apresenta duvidosa, deve ser alvo de registo em conta patrimonial apropriada de **Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa**. Nestes termos, no exercício de 2019, foi efetuada uma análise exaustiva às contas devedoras e apurado um saldo de cobrança duvidosa de 577 412,48 euros.

#### Dívidas de Cobrança Duvidosa

		(euros)	
Código de Contas	Descrição	2019	2018
218	Dívidas de Cobrança Duvidosa	438 739,74	342 670,80
268		138 672,74	-
<b>Total</b>		<b>577 412,48</b>	<b>342 670,80</b>

Incluem-se, em 2019, dívidas de cobrança duvidosa provenientes de produtos agrícolas e pecuários, mercados e feiras, ocupação da via pública, carnaval de ovar, serviços desportivos, cantinas escolares, habitações sociais, água e saneamento (antigos SMAS), resíduos sólidos, entre outras, que à data de 31/12/2019, se encontravam em dívida há mais de seis meses.

### 8.2.26. Responsabilidade, por Garantias e Cauções Prestadas e Recibos para Cobrança – Contas de Ordem

As **contas de ordem** refletem informação extrapatrimonial relevante, em termos contabilísticos, através da contabilização de factos que não produzem alterações no património, mas que representam possibilidades de futuras alterações e são registadas na classificação 09. As contas de ordem que estão refletidas no quadro seguinte, representam para o ano de 2019, as cauções e garantias prestadas e/ou devolvidas e/ou acionadas, a fornecedores de bens e serviços, fornecedores de imobilizado e credores diversos.

## Contas de Ordem 2019

(euros)

Contas		Saldo		Movimento Anual		Saldo	
		Gerência Anterior				Gerência Seguinte	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
<b>Garantias e Cauções</b>							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	4 300 693,64		595 574,26		4 896 267,90	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	846 649,95		84 810,21		931 460,16	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	3 454 043,69		510 764,05		3 964 807,74	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas			954 900,37			954 900,37
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c			11 530,01			11 530,01
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado			943 370,36			943 370,36
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores						
<b>Total de Garantias e Cauções</b>		<b>4 300 693,64</b>		<b>1 550 474,63</b>		<b>3 941 367,53</b>	
<b>Recibos para Cobrança</b>							
092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro						
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
<b>Total de Recibos para Cobrança</b>							
<b>Total</b>		<b>4 300 693,64</b>		<b>1 550 474,63</b>		<b>3 941 367,53</b>	

As **Contas de Ordem do exercício de 2019**, refletidas no quadro anterior, podem resumir-se da seguinte forma:

- foram prestadas cauções de terceiros, no montante de 595 574,26 euros, das quais 84 810,21 euros prestadas por fornecedores de bens e serviços e 510 764,05 euros prestadas por fornecedores de imobilizado.
- Foram liberadas cauções, no montante de 954 900,37 euros, sendo 11 530,01 euros, relativos a prestações de bens e serviços e 943 370,36 euros, de empreitadas de obras públicas.

### 8.2.27. Provisões Acumuladas com Explicitação dos Movimentos Ocorridos no Exercício

De acordo com o legalmente estabelecido no POCAL, “uma **provisão** é um ajustamento do valor contabilístico em elementos patrimoniais, nas quais se detete uma perda reversível e periódica, ou uma obrigação futura para a entidade”.

#### Provisões 2019

(euros)

Código de Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	338 757,89	223 896,50		562 654,39
292	Provisões para Riscos e Encargos	134 431,51	32 345,02	29 830,35	136 946,18
<b>Total</b>		<b>473 189,40</b>	<b>256 241,52</b>	<b>29 830,35</b>	<b>699 600,57</b>

Para o exercício de 2019, destaca-se o aumento nas Provisões para Cobranças Duvidosas, no montante global de 256 241,52 euros, conforme estabelecido no ponto 2.7.1 das considerações técnicas do POCAL. Acresce a este facto, a anulação de alguns processos judiciais que estavam provisionados em 2018, mas



que se viram satisfeitos no decurso de 2019, e aumentaram-se as Provisões para Riscos e Encargos para processos que não constavam em 2018, nomeadamente os processos: 325/19.1BEAVR, 863/19.6BEAVR e 925/19.0BEAVR.

### 8.2.28. Explicitação e Justificação dos Movimentos Ocorridos em Cada uma das Contas da Classe 5 - Fundo Patrimonial

A 31 de dezembro de 2019, os **Fundos Próprios** ascenderam a 120 616 465,15 euros.

#### Fundos Próprios 2019

Conta	Saldo Inicial	Movimento do Exercício		Saldo Final
		Aumentos	Diminuições	
Património	47 844 362,90			47 844 362,90
Ajustamento Partes Capital em Empresas	0,00			0,00
Reservas Legais	2 294 649,35			2 294 649,35
Reservas Livres	2 162 410,71			2 162 410,71
Subsídios	1 216 926,43	1 730 825,42		2 947 751,85
Doações	388 987,74	463,65		389 451,39
Reservas Decorrentes de Transf. Ativos	-7 659 478,89			-7 659 478,89
Resultados Transitados	78 508 716,83	806 890,82	3 727 346,79	75 588 260,86
Resultado Líquido do Exercício	-3 657 349,97	-2 950 943,02	-3 657 349,97	-2 950 943,02
<b>Total</b>	<b>121 099 225,10</b>	<b>-412 763,13</b>	<b>69 996,82</b>	<b>120 616 465,15</b>

- As variações observadas ao nível dos Subsídios, referem-se a valores de participações recebidas que não se destinam a investimento amortizáveis, nem à exploração, como é o caso dos terrenos do Parque Urbano de Ovar.
- O montante registado nas Doações, refere-se a registo de um computador portátil realizada pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), ao Município de Ovar, no âmbito de um projeto no âmbito da Educação.
- No que se refere aos Resultados Transitados, o montante contabilizado reflete, essencialmente, o valor do resultado líquido do exercício anterior, nos termos do ponto 2.7.3.3. do POCAL.

### 8.2.29. Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

No quadro seguinte, está refletido o cálculo do **Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas** (CMVMC), de harmonia com o ponto 8.2.29 do POCAL.



**Demonstração do CMVMC 2019**

(euros)

Movimentos	Materiais Diversos	Total
Existências Iniciais	99 685,21	99 685,21
Compras	95 583,81	95 583,81
Regularização de Existências	-2 519,16	-2 519,16
Existências Finais	96 451,16	96 451,16
<b>Custos no Exercício</b>	<b>96 298,70</b>	<b>96 298,70</b>

A Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), revela para o exercício de 2019, um montante de custos de 96 298,70 euros. Estes custos, foram determinados pela soma das existências iniciais, compras e regularização de existências, deduzidos das existências finais. De ressaltar que o saldo das existências foi obtido através do sistema de inventário permanente, de acordo com o preconizado no ponto n.º 1, do comentário n.º 158, das notas explicativas do POCAL.

**8.2.31. Demonstração dos Resultados Financeiros**

Apresenta-se de seguida, a **Demonstração de Resultados Financeiros** de 2019, que recolhe os saldos das contas 68 e 78.

**Demonstração de Resultados Financeiros**

(euros)

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2019	2018			2019	2018
681	Juros suportados	46,30	5 313,98	781	Juros obtidos	2 293,61	4 174,25
682	Perdas em entidades ou subentidades			782	Ganhos em entidades participadas	78 548,73	122 798,96
683	Amortização de investim. em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	171 655,75	128 360,95
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de particip. de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alien de aplicações de tesouraria			786	Desconto de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	7 464,36	7 687,55	787	Ganhos na alienação de aplic. de tesouraria		
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	<b>Resultados financeiros</b>	244 987,43	242 332,63				
	<b>Total</b>	<b>252 498,09</b>	<b>255 334,16</b>		<b>Total</b>	<b>252 498,09</b>	<b>255 334,16</b>

Os Resultados Financeiros ascenderam, no exercício de 2019, a 244 987,43 euros e representam a diferença registada entre os proveitos financeiros e os encargos financeiros. As variações apresentadas, para a demonstração de resultados financeiros, estão devidamente justificadas nos capítulos referentes à análise patrimonial de Custos e Perdas do Exercício e Proveitos e Ganhos Financeiros.

### 8.2.32. Demonstração dos Resultados Extraordinários

No quadro seguinte é apresentada, a **Demonstração de Resultados Extraordinários** do exercício de 2019, que recolhe os saldos das contas patrimoniais 69 e 79.

#### Demonstração de Resultados Extraordinários

(euros)

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2019	2018			2019	2018
691	Transf. de capital concedidas	484 316,73	428 299,09	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	61 570,36	242 077,92	794	Ganhos em imobilizações	40 363,90	114 195,26
695	Multas e penalidades	809,28	402,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	54 803,68	37 867,28
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões	29 830,35	
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	35 686,99	858,89	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	106 299,27	12 084,79
698	Outros custos e perdas extraordinários	807 584,80		798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 843 177,00	1 347 028,53
699	Indemnizações	11 134,57	604 281,39				
<b>Resultados extraordinários</b>		<b>673 371,47</b>	<b>235 256,57</b>				
<b>Total</b>		<b>2 074 474,20</b>	<b>1 511 175,86</b>	<b>Total</b>		<b>2 074 474,20</b>	<b>1 511 175,86</b>

Os Resultados Extraordinários, em 2019, ascenderam a 673 371,47 euros, resultantes de factos ocasionais que traduzem proveitos e ganhos extraordinários e alheios à Instituição, logo, com carácter de eventualidade.

As variações apresentadas, para a demonstração de resultados extraordinários, estão devidamente justificadas nos capítulos referentes à análise patrimonial de Custos e Perdas do Exercício e Proveitos e Ganhos Extraordinários.

### 8.2.33. Compromissos Plurianuais

A 31 de dezembro de 2019, os **Compromissos Plurianuais** encontram-se devidamente registados em contas adequadas, e estão distribuídos conforme demonstra o quadro seguinte.

#### Compromissos Plurianuais

(euros)

Ano	Montante
2020	10 141 315,41
2021	4 380 550,24
2022	6 996 430,45
Seguintes	1 304 101,02

### 8.2.34. Pagamentos e Recebimentos em Atraso

À data de 31 de dezembro de 2019, o Município de Ovar não possuía Pagamentos em Atraso e os **Recebimentos em Atraso**, reportados à mesma data, ascendem a 305 184,36 euros, relativos a vendas e prestações de serviços.

#### Recebimentos em Atraso 2019

		(euros)
Entidade	Descrição	Montante
Clientes c/c, contribuintes e utentes	Vendas e prestações de serviços	305 184,36

### 8.2.35. Outras Informações Relevantes

À data de 31 de dezembro de 2019, encontram-se processos judiciais, conforme ilustra o quadro abaixo, cujo resultado não é possível aventar, com expectativas dignas de segurança e certeza, mas que são suscetíveis de determinar a assunção de responsabilidades e encargos pelo Município de Ovar, em função dos termos dos pedidos formulados e/ou das consequências futuras incertas quanto a eventuais pretensões indemnizatórias delas advenientes, traduzindo-se, conseqüentemente, em passivo contingente, que, por razões de prudência e cautela para a gestão municipal, se considera relevante mencionar no presente Relatório de Gestão.

#### Ações Judiciais em Curso - Passivos Contingentes

		(euros)
Processo	Descrição	Montante
359/12.7BEAVR-A	Lusitâniagás - Companhia de Gás do centro, S.A.	13 272,64
779/18.3BEAVR	David Silva Andrade	1 815,33
1030/18.1BEAVR	Joaquim António Marques Couto	78 725,71
668/18.5BEAVR	José António Oliveira Rodrigues	9 607,93
27/18.6BEAVR	Serralharia Matos, Lda	1 179,55
325/19.1BEAVR	Firmino Pereira Rocha	10 302,81
863/19.6BEAVR	Herança aberta por óbito de Donzília Augusta de Sousa (e Outros)	18 450,00
925/19.0BEAVR	Know-How - Sociedade de Ensino de Línguas e Ação Social, Lda.	3 592,21
<b>Total</b>		<b>136 946,18</b>

É ainda de referir que no exercício de 2019, se concluiu o processo de instrução interno, PD-DAJF/I/SB/2018, relativo a irregularidades detetadas na emissão de faturas/notas de crédito no serviço de atendimento da Câmara Municipal de Ovar, no montante de 67 239,87 euros. A decisão proferida pela Câmara Municipal de Ovar foi objeto de impugnação judicial em ação que ainda se encontra a decorrer, pelo que este montante não se reflete, ainda, nos montantes em dívida a receber a 31/12/2019. Importa referir que, os factos foram participados ao Ministério Público nos termos legais.

# **Certificação Legal de Contas**





**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município de Ovar (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 155.940.675 euros e um total de fundos próprios de 120.616.465 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.950.943 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 27.965.150 euros de despesa paga e um total de 34.090.931 euros de receita cobrada, relativas ao ano findo naquela data, e os anexos às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Ovar em 31 de dezembro e 2019, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Ênfase**

Chamamos a atenção para as divulgações do ponto 10 do Relatório de Gestão e Contas, relacionadas com os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício, onde são referidos os efeitos da pandemia COVID-19 na atividade de 2020 do Município, nomeadamente sobre a incerteza quanto aos respetivos impactos financeiros. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os órgãos apropriados, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### **RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

#### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 18 de junho de 2020



Representada por



---

(Sousa Leal)  
(ROC 616)